957

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 101

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1960

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA
UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

VOLUME XXVI

AVEIRO

1960

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

NO XXV ANIVERSÁRIO DO «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO»

NÃO tem a Direcção desta revista, desde o volume X, anteposto à frente dos restantes quaisquer considerações acerca da existência da publicação: apenas registou, no limiar do volume imediato, valiosa e amiga saudação do grande escritor e pensador FIDELINO DE FIGUEIREDO.

Parece-nos, portanto, justo que, agora, decorridos vinte e cinco anos sobre o aparecimento do *Arquivo do Distrito de Aveiro* em Janeiro de 1935, aqui se assinale o facto e algo mais se diga.

Sabem ou adivinham os nossos assinantes e leitores que durante este quarto de século de trabalho em prol do nosso Distrito não tiveram os directores da publicação sòmente alegrias: houveram de arcar com inúmeras dificuldades, que, sós ou auxiliados por fortes dedicações, conseguiram vencer.

Que alguma coisa se tem feito de útil dizem-no-lo as palavras de incitamento e admiração que temos lido ou ouvido, da pena ou da boca de pessoas de cuja honorabilidade e isenção nos não é lícito duvidar, e, em especial, a homenagem que por iniciativa do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. Alberto Souto, pelo Município acaba de ser tributada ao *Arquivo do Distrito de Aveiro,* em sua sessão extraordinária de 30 de Dezembro de 1959, declarando esta revista *Benemérita da Cidade*, e conferindo-lhe a sua Medalha de Prata, nos termos que a seguir se transcrevem:

«.../ *Instituto Alavário e mercês honoríficas* — Seguidamente o Senhor Presidente disse desejar, ainda durante a vigência da presente Vereação, que levou a efeito as Festas

do Milenário, apresentar a seguinte proposta da criação de uma instituição denominada «Instituto Alavário», por ser este o nome que deu origem ao de Aveiro, e que mereceu a aprovação da Câmara: — «Instituto Alavário» — Sociedade aveirense de estudos regionais, especialmente de investigação e conhecimentos da Geografia física e humana, Arqueologia pré-histórica, proto-histórica e artística, Historiografia e Etnologia do Distrito de Aveiro e seus confins. — Prestes a encerrar-se o ciclo das comemorações do primeiro milenário da comprovada existência de Aveiro e do segundo centenário da sua elevação a cidade, e para perpetuar no campo das actividades mentais esse notável fasto da vida local, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Aveiro promova a criação de um instituto de investigação, estudo, documentação e arquivo de conhecimentos sobre a região em que tem seu assento administrativo o Distrito de que a cidade é capital.

A ideia da criação de um instituto de estudos aveirenses, ocorreu há já quarenta anos ao autor desta proposta, mas essa iniciativa não pôde tornar-se realidade, não só em razão do diminuto número de estudiosos em evidência, mas também em virtude de incompatibilidades que se constataram entre algumas das figuras que sendo, nesse tempo, das principais da nossa intelectualidade, não podiam deixar de fazer parte de uma associação de tal categoria.

Insistir na efectivação da ideia, seria aumentar os dissídios entre os homens, em vez de os congregar numa sociedade que necessitava de bom entendimento entre os seus componentes e de calma no pensar e solidariedade na obra realizada.

O clima do pensamento local dessa época, embora já iniciada uma grande renovação, não era, também, propício.

Oito lustros passaram, já entretanto.

A cidade melhorou, aumentou sua capacidade e seu prestígio.

E, apesar de uma segunda conflagração mundial, não só a cidade mas toda a região experimentaram o reflexo de um surto de desenvolvimento que empolgou a nacionalidade de aquém e de além-mar.

O trânsito nas rodovias, a viação motorizada, o número de carreiras e de veículos matriculados, a rede eléctrica, a frequência escolar, a construção e arranjo de edifícios públicos e particulares, as grandes obras portuárias, o incremento das indústrias e dos negócios, o aumento evidente do produto regional, o corpo clínico e técnico, são indicativos flagrantes de um progresso económico e da consequente ascensão de muitos milhares de indivíduos a condições de vida que há cinquenta anos eram privilégio de muito poucos e

BIBLIOTECA

se consideravam inacessíveis, não só às classes populares, mas mesmo às classes médias ou da pequena burguesia.

É preciso, porém, que a esta expansão material e a esta elevação do nível das condições de existência, corresponda uma mais acurada e diferenciada actividade intelectual.

No plano da escolaridade, o progresso é incontroverso. Também o é no plano desportivo e no do acesso a comodidades e diversões que há meio século mal se sonhavam.

Mas faltam-nos instituições de cultura científica, que são indispensáveis à dignificação das capitais dos povos civilizados.

Embora a tendência geral dos espíritos seja pouco favorável a empreendimentos culturais de certa magnitude e, sobretudo, de certa concentração de espírito e de observância de uma tal ou qual disciplina científica, devemos nós, os da Câmara Municipal, considerar que temos de saber corresponder e fazer com que a cidade corresponda às responsabilidades que sobre ela impendem, em face do prestígio por ela alcançado em várias manifestações do seu civismo, do seu sentido estético, da elegância tradicional do seu povo, do seu desenvolvimento económico, dos seus atractivos turísticos, das suas particularidades étnicas, da geral simpatia que infunde e que parece exalar-se da própria paisagem calma e luminosa que nos cerca e da liberal singeleza do trato dos seus habitantes, não esquecendo as responsabilidades derivadas da alta assistência governativa à solução dos nossos problemas fundamentais.

Se, por exemplo, o Estado e o organismo local denominado Junta Autónoma do Porto de Aveiro dotassem a Ria com um aparelho portuário tal como está delineado e já em grande parte realizado, e a cidade, principal interessada no grande melhoramento, não correspondesse com o trabalho, a iniciativa dos seus habitantes, as instituições, as organizações e as actividades comerciais adequadas ao aproveitamento e à exploração do porto, Aveiro cairia aos olhos do Poder e da Nação, na indignidade da obra, no imerecimento do obtido, no descrédito público e no desprestígio geral.

Também se a cidade, cabeça de tão rico e importante Distrito como é o nosso, Distrito que ocupa o melhor e mais belo trato da orla ocidental da meseta hispérica e do litoral da Beira, entre os baixos cursos do Douro e do Mondego, não desse provas de possuir uma camada pensante e estudiosa capaz de organizar e manter um instituto de investigação e cultura, de certo nível académico e científico, destinado a afirmações de intelectualidade meramente especulativa, sem finalidades materiais directas e tendo como primacial escopo o estudo e esclarecimento dos problemas e obscuri-

RIA

dades do conhecimento do meio geográfico, do revestimento biológico, e da acção humana, do nosso passado histórico, da valorização do nosso património civilizatório, dos recursos do nosso solo, dos nossos valores artísticos, arqueológicos e folclóricos, das particularidades étnicas da nossa grei, das aptidões, do carácter e da capacidade económica do grande binário regional que é a Terra e o Homem, Aveiro não estaria bem à altura do seu presente momento, nem do papel que o Destino lhe proporciona e parece ter assinalado no Portugal renascente, Portugal de que somos e queremos e devemos ser honrosa parte, Portugal que nos segue e nos aguarda, isto é, no Portugal do nosso próximo futuro.

Orandum est ut sit mens sana in corpore sano, era a oração da helénica Sparta traduzida por Juvenal em verso latino.

Também nós devemos orar, agora e sempre, para que no corpo da nossa região e da capital do seu Distrito, corpo formado pela terra sadia e fecunda que habitamos e pela raça esbelta e vigorosa que a habita, haja sempre um espírito são e a mente sã carece, nos tempos modernos, de um espírito esclarecido e ilustrado, de uma intelectualidade que se preocupe com assuntos e problemas de elevada cultura e que faça a afirmação de possuirmos um escol de estudiosos e investigadores que assegure o nível mental que os estranhos supõem existir entre nós.

biblRIA

Esse nível existe de facto em muitos dos nossos intelectuais, mas falta a congregação orientadora e representativa necessária ao aproveitamento integral dos reconhecidos méritos das suas pessoas.

O *Arquivo do Distrito de Aveiro*, publicação particular de muito valor, representa já por si, um grande e benemérito esforço a que não se podem regatear aplausos nem agradecimentos.

Mas é apenas uma publicação periódica de iniciativa particular muito louvável, e não o instituto que nos falta.

O «Instituto Alavário» será a congregação necessária à disciplina mental e à conjugação dos esforços dos nossos estudiosos em prol de uma obra de que a região, o distrito e a cidade carecem — um instituto de estudos regionais para o sector primacial da geografia, da história, da arqueologia e na etnologia.

A isso será destinado o «Instituto Alavário», ainda comemorativo do Milenário de Aveiro e que por isso mesmo evoca no seu título o nosso primitivo topónimo.

Peço à Câmara me autorize a promover o necessário para que a ideia se efective em perfeita independência da administração ou interferência municipais, mas sob a égide

ou auxílio material e moral da Câmara Municipal de Aveiro, que na devida altura deverá inscrever no seu orçamento o necessário subsídio, proporcionando os meios razoáveis e possíveis de instalação e manutenção.

Complementarmente, tenho a honra de propor o seguinte:

Considerando que a publicação periódica de cultura regional — *Arquivo do Distrito de Aveiro*, fundada em 1935, e aqui editada, bem há merecido da cidade, honrando-a e ilustrando-a num quarto de século de desinteressado, generoso e ímprobo trabalho de investigação e estudo dos seus directores e colaboradores, nunca tendo recebido qualquer auxílio ou subsídio oficial e municipal, e sempre tendo apoiado e servido todas as nossas grandes realizações dignificadoras — a Câmara Municipal de Aveiro, ao aprovar a criação de uma congregação de cultura denominada — *Instituto Alavário* — manifesta-lhe o seu reconhecimento, declarando-a *Benemérita da Cidade*, com a sua Medalha de Prata que nesta data lhe confere, em três exemplares, louvando os seus directores, os escritores Senhores Dr. António Gomes da Rocha Madahil, Director da Biblioteca Pública Nacional de Braga e bolseiro da Alta Cultura, em Lisboa, Dr. José Pereira Tavares, antigo professor e reitor do Liceu, e Dr. Francisco Ferreira Neves, professor do Liceu, a quem desde já convida a fazerem parte da Comissão organizadora do referido «Instituto Alavário», destinado a estudos regionais da natureza dos que têm sido objecto da mesma benemérita publicação.

Paços do Concelho de Aveiro, 30 de Dezembro de 1959.

O Presidente da Câmara — (Assinado) — Alberto Souto.

O Senhor Vereador, Doutor Humberto Leitão, disse congratular-se por esta ideia da criação de um instituto de ordem cultural, assim como também a de propor um louvor àqueles que, há uma vintena de anos, têm vindo a divulgar, desinteressadamente, todos os assuntos de investigação científica e cultural relacionados com o Distrito.

O mesmo Senhor Vereador disse ainda que seria agora necessário congregar todos os esforços no sentido da corporização deste projecto.../».

Está conforme. — Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro, aos sete dias do mês de Março do ano de mil novecentos e sessenta.

O Chefe da Secretaria

Dário da Silva Ladeira

biblAVA

Neste lugar nos apraz agradecer à Câmara Municipal de Aveiro esta honrosa distinção.

No início deste XXVI ano, presta a Direcção da Revista a sua comovida homenagem à memória dos colaboradores e assinantes falecidos e saúda todos quantos com a sua assinatura ou colaboração nos estão ajudando a cumprir o programa que ao lançar o primeiro fascículo da publicação nos impusemos.

A nossa orientação e a nossa fé são as mesmas de há vinte e cinco anos.

Aveiro, Março de 1960.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

TRADUÇÃO DO POEMA *ANTIMORIA* E DALGUNS EPIGRAMAS DE AIRES BARBOSA

I

NOTAS À EDIÇÃO QUINHENTISTA DO POEMA *ANTIMORIA*

bibRIA

INTEGRA-SE no perturbante e mal esclarecido problema dos primeiros anos da actividade tipográfica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a edição original, e única até ao presente, deste livrinho que sobremaneira enobrece as tradições culturais aveirenses: *Antimoria*, poema latino com que o insigne humanista AIRES BARBOSA combateu o grande ERASMO, de Roterdão, e a sua celebérrima sátira — *Encomium Moriae* (Elogio da loucura), cuja primeira edição, preparada em Inglaterra ainda, apareceu em público no ano de 1509.

Com efeito, a primeira obra que se sabe presentemente ter saído dos prelos do Mosteiro é o *Repertorio pera ſe acharem as materias no liuro Spelho da conciencia*, pois «Emprimioſe per Germão galharde frâces na muy nobre ⁊ ſempre: leal cidade Coymbra . no moeſteyro de ſancta . + . per mandado do Prior craſteiro ⁊ conuẽto delle: aa honrra ⁊ louuor de noſſo ſeñor Jesu xp̃o . aos noue dias do mes de Agoſto do anno do ſeu nacimẽto de mil ⁊ quinhentos ⁊ trinta»; e o *Antimoria* apresenta na sua página final a declaração de ter sido impresso «Conimbriae Apud Coenobium diuae Crucis M.D.XXXVI».

No breve estudo que em 1942 consagrámos às *Primícias da Arte Tipográfica em Coimbra* / *O «Repertorio pera se acharem as materias no liuro Spelho da conciencia», de 1530*, enunciámos o problema das origens da Tipografia em Coimbra,

durante tantos anos debatido, e compendiámos quanto a seu respeito se tinha podido conhecer até então, nele reproduzindo, no final, o próprio *Repertorio* por completo.

Posteriormente, uma obra notável pelo erudito articulado que a informa e pela sua opulenta apresentação gráfica: «*Da famosa Arte da Imprimissão*», de 1948, procurou conciliar antigas notícias dispersas, contraditórias, cujo hábil encadeamento leva o seu ilustre Autor, o Senhor Dr. AMÉRICO CORTÊS PINTO, a reivindicar para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a primazia da impressão tipográfica em Portugal e no século XV ainda.

Por inelutável fatalidade, porém, em parte alguma aparecem exemplares de espécies bibliográficas que irrefutàvelmente comprovem a interessantíssima tese aí defendida; e o velho problema da introdução da Tipografia em Coimbra, para quantos não dispensem o exame directo das espécies, ou, pelo menos, referências documentais sem qualquer possibilidade de contestação séria, tem de continuar, por enquanto, cingido aos precisos termos em que o citado nosso estudo sobre as *Primícias da Arte Tipográfica em Coimbra* o compendiou.

A tipografia do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra — a primeira que na cidade se estabeleceu — filia-se directamente na reforma monástica da Casa, determinada por D. João III em Outubro de 1527, e na inteligente actuação desse extraordinário prior crasteiro que foi D. Dionísio de Morais, eleito a 17 de Fevereiro de 1530. A seu chamado foi de Lisboa a Coimbra o impressor francês Germão Galharde, de créditos bem firmados pelos excelentes e numerosíssimos trabalhos da sua oficina da Capital, para instalar uma tipografia no Convento e industriar os cónegos na indispensável técnica da nova Arte, lá se demorando pelo menos até fins de 1531.

Do interesse que ao próprio monarca tão importante iniciativa mereceu, dá claro testemunho o relato da oficina incluído na descrição geral do Mosteiro de Santa Cruz, enviada pelo Prior de S. Vicente de Lisboa, D. FRANCISCO DE MENDANHA, ao Cardeal António Pucci, protector da Congregação portuguesa a que ambos os Mosteiros pertenciam, em 4 de Setembro de 1540. Foi a descrição original traduzida do latim para português em Dezembro seguinte pelo cónego D. VERÍSSIMO, do Mosteiro de S. Vicente, e impressa pelos próprios cónegos de Coimbra em 1541 (1).

(1) Anos sem conta de porfiadas pesquisas para se encontrar algum exemplar desse remoto e importantíssimo texto, foram há bem pouco tempo coroados de êxito graças às diligências do lusófilo Prof. ISMAEL RÉVAH, que conseguiu localizar na biblioteca Newberry, de Chicago, integrado na colecção Greenlee, o único exemplar que presentemente se conhece da tradução

Textualmente aqui se reproduz quanto à oficina tipográfica se refere; nela e com o material com que D. João III a abasteceu, se imprimiu o *Antimoria* «do famoso Portuguez, illustre patricio, e honra da villa de Aveiro» (1), AIRES BARBOSA:

«*Officina deſtãpar & imprimir*».

«Sobre a outra quadra deſta clauſtra da manga cõtra o meyo dia eſtam as caſas de ſtãpar, onde os religioſos por ſua recreaçã & exercicio imprimẽ algũas boas & ſantas obras, pera o que lhe fez merce o dito ſenhor Rey dom Ioã noſſo ſenhor de carateres & matrizes de grego & latim, de ſeis ou ſete ſortes .ſ. de aldo, do gripho & dos outros mais eſmerados que ao preſente ha em o mundo, todo muy perfeyto com ſuas luminaturas, maiuſculas, & abreuiaturas, moldes & cõ todo o mais que cõpre aa perfeycã deste ſubtiliſsimo ẽgenho. Em eſtas caſas ſem nhũa peſſoa ſecular aiudar aos religioſos a hũs vereis como se exercitã em o officio de cõpoedores, diſtribuidores, outros em o de correytores, outros em batidores, outros em tiradores, & todos ẽ ſilencio obſeruantiſsimos guardadores.»

Nos seis anos que decorrem desde a data da impressão do *Repertorio* até à do *Antimoria*, imprimiram-se no Mosteiro, que se saiba, apenas quinze obras, número, no entanto, sujeito a rectificação, pois são muito precárias as informações que até nossos dias chegaram acerca da oficina tipográfica dos cónegos de Santa Cruz de Coimbra (2). Por muito estranho que pareça, não é conhecida nenhuma relação antiga, circunstanciada e exacta, das impressões saídas do Mosteiro (3),

biblRIA

---

impressa de D. VERISSIMO. Reproduziu-o em fotogravura no vol. XXIII do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, e em separata, com o título de *Descripcam e debuxo do Moesteyro de sancta Cruz de Coimbra*, 1957. Inestimável serviço se prestou à história do famoso Mosteiro com essa publicação, tão ansiosamente ambicionada desde tanto tempo. Pode, finalmente, contraprovar-se a versão que da *Descripcam* D. NICOLAU DE SANTA MARIA deixara na sua discutida *Cronica da Ordem dos Conegos Regrantes de S. Agostinho*.

(1) Assim o apelida o Beneficiado FRANCISCO LEITÃO FERREIRA nas suas doutas *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, ed. de 1940, vol. II, 122.

(2) Total averiguado com os elementos registados em MARTINS DE CARVALHO, SOUSA VITERBO, e ANTÓNIO ANSELMO. SOUSA VITERBO cifra em 18 apenas os «trabalhos tipográficos executados propositadamente pelos frades de Santa Cruz» (pág. 301 de *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI;* Coimbra, 1924).

(3) Esta mesma falta é registada já, com justificada mágoa, no valioso estudo dedicado por J. M. TEIXEIRA DE CARVALHO à *Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, em 1921 (pág. 34), e no comentário que dedicámos à *Visitação Geral do Estado Espiritual da Sé de Coimbra* (2.ª ed., 1935).

e hoje, devido à desordenada dispersão das livrarias conventuais que se seguiu à extinção das Ordens Religiosas em 1834, extraordinàriamente difícil se torna reconstituir por completo a actividade editorial dos cónegos crúzios de Coimbra.

Para agravamento dessa dificuldade tem ainda concorrido a confusão ocasionada pela imprecisão das declarações exaradas nos colofões das respectivas obras; assim, simultâneamente se encontra, de 1530 a 1536, menção de terem sido impressos livros *por Germão Galharde no Moesteiro de Santa Cruz de Coimbra*, ou então, *em Coimbra de mandado de D. Dionisio prior crasteiro do Moesteiro de Santa Cruz*, outras vezes, *pelos conegos no Moesteiro de Santa Cruz de Coimbra*, ou, mais singelamente, *pelos conegos de Santa Cruz de Coimbra*, e ainda, ùnicamente, *no Moesteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

ANTÓNIO ANSELMO [1] não considera equivalentes tais declarações; no entanto, para nós têm elas muito claramente o mesmo e único significado: Germão Galharde, que para Coimbra levou a Tipografia por expressa incumbência dos cónegos de Santa Cruz, não parece que tenha exercido a sua actividade noutro lugar da cidade que não fosse o próprio Mosteiro; os colofões das suas edições conimbricenses não consentem outra interpretação; a oficina era ùnicamente a do Convento, de iniciativa do seu Prior crasteiro D. Dionísio de Morais, como acima deixámos dito; menos de seis meses após a eleição de D. Dionísio, a 9 de Agosto, a culta e notabilíssima actividade desse grande organizador maravilhava a Coimbra letrada com a novidade duma Tipografia na Terra e chamava decididamente para o Convento altas atenções que viriam a frutificar muito para além do limite confinado das paredes de Santa Cruz.

A nada disso deve ter sido alheio o próprio D. João III, nem, evidentemente, o reformador Fr. Brás de Barros.

Em 1536 então, firmados já os créditos da oficina, donde haviam saído, mesmo, composições latinas de esmerada apresentação gráfica, AIRES BARBOSA confia-lhe a impressão do seu poema; é de crer que para tal resolução muito tenham igualmente concorrido possíveis relações de amizade existentes entre o velho professor de Salamanca e o luzido grupo de humanistas do Mosteiro e, evidentemente, a própria Corte, através do Cardeal-Infante D. Afonso, que AIRES BARBOSA ensinara e ao qual dedica o seu poema.

Em carta a João Vaseu exalta CLENARDO a excelência das impressões em grego realizadas no Mosteiro de Santa Cruz

---

(1) *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*; Lisboa, 1926. Rubricas: *Cónegos de Santa Cruz de Coimbra*, a pág. 120, e *Galharde (Germão)*, a pág. 160.

de Coimbra, recomendando-lhe que se necessitasse de livros nessa língua os pedisse a Mestre Vicente Fabrício, que ao tempo regia no Mosteiro a cadeira respectiva (ed. de JOAQUIM DE VASCONCELOS, incompleta, s. l. n. d.).

A obra foi escrita em Esgueira, como o próprio Autor elucida no seu prefácio; AIRES BARBOSA encontrava-se já liberto dos absorventes encargos da cátedra de Salamanca, que honrou durante 20 anos, ensinando Grego e Latim, Gramática e Retórica, e livre também dos sérios cuidados da instrução humanística do Cardeal-Infante D. Afonso, e do Infante D. Henrique, irmãos de D. João III, que para tanto expressamente o chamara ao Reino, como o próprio AIRES BARBOSA lembra no prefácio. Com a publicação do *Antimoria* dava o Autor execução ao seu antigo projecto, durante largos anos acariciado, de publicar uma obra que fosse grata a Deus e às pessoas de sã consciência, projecto que as suas ocupações docentes o haviam forçado a protelar até então.

Em PRUDÊNCIO encontrou AIRES BARBOSA a sugestão para a métrica por ele adoptada em oposição à prosa de ERASMO; este, porém, é que muito possìvelmente não terá já apreciado as objurgatórias nem a excelência da métrica do humanista aveirense, pois faleceu nesse preciso ano de 1536.

Da forma como a oficina dos cónegos de Santa Cruz se desempenhou da missão que lhe foi confiada, dão ainda hoje claro testemunho os três únicos exemplares conhecidos do livrinho quinhentista: um na Biblioteca da Universidade de Coimbra, outro na Nacional de Lisboa, e outro em Vila Viçosa, na Biblioteca del-Rei D. Manuel II, o bibliógrafo que descreveu com maior individuação esta mesma obra (1).

É ela, no seu aspecto externo, um livrinho muito pouco volumoso; 48 fólios apenas, numerados no rosto com algarismos romanos [I] a XLVIII (2) e dobrados em 6 cadernos de 8 fólios, assinados [A], Aii, Aiii, Aiiii... até Fiiij.

Papel corrente de vergaturas e pontusais, sem marca de água (3), medindo os fólios, presentemente, 88^{mm} de largo por 137 de alto, acusando certa exiguidade de margens, con-

---

(1) *Livros Antigos Portuguezes / 1489-1600 / da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima descriptos por S. M. El-Rei D. Manuel em tres volumes*. Maggs Bros, Londres, 1929. Vol. I, págs. 519 a 523. Nas considerações com que D. MANUEL II acompanha o registo do *Antimoria*, há a corrigir quanto nelas se articula com a data do falecimento de AIRES BARBOSA, ocorrida em 1540, como do auto de aprovação do seu testamento consta, existente em cópia na Biblioteca Pública de Évora, e não em 1530 como no comentário de D. MANUEL II se diz.

(2) Verificam-se dois erros na paginação: XXVII em vez de XXXVII e XXIX em vez de XXXIX.

(3) Reportamo-nos ao exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa (Res., 1944 P.), que utilizámos para as presentes notas.

sequência, possìvelmente, de excessivo aparo por parte do encadernador; a reconstituição do formato primitivo exacto não é hoje possível já.

Mancha tipográfica de 68mm por 111, com 18 linhas em média, por página.

Títulos correntes incluindo o nome do autor (aqueles no verso dos fólios, e este na frente).

Caracteres romanos nas peças preliminares (uma carta ao Autor e o prefácio-dedicatória) e nas epígrafes; caracteres *itálicos* (1) no texto; todos eles de bom desenho e muito legíveis; composição bem entrelinhada e agradàvelmente apresentada. Capitulares ornamentadas, de figuração e folhagem. Grande quantidade de abreviaturas e de letras acopladas, o que bem documenta a perícia dos cónegos que a seu cargo tinham a tarefa da composição. Por vezes, frases em Grego, correctamente integradas no texto latino.

Avulta na portada do livro e quase por inteiro a enche, uma gravura em madeira, de 68mm de largo por 86 de alto, ostentando o brasão do cardeal-Infante D. Afonso, inscrito num rectângulo de duplo filete: armas de Portugal coroadas, carregadas do lambel do Infante — o 1.º pendente esquartelado de Leão e Castela; o 2.º com dois leões passantes; e o 3.º com três palas. Chapéu de 4 ordens de borlas.

Por baixo desta gravura, muito timidamente, o título da obra em 7 únicas palavras, dispostas em três linhas sem relevo de qualquer espécie:

biblRIA

ARII BARVOSAE
Lusitani Antimoria.
Eiusdem nonnulla Epigrammata.

Logo no verso da portada, uma carta de JORGE COELHO a AIRES BARBOSA, ocupando toda essa face e a folha imediata, rosto e parte do verso.

Na fl. III, o prefácio do Autor, dedicando a obra ao Cardeal Infante e explicando-a: ARII BAR / VOSAE LVSITANI PRAEFA- / tio in Antimoriam Ad Illuſtriſsimum / S. R. Eccleſiæ Cardinalem & Portugaliæ / Infantem. D. Alfonſum.

E peça fundamental para a compreensão do pensamento do Autor e ainda para a sua biografia. Estende-se até à fl. VI, v.º

E principia então, na fl. VII, o poema «ARII BAR/ VOSAE LVSITANI / Antimoria.»

Termina na fl. XXIIII, com 11 linhas.

---

(1) O *gripho* referido no relato da *officina deſtãpar & imprimir*, na *Descripcam e debuxo do moesteyro de sancta Cruz de Coimbra*, de D. FRANCISCO DE MENDANHA.

Alguma coisa mais completa a obra de AIRES BARBOSA, como na própria portada se declara: uma boa colecção de epigramas, alguns deles datados de muitos anos antes e referidos a casos ocorridos em Espanha e ao longo da vida familiar do Autor; EPIGRAMMATA / EIVSDEM ARII / BARVOSAE NON / nulla Epigrammata./

São 50, e encontram-se de fl. XXIIII v.° até à XLVIII v.°, subordinados às seguintes epígrafes, compostas em caixa alta e caixa baixa, de corpos maiores do que o do texto (por vezes, a epígrafe fica isolada ao fundo da mancha, e o epigrama respectivo passa para o alto da imediata, sem ligação com a epígrafe. É este, por certo, o mais grave reparo a opor à técnica tipográfica do precioso livrinho):

fl. XXIIII v.°) Ad .D. Alfonſum Card. Infantem.
fl. XXV v.°) Ad vrbem celebrem Salmanticen.
fl. XXVI v.°) In qvendam maliuolum.
» » De nomine Iesvs.
fl. XXVII) Ad ivvenes stvdiosos.
fl. XXVIII) Epitaphivm vxoris.
fl. XXVIII v.°) In issam.
fl. XXIX) Ad Pvdentem.
» » Ad Lavrentivm de magistro Gonſalo.
fl. XXX) Ad Discipvlvm.
» » De Avla.
fl. XXX v.°) De rixa grammaticorum.
fl. XXXI) In issam.
fl. XXXII) In ivra.
» » Ad frontonem ivris peritum.
fl. XXXII v.°) Ad vrvenam.
» » In Isacidem.
fl. XXXIII) Ad Car. Infantem.
» » In Astrologos .M D.XXIIII.
fl. XXXIII v.°) Ad Archiep, Compostellan.
fl. XXXIV v.°) In discipvlvm ingratum.
» » Ad mirandam Georgium.
fl. XXXV) Ad se cvm langveret.
fl. XXXVI) In qvendam.
» » In Ferrandvm inuidum.
» » In Frontonem.
fl. XXXVI v.°) In Evndem.
fl. XXXVII) In Barbarvm.
» » De officio Grammatici.
fl. XXXVII v.°) Ad Iohannam Vaaz.
fl. XXXVIII) Ad Archiepis. compost.
» » Ad Principem Theodoſium.
fl. XXXVIII v.°) Ad .D. Sancivm a caſtella.
fl. XXXIX) Ad Probvm grammaticum.

biblRIA

fl. XXXIX v.°)	In clericvm hospitem.
» »	Ad .D. Alfonsvm card.
» »	In varvm.
fl. XL)	Ad se, paraenesis.
fl. XL v.°	De democratia hispaniæ, cum adhuc esset Salmãticæ . M.D.XX.
fl. XLI)	De eadem.
fl. XLI v.°)	Dictvm Fabri democratici.
fl. XLII)	Ad democratiam parænesis.
fl. XLII v.°)	De cvstode Arcis quæ dicitur Halæios.
fl. XLIII)	De eodem.
fl. XLIV)	Parænesis cvm à Gallis capta est Fontirabia.
fl. XLV)	De eadem.
» »	De victoria procerum, ad Logroniũ. M.D.XXI.
fl. XLVI)	In Frontonem.
fl. XLVI v.°)	In Barbarvm inuidum.
fl. XLVII)	De miseria nostrorum temporum.

Chegado o verso da fl. XLVIII, para onde teve de passar uma linha do último epigrama, preenchem-na 21 linhas de prosa, igualmente compostas em itálico, rematando-se o livrinho com estas três singelíssimas linhas de colofão:

bibRIA

CONIMBRIAE
Apud Cœnobium diuæ Crucis.
M. D. XXXVI.

E é isto o *Antimoria* do grande humanista aveirense AIRES BARBOSA, a mais representativa de quantas obras nos legou, considerada apenas no seu aspecto exterior, meramente bibliográfico, único que nos propusemos encarar.

Do que ele vale como produto duma mentalidade e retrato duma época, vai, ao cabo de tantos anos, o leitor poder ajuizar directamente, graças à tradução que o *Arquivo do Distrito de Aveiro* promoveu e de que benèvolamente se quis encarregar o nosso camarada de Direcção, Dr. José Pereira Tavares.

O raro livrinho nunca foi reeditado, e muito menos traduzido. Há séculos, com certeza, que por ninguém o *Antimoria* é meditado. Vai ser, portanto, uma verdadeira revelação para todos. E temos plena consciência de que a presente reedição não será dos menores serviços que à cultura e à história do nosso Distrito é prestado pela Revista que a patrocina — desinteressadamente, como todas as que vem realizando desde há um quarto de século já.

«*Multum igitur tibi debent Sapientes omnes*», declara o Dr. JORGE COELHO a AIRES BARBOSA na carta que a propósito do *Antimoria* lhe escreve e no verso da portada vem incluída; também ao *Arquivo do Distrito de Aveiro* alguma coisa, pelo menos, embora não *multum*, se poderá dizer que a cultura intelectual ficará devendo, e até a memória do humanista AIRES BARBOSA, antigo Mestre de Príncipes, lídima glória da erudição aveirense dos passados tempos.

São do comentário que à edição de 1536 dedica D. Manuel II, na apresentação do exemplar da sua selectíssima biblioteca, as linhas com que rematamos as presentes considerações:

«*A Antimoria tem para nós um profundo interesse, não só por fazer reviver a epocha mais brilhante do estudo das humanidades em Portugal, mas porque o seu auctor, Ayres Barbosa, foi um dos iniciadores d'esses estudos no nosso Paiz e um dos seus mais insignes mestres.*»

Há muito, pois, que lhe era devida a reedição agora levada à ponderada apreciação dos estudiosos.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

bibRIA

II

NOTA DO TRADUTOR

Entre a bibliografia do aveirense AIRES BARBOSA (1), conta-se a obra intitulada — *Arii Baruosae Lusitani* **Antimoria** — *Eiusdem nonnulla Epigrammata* — [**Antimória**, *do português Aires Barbosa.* — *Alguns Epigramas do mesmo*] —, impressa em Coimbra em 1536.

Por iniciativa do Dr. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, nosso camarada com o Dr. FRANCISCO FERREIRA NEVES na Direcção do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, foi resolvido que a Revista prestasse, na altura da comemoração do milenário da cidade, homenagem à memória do célebre humanista, glória de Aveiro, publicando a tradução daquela obra.

Encarregou-se ROCHA MADAHIL de prefaciar a publicação e sugeriu que fôssemos nós o tradutor.

Acedemos ao convite, apesar de nos julgarmos incapaz de condignamente verter para português essas notáveis composições do ilustre aveirense.

Contrariando, porém, o plano inicial de publicação total do volume, oferece-se ao leitor a tradução do poema *Antimoria* — que, não obstante o respectivo texto (616 versos hexâmetros) não chegar a abranger metade das páginas do citado volume, constitui, sem dúvida, a sua parte mais importante — e, dentre os cinquenta epigramas, traduziram-se, como apêndice, apenas quinze, já porque muitos dos restantes não têm grande interesse, já porque os referentes a acontecimentos muito particulares da Espanha e da Europa tornariam bastante difícil a sua interpretação.

*

A tradução foi feita o mais possível à letra, como se pode verificar pelo cotejo com o original, que figura à esquerda, nas páginas pares.

---

(1) Consulte-se o estudo do Dr. FRANCISCO FERREIRA NEVES — «*Vida e Testamento do Humanista Aires Barbosa*», publicado no vol. XIV do *Arquivo* (1948), págs. 42 a 61.

Tivemos de *preparar* o texto, modificando a pontuação, por demais caótica, de acordo com o sentido. Depois, julgámos indispensáveis as seguintes modificações ortográficas em vocábulos cuja grafia a filologia latina há muito fixou: *alunnus* — alumnus; *an ne* — anne; *autor* — auctor; *belua* — bellua; *bene facta* — benefacta; *charus* — carus; *coecus* — caecus; *coelum* — caelum; *efoetus* — effetus; *efusis* — effusis; *eijicitur* — eicitur; *foelix* — felix, etc.; *Flacus* — Flaccus; *gazophilatium* — gazophylacium; *jandudum* — jamdudum; *jocundus* — jucundus; *laetaliter* — letaliter; *lachryma* — lacryma; *Lerneus* — Lernaeus; *litera* — littera; *moeror* — maeror; *ocium* — otium; *poene* — pene; *precium* — pretium; *prophanus* — profanus; *quaeror* — queror; *seculum* — saeculum; *Sydus* — Sidus; *vendicare* — vindicare; *vicessimus* — vicesimus; *vicium* — vitium.

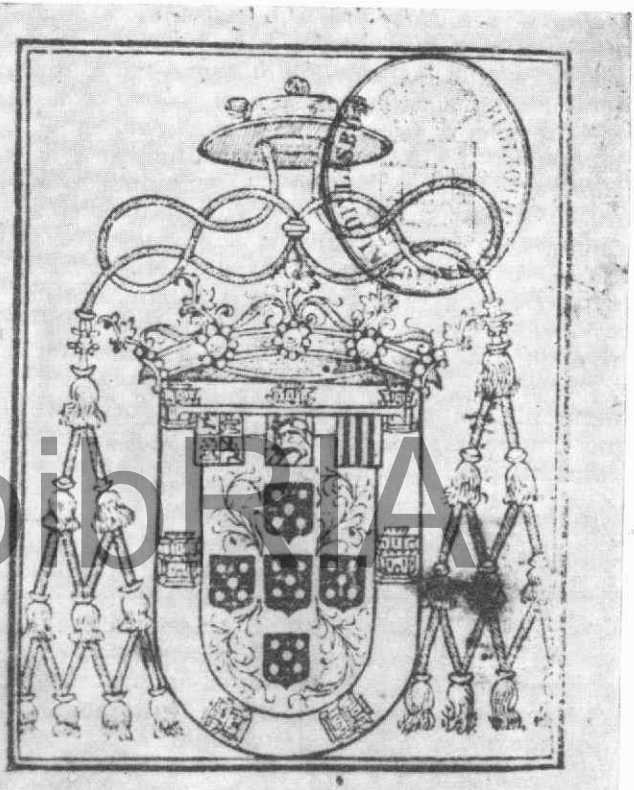
Grafámos com maiúscula os seguintes vocábulos, que no original aparecem com minúscula: *Auster, Boreas, Clytius, Deus, Dominus (Deus), Graii, Iberi, Lacaena, Lybicus, Moria, Nereus, Numen, Olympus, Omnipotens (Deus), Paradisus, Pelasgi, Phrygii, Sapientia, Siculus, Sophia, Tartarus, Tonans (Jupiter), Troes, Troianus.*

Finalmente, substituímos por formas correctas nove palavras que considerámos como gralhas, e a respeito de cada uma indicámos, no final da página onde figura, a forma original.

biblRIA

Aveiro, 27 de Novembro de 1958.

JOSÉ PEREIRA TAVARES



ARII BARVOSAE
Lusitani Antimoria.

Eiusdem nonnulla Epigrammata.

biblRIA

CARTA DO HUMANISTA JORGE COELHO A AIRES BARBOSA

PREFÁCIO DE AIRES BARBOSA À *ANTIMÓRIA*

bibRIA

Georgius Coelius Ario Baruosae suo
S. P. D.

II, e Perlegi auido et iamdudum sitiente animo elegantissimum tuum poema Lucretianae phraseos feliciter aemulum, in quo non minus tibi et patriae quam omnibus recte sentientibus gratulor. Dum enim adversus Stultitiam collatis signis dimicas, magnum tu quidem et perquam opportunum auxilium Sapientiae ipsi pene iam affectae et profligatae tulisti. Multum igitur tibi debent Sapientes omnes, pro quorum secta fortissimus athleta decertasti. Gratiam porro cumulatissimam referet Christus, quo dirigitur et quem velut scopum sibi Antimoria tua proponit, cuius denique armis, fiducia, afflatu Moriam ipsam Lernaeum et prope inexpugnabile monstrum felicissime superasti. Deus bone, quantum eruditionis, quantum probitatis in opere isto relucet! Certat
II, d cum rerum scientia grauitas; cum facundia ve / nustas; cum sententiarum acumine carminis elegantia; postremo, cum his omnibus eximius quidam pietatis atque religionis amor. Sic quidem decebat adversus teterrimam, suorumque armis belluam munitissimam. Facessat igitur in posterum, nec pedem conferre ausit abs te profligata Moria; pereat funditus, tollatur de medio, necnon hanc dignam censuerim quae vel in triumpho abs te ducatur.

Nam de me quid tibi dicam, quem mirifice hoc carminis genere recreasti, denique ueluti suavissimum poculum ac nepenthes quiddam mihi videor hausisse? Quod si antehac prudens habebar, certe poematis huius lectio me prudentiorem reddiderit; sin ego potius stultorum unus (Quid enim me pudeat commune fateri contagium?), pharmacum quod propinasti praesens remedium fuerit, ut aliquando resipiscam. Sed iudicem tu me operis tui facis. Quid, obsecro, illudis mihi, uir doctissime? An ego pulcherrimorum et consumatissimorum carminum iudex esse merear? Itaque
III, e vereor ne, dum mi / hi supra modum tribuis, in eo ipso stultiorem me reddas. Quod utrum operis tui instituto conueniat, plane tu ipse iudices oro. Carmina quidem tua extra omnem censuram posita sunt, quocirca illud magis optandum mihi est, ut ingenii tui dotes dignis ad caelum laudibus euehere, doctrinamque tuam pro merito valeam commendare. Vale.

biblIA

Jorge Coelho saúda afectuosamente o seu Aires Barbosa.

Li, de ponta a ponta, com ávido e já antigo interesse, o vosso elegantíssimo poema, de bem ordenada feição lucreciana, pelo qual não menos a vós e à Pátria do que a todos os de bom entendimento dou os parabéns. Com efeito, ao combaterdes aguerridamente contra a *Loucura*, levastes, sem dúvida, grande e muito oportuno auxílio à própria Sabedoria, já quase abatida e derrotada. Muito, portanto, vos ficam devendo todos os sábios, por cujo partido como esforçadíssimo atleta combatestes. Além disso, ficar-vos-á gratíssimo Cristo, para onde se dirige a vossa *Antimória* e a quem toma para si como alvo, com cujas armas, enfim, e com cuja confiança e inspiração subjugastes com toda a felicidade a própria *Mória*, espécie de monstro de Lerna, quase invencível.

Bom Deus, quanta erudição, quanta probidade se não patenteia nessa obra! Rivaliza a gravidade com o conhecimento das matérias; a pureza com a elocução; a elegância do verso com a agudeza das sentenças; enfim, com tudo isto, notável amor da piedade e da religião. Assim na verdade convinha contra o hediondíssimo monstro que as armas dos seus tão fortemente protegiam. Retire-se, portanto, para sempre a *Mória*, por vós abatida; não ouse dar combate; pereça totalmente; seja arrebatada deste mundo, e eu até a teria julgado digna de ser por vós conduzida no triunfo.

Pois que vos direi de mim, a quem admiràvelmente deleitastes com este género de poesia, a ponto de me parecer ter bebido uma espécie de suavíssimo filtro, ou narcótico? Porque, se até agora me considerava prudente, decerto a lição deste poema me tornará mais prudente; se sou, porém, de preferência, um dos estultos (pois porque me hei-de envergonhar de confessar um comum contágio?), a droga que me ministrastes terá sido o remédio eficaz, para que algumas vezes me reanime.

Mas vós fazeis-me juiz da vossa obra... Ora dizei-me: porque brincais comigo, doutíssimo varão? Porventura mereceria ser juiz dos vossos formosíssimos e perfeitíssimos versos? E assim, receio que, dando-me vós mais importância do que a que mereço, me torneis por isso mais insensato. Peço que vós próprio julgueis o que convém ao fim da vossa obra. Na verdade, os vossos versos foram colocados fora de toda a censura; pelo que mais devo desejar poder conduzir até o céu, com dignos louvores, as qualidades do vosso engenho e pelo seu mérito recomendar a vossa doutrina. Saúde!

biblRIA

Arii Baruosae Lusitani praefatio in **Antimoriam,** *ad Illustrissimum S. R. Ecclesiae Cardinalem et Portugaliae Infantem D. Alfonsum.*

III, d Cum in Salmanticensi academia abhinc triginta fere annos litterariae militiae stipendia facerem et inter professores bonarum artium unus utramque linguam hispanos iuuenes docerem, iam tum mirum in modum cupiebam, Sacer Princeps, de nostro inopi ingenio aliquid in aerarium Dominicum inferre, ac piam illam viduam, quae in Euangelio laudatur, imitari. Sed cum nec per publicam docendi sollicitudinem, nec per priuatam domesticam administrandi quic-
IV, e quam liceret commentari, nisi forte in his quae tunc / interpretabamur, expectabam iustum illud opulentumque otium, quod nobilis solet Hispaniae Uniuersitas post vicesimum professionis annum suis emeritis doctoribus et iam aeuo defessis suppeditare. Id vero ubi contigit, ecce huic exacto labori statim nouus accreuit atque annexus est, non minori cura, sed breuiori tempore mihi necessario obeundus. Nam Ioannes III, inclytus rex Lusitaniae, frater tuus, misso Salmanticam ad me accersendum tabellario, per litteras me hortatus est ut te erudirem quamuis puerum tunc, iam tamen Cardinalium summique Senatus collegio adoptatum. Non potui negare patriae meae parenti, ratus videlicet nullum munus gratius a me offerri Deo posse, quam si te diuinum adolescentem maximae spei destinatum et post paulo multis imperaturum (1) instituissem. Hoc alterum laboris nostri munus septennio absoluimus, in quo et loquendi et orandi et disserendi artem didicisti cum caeteris humanitatis mun-
IV, d ditiis. Quod profecto opus (qui tuus vigor inge / nii visque est) triennio perfecissem, si in quopiam diutius loco morari per mutationes curiae instabilis licuisset. Nunc duplici iam donatus rude, cum et schola et aula placidam mihi in patria

UBRIA

(1) No original, *impaturum.*

Prefácio do português Aires Barbosa para a sua **Antimória**, *dedicado ao muito ilustre Cardeal da Santa Igreja Romana e Infante de Portugal, D. Afonso.*

Quando, há cerca de trinta anos, me achava alistado na milícia literária na Universidade de Salamanca e era o único dos professores de belas letras que ensinava as línguas latina e grega aos jovens hispanos, já então, Sagrado Príncipe, ardentemente desejava levar para o erário do Senhor alguma coisa do meu fraco engenho e mesmo imitar aquela piedosa viúva que se louva no Evangelho (1) Como, porém, nem pelo cuidado público de ensinar, nem pelo particular de dirigir os negócios de minha casa me era permitido comentar qualquer coisa, a não ser, casualmente, naquilo que íamos interpretando, esperava eu aquele justo e apreciado descanso que a nobre Universidade de Espanha costuma dar, depois de vinte anos de serviço, aos seus doutores, no fim da carreira e já cansados pela idade. Ora, quando tal aconteceu, eis que imediatamente se juntou e acrescentou a este trabalho concluso um novo, de não menor responsabilidade, mas que por mim devia ser realizado em menos tempo. É que, tendo D. João III, vosso irmão, ínclito rei de Portugal, enviado a Salamanca um mensageiro a procurar-me, exortou-me, por carta, a que vos instruísse, ainda que então fôsseis criança, se bem que já admitido no colégio dos Cardeais e do Sumo Senado. Não pude recusar-me ao pai da minha Pátria, julgando que, sem dúvida, dádiva alguma mais grata poderia por mim ser oferecida a Deus do que ter-vos instruído, a vós, divino adolescente, em quem se punha a maior esperança e que em breve havíeis de suplantar a muitos. Em sete anos realizámos estoutra obrigação do nosso trabalho, durante os quais aprendestes a arte da eloquência, da oratória, e da dialéctica, além doutras louçanias das humanidades. Teria, sem dúvida, realizado esta tarefa em três anos — tal a robustez e força do vosso engenho! —, se durante as mudanças da instável Cúria me houvesse sido permitido

(1) S. Marcos, XII, 41-44.

biblRIA

quietem indulgeant, repeto memoria senex id quod iuuenis animo agitabam. Nec enim nihil agere fas esse mihi puto, sed potius optatum otium in aliquod utile negotium conuertere. Nec rursus libitum est mihi ludo, venationi caeterisque indignis homine docto voluptatibus incumbere, sed multo magis primum ac verum hominis sequi officium, et si difficultate rei tantae victus interdum succumbam, quod tamen tum demum assequutum esse me arbitrabor, cum aut totum hoc aeui quod superest, in laudem Christi Iesu contulero, aut certe cum alterum me, id est proximum, ope aliqua adiuuero. Cogitanti ergo mihi in copia tanta rerum, quas auctores varii perscripserunt, quidnam potissimum in secessu patriae commentandum aggrederer, venit in mentem Anti-
v, e moriam / scribere. Primum facere hanc admonitus sum Moriae Encomio, quod nunc cunctis est in manibus. Deinde ut ita appellarem Anticatones Caesaris me docuerunt. Hoc opus, S. P., tametsi intelligam longe maius esse quam possit meis viribus sustineri, et quod non me, sed Erasmum ipsum deposcat, tamen subieci isti aleae caput, ut vel ineptus vocer vel temerarius, quia putaui in tali materia susceptum laborem, et Deo gratum fore et probis utilem. Quae enim plenior, quae dignior, quae uberior actio homini facundo dari potest, universae eloquentiae verbis ac viribus, velut efusis in eam totius Rhetoricae artis fontibus, tractanda, quam ea quae pro sapientia pugnans Iesum laudet, et insaniam oppugnans a vitiis absterreat? Sudabit, credo, sub tanto pondere, ringetur, anhelabit quicunque ille sit quantumuis eloquens, qui huiusmodi onus tantum subierit, nedum ego, qui meae imbecillitatis conscius non tam quicpiam praestitisse me,
v, d quam praestare voluisse prae me fero. Quocirca idem mi / hi in hac Antimoriae nostrae praefatione dicendum videtur, quod etiam C. Caesarem in principio Anticatonum praefatum esse suspicamur. Sicut enim ille fortassis se vereri significabat, ne causa caderet, quod M. Catonem vituperaret, quem ante a M. Tullio, viro in causis orandis summo, laudatum omnes approbassent, ita mihi sane metuendum ne multis ipse ineptus, ne dicam ridiculus videar, qui insecter Moriam reclamante populo innumerabili, quam paulo ante secunda fama vir disertissimus commendaverit. Quanquam quidem illorum veterum de quibus loquor, et nostra multum diuersa ratio est. Cicero enim causam suscepit potiorem, quam defenderet, Caesar deteriorem, quam oppugnaret. Ille dum optimum ciuem suis honestat virtutibus, Romanos iuuenes sic docet viuere ut Cato vixit; hic dum inimici praeco-

bibRIA

demorar mais tempo em algum lugar. Agora, já licenciado dos dois cargos, visto que tanto o exercício do magistério como a vida palaciana me concedem na Pátria um tranquilo repouso, recordo, já velho, o que constantemente pensava quando novo. Julgo, na verdade, me não era lícito nada produzir, mas antes desviar para alguma ocupação útil o apetecido ócio. Nem de novo tive o direito de me entregar aos divertimentos, à caça e aos outros prazeres indignos do homem douto, mas, muito preferentemente, de seguir a primeira e mesmo verdadeira ocupação do homem; e se, vencido pela dificuldade de tamanha empresa, entretanto sucumbir, contudo julgarei tê-la atingido finalmente: ou empregarei no louvor de Cristo todo o tempo que me resta de vida, ou então darei algum auxílio ao *outro eu*, isto é, ao próximo. Quando, portanto, me ocupava em averiguar o que de preferência por mim devia ser comentado no acervo dos assuntos que diversos autores largamente trataram por escrito, veio-me ao pensamento escrever uma *Antimória*. Em primeiro lugar, levou-me a fazê-la o *Elogio da Loucura*, que agora anda em todas as mãos. Depois, o *Anticatões*, de César, é que me ensinou a designá la dessa maneira. Ainda que eu perceba, Sagrado Príncipe, que esta obra é pesada demais para as minhas forças, e ela me não provoque a mim mas ao próprio Erasmo, contudo submeti-me a esta sorte, de forma a ser considerado inepto ou temerário, por ter julgado em tal matéria executado o trabalho e que ele havia de ser grato a Deus e útil aos honestos. Pois que assunto mais substancial, mais digno, mais proveitoso pode ser oferecido ao homem facundo e deve ser tratado por palavras e forças de toda a eloquência — como que fontes derramadas contra ela —, do que o que, combatendo pela Sapiência, louve a Jesus e, atacando a Insânia, nos afaste dos vícios? Creio que suará debaixo de tamanho peso, se enfurecerá, se mostrará ofegante quem quer que seja, ainda que eloquente, que deste modo haja tomado tamanho encargo, quanto mais eu que, cônscio da minha fraqueza, me proponho não tanto ter defendido alguma coisa, como haver mostrado o desejo de o fazer. Por isso, parece que o mesmo devo dizer, neste prefácio da nossa *Antimória*, que suspeitamos também haja dito Caio César no limiar do *Anticatões*. Com efeito, assim como ele talvez mostrasse o receio de perder a causa, por depreciar a Marco Catão, que, anteriormente louvado por Marco Túlio, homem inexcedível na defesa de pleitos, todos tinham elogiado, assim sem dúvida devo recear parecer eu próprio a muitos inepto, para não dizer ridículo, por atacar, com os protestos de muita gente, a *Mória*, que pouco antes com fama favorável um varão facundíssimo havia louvado. Isto, apesar de o nosso ponto de vista ser muito diverso do daque-

biblRIA

nia sua iudicat esse probra, virum est criminatus, qui fuit illo saeculo unicum rarae probitatis exemplum. Erasmus autem
VI, e (ut ad nos redeam) Stultitiam lau / dat; nos accusamus. Illi, quamuis peiorem, tamen fabulam agenti peramoenam, universum plaudit theatrum; me vix incipientem quid melius dicere spectatores deserent. Ille dum Moriam celebrat rem illaudabilem, vires ingenii simul eruditionisque ostentando, abunde titulum est adeptus oratoris urbani, docti, copiosi. Utinam et Christiani et theologi in eo opere titulum adipisci maluisset. Quamvis enim Moriae Encomium summa cum delectatione ab eruditis legatur, intelligentibus scilicet leporem illum suauissimum ipsis innoxium, tamen ab aliis, qui turba maxima est, non sine noxa legi potest. Haec a me dici non inuidia aut maliuolentia, sed christiana quadam simplicitate, testis est Deus, testis constientia mea, testis etiam tu es, S. P., qui varios auctores audisti me annis pluribus enarrantem, ubi obtrectandi bonis scriptoribus occasio multiplex saepe occurrit; numquam tamen concupiui de viris illustribus ac magnis, obscurus ipse ac pumilio, crescere vel innotes-
VI, d cere, potiusque in eam partem fui propensus / ut laudem non merenti tribuerem, quam ut iustam merenti denegarem. Sed haec hactenus. Illuc unde abii reuertor. Erasmus undanti solutae vocis eloquio qua libitum est illi digredi excurrit. Nobis placuit prudentium imitari carmen scribentibus, qui pedum numeris astricti libere diuagari non possumus. Non igitur famam captamus ex Antimoria nostra, quae nullos plausores habitura sit; non ostentationem ingenii, quod esse in nobis sentimus aut nullum aut perexiguum. Tamen expetiuimus Christo Optimo Maximo officii genere aliquo placere et in hoc secessu tenui auena syluestrem musam, id est inconditos versiculos meditari, quos in Domini gazophylacium tanquam aera minuta cum inopi uidua mitteremus. Mittet Erasmus, si palinodiam canere voluerit, aut aliquis alius nostro exemplo fortassis excitus, aurum, argentum, margaritas; nobis non dabitur vitio Deum nostrum colere quoquo modo potuimus. Quoniam vero profanus ego et nihil Publicano illo melior qui sese noscitans nec in caelum

bibRIA

les velhos de quem estou falando. Efectivamente, Cícero tomou melhor causa para defender, César uma pior para atacar. Aquele, adornando com suas virtudes um exemplar cidadão, ensina dessa forma os jovens romanos a viver como Catão viveu; este, ao julgar que as suas afirmações a respeito do inimigo são censuras, acusou um homem que foi naquele século único exemplo de rara probidade. Em suma, e voltando ao nosso assunto: Erasmo louva a *Loucura;* nós atacamo-la.

Àquele, embora tome o pior assunto, aliás agradabilíssimo, aplaude-o todo o teatro; a mim, que mal principio a escolher a melhor expressão, abandonar-me-ão os espectadores. Aquele, ao elogiar injustamente a *Móría,* mostrando ao mesmo tempo o vigor do engenho e da erudição, largamente adquiriu o título de orador engenhoso, douto, eloquente. Oxalá houvesse preferido adquirir naquela obra o título de Cristão e Teólogo! Com efeito, ainda que o *Elogio da Loucura* seja lido com sumo deleite pelos eruditos, que muito bem percebem lhes é inofensivo o dulcíssimo encanto daquela obra, contudo não pode ser lido sem dano por outros, que são a maioria. Que não digo isto com inveja ou malevolência, mas com uma espécie de simplicidade cristã — é Deus testemunha, é testemunha a minha consciência e também vós, Sagrado Príncipe, que me ouvistes comentar vários autores muitos anos, durante os quais muito frequentemente se ofereceu ocasião de censurar bons escritores; nunca, contudo, tive a ambição — eu, obscuro e pigmeu! — de me elevar ou tornar célebre à custa de varões ilustres e grandes, antes me vi inclinado a dar louvores a quem os não merecia, de preferência a recusá-los a quem com justiça era deles digno.

Mas basta. Volto ao ponto donde me afastei. Erasmo avançou, lançando a sua prosa, por onde lhe foi permitido discorrer. A nós, que, escrevendo sujeito à cadência dos versos, não podemos divagar livremente, aprouve-nos imitar o poema dos sensatos. Não procuramos, portanto, alcançar fama desta nossa *Antimória,* que ninguém há-de aplaudir, nem ostentar engenho, que bem percebemos ser em nós nulo ou insignificante. Contudo, ardentemente desejámos agradar ao Santíssimo Cristo com alguma espécie de obséquio e cultivar neste retiro, com humilde avena, a musa rústica, isto é, pequenos versos desordenados, que lançássemos, como mesquinhas moedas, à semelhança da viúva pobre, no gazofilácio do Senhor. Lançará Erasmo, se quiser cantar uma palinódia, ou algum outro, excitado talvez pelo nosso exemplo, oiro, prata, pérolas... A nós... não se nos censurará que nos tenhamos esforçado por dalguma maneira prestar veneração ao nosso Deus. Ora porque sou profano

BIBLIA

VII, c oculos / tollere nec delubrum propius accedere audebat, ergo quia indignus ego sum qui templo Dei appropinquem, te obsecro, Princeps humanissime, ut obolos nostros in sanctissimum istud aerarium sacris manibus tuis ac purissimis inferre non dedigneris. Addetur nostro pretium munusculo, si a te, qui sacrorum es in Lusitania primarius Antistes, bono Iesu fuerit praesentatum illis verbis: εἰ πλέον εἶχε, πλέον ἐδίδου.

Vale.

bibRIA

e nada melhor que aquele Publicano (1), que, não se conhecendo, nem ousava levantar os olhos para o céu nem aproximar-se um pouco mais do templo, e porque sou indigno de me acercar da casa de Deus, instantemente vos peço, humaníssimo Príncipe, que vos não recuseis levar para esse santíssimo erário, com vossas sagradas e puríssimas mãos, os nossos óbolos. Ao nosso pequeno presente acrescentar-se-á o valor, se por vós, primeiro antístite da religião em Portugal, ele tiver sido apresentado ao bom Jesus, com aquelas palavras: — *Se ele mais tivesse, mais daria.* Saúde!

bibRIA

(1) S. Lucas, XVIII, 10-14.

Non tam quod raperet, quam quod uiolaret habebat.

QVando (ut Flacus ait) stultorũ incurata pudor malus ulcera celat: ne quis mecũ erret: non pudebit me errorem indicare, in quẽ incidi nactus mendosum codicẽ. Is est in undeuicesima sectione primi libri Aratoris: quẽ olim in Salmanticensi academia interpretatus sum. Ita legi carmen illius sacri Poetæ: Vectorem cõpone tuũ, ne credere tardes officiu portare diu. Admonitus sum ab amico ita cũ locum legẽdum: ita n esse in peruetusto codice scriptu asseuerauit. Ne reddere tardes officium portare diu, ut sit apostrophe ad paralyticum. O portate diu a lectulo: in quo iacebas infirmus: porta nũc tuum sanus lectulum: & gratiã ei refer parem: ut sicut tum a paralysi liberatus nũc portes lectulũ: a quo cum eras paralyticus, portabaris. Egi gratias amico: a quo bene emẽdatus sum. idemq; profiteor facturum me in alijs erroribus: in quos ut homines labi potuimus: si fuero admonitus, non tantũ ab amicis ac doctis: sed ab his ẽt, quos nunq̃ uiderim & rudibus. quoniam πολλάκι καὶ κηπωρὸς ἀνὴρ μάλα καίριον εἶπεν.

τέλος

CONIMBRIAE
Apud Cœnobium diuæ Crucis.
M. D. XXXVI.

bibRIA

ANTIMÓRIA

(CONTRA A LOUCURA)

bibRIA

Arii Baruosae Lusitani

ANTIMORIA

vii, d Stultitiam in terris, Saturno principe, nusquam
Crediderim uisam; diuersa id protulit aetas,
Sed non prima malum, quae dicitur aurea, quando
In toto, ut perhibent, uixit gens aurea mundo,
Moribus aequa suis et non formidine poenae (1).
Cum sontes aberant, nonnullus carcere dignus,
Supplicioue, nocens illo est conspectus in aeuo,
Sponte sua nam quisque fidem rectumque colebat.
Hoc si quando fuit, quod narrat fabula, uerum,
Id dubio procul euenit, Sapientia quando
Sceptra tenens, urbes, populos et cuncta regebat.
viii, c Illa Deum toto uenerari corde monebat,
Diligere ut patrem rerum dominumque uereri,
Quod sit principium et cunctorum causa bonorum,
A quo proueniunt et ubi bona cuncta quiescunt.
Post hunc ut carus tibi tu, sic proximus esto;
Quod fieri cupias tibi, te fecisse decebit
Alteri idem hemina iuste dimensus eadem;
Ne noceas homini cuiquam, tibi nemo nocebit.
Cur facias aliis, quae tu tibi facta dolebis?
His paucis Sophiae uerbis inclusit honesti
Totum opus et uirtutem omnem, tum quicquid ubique
Diffusis legimus per multa uolumina libris.
Saepius inculcans diuinae legis, amorem
Hunc geminum, hunc sanctum mortalibus aurea priscis
Saecla dedit; nusquam lites, certamina nusquam
Visa fuere illis; nemo praetoris egebat;
Iudex quisque sui, uixit sine iudice tutus.
At nunc si mores nostros et tempora quisquam
viii, d Temporibus priscis tentet conferre, metallum
Par sceleri an nostro inueniet? Nec ferrea dici,
Plumbea nec debet gens hoc quae nascitur aeuo.

(1) No original, *poene*.

ANTIMÓRIA do português Aires Barbosa.

Quanto a mim, em parte alguma se viu a *Loucura* entre os homens, durante o governo de Saturno; outra idade, que não a primeira, *áurea* designada, produziu aquele mal, quando em todo o mundo, como se diz, viveu uma raça virtuosa, justa pelos seus costumes e não por medo de castigo. Como não havia criminosos, nenhum réu foi visto, naquela idade, digno de cárcere ou suplício, pois cada um espontâneamente honrava a fé e a justiça. Se alguma vez foi verdadeiro o que a fábula narra, sucedeu isso, sem dúvida, quando a *Sabedoria*, empunhando o ceptro, governava as cidades, os povos e todas as coisas. Aconselhava ela a venerar a Deus, de todo o coração, a amá-lo e a temê-lo como pai e senhor das coisas, por ser o princípio e causa de todos os bens, de quem provêm e onde repousam todos eles. Depois, como cada um se ama a si deverá amar o próximo; o que cada um deseja se lhe faça convirá que o mesmo tenha feito a outrem, avaliando-o com igual medida; não se prejudicando ninguém, ninguém nos prejudicará. Porque se há-de fazer aos outros aquilo que, feito a nós, nos será doloroso?

Nestas poucas palavras da *Sabedoria* incluiu ela toda a obra da honestidade, toda a virtude e ainda tudo quanto por toda a parte lemos em livros, difundidos por muitos volumes. Inculcando repetidas vezes o amor da lei divina, a idade áurea deu aos velhos mortais este gémeo e santo amor; em parte alguma foram por eles vistas discussões ou lutas; ninguém carecia de quem o guiasse; sem juiz, viveu cada um seguro, juiz de si próprio. Agora, porém, se há alguém que procure comparar os nossos costumes e tempos aos tempos antigos, descobrirá porventura metal que se ajuste às nossas más acções? Nem férrea nem plúmbea deve designar-se a gente que nasce nesta idade.

biblRIA

Omnibus est peior, quando est Sapientia nusquam,
In caelumque abiit terris non sola relictis.
Iuncta Pudicitia est olli, rigidamque sororem
Iustitiam secum abduxit contraria turba,
Terribilisque phalanx uitii septemplicis omnes
Protinus in populos et cunctas spargitur urbes.
Moria dux quorum est, eiusque Philautia mater,
Infatuans stolidas per inania gaudia mentes.
Hac comite, heu, toto iam Moria regnat in orbe.
Per fora discurrit, perque omnia compita, nobis
Cunctorum infundens irritamenta malorum.
Et quanquam dira crudaque tyrannide saeuit,
Rhetoris inuenit facundi munera laudem.
Quid iam non fiet, quando haec Insania lauro,
Floribus et uariis redimita per omnia uadit
IX, c Ora uirum, mira captos dulcedine mulcens?
Cui plaudunt omnes laeti arridentque fauentes,
Quos gemere effeti mundi haec portenta deceret.
Nam quid opus fuit ardenti tot ligna camino
Addere et ingenitos stultis augere furores?
Immanemue feram quid opus saturare paratu
Tam lautae mensae? Decuit quam uerbere multo,
Quam ferro atque fame domitam mansuescere, iustum
Ut ferat imperium Sophiae, quae sicut Olympi
Temperat innumeram turbam empyriosque dynastas,
Et solem et stellas et cuncta elementa gubernat,
Sic homines infra regeret mundumque minorem,
Si rectum sequerentur iter, quod monstrat ab alto,
Quae micat in tenebris magni lux sacra parentis.
Tum minor et maior mundus moderamine certo,
Legibus et numeris paribus concorditer irent.
Diligit ille Deum, colit et ueneratur amatque
Auctoremque suum nunquam cessantibus ornat
IX, d Cantibus. O quali diuinas carmine laudes
Aligeri memorant caeli haud uariantis alumni!
Nullus ibi inuidiae stimulus: sit gloria quamuis
Huius quam illius maior, sit forma decorque
Caelituum haud eadem, nullo liuore mouentur.
Mutuus est ollis alterni nexus amoris.
Quid uetat et nosmet, quanquam inferiora colentes,
Qui sumus ingenium superum uenerabile nacti
Caelicolas proceres imitari? Possumus et nos
Auctorem nostrum rebus magis omnibus, ut nos
Alterum amare hominem, quae si praecepta sequamur,
Vera salutiferi docet ut sapientia Christi.
Non erimus mundo indecores regnique superni
Nanciscemur opes, quas omnibus ille parauit
Conditor omnipotens, qui ipsum reuerentur amantque.

biblRAV

É pior que todas, visto que em parte alguma se mostra a *Sabedoria* e, abandonando as terras, se não retirou sòzinha para o céu. Ligada a ela está a *Pudicícia,* e multidão contrária levou consigo a *Justiça,* sua inflexível irmã, e uma terrível falange de desentreado vício imediatamente se espalha por todos os povos e por todas as cidades. Quem os comanda é a *Mória* e a *Filáucia,* sua mãe, que torna insensatas, por meio de frívolos prazeres, as mentes imbecis. Tendo-a por companheira — oh, desgraça! —, já a *Mória* reina em todo o orbe. Passeia pelas praças e por todas as encruzilhadas, espalhando sobre nós os gérmens de todos os males. E, ainda que a sinistra e cruel tirânicamente se tenha enfurecido, recebeu como dádiva o elogio de um eloquente escritor. Que não acontecerá daqui por diante, quando esta *Loucura,* coroada de louro e de variadas flores, vai passando defronte de todos os homens, acariciando os que cativou com admirável encanto? Alegres, todos a aplaudem, e sorriem-lhe os que a favorecem, aos quais conviria lamentar estes prodígios do debilitado mundo. Pois que necessidade havia de lançar tanta lenha ao forno ardente e de aumentar aos insensatos os naturais furores? Que necessidade havia de saturar a cruel fera com a pompa de tão lauta mesa? Havia necessidade, sim, de a amansar, depois de domada com muitos açoites, com ferro e com fome, para que traga o justo império da *Sabedoria,* a qual, do mesmo modo que dirige a enorme multidão do Céu e os soberanos do Empíreo e governa o Sol e as estrelas e todos os elementos, assim governaria cá em baixo os homens e o mundo menor, se eles seguissem o recto caminho que de cima lhes mostra a sagrada luz do grande Pai, a brilhar nas trevas. Então o mundo menor e o maior seguiriam harmònicamente com governo seguro, com leis e deveres semelhantes. Aquele honra a Deus, venera-o, ama-o, e honra o seu criador com ininterruptos cânticos. Oh, com que vozes não celebram os anjos do imutável céu os louvores divinos! Não há aí o estímulo da inveja: ainda que a glória deste seja maior que a daquele, ainda que não seja a mesma a formosura e ornamento dos habitantes do céu, por nenhuma inveja são movidos. Liga-os o laço de um amor recíproco. E que é que a nós mesmos nos impede, embora veneremos coisas inferiores — nós que atingimos o venerável engenho das divindades — que imitemos os nobres habitantes do céu? Nós também podemos amar o nosso Deus, mais do que todas as coisas, como podemos amar o próximo, com tanto que sigamos estes preceitos como nos ensina a sabedoria do salutar Cristo. Não seremos prejudiciais ao mundo e alcançaremos os benefícios do reino celeste que aquele omnipotente Criador preparou para todos os que a Ele próprio veneram e amam.

Infelix homo, quem Dementia sola peremit!
Et felix esses et terque quaterque beatus,
Siqua te ratio et sapientia duceret ires.
x, e Idque ego proposui breuiter modo dicere, quanquam
Infinitum aperitur opus; nos pauca legemus
Illo de numero. Magni lux sacra Tonantis,
Huc ades et nostro tenebras a carmine pelle.
Non hic lasciuos iuuenum cantamus amores
Aut Graiis nocuit quantum implacatus Achilles,
Moria sed quantum noceat mortalibus una.
Huius et errores et quicquid opinio falsa
Inuehit ostendo. Ac ueluti tenebrescit aquosis
Sol tectus nimbis, animus sic noster opertus
Stultitiae nebulis caligat prorsus et illud
Quod verum est nequit a falso dignoscere, namque
Sunt duo, quae nostram conturbant nubila mentem
Et quod nil cupimus nihil et ratione timemus.
Ac primum stultus quo tendat et unde profectus,
Principium unde uenit, nescit, finemque bonorum
Ad quem uir prudens intentum dirigit arcum.
Praeteritique nihil nouit minimumque futuri,
x, d Verum, ut mutum animal, tantum praesentia cernit.
Si quaeras quid agat, dicet se vivere; vitam
Cum pecudis vivat, cum nil intelligat et cum
Solum ad iucunda huc, illuc sine lege feratur.
Nec uenit in mentem quod dum se iudicat unus
Quisque sibi iudex, hic iam sua crimina damnans,
Est reus estque nocens, natiuo uerbere pendens
Supplicium interius. Cruciat praecordia tortor
Hic tua. Quid fiet cum ueneris ante tribunal
Iudicis aeterni? Rursus benefacta serenant
Rectum animum ac laetum afficiunt dulcedine mira.
Ergo boni referunt etiam hic sua praemia. Quaeso,
Quid dabit Omnipotens, summi regnator Olympi,
Cum probus ingressus fuerit palatia caeli
Victor et o qualem accipiet cum laude triumphum?
Cogitat infelix haec nunquam Moria, cuius
In partes uarias hinc nascens finditur error.
Sunt quidam qui non metuunt metuenda timentque
xi, e Formidanda nihil. Similis cupientibus excors
Sensus inest, cum non optant quae sunt bona uera
Et cupienda nimis, uel non cupienda putantes
Vera bona, exoptant miseri nocitura, nec ante
Stultitiamque suam norunt mentisque tenebras
Percipiunt caecae, quam cum titubantia supra
Stare uident sese et praeceps immane cadendum est
Unde illis quando iustam Deus admouet iram.
Quattuor in riuos sic scisso gurgite, tanquam

DGRIA

Infeliz criatura, a quem só a *Demência* aniquilou! Serias também feliz e três e quatro vezes bem-aventurado, se por aqui a Razão e a Sabedoria conseguissem que fosses.

Agora mesmo me propus expor o assunto em poucas palavras, ainda que se me mostre enorme o cometimento. Pouco leremos acerca de tal tarefa.

Sagrada luz do grande Deus, sê presente neste lugar e expulsa do nosso canto as trevas. Não cantamos aqui lascivos amores dos jovens, nem quanto prejudicou aos Gregos o terrível Aquiles, mas quanto só a *Mória* é prejudicial aos mortais. Mostro também os seus desvarios e aquilo que uma opinião errada causa. E da mesma maneira que o Sol escurece, toldado por nuvens aquosas, assim o nosso espírito, coberto pelas nuvens da *Estultícia*, completamente obscurece e é incapaz de distinguir o que é verdadeiro do que é falso, pois são duas as nuvens que perturbam a nossa mente; e porque nada desejamos, também nada com razão tememos. E, por outro lado, o estulto não sabe para onde se dirige e donde saiu; donde veio o princípio e o fim das boas acções, para o qual o homem prudente dirige a sua esclarecida atenção. Nada conhece do passado e menos do futuro, para, como os brutos, sòmente ver o presente. Se se lhe perguntar o que faz, dirá que vive; viva a vida do rebanho, já que nada entende e só é levado sem lei, para aqui e para ali, em cata do prazer. E nem pensa que, ao julgar-se cada um seu único juiz, condenando agora os seus crimes é réu e culpado, suportando com inato castigo o íntimo suplício. O carrasco atormenta agora as tuas entranhas. Que acontecerá quando vieres ante o tribunal do Eterno Juiz? Pelo contrário, as boas acções apaziguam a alma justa e presenteiam a alegre com admirável encanto. Ora os bons recebem também aqui as suas recompensas. Que não dará — dizei-me! — o Omnipotente, monarca do Céu Supremo, quando o justo tiver entrado no palácio celeste e, como vencedor, receber, com louvor, grandíssimo triunfo? Nunca pensa nestas coisas a infeliz *Mória*, cuja cegueira, provindo daqui, se divide para diversas partes. Há alguns que não temem o que se deve temer e nada temem o formidando. Têm os ávidos igual sentimento insensato quando não desejam o que constitui os verdadeiros bens, sumamente apetecíveis, ou julgando que eles se não devem desejar, os infelizes preferem o que há-de ser prejudicial, e não reconhecem a sua Estultícia nem percebem as trevas da cega mente antes de verem sobre si a vertigem e o enorme despenhadeiro donde devem cair quando Deus lhes aplique sua justa ira. Assim fundido o abismo em quatro correntes,

biblRIA

Moria fons magnus totum superinfluit orbem.
Haurit aquas hinc mortiferas stolidissima turba,
Quae Oceani fluctus numerumque uincit arenae.
Errat et in primis quae non sunt maxima credens
Esse mala: exiguumque larem frigusque famemque,
Pauperis iniustam poenam, iniustaeque repulsae
Dedecus et senium et morbos et carceris atri
Vincula cum plagis et mille angoribus huius
Lugubris uitae, saeua cum denique morte.
XI, d Ne timeas ea, quae stulte et pueriliter horres,
In quibus est crimen nullum nec culpa, sed illud
Formidare malum debes quod polluit intus,
Quod miseram aeternos animam detrudit in ignes.
Illud amare bonum debes, quod connubialem
Vestem immortali cum corpore praebeat olim.
Sit tibi uera fides, spes et dilectio cordi.
Vera fides ueterum eiecit portenta deorum
Collegamque sibi spem iungens, iunxit amorem
Sanctum illum et geminum, caeli mirabile donum.
Nil placitum sine amore Deo, non hostia grata est
Martyriiue decus Christo, si turbidus ira
Odisti fratrem, si non imitaris et ipsum
In cruce qui pendens pro se occidentibus orat.
Non inflatur amor, non inuidet, omnia credit,
Omnia perpetitur; clemens est omnibus; ullis
Nec dolet offensis, nec uincitur ambitione;
Vincit auaritiam, plagas, discrimina, mortem.
XII, e Singula quid memoro, quid persequor? Omnia uincit.
His partes recti comites tibi quattuor adde:
Ut prudens, iustus, fortis sis atque modestus.
Haec bona sunt optanda, quibus generosior intus
Pars hominis uiuit, non quae nocitura, caducum
Delectant hoc uas, animamque in Tartara mergunt.
Haec tu si credis, si fido in pectore condis,
Perpetuae felix capies bona gaudia uitae.
Quid dubitas? Est certa fides; sunt firma Tonantis
Quae soboles Christus uobis promissa reliquit,
Aeterni patris soboles homousia Christus.
Moria sed caecos a sacro lumine pulsos,
Heu, miseros homines prauis affectibus angit,
Contemptore animo auertit fastuque superbos,
Diuitiis Craesi atque opibus non implet auaros,
In uenerem putres luxu atque libidine solvit,
Concitat iratos odiis fremituque minisque
Atque gulosorum satiat caua guttura nunquam.
XII, d Inuidia torquet liuoris felle uirentes,
Desidia pigros nulloque labore fatigat,
His septem uitiis peior quam bellua Lernae

biblRIA

a *Mória,* como grande fonte, espalha-se por todo o orbe. Multidão plena de insensatez, que supera as vagas do Oceano e o número das areias, bebe daqui as águas mortíferas. Engana-se e, antes de tudo, julgando que as coisas que não existem são os maiores males: o pequeno lar e o frio e a fome, o injusto castigo do pobre e a vergonha do injusto malogro e a velhice e as doenças e os grilhões do negro cárcere com as armadilhas e as mil angústias desta triste vida; finalmente, com a cruel morte. Não temas aquilo de que estulta e puerilmente tens horror e em que nenhum crime ou culpa existem, mas deves recear aquele mal que interiormente te polui, que impele a mísera alma para os fogos eternos. Deves amar aquele bem que alguma vez te ofereça uma veste nupcial com o corpo imortal. Deves ter verdadeira fé; o coração, esperança e amor. A verdadeira fé expulsou as ficções dos velhos deuses e, ligando a si, como companheira, a esperança, juntou aquele santo e gémeo amor, admirável dádiva do Céu. Nada agradou a Deus sem amor; o sacrifício ou a glória do martírio não são gratos a Cristo, se, perturbado pela ira, odeias o irmão; se não imitares também a ele próprio, que, pendente na cruz, ora pelos que lhe dão a morte. O amor não é orgulhoso; não tem inveja; crê em tudo; tudo suporta; para todos é clemente; com nenhumas ofensas se aflige, nem é vencido pela ambição; vence a avareza, as armadilhas, os perigos, a morte. Porque memoro cada uma destas coisas? Porque prossigo? Vence tudo o amor! A isto acrescenta para ti estas obrigações do justo: seres prudente, justo, forte e modesto. Devem desejar-se estes bens — mais generosa do que os quais vive interiormente uma obrigação do homem —, não os que hão-de ser prejudiciais, os que deleitam este corpo transitório e mergulham a alma no Inferno. Se nisto crês, se o escondes no peito fiel, receberás, feliz, os bons gozos da vida eterna. Porque duvidas? É segura a fé; são fortes as promessas de Deus, que Cristo, como sua descendência, nos deixou — Cristo, da mesma natureza do Pai Eterno.

A *Mória,* porém, aflige com depravados afectos os cegos e infelizes homens — ai deles! —, afastados da sagrada luz, e dela desvia com desdenhador ânimo e orgulho os soberbos; não farta os avaros com as riquezas e abundância de Creso; aos corrompidos pela moleza e luxúria enfraquece-os; excita os irados com ódios, com assuada e ameaças e nunca sacia as profundas fauces dos gulosos. Com a inveja atormenta os cheios da bílis do ciúme; com a indolência e nenhum trabalho fatiga os preguiçosos. Com estes sete vícios, a *Mória,* pior do que o monstro de Lerna, de tal modo perturba os espíritos mortais, que, ainda que eles vejam

OBRA

Moria, mortales animos sic turbat, ut id quod
Est uerum estque bonum, quamuis uideantque probentque,
Deteriora sequi impellat quidamque fuerunt,
Qui cum res hominum caeco sic turbine ferri
Aspicerent, squalere bonos, florere nocentes,
Stultitiam et casum moderari cuncta, negarent
Esse Deum, nimirum insani atque huius alumni,
Quos rotat incerto fortuna uolubilis orbe,
Qui damnare etiam rectorem talibus audent:
Cur bonus Omnipotens cum possit caetera, per uim
Non trahit ad rectum? Cur non sibi uiuere cogit,
Ut Paulum subito percussum lumine traxit?
Alta petis, Phaeton. Nam quae proportio nostrae est
Mentis et illius quae nullis finibus haeret?
Quod capitur minus est spatio capientis. At illud
xiii, e Numinis immensi latum, sublime, profundum
Quis capiat? Tanti arcani quis prehendat abyssum?
Quis tantae lucis radios et perferat ictus,
Aduersamque aciem supremo in lumine figat?
Emendare Deum noli; te corrige, tete
Quam (1) potes emenda. Ingenio caelestia longe
Sunt maiora tuo. Cum sit respublica mundus
Regis hic aetherei et uiuas peregrinus in illa,
Officium te nosse tuum partesque deceret.
Hospitis est munus, patriis qui a sedibus errat,
Ut sua sollicite peragenda negotia curet;
Praeterea ut nihil inquirat, nil scire laboret,
Non populi motus, ciuis non iurgia nec cui
Sint patris maculae, nec cui sit gloria matris.
Hospes, homo, cum sis huius breuis incola mundi,
Exilium cognosce tuum; quid conferat uni
Ipse tibi inquire, et scrutari caetera noli,
Quae Deus occulto, miro tamen ordine ducit.
xiii, d Unde haec impietas facile est ostendere; nempe
Moria cunctorum fons est et origo malorum.
Quae licet humano generi sua retia ponat,
Tendiculasque paret loca per diuersa, per artes
Atque dolos uarios, nullo tamen illa labore
Prensa uoluptatum laqueis mille agmina uincit
Captiuumque trahit populum seruire paratum
Sponte, repugnantem nihil et sibi uincla petentem.
Ira nocet multum miseris mortalibus estque
Morbus auaritiae mirum quam noxius; omnes
Sed scelerum causas superat male sana uoluptas.
Creditur esse bonum, sed quis moderabitur illi,

(1) No original, *quem*.

JUNTA

e experimentem o que é verdadeiro e bom, os impele a seguir o pior, e alguns houve que, ao verem que as coisas humanas são levadas por cego turbilhão, que os bons mirram e os maus florescem, que a Estultícia e a acaso tudo governam, negassem a existência de Deus —, certamente os loucos e seus apaniguados, a quem a volúvel fortuna faz mover no vacilante orbe e que ousam, até, criticar destarte o seu ordenador: — Porque é que o bom Omnipotente, tudo podendo, não os arrasta à força para o que é justo? Porque os não obriga a viver para Ele, como arrastou a Paulo, ferido por súbita luz?

Atacas o céu, ó Faetonte! Pois que relação há entre a nossa inteligência e a daquele que se não prende a nenhuns fins? O que se percebe é menor do que a capacidade de quem apreende. Pois quem poderá perceber o amplo, o sublime, o profundo do imenso Deus? Quem poderá abranger o abismo de tamanho segredo? Quem poderá também suportar os raios e golpes de tamanha luz, e na suprema luz fixar os olhos? Não queiras emendar a Deus; emenda-te a ti, o mais que possas. As coisas celestes são muito maiores que o teu engenho. Visto que este mundo é república do Rei etéreo e nela vives como peregrino, conviria que conhecesses a tua obrigação e os teus deveres. É obrigação do hóspede que da morada paterna anda errante tratar com solicitude do que lhe compete fazer; além disso, nada investigar, nada procurar saber — as paixões do povo, as contendas do cidadão, nem quem tem os defeitos do pai, ou as qualidades da mãe. Homem, visto que és, como hóspede, fugaz habitante deste mundo, conhece o teu exílio; tu próprio investiga o que só a ti poderá ser útil e não queiras perscrutar o resto, que Deus conduz com oculta mas admirável ordem.

É fácil mostrar donde provém esta impiedade; certamente a *Móría* é a fonte e a origem de todos os males. Embora ela arme estas suas redes ao género humano, e prepare armadilhas por diversos lugares, por meio de artifícios e variados ardis, contudo com nenhum trabalho vence as multidões, presas pelos mil laços dos prazeres, e arrasta o povo cativo, espontâneamente disposto para a escravidão, o qual nada combate e reclama para si as algemas. A ira é muito prejudicial aos infelizes mortais, e a doença da avareza é-lhes excessivamente nociva; mas a insensata voluptuosidade supera todas as causas dos crimes. Crê-se que é um bem, mas quem a governará a ela, que nunca sabe ter moderação, que ignora as leis do direito e da justiça, que, em suma, nenhuns fins desconhece? E, porque o assunto para aqui se derivou, eu próprio tratarei agora de uma só sentença, mais alta, que nenhum homem saído da plebe romana per-

LIBRIA

Quae scit habere modum nunquam, quae iuris et aequi
Ignorat leges, quae nullos denique fines?
Et quia diuertit sermo huc, nunc altius unum
Ipse canam uerbum, quod uir de plebe togata
Nemo capit; pauci capient, quos Christus amauit:
Hic gaudere nefas, nisi sint bona gaudia mentis.
xiv, e Corporis immoderata uenit quaecumque uoluptas,
Consilium impediens, cunctis uirtutibus hostis:
Perstringens oculos mentis mentem eripit ipsam.
Moria blanditiis in nos et fraudibus huius
Utitur: haec Siren fallax; haec improba Circe;
Vipera saeua haec est, haec dira uenefica nobis.
Illicit haec mundi dominos, uestigia quorum,
Quamuis praua, solet sectari ignobile uulgus.
Unde Cato et quicumque fuit probitatis amator
Stoicus, hanc rabido fugit cane peius et angui.
Hinc merito a doctis ea dicitur esca malorum.
Indulget nobis, auidis ut piscibus hamus;
Indulgere solet, quos allicit, enecat hamus.
Sic fatuos meretrix haec blanda vocansque trahensque
Ad se deliciis uariis, ratione perempta,
Hoc est, extincto caelesti lumine, caecos
Praecipitat mentemque aufert sensusque ferarum
Induit ac gregibus mutorum iungit et aequat.
xiv, d Id quod Aristoteles monuit sapienter et ipsum
Figendum et memori est tractandum pectore dicam:
Praecipue — inquit — ei, morum est cui cura bonorum,
Perniciosa nimis fuerit uitanda uoluptas,
De qua iudicium nemo unquam protulit aequum,
Prudentes etiam, nedum imprudentior ordo.
Ergo monet Thais quoties ea uenerit ad nos,
Ingenuum ac uerum fuco mentita colorem,
Mittendam extemplo a nobis memorantibus, id quod
Iliacos dixisse senes, cum forte Lacaenam
Tyndarida aspicerent, Smyrnaeus rettulit auctor.
Rem breuiter, quo sit cunctis ea notior, edam:
Iam stabant acies excelsae ad moenia Troiae
Et Phryges ad pugnam sese Danaique parabant,
Cum foedus subitum populus concepit uterque,
Ut solus Paris et solus Menelaus in arma
Unius ruerent dirimentes sanguine bellum.
Dimensique locum magnae sub mœnibus urbis
xv, e In quo certaturus erat pro coniuge coniunx:
Hinc minor Atrides; illinc Troianus adulter.
A medio cessere omnes spatiumque dedere
Quod satis, hinc Troes circunfusi, inde Pelasgi.
Atque illi ut uacui tenuerunt aequora campi,
Alter in alterius caedem ira odioque frementes,

biblRIA

cebe, poucos a quem Cristo amou perceberão: — É injusto regozijarmo-nos neste mundo, se se não trata dos bons prazeres do espírito. Qualquer excessivo prazer do corpo, inimigo de todas as virtudes, surge para embaraçar o bom-senso: ofuscando os olhos do espírito, arrebata o próprio espírito. A *Mória* serve-se contra nós das carícias e fraudes do prazer: é enganadora Sereia, uma perversa Circe; é para nós cruel víbora, uma terrível feiticeira. Atrai os senhores do mundo, cuja marcha, embora viciosa, o desprezível povo costuma seguir. Daí, o estóico Catão e todo aquele que cultivou a virtude terem fugido dela, mais que de cão raivoso, mais que de serpente. Daqui, com razão, ser ela considerada pelos doutos a isca dos males. É-nos favorável como o anzol aos ávidos peixes; costuma ser favorável àqueles a quem, como anzol, seduz e mata. Assim chamando e arrastando para junto de si os idiotas, esta insinuante meretriz, morta a razão, isto é, extinta a luz celeste, arrasta os cegos e tira-lhes a razão e põe-lhes os sentidos das feras e até os junta e iguala às multidões dos brutos. Direi aquilo que Aristóteles sapientemente aconselhou e o mesmo que deve ser fixado e pensado por um coração agradecido: — A perniciosa voluptuosidade — disse — deve ter sido principal e cuidadosamente evitada por aquele a quem pertence a guarda dos bons costumes, a respeito da qual nunca ninguém proferiu um juízo imparcial, até os prudentes, muito menos a classe mais imprudente. — Aconselha, portanto, que todas as vezes que tenha vindo até nós aquela Taíde, apresentando-se disfarçadamente com aparência ingénua e verdadeira, deve ser imediatamente repelida pelos que nos lembramos do que o autor de Esmirna (1) referiu terem dito os velhos troianos, ao verem por acaso a lacedemónia Helena. Referirei o caso em breves palavras, para que de todos seja mais conhecido (2):

Já os exércitos se achavam postados junto das muralhas da excelsa Tróia e os Frígios e os Troianos se preparavam para o combate, quando um e outro povo sùbitamente conceberam o pacto de que só Páris e Menelau se lançassem à luta, a fim de dirimirem a guerra com o sangue de um só. E no sopé dos muros da grande cidade marcaram o lugar em que um cônjuge havia de lutar pela cônjuge: daqui, o Atrida mais novo (3); dali, o Troiano adúltero. Retiraram-se todos do centro e deixaram o espaço suficiente, de um lado os Troianos, formando roda; do outro, os Pelasgos. E entre-

(1) Homero, autor da *Iliada* e da *Odisseia*.
(2) Este assunto encontra-se na *Rapsódia III* da *Iliada*, que o nosso autor segue.
(3) Menelau.

Visendi studio ad tanti spectacula Martis
Undique Troianus populus concurrit et altas
Scandere murorum turres et pergama certant.
At senior Priamus, senibus comitantibus urbis.
Obsedit Scaeae sublimia culmina Portae.
Tyndaris interea, ueluti formosa inuenca
Quae inter se tauros subigit decernere amantes
Inspectura uenit cultissima. Praetereuntem
Quam Phrygii proceres mirati et grandior aetas
Talia suppresso dixerunt murmure: — Non est
Indignum hanc propter tam longi incommoda belli
Ferre duas gentes, ipsarum haec quando dearum
xv, d Immortalem aequat formam. Sed classe uehatur
Protinus et quanquam talis Lacedaemona uisat,
Cum sit fax belli et tantorum causa malorum,
Ne nobis triste exitium natisque relinquat.
Haec Panthum et Clytium et laudatum Antenora pulchra
A se de mittenda Helena dixisse uidemus.
Morum doctor idem monuit dicamus in illam
Pestem animi, peiorem Helena, quia sustulit unum
Tyndaris imperium quondam, sed praua uoluptas,
Heu, genus humanum totum deuastat, et omni
Tempore semper adest homini nocitura, maligne
Quae solet amplexus dulceis dare, strangulet ut nos.
Laethargo similis blanditur, ut acrius illum
Mordeat a tergo quem laeta fronte fefellit.
Cuncta uoluptatis fallacia dona caueto,
Mellaque si dederit, tu toxica saeua putato.
Imprimisque tui nunquam penetralia tecti
Illa intret Lais: peius quam excluditur exit.
xvi, e Pellere nam facile est ad nos intrare uolentem,
Tunc imbecillem. Uires ingressa parare
Consueuit tantas, domino ut dominetur et ipsi
Iam neget hospitium tribuenti. Dixeris illud:
Turpius eicitur quam non admittitur hospes.
Admisisse caue. Si admiseris, aut tolerandum est
Illius imperium, aut plusquam ciuile gerendum
Perpetuo bellum. Ratio hinc trahit, inde uoluptas
Retrahit. Intra hominem saeuit Mars impius unum;
Intra unum pectus gliscit certaminis ardor.
Huius et est finis tunc, cum ratione fugata
Exclusaque procul, ualuas patefecit apertas
Moria iucundis, et tunc male sana uoluptas
— «Hoc uolo, sic iubeo!» — dicens, non iam hospita, uerum
Ut matrona domus, totas sibi uindicat aedes.
Si non intrasset Priameiam Tyndaris urbem,
Cum Graiis nunquam lento collisa duello
Troia foret; Priamus felix et Troia fuisset;

IBERIA

tanto, logo que aqueles ocuparam a planície do vazio campo, rugindo um em ira e ódio para a morte do outro, de todos os lados concorre o povo troiano para ver os lances de tamanho combate, e porfiam em escalar as altas torres dos muros e a fortaleza. Príamo, porém, mais velho, acompanhado dos velhos da cidade, postou-se na parte superior da Porta Ceia.

Entretanto, a filha de Tíndaro (1), semelhante a formosa novilha que obriga os amorosos touros a combater um contra o outro, chega, ataviadíssima, para observar. Os Frígios nobres e os de mais idade, tendo-a admirado na altura em que defronte deles passava, em voz baixa assim se exprimiram: — Não é vergonhoso que por causa desta dois povos suportem os danos de guerra tão prolongada, visto que iguala a imortal formosura das deusas. Seja, porém, imediatamente transportada numa frota e, apesar de formosa, contemple a Lacedemónia, já que é autora da guerra e a causa de tamanhos males, — para não causar a nossa triste destruição e a de nossos filhos.

Compreendemos que isto tenham dito Panto e Clício e o afamado Antenor acerca da formosa Helena, que da sua presença devia ser expulsa. O mesmo nos aconselhou o mestre dos costumes que digamos contra aquele flagelo do espírito, pior do que Helena, porquanto a filha de Tíndaro destruiu outrora um só império, ao passo que a depravada voluptuosidade — ai de nós! — aniquila todo o género humano e em todo o tempo está sempre junto do homem para seu prejuízo, ela que com maldade costuma dar agradáveis abraços, a fim de nos asfixiar. Semelhante a letargo, faz carícias, para que mais vivamente morda pelas costas aquele a quem com leda fronte enganou. Acautelar-te-ás de todos os falazes presentes da voluptuosidade. Mesmo que te haja ministrado mel, julgá-lo-ás terrível veneno. E, primeiro que tudo, nunca aquela Laide (2) penetre no interior da tua morada. Para ela, é pior sair do que ser excluída. Com efeito, é fácil repeli-la quando, fraca, se quer aproximar de nós. Tendo avançado, tamanhas forças costuma reunir, que domina ao senhor e até nega hospitalidade a quem lha dá. Fixar-se-á isto: é mais vergonhoso expulsar-se o hóspede do que não o admitir. Não o admitas! Se o tiveres recebido, ou deve ser tolerado o seu império, ou ser travada para sempre uma guerra mais do que civil. Daqui, puxa-te a razão; dali, em sentido contrário, a voluptuosidade. Dentro de um só homem luta ímpia mostra a sua crueldade; dentro de um só peito aumenta o ardor do combate. E este só termina quando

biblRIA

(1) Helena, mulher de Menelau, raptada por Páris.
(2) *Laide* foi uma célebre cortesã de Corinto.

xvi, d Felix esset homo et, positis concorditer armis,
Spiritus et corpus Christo obsequerentur et irent
Id quod monstrat iter Sapientia, praua uoluptas
Humani intraret si nunquam limina tecti.
Nam simul intrauit, clamat Dementia: — Utrisque
Asserere hanc manibus totam amplexuque memento.
Festinat, currit nec habet retinacula tempus.
Laetitiam suauem differs et gaudia, sed non
Pensa tuae uitae differt nec stamina Clotho.
Aure Iouis digna est sententia uatis Iberi:
Frange thoros, pete uina, rosas cape, tinguere nardo.
Te meminisse deus mortis uult. Omnia namque
Cum cito praetereant, nostra haec sunt dulcia solum
Ex tam ueloci quae nos decerpimus aeuo.
Esse Deum credis, qui reddat praemia iustis
Suppliciumque malis? Aut subterranea in imo
Esse putas centro tenebrosi carceris antra,
In quibus aeterno flagro commissa luantur?
xvii, e Haec morte ulterior metuas? Sperabueris illa?
Nec puer hoc credit, decimum si transeat annum.
Omnia mors soluit, tenuem euanescit in auram
Spiritus, at terrae miscetur puluere corpus.
Post obitum superest hominis nihil. Arripe laetus
Dum licet hanc dominam, faciet te haec sola beatum.
Talibus impellit stultos Insania lippos,
Qui non prospiciunt quantis sit luctibus et quot
Prauis criminibus sibi constatura uoluptas.
Nec cernunt miseri, quando se per dedecus omne
Moria iumentis aequat canibusque lupisque,
Cum Deus ipsum hominem summo cumularit honore,
Immortalem animam tribuens corpusque resurgat
Iudicis aduentu in magno, sit digna daturus
Christus et ut iudex aequus, quod quisque meretur.
Cum sit apostolico signatum id sanguine et ore
Ac tot martyribus claris, miracula quorum
Huic nostrae fidei declarant numen inesse,
xvii, d Cum uelit id ratio, sancti fateantur et omnes
Docti hoc confirment atque id multo ante futurum
Praedicant Solymi praelustria nomina uates,
Attamen aduersum haec stabilis fundamina Petrae,
Haec euangelicae sublimia culmina legis
Quam nullae (1) gentes, nulli ualuere tyranni,
Non reges ipsi tenebrarum ac Tartarus ingens,
Non paganorum moles aut uerba sophorum
Diruere, ipsa audet se attolere Moria contra

(1) No original, *nulle*.

expulsa a razão e lançada para longe, a *Mória* tem aberto de par em par as portas aos deleites, e nessa ocasião a insensata voluptuosidade, dizendo: — Quero isto! Assim determino! —, para si reclama toda a estância, não já como hóspeda, mas como senhora da casa. Se a filha de Tíndaro não houvesse penetrado na cidade de Príamo, jamais Tróia teria sido arruinada por demorada guerra com os Gregos; Príamo e Tróia teriam sido felizes; feliz seria o homem e, depostas em boa harmonia as armas, o espírito e o corpo submeter-se-iam a Cristo e seguiriam aquele caminho que a Sapiência indica, se a depravada voluptuosidade nunca penetrasse os limiares da humana habitação. Com efeito, mal tem penetrado, grita a Demência: — Não vos esqueçais de a agarrar bem com ambas as mãos e com um abraço. Apossa-se, corre, não tem rédeas o tempo. Dilatas suave alegria e gozos, mas Cloto (1) não dilata nem as tarefas nem os fios da tua vida. É digna do ouvido de Júpiter a sentença do vate ibero: — «Destrói esquifes, pede vinhos, colhe rosas, banha-te em nardo. O deus quer que te lembres da morte. E, com efeito, passando tudo ràpidamente, sòmente existem estas coisas agradáveis que nós colhemos deste tempo tão veloz. Crês que há um Deus que dá prémios aos justos e castigos aos maus? Ou julgas que há, no mais profundo de tenebroso cárcere, cavernas subterrâneas, nas quais com eterno castigo se expiam as culpas? Para lá da morte é que poderias temer isto? Tê-lo-ias esperado? Nem uma criança de dez anos o crê. A morte tudo dissolve; o espírito esvai-se em leve viração, mas o corpo mistura-se com o pó da terra. Depois da morte, nada resta do homem. Enquanto é tempo, arrebata com alegria esta senhora: só ela te fará feliz.

Com tais palavras impele a Insânia os loucos ramelosos, que não vêem quão grandes mortes e quantos depravados crimes tem a voluptuosidade para se mostrar. Nem o descortinam os infelizes, quando a *Mória,* lançando mão de toda a desonra, os iguala aos burros e aos cães e aos lobos, embora Deus tenha cumulado o próprio homem com suma honra, dando-lhe alma imortal e determinando que o corpo ressuscite à gloriosa chegada do juiz, e haja Cristo de nos dar o que é justo e, como juiz imparcial, aquilo que cada um merece. Embora isso tenha sido anunciado por sangue e por palavras apostólicas e por tantos mártires ilustres, cujos milagres anunciam à nossa fé que há um Deus; embora o queira a razão, os santos o confessem e todos os sábios o confirmem e, até, muito antes, vates de Jerusalém, nomes

(1) Assim se chamava, na Mitologia, a mais nova das três Parcas, em cujas mãos estaria a vida dos homens. As outras designavam-se por *Láquesis* e *Átropos*.

biblRIA

Non se ulla ratione tuens, quia uindicat illud
Pythagorae: — αὐτὸς ἔφα: satis est quod dixerit ipsa.
Quid quod et in Domini aduentum petulantius audet
Hiscere rem in tantam? (Quid enim non audeat excors
Morus? Et irrisor stultus cupit esse facetus).
Dormitat nimium iudex nimiumque morantur
Vos promissa Dei, quae per tot saecula differt.
O Corydon, Corydon, caeli mysteria nescis
Et Domini ignoras super omnia tempora uitam.
xviii, e Non tardat promissa Deus. Millesima solis
Cui uia signiferum cum circumuoluitur orbem,
Est uelut una dies; contra lux unica tanquam
Mille anni. Ueniet, ueniet grauis hora malignis,
Sera licet uentura tamen; properasse quereris
Admotam cernens. Nihil horum prospicit amens.
Est operae pretium mori bene nosse cohortem
Quoue suam hic ductor uitem gerat ordine scire.
Ille uir est primus, per se qui consulit in re
Quid sit conducens; rebus finemque modumque
Qui statuit, quem non extollunt prospera; qui non
Frangitur aduersis; qui se cognoscit et oris
Atque sui uires animi perpendit et aptat
Ipse sibi pondus, ualeat quod ferre potenter.
Distat ab hoc morus, distat quantum aequor Olympo.
Deinde secundus erit, qui paret recta monenti;
Quem licet haud faciant aliena pericula cautum
Et fugere haud moueant aliena opprobria probrum,
xviii, d Se tamen iratum aut turpi meretricis amore
Arguit implicitum, postquam sibi redditus ipse est.
Et secum labris compressis disputat: — Heus tu,
Anne pedem ad lapidem referes nunc ictus eundem,
Stultus? Et esse tuo melior nec crimine disces?
Hunc etiam si uel patruus uel liber amicus
Accusat, monitis patientem accommodat aurem.
Tum dolet atque rubet, tum se peccasse fatetur.
Parte aliqua hic sapiens; pars et uirtutis in hoc est.
Tertius est morus, qui spernens castra duorum,
Ut paucis munita uiris raraque corona,
Mille trahit gentes, populos atque agmina secum.
Ipse nihil sapiens sapientem audire recusat.

DIGITALIA

muito ilustres, afirmem que há-de acontecer, contudo, contra estes fundamentos da inabalável Pedra (1), contra estes sublimes pilares da lei evangélica, que nenhuns povos, nenhuns tiranos, os próprios reis das trevas e até o ingente Tártaro, nem a multidão de pagãos ou as palavras dos filósofos puderam destruir, — ousa a própria *Mória* levantar-se defronte, sem se defender com uma só razão, pois adopta aquela frase de Pitágoras: — *Ele próprio disse:* É bastante o que ela tiver dito. Por que motivo aquilo que ousa dizer contra o advento do Senhor, mais petulantemente o ousa contra tamanho assunto? (Pois porque o não há-de ousar o louco dementado? Também a um zombeteiro louco lhe dá para ser engraçado). Dormita excessivamente o juiz e excessivamente vos demoram as promessas de Deus, que ele por todos os séculos dilata.

Ó Córidon, Córidon! Não conheces os mistérios do céu e ignoras que a vida do Senhor está acima de todos os tempos. Deus não demora as promessas. Para ele, quando um milésimo curso do Sol percorre o zodíaco, é como se fosse um só dia; pelo contrário, um só dia equivale a mil anos. Virá, virá para os maus uma hora grave, embora tardia, mas certíssima; vendo-a próxima, queixar-te-ás de que se apressou. Nada disto vê o louco!

É conveniente à nossa conduta conhecer bem a comitiva do louco, ou com que ordem este guia dispõe a sua estirpe. O primeiro é aquele varão que por si delibera na realidade, avaliando o que é; que estabelece às coisas o fim e o modo; aquele a quem a prosperidade não dá orgulho; que não é abalado pela adversidade; que se conhece e que pondera as forças da sua palavra e mesmo do seu espírito e ele próprio prepara para si o peso que segundo as suas forças pode suportar. Dele está afastado o louco quanto o mar o está do céu. Será depois o segundo o que obedece a quem lhe aconselha a justiça; aquele a quem, apesar de os perigos alheios o não tornarem cauto e os alheios opróbrios o não levarem a fugir da vergonha, contudo se acusa, indignado, ou embaraçado pelo torpe amor da meretriz, depois que ele próprio voltou a si. E disputa consigo, sem pronunciar palavra: — Repara, louco: porventura, ferido, recuarás à mesma insensibilidade? E não aprenderás que não és melhor que a tua culpa? Se a este também o acusa pessoa severa ou amigo isento, aplica às advertências ouvido paciente. Umas vezes se lamenta e cora, outras confessa haver prevaricado. Nalguma coisa é sábio; há nele uma parcela de virtude.

---

(1) A Igreja Católica.

Humanum est falli, errare, at sapientia quaedam est,
Si nescis, te quod nescis nescire fateri.
Et reus ille Anyti senior uicinus Hymeto,
Hoc unum se scire nihil iactabat ubique.
Hinc nullum specimen, quod possis dicere maius
xix, e Stultitiae inuenies, nullum maiore cachinno
Democriti dignum, quam cum ceu cornua limax
Alta supercilia attollit, sese omnia morus
Scire putans. Doctum cum se miratur et unum
Scribere se solum atque loqui, solum omnia credit
Recte agere ac solum pulchrum solumque beatum.
Et reliquos prae se temnens, a tramite certo
Palantes errare putat caudamque trahentes.
Nec uidet a tergo quam multa imitetur aselli
Auriculas manus occipitique illudere caeco
Quam multi certent risu dictisque iocisque.
Haec peruersa quidem, sed adhuc peiora supersunt.
Non ego si quenquam uideo delinquere miror:
Humano generi sane id commune, sed illud
Non solum mirum, sed detestabile duco
Quod mori est proprium et tantum sibi uindicat amens,
Cum delicta sua excusat, quin amplius illa
Tanquam uirtutes, non tanquam crimina iactat.
xix, d Nam scelere admisso, gaudet narrare sodali
Dedecus ipse suum infelix, quem Moria cogit
Vertere nequitiam in mores; qui, lumine mentis
Extincto, prorsus quae sint iam turpia nescit,
Nec quod uel recti, nec quod discrimen iniqui.
Cumque alius quoties peccat, sentire flagellum
Ipsa sui soleat testis, quem in pectore gestat
(Mille uelut testes mens est nam conscia cuiuis)
Hinc uulnus nullum sentit, non uerbera morus:
Tanquam sola anima uiuat rationis egente.
Ne quaerant sani medicum recteque ualentes,
Sed quemcumque grauis morbus uexauerit, is ne
Desperet quamquam aegrotet letaliter: est, est
Omnia qui curet medicus bonus. Audiat illam
Clementis uocem Domini clamantis: — Iniquos
Atque malos propter caelo descendimus alto,
Non propter iustos. Igitur quicumque salutem
Sperat et infectus uitiis medicamina quaerit

biblRIA

O terceiro é o louco, que, desprezando os arraiais dos dois, como defendidos por poucos homens e insignificante guarnição, arrasta consigo mil nações, povos e multidões. Nada sabendo ele próprio, recusa ouvir o sábio. É humano ser enganado, errar; mas, se se não sabe, equivale a certa sapiência o confessar que se ignora o grau da ignorância. E aquele réu de Ânito (1), já velho, vizinho do Himeto, em toda a parte uma só coisa proclamava: que nada sabia. Depois, não se encontrará exemplo algum de loucura que se pudesse dizer maior, nenhum digno de maior gargalhada de Demócrito, do que quando o louco, julgando que sabe tudo, levanta as sobrancelhas, como o caracol levanta as pontas. Admirando-se como douto, julga que é o único que escreve e fala, o único que tudo faz bem e o único ilustre e bem-aventurado. Desprezando também os mais em comparação com a sua pessoa, julga-os a afastar-se do seguro caminho, vagueantes e a arrastar cauda... E não vê quantas mãos por trás imitam as orelhas de um burrinho e quantos se esforçam por zombar da embotada inteligência com riso, com ditos, com galhofas. Coisas viciosas, na verdade, mas ainda as há piores. Cá por mim, não me admiro, se vejo alguém prevaricar: julgo que isso é sem dúvida comum ao género humano, mas julgo não só estranho mas detestável aquilo que é próprio do costume e o louco sòmente reivindica para si, quando desculpa os seus delitos e além disso os apregoa, como se fossem virtudes, não como crimes. Com efeito, cometido o delito, ele próprio se compraz em contar aos companheiros a sua desonra, infeliz a quem a *Mória* obriga a lançar contra a moral a perversidade; ele, em suma, que, extinta a luz da razão, não sabe já quais são as coisas torpes, nem qual a diferença entre o justo e o injusto.

Enquanto outro, todas as vezes que peca, ele próprio costuma sentir o flagelo da testemunha que traz no peito (pois uma consciência individual é equivalente a mil testemunhas), nenhum ferimento, nenhuns açoites sente o louco, como se só viva a alma, desprovida de razão. Que os sãos e os muito fortes não procurem médico, mas todo aquele a quem grave doença tenha atacado não desespere, ainda que mortalmente adoeça: há, há um bom médico que tudo pode curar. Ouça aquela voz do generoso Senhor, que grita: — Descemos do alto céu por causa dos iníquos e dos maus, não por causa dos justos. Portanto, todo aquele que espera salvação e, corrompido de vícios, procura os remédios refu-

(1) Refere-se a Sócrates. *Ânito* foi um dos seus acusadores, a quem Platão se referiu em *A Defesa de Sócrates*.

xx, e Confugit ad Christum; tundens sua pectora, luget
Sentinam scelerum lacrymis, metanoea ciere
Quas solet et post has pure sua crimina fassus,
Cuncta sacerdoti ostendit ueniamque precatur.
Flectitur his facilis Dominus uultuque serenus,
Sanato morbo, nexum poenamque remittit.
Ductor apostolici coetus et apostolus alter:
Obruit hic saxis Stephanum; Dominum ille negauit.
Sic meruere Dei ueniam. Sic inclytus olim
Rex Solymum uates, posito diademate, uestem
Lugubrem indutus cineresque inspersus et uda
Fletibus ora rigans cecinit miserabile carmen,
Quod non Calliope, quod non dictabat Apollo,
Sed laceris metanoea genis et scissa capillos,
Commissum facinus plorans, quia iunxerat ille
Crimen adulterio caedis. Sed utrumque remisit
Placatus Dominus septeni carmine psalmi.
Sic quicumque dolet, multa prece Numen adorans
xx, d Accensam offensi placabit Numinis iram.
Nunc dicam quo sit ponendus in ordine morus.
Cum nec sit sanus nec sit medicabilis aeger,
Ut qui se aegrotare neget medicumque recuset,
Tertius in numero, in numeris se immisceat amens,
Nam quos Christus amat pauci. Si cuncta referre
Ac memorare uelim, quae passim Moria peccat,
Nunquam finis erit. Quare iam uela trahamus
Promissi memores et littora fida petamus.
Interea sed dum procul a tellure remoti,
Vertimus in terras proram uada falsa ruentes;
Dirigat in portum sancti nos flaminis aura.
Spiritus alme, ueni. Totas en pandimus alas
Velorum tibi. Nunc flabris intende secundis
Lintea, securam donec repetamus arenam.
Et quoniam extremi celero sub fine laboris
Quae restant facienda breui sunt uerba Camena.
Infelix homo, dum tempus, resipiscere non uis?
xxi, e Respice quod non es, te quis sis respice semper.
Exul, inops, maerens patriis a sedibus erras,
Casibus innumeris, fortunae subditus omni.
Euenisse tibi potuit quod contigit olim
Cuilibet, es natus nam tu quoque legibus iisdem
Idque pati poteris, quae prisci cunque tulerunt,
Quos mare, quos bellum, quos terrae absumpsit hiatus,
Quosue fames, caeliue lues, quos toxica, quosue

bibRIA

gia-se junto de Cristo; batendo no peito, deplora o horror dos pecados com lágrimas que o arrependimento costuma provocar e, depois destas, castamente confessando os seus pecados, tudo revela ao sacerdote e pede perdão. Com isto se aplaca o generoso Senhor e, sereno de rosto, afastada a doença, suspende o rigor e o castigo. Eis agora o chefe dos apóstolos e o outro apóstolo (1): este apedrejou Estêvão (2); aquele negou ao Senhor. Pois obtiveram o perdão de Deus! Assim outrora um vate, ínclito rei de Jerusalém (3), tirado o diadema, vestindo-se de luto, cobrindo-se de cinzas e banhando o rosto com abundantes lágrimas, entoou um triste cântico que nem Calíope nem Apolo lhe ditavam, mas o arrependimento, as faces laceradas e arrancados os cabelos, a deplorar o pecado cometido, pois juntara ao adultério o crime de assassínio. O Senhor, porém, aplacado com o cântico dos sete salmos, perdoou ambos os crimes. Assim todo aquele que sente remorsos venerando a Divindade com numerosas preces aplacará a grande ira da ofendida.

Direi agora em que ordem deve o louco ser colocado. Como não é são nem doente que se possa curar, semelhante àquele que nega estar doente e recusa médico, terceiro em número, misture-se o louco na multidão, pois poucos são aqueles a quem Cristo ama.

Se eu quisesse referir e lembrar tudo quanto a *Mória* desordenadamente comete, jamais acabaria. Por isso, recordando a promessa, estendamos agora as velas e dirijamo-nos para as praias seguras. Entretanto, porém, enquanto, afastados da Terra, voltamos a proa para as regiões que lançam vaus enganadores, que um sopro de brisa divina nos conduza ao porto. Vem, espírito criador! Eis que para ti desfraldamos todas as asas das velas. Dirige agora os panos com ventos favoráveis, até que alcancemos a segura praia. E porque tenho pressa em pôr fim a este último trabalho, em breves versos deve ser exposto o que falta.

Homem infeliz, não queres, enquanto é tempo, emendar-te? Examina o que não és; examina sempre o que és. Vagueias afastado da mansão paterna, desterrado, pobre, triste, submetido a inúmeros acidentes, a toda a fortuna. Pôde acontecer-te o que outrora aconteceu a qualquer, pois também nasceste com as mesmas leis e poderás suportar o que em todas as circunstâncias suportaram os antigos, a quem o mar, a guerra, o abismo da Terra devoraram, ou a quem a fome ou os flagelos do céu, os venenos, ou o Inverno ou

(1) O chefe dos apóstolos é S. Pedro; o outro apóstolo — S. Paulo.
(2) *Actus Apostolorum*, cap. VII, principalmente v. 58 e 59.
(3) O rei de Jerusalém de que aqui se fala é *David*. Vide *Liber Regum*, cap. XI.

Abstulit aut bruma, aut brumae contrarius aestus,
Ut sileam morbos animi, uel corporis. Haec sunt,
Quae te circunstant et plura pericula semper.
Non igitur felix, non hic potes esse beatus.
Moria te, Iuli Caesar, magnumque Philippi
Decepit prolem. Falsis persuasus uterque
Credebant simul ac tenuissent orbis habenas,
Se fore felices; tenuit male falsus uterque
Infelix alter patriae, infelicior alter
Gentibus et populis, cito fato uindice raptus.
xxi, d Nemo malus felix, nec dignus morte beatus.
Nascendo moreris; mortem spatia ultima dico
Huius curriculi; metam contendis ad illam
Et momenta tuae numerantur singula uitae.
Quisquis enim inferiora colit subiectus Olympo,
Paulatim moritur. Praeceps Sol itque reditque
Ac repetens eadem celeri uestigia passu
Voluitur et uoluit nunquamque renascitur idem
Et flexu et cursu aduerso mirabilis, ut qui
Unde uenit redeat, teneat nunc absida summam,
Nunc terris propior cyclo propiore feratur.
Inque Notum a Borea, in Boream se flectat ab Austro,
Subdita cuncta mouet, dum sic super ipse mouetur.
Nulla quies rebus motis, est nulla mouenti.
Afficit, alternat, gignit, corrumpit et infra
Omnia transformat; mutat, uariatque, nouatque
Rerum naturam: faciem, mare, nomina, terras,
Regna, urbes, habitus, mores, habitacula, linguas.
xxii, e Quicquid sub terra est profert, prolata recondit
Et sursum uersat et uersat cuncta deorsum.
Iunctus eras Siculo quondam, Apennine, Peloro,
At nunc angusto terra illa immersa profundo est;
Quodque fretum Europam Lybico modo separat orbe
Mons fuit Hesperiae Calpe commissus Atlanti.
Incertum est nostris ubi clara Numantia nunc sit
Atque ubi sit dubitant generosum et forte Saguntum.
Cum populi insignes uestigia nulla relinquant
Ingentesque cadant urbes, tamen ipsa capillum
Moria dilacerat supremo in funere plorans.
Cum caelum et tellus atque ipsa elementa laborent
Sintque in continuo motu, nil censet agendum
Morus et indulget genio noctuque dieque.
Hic infra aspicimus nihil immutabile: quae nunc
Candida lux oritur caelo formosa sereno

BIBLIA

a estação contrária fizeram desaparecer, para deixar em silêncio as doenças do espírito ou do corpo. São estes, e mais ainda, os perigos que sempre te cercam. Não és, portanto, feliz; não podes na Terra ser bem-aventurado. A *Mória,* Júlio César, enganou-te a ti e ao afamado descendente de Filipe (1). Levado um e outro pelas aparências, julgavam que seriam felizes logo que se tivessem apoderado do governo do mundo; enganado um e outro, foi cada um mal sucedido, um funesto para a pátria, mais funesto outro para as nações e povos ràpidamente arrebatados pelo destino vingador. Ninguém é feliz, sendo mau; nem bem-aventurado em face da morte. Nascendo, morre-se; à morte considero-a os derradeiros passos desta corrida; diriges-te para aquela meta, e conta-se cada um dos momentos da tua vida. Cada um, com efeito, sujeito ao Céu, habita a mesquinha Terra, morre a pouco e pouco. O Sol, apressado, vai e volta e, repetindo os mesmos cursos com rápido movimento, rola e faz rolar e nunca renasce o mesmo e, admirável no seu circuito e no movimento contrário, para voltar ao ponto de partida, tocar umas vezes a suma abóbada, e outras vezes, mais próximo da Terra, ser levado por círculo mais próximo. E, afaste-se de Bóreas para Noto ou do Austro para Bóreas (2), dá movimento a quanto lhe está sujeito, enquanto dessa forma ele próprio se move por cima. Nenhum descanso têm as coisas movidas nem o seu motor. Modifica, muda, gera, corrompe e em baixo tudo transforma; muda e varia e renova a natureza: o aspecto, o mar, as raças, as terras, os reinos, as cidades, os hábitos, os costumes, as habitações, as línguas. Mostra tudo o que está sob a Terra; volta a esconder o que tornara evidente e tudo revolve para cima e para baixo. Noutros tempos, ó Apenino, estavas ligado ao síciulo Peloro (3), ao passo que agora profundo estreito tem essa terra imersa; e aquele estreito que actualmente separa a Europa da região líbica foi o monte Calpe da Hespéria (4), ligado ao Atlante (5). É incerto para os nossos onde é que agora fica Numância, e até duvidam onde jaz a generosa e forte Sagunto. Ainda que povos insignes nenhuns vestígios deixem e baqueiem grandes cidades, contudo a própria *Mória,* chorando na suprema manifestação fúnebre, vai arrancando os cabelos... Apesar de o céu e a Terra e até os próprios elementos trabalharem e estarem em contínuo movimento, nada julga o louco que se deve fazer e de dia e de noite se entrega

(1) Alexandre Magno.
(2) *Bóreas* — o Norte; *Noto* ou *Austro* — o Sul.
(3) *Peloro* — promontório da Sicília *(síciulo).*
(4) *Hespéria* — Hispânia.
(5) *Atlante* — o monte Atlas.

Nubibus inductis tegitur; quae mane colores
Florida gemmantes tellus sese induit, imbre
xxii, d Mox excepta madet nec uultu arridet eodem.
Alba coronatus uentis dat uela secundis
Nauita; post idem subita ueniente procella
Horrescit tumidis iactatum fluctibus aequor.
Dulcia sic mundi rector coniungit acerbis.
Quod plane Aeacides expressit Homericus illo
Plasmate, quo tristem Priamum solatur et orbum:
Viuendum est, inquit, maerores inter et ipsis
Parcarum filis, miscentur candida pullis.
Sic placitum superis, quorum mens anxia nunquam est.
Nam Iouis ad limen duo sunt sita dolia: plenum
Luctibus est laeuum, dextrum fert gaudia. Promens
Iuppiter hinc nobis sua munera, turbat amaris
Dulcia; mortali tribuit laeta omnia nulli.
Maeonides ficta hac uerum sub imagine texit.
Incipit a lacrymis cum primum nascitur infans,
Sic fore declarans uitam, fletu auspice, maestam.
Cum Deus hanc legem statuens elegerit et sit
xxiii, e Cuilibet huc hominum uenienti flere necessum,
Se uentri genitum morus uenerique iocoque,
Et ludo credens, sibi risus undique captat
Nec uidet a tergo quatientes uerbera luctus
Quos Deus hic nectit laetis, ut nemo beatum
Se fore posse putet mortalis tempore uitae.
Quaerendumque (1) docet, sit quae sincera uoluptas,
Non hoc in tanto miserarum turbine rerum,
Verum ubi sub pedibus stellas spectare licebit
Et solem et lunam, Empyrii plaga lucida regni
Qua patet et speculum diuinum eflagrat, in illo
Conspicitur mundi quicquid fuit atque futurum est,
Pluraque quae mensus, numeros et pondera uincunt.
Diuini speculi lux est placidissima, lux est
Pulchra, immota, ingens et inenarrabilis a qua
Immenso spatio omnis transmutatio longe est.
Non motu abscedit, non nube absconditur ulla.
Ipsa tenet pacem pacemque tuentibus affert.
xxiii, d Quid non perspiciet quisquis iubar aspicit illud?
Sed quid ego uastum concludere Nerea concha
Exili conor? Tibi sancta silentia, summe,
Debentur, Deus, et de maiestate tacere
Quam non digna loqui est satius. Redeamus ad id quod
Nunc dicebamus. Non est quaerenda uoluptas
Quae consanguineo est nunquam non mixta dolore

(1) No original, *quaerendamque*.

BIBRIA

aos prazeres. Cá em baixo, nada vemos imutável: a cândida luz, que agora, formosa, nasce no céu sereno, cobre-se das nuvens arrastadas; a Terra florida, que de manhã se adorna de cores preciosas, em breve, recebida a chuva, fica molhada e não se sorri com o mesmo aspecto. O marinheiro, coroado, dá as brancas velas aos ventos favoráveis; depois, ao soltar-se repentina tempestade, o mesmo se toma de pavor, atirado ao mar por enormes vagas. Assim o condutor do mundo junta coisas agradáveis a coisas cruéis. Perfeitamente o exprimiu o filho de Êaco, em Homero, naquela ficção com que consola o triste e órfão Príamo: — Deve-se viver — disse — entre tristezas, e os fios brancos misturam-se aos próprios fios negros das Parcas. Assim aprouve às divindades, cuja mente nunca é irresoluta. Com efeito, junto de Júpiter estão colocados dois tonéis: o esquerdo está cheio de mágoas, de alegrias o direito. Daqui nos apresentando as suas dádivas, Júpiter persegue as doces com as amargas; a nenhum mortal dá só alegrias.

Homero escondeu as ficções sob esta imagem das coisas. Apenas nasce, começa a criança pelas lágrimas, assim mostrando que a sua vida, tendo por guia o choro, há-de ser triste. Embora Deus, na sua resolução, tenha escolhido esta lei e seja inevitável o choro a cada um dos homens que vai chegando, o louco, supondo que foi gerado para a glutonaria e para o prazer e para os folguedos e para a zombaria, por toda a parte procura fazer rir e não vê as dores que por detrás lhe vibram açoites, as quais Deus neste mundo junta às alegrias, para que ninguém julgue que pode ser bem-aventurado no tempo da sua vida mortal. E ensina que se deve investigar onde existe o verdadeiro prazer, não neste tão grande turbilhão de infelicidades, mas onde a seus pés for lícito contemplar as estrelas e o Sol e a Lua, as luminosas regiões do reino celeste, por onde está patente e brilha o espelho divino, no qual se vê tudo o que foi o mundo e o que há-de ser, e o mais que vence as medidas, os números e os pesos. É toda paz a luz do espelho divino; é uma luz bela, imóvel, ingente e inefável, da qual, em imenso espaço, está longe toda a transformação. Não desaparece com o movimento; não é escondida por qualquer nuvem. Ela própria guarda a paz e a leva àqueles que a contemplam. Porque a não observará quem vê tal brilho?

Mas porque me esforço por abranger este vasto mar com uma fraca concha? A Ti, sumo Deus, são devidos santos silêncios e a respeito da tua majestade é preferível estar calado a dizer coisas indignas. Voltemos ao assunto de que há pouco estávamos tratando. Não se deve procurar a voluptuosidade, que sempre se acha misturada com a dor consanguínea, neste mundo e neste enorme turbilhão de infelici-

GLÓRIA

Hic et in hoc tanto miserarum turbine rerum,
Sed qua laetitia effusis decurrit habenis,
Per latos Paradisi hortos et amoena uireta
Semper caelicolas conuiuia festa ministrans.
Qui locus est nobis patria et natalis origo,
Et regnum atque bonis sedes sine fine beatis.
Qui sapit ire cupit multis singultibus illuc,
Unde ipsum primi deiecit culpa parentis;
Et desiderio tabescens, tristis et exul,
Quam ueram credit patriam suspirat Olympum.
O quoties uitae gnarus caelestis et huius,
xxiv, e Paulus ait: — Cupio dissolui, uiuere Christus;
Estque mori lucrum nobis. Quid apertius in re
Dici ab eo potuit, uitam qui norat utramque?
Rex ille insignis funda citharaque sonante
Diuinas laudes et saecli arcana futuri,
Longa suae queritur (1) peregrinae incommoda uitae.
Chistus dux noster, columen, uia spesque salusque
Omnia qui poterat. Sibi quid delegerit et quid
Dilectis sibi discipulis, oro, inspice: sane
Non regnum, non diuitias, non denique quicquam
Dulce aut iucundum, uerum cuncta aspera, duram
Pauperiem aerumnasque graues et uerbera et ignes
Et crucis horrendae mortes et dedecus et fel
Carnificumque metus tormentaque, mille labores,
Mille et ubique minas truculentaque praesidis ora.
Qui uexilla crucis portans in fronte fatetur
Doctorem ueri Christum Dominumque Deumque,
Hac graditur, certamque sibi firmamque salutis
xxiv, d Esse uiam hanc credit. Sancto non credit Iesu
Morus; Aristippo plus credit, plus Epicuro,
Quis Deus est uenter, quis summa in turpibus eius.
Sed Deus est aliud, cuius speciemque decusque
Et maiestatem et sanctum et uenerabile numen
Non mens, non humana potest attingere lingua.
Hactenus in portum caelesti flamine uecti,
Optata tandem egressi potiamur arena
Et Christo laetum carmen gratumque canamus.
Sit Deo in excelsis excelso gloria sitque
Laus et honor Tibi, Uirgo Parens; tibi, curia caeli.

FINIS

(1) No original, *quaeritur*.

dades, mas por onde a alegria, largadas as rédeas, decorre: pelos amplos jardins e amenos vergéis do Paraíso, para constantemente servir aos habitantes do céu banquetes festivos. Este lugar é para nós a pátria e a natal origem e o reino e até a eterna mansão para os virtuosos bem-aventurados. Quem tem senso deseja ardentemente ir para esse lugar, donde a culpa do primeiro pai o expulsou; e, consumindo-se em desejos, triste e desterrado, suspira pelo Olimpo, que ele julga sua pátria verdadeira. Oh, quantas vezes, conhecedor desta vida e da vida celeste, diz Paulo: — Desejo morrer, desejo viver como Cristo; morrer é para nós proveito. — ! O que é que mais claramente pôde ser dito por quem tenha conhecido uma e outra vida? Aquele rei, notável pela funda e pela cítara, que pregoava louvores divinos e os mistérios da futura geração, deplora os longos danos da sua vida peregrina. Repara, peço-te, o que Cristo, nosso chefe, cume, caminho e esperança e salvação, que tudo podia, escolheu para si e para os seus queridos discípulos: certamente, não o mando, não as riquezas, não, enfim, o que é doce e agradável, mas tudo o que é molesto — a dura pobreza, as pesadas misérias e os açoites e os fogos e as mortes da horrível cruz e a desonra e o fel e os medos e tormentos dos carrascos, os mil trabalhos e por toda a parte as mil ameaças e as ferozes palavras do chefe. Aquele que, levando na frente o estandarte da cruz, confessa que Cristo é o condutor e o Senhor e o Deus da verdade por aqui avança, e crê que para si este é o certo e firme caminho da salvação. O louco não crê no Santo Jesus; crê mais em Aristipo, mais em Epicuro (1), para os quais Deus é a glutonaria, para os quais o principal reside nas torpezas desta. Deus é, porém, outra coisa — Deus, cujo aspecto e honra e majestade e santo e venerável poder nem a mente nem a língua humana podem atingir.

Transportados até este porto por celeste brisa, chegados finalmente, apoderemo-nos da apetecida praia e entoemos a Cristo um cântico de alegria e gratidão. Glória ao alto Deus nas alturas! Louvor e honra a Ti, Virgem Mãe; a ti, mansão celeste!

FIM

(1) *Aristipo* e *Epicuro,* filósofos gregos, afirmavam que a felicidade consiste no prazer; Epicuro, porém, não deixava de considerar apanágio do homem a cultura do espírito e a prática da virtude.

bibRIA

APÊNDICE

EPIGRAMAS CARACTERÍSTICOS

bibRIA

Ad D. Alfonsum Cardinalem Infantem

XXV Quae mihi misisti uenere in tempore dona,
Nummorum ferret cum mea byrsa nihil.
Tristis erat, cum ad se uenientem cerneret ipsam
Confectam macie (1) nostra Thalia famem.
Nec soluebat adhuc, arcam qui temperat rector (2).
Rebus in angustis spes mihi solus eras.
Nec spes uana fuit. Cumulasti munera, Princeps
Inclyte; dona fere sunt duplicata mihi.
Expauit ieiuna fames centussis aceruos.
Hic, saturum fugiens, non habitamus — ait.
His alia adiungis: famulis numeroque tuorum
Cognatum ascribis mancipiumque meum.
Singula quid refero? Sunt infinita. Sed illud
Aurea fert, Princeps, nomen in astra tuum.
Cum fureret metuenda lues in meque meosque
In nostris oris, heu, metuenda magis
Quilibet euitat diri contagia morbi,
In se tabificum ne fluat inde malum,
Hinc miser, hinc hostis cunctis mortalibus ut si
Maiestas esset regia laesa mihi.
Tecta negabantur, deerant alimenta repulso
Undique, fronde fuit sub Ioue tecta domus.
Tempore in hoc duro, quo tanquam publicus hostis
In solas terras ipse iubebar agi,
Ausus es, oblitus trabeaeque rubrique, galeri
Solari alloquiis muneribusque tuis
Desertum a cunctis, miserabiliterque iacentem
Tollere consilio, tollere meque manu;
Me dominus famulum praesens constanter adire,
Me, cum me famuli destituere mei.
Haec tua rara fides orbis celebrata fauore est,
Plus tamen huic plaudunt alta theatra poli.

---

(1) Fedro, *Lupus et canis*.
(2) *Rector* — No original, *Hector*.

Ao Cardeal Infante D. Afonso

As dádivas que me mandastes vieram em ocasião oportuna, quando a minha bolsa nem um ceitil trazia. A minha musa, ao ver aproximar-se dela a própria fome, acabrunhada pela magreza, estava triste. O piloto que governa o cofre não velejava para aqui... Nestas difíceis circunstâncias, só vós éreis a minha esperança. Não foi vã essa esperança. Amontoastes as dádivas, ínclito Príncipe; elas quase se me duplicaram. A magra fome contemplou receosa os montões de dinheiro. Fugindo da abundância, diz: — Não é aqui a nossa morada. — A isto outras coisas juntais: associais-me e ao que me pertence, como parente, aos fâmulos e ao número dos vossos.

BIBRIA

Porque menciono cada um destes favores? Eles são infinitos. Mas o que fizestes, ó Príncipe, eleva o vosso nome até os formosos astros. Quando a terrível epidemia se lançava furiosa contra mim e contra os meus, mais para temer — ai de nós! — nas nossas regiões, todos evitam o contágio da terrível doença, para que o infecto mal se não lance daí contra eles, como se a régia majestade, a mim prejudicial, fosse de um lado triste, do outro hostil a todos os homens. Ao repelido de toda a parte negava-se casa, faltavam os alimentos; a sua habitação, coberta de folhas, foi o relento... Nessa época terrível, em que, como inimigo de todos, eu era obrigado a mover-me para uma só terra, ousastes vós, esquecido da toga, da púrpura, da mitra, consolar com as vossas palavras e presentes quem fora abandonado por todos, quem jazia em estado miserável; levantar-me com o conselho, levantar-me com a mão; ousastes, como salutar senhor, visitar constantemente a mim, o fâmulo, na altura em que os meus fâmulos me abandonaram. Esta vossa rara dedicação foi celebrada pelo aplauso do orbe; mais aplaudida, contudo, pelos altos teatros do mundo. Que

Pro tantis igitur meritis et talibus et tot,
Dicere quas grates, quasue referre parem?
Succumbunt oneri uires, humerique recusant
Tantarum laudum pondera ferre mei.

Ad urbem celebrem Salmanticen

XXVI Dum stabant solidae puerili in corpore uires,
Et calidus iuueni dum mihi sanguis erat,
Non ego laedebar gelidis, Salmantica, uentis,
Non niue, non glacie, non Aquilone tuo.
Nec me terrebat concrescens frigore Tormis,
Sub pede non udo qui mihi saepe fuit.
Nunc sanguis gelidus tepido meus orbe foueri
Externique petunt membra caloris opem.
Grus te, Nile, bibit tepidum, quo tempore nobis
Frigore concretas urna propinat aquas.
Idem, cum Lybia (1) flagrantibus aestuat horis,
Sidus in Arctoum temperiemque uolat,
Et brumam fugitat per rura tepentia pastor
Et, veniente nouo uere, reducit oues.
Quid sibi conveniat, sibi quidue sit utile cernit
Mutum animal melius lanigerumque pecus,
Namque homo, sit quanquam compos rationis, adhaeret
Aestibus in patriae frigoribusque suae.
Debuit a mutis didicisse animalibus, omne
Esse solum patriam, sint ubicumque bona.
Propterea, mea blanda altrix Salmantica, quae me
Iam rude donatum quolibet ire sinis,
Cui dedimus nostrae melioris tempora uitae,
Ad te dum per nos utraque lingua uenit
Frigora deuito, quae non nocuere iuuentae,
Verum longaeuo sunt nocitura seni.

In quendam maliuolum

XXVII, e Me condiscipulum decimi cum dico Leonis
Et cum discipulum, Politiane, tuum,
Me premo, non tollo, nam si contraria lucent,
Ut perhibent, iunctis clarius oppositis,
Quid tam disiunctum? Tangit fortuna Supremi
Pontificis caelum, sed mea tangit humum.
Quid tam diuersum quantum sus nostra, Mineruae,
Angele, se opponens, Politiane, tuae?

(1) No original, *Lybie*.

agradecimentos, portanto, poderia eu exprimir-vos ou memorar, em face de tamanhos e tais e tantos favores? As forças sucumbem ao peso, e os meus ombros recusam suportar o fardo de tamanhos louvores!

À célebre cidade de Salamanca

Enquanto se achavam firmes as forças no meu corpo de criança e na juventude tinha quente o sangue, não era ofendido, ó Salamanca, por frígidos ventos, nem pela neve, nem pelo gelo, nem pelas tuas nortadas. Não me fazia tremer o Tormes, congelado pelo frio, que muitas vezes tive debaixo dos pés enxutos. Agora, o meu sangue enregelado reclama ser aquecido numa região tépida e os membros requerem o auxílio de calor exótico. Ó Nilo, o grou bebe-te tépido, no tempo em que o cântaro nos dá a beber águas geladas pelo frio. O mesmo, quando a Líbia arde em horas de calmaria, voa para a região moderada do Norte, e o pastor, buscando campos mornos, trata de evitar o Inverno e, chegando nova Primavera, reconduz as ovelhas. Os brutos e o gado laníger vêem melhor o que lhes convém e é útil, ao passo que o homem, apesar de dotado de razão, fica preso aos calores e frios da sua pátria. Veio a aprender dos brutos que toda a região é pátria; que a felicidade em toda a parte se encontra. Por isso, ó Salamanca, minha querida mãe, a quem dediquei a época da minha mais feliz existência, na altura em que, por meu intermédio, chegaram junto de ti as duas línguas, — agora que, licenciado, consentes que vá para onde me apeteça, trato de evitar os frios que me não foram molestos quando novo, mas que prejudicariam este velho, carregado de anos.

Contra um certo má-língua

Quando afirmo que fui condiscípulo de Leão x e vosso discípulo, Policiano, rebaixo-me, não me exalto, pois se, como dizem, coisas contrárias brilham, juntas mais claramente as opostas, que há que tanto se diferencie? A fortuna do Sumo Pontífice toca o céu, ao passo que a minha roça pela terra. Que há tão diverso como opor-se à vossa, Ângelo Policiano, a minha pobre ciência?

biblRIA

Epitaphium uxoris

xxviii, d Hic iacet Elisabet generosae stirpis et uxor
Baruosae. Moriens morte beata fuit,
Nam bene quae vixit, fatali molliter hora
Castam animam caelo reddidit, ossa solo.
Est igitur felix. Nullum facunda Solonis
Felicem ante obitum dicere uox solita est.
Rapta licet fuerit nimium florentibus annis,
Te patrem quino pignore fecit, Ari.

In Issam

xxix, e Pulchri oculi pulchraeque genae, sunt omnia pulchra,
Issa, tibi; et non sunt omnia pulchra tibi.
Me dices aenigma loqui; iam aenigma solutum
Accipe. Naturae munere pulchra quidem es,
Sed uitio, Issa, tuo nil te est deformius una.
Femina qua nulla est desidiosa magis
Prima mali hinc labes, quod nulla negotia tractans
Nullum das manibus quo teneantur opus.
Spernis acum, telam, calathos et scrinia, fusum,
Vellera, forficulas, linea texta, colos.
Arma deae castae spernens, nec uirgo pudica,
Issa, diu, nec tu casta manere potes.
Visere templa quidem sancta pietate uideris,
Sed tua quam templis noxia longa mora est,
Nam sacra dum spectas, oculos lasciua proteruos
Huc illuc referens, Daemonis arma cies.
His loqueris signisque tibi respondet amator
Atque supercilio luminibusque suis.
Non tibi sufficiunt uici, fora, flumina, campi
Per quae tu passus irrequieta moues.
Quod nunquam gaudes thalamo laribusque paternis,
Quod, si quando domi es, tota fenestra tua est,
Cur maculas delubra Dei? Cur criminis antrum
Qui locus orandi saeua libido facit?

Ad pudentem

xxix, d Tutius est oculis basiliscum cernere seque
Et sua Gaetulae credere membra leae,
Quam fixis pulchrae uultum spectare puellae
Luminibus; fugiens tutior esse potes.
Hic timidum leporem, non hic imitere leonem.
Non vinces stando, sed fugiendo pudens.

bibRIA

Epitáfio da esposa

Aqui jaz Isabel, de generosa estirpe, mulher de Barbosa. Morrendo, foi feliz na morte, pois tendo vivido bem, entregou, na hora suavemente fatal, a pura alma ao céu, os ossos à terra. É, portanto, feliz. A voz facunda de Sólon costumava dizer que ninguém é feliz antes da morte. Posto haja sido arrebatada em idade mui florescente, fez-te, ó Aires, pai de cinco filhos.

Contra Issa

Lindos olhos, lindas faces... tens tudo lindo, ó Issa, e nada tens lindo! Dirás que falo como enigma... Ora aí o tens resolvido: Por dádiva da natureza, és realmante linda; mas por culpa tua, ó Issa, nada é ao mesmo tempo mais feio do que tu. Mulher que mais do que nenhuma outra é ociosa, eis o primeiro estrago do mal, porque, não te tomando qualquer ocupação, nenhum trabalho dás às mãos, pelo qual sejam cativadas. Desprezas a agulha, o tear, os açafates e as secretárias, o fuso, a lã, as tesouras, os tecidos de linho, as rocas. Desprezando as armas de casta deusa, tu não podes, ó Issa, por muito tempo, manter-te donzela pudica nem casta. Sem dúvida, parece que visitas os templos com santa piedade; mas a tua prolongada demora é-lhes muito nociva, porquanto, ao mesmo tempo que olhas as coisas sagradas, excitas as armas do Demo, lançando para todos os lados, provocante, os olhos impudentes. Com estes gestos falas, e o amoroso responde-te com a sobrancelha e com os olhos. Não te bastam as ruas, as praças, os rios, os campos, através dos quais passeias sem descanso. Porque nunca estás satisfeita com o tálamo nem com os lares paternos; visto que, se alguma vez estás em casa, nunca sais da janela, porque manchas os templos de Deus? Porque é que a tua funesta lascívia faz do lugar da oração o antro do pecado?

A um envergonhado

É mais seguro ver-se com os olhos o basilisco e confiarem-se os membros à leoa africana, do que contemplar com olhos penetrantes o corpo de uma menina bonita; fugindo, poder-se-á estar em maior segurança. Imite-se, neste caso, a tímida lebre, não o leão. Não se vencerá ficando, mas fugindo, envergonhado.

biblRIA

Ad Laurentium, de magistro Gonsalo

xxx, e A teneris quas unguiculis (1) uenerorque coloque
Et quarum ingenti raptus amore feror
Cantantes soleo musas audire libenter
Et Phoebum, dulci qui regit ore melos.
Hinc facile admittor Cirrhaea notus in aula
Ad citharam Deli Thespiadumque modos.
Hic ego quae uidi uerear narrare profanis,
Sed non, Laure, tibi, qui sacra nostra colis.
Aonias inter dominas cum forte sederet
Cynthius, aurata concineretque lyra,
Aonium ad nectar uenit Gonsalus, at illum
Ut uidit Phoebus Pieridumque chorus,
Assurgens inquit: — Diuini, conscie (2), iuris,
Iuris et humani, cedo, poeta, tibi.
Dignus es ut capias primos Heliconis honores.
Posthac Pierios tu moderare uiros. —
Hoc ego ut audiui, gauisus nomine nostri,
Nominis Hispani, laetior inde abii.
Phoebe, uale dixi, Grais distamus ab oris;
Malo deo posthac hoc propiore frui.
Non uoco Cirrhaei iam numen Apollinis ullum,
Sed nostri. Mihi tu, noster Apollo, faue.

In Astrologos. MDXXIV.

xxxiv, e Quartus bis decimus qui nunc fluit indicat annus
Vera loqui nunquam fata genethliacos.
Terruerant gentes veluti iam saecula Pyrrhae
Instarentque ferae Deucalionis aquae,
Tempore quo montes quamuis latuere sub undis
Parnassi haud latuit montis utrumque iugum.
Horrebat mundus cataclysmum et caerula Noe,
Quaerebant arcam diluuiique fugam;
Quaerebat latebras populus, quasi posset in ullo
Cum uenit ira Dei, tutior esse loco.

(1) Cícero, *Fam.*, I, 39, 93.
(2) No original, *conscic.*

A Lourenço, acerca de mestre Gonçalo

Desde a mais tenra idade, por mim venerada e respeitada e por cujo grande amor sou movido, como arrebatado, — que eu costumo de boa vontade ouvir as cantantes musas e Febo, que dirige com doce voz os cantos. Por isso, sou fàcilmente recebido, como conhecido, no palácio cirreio, junto da cítara de Apolo e das cadências das musas. O que aqui vi poderia ter receio de o narrar a profanos, mas não a ti, Lourenço, que veneras as nossas coisas sagradas. Sentando-se por acaso Apolo entre as musas e soando a doirada lira, chegou Gonçalo junto do néctar aónio; mas, logo que Febo e o coro das Piérides o viram, levantando-se, disse aquele: — Submeto-me a ti, ó poeta que conheces o direito divino e o direito humano! Ês digno de tomar as primeiras honras do Hélicon. Daqui por diante, dirige os poetas.

Logo que ouvi isto, satisfeito com o nome dos nossos, com o nome de hispano, mais alegre dali me afastei. E disse: — Adeus, ó Febo! Estamos afastados das regiões gregas. Daqui por diante, prefiro utilizar-me deste deus mais próximo. Já não invoco nenhum númen de Apolo cirreio, mas o do nosso. Sê-me tu propício, nosso Apolo!

bibRIA

Contra os astrólogos. 1524 (1)

O ano de 24, que agora corre, mostra que os astrólogos nunca fazem vaticínios verdadeiros. Tinham aterrorizado as nações, como se já os tempos de Pirra e as feras águas de Deucalião estivessem iminentes, embora no tempo em que os montes estiveram ocultos sob as águas tal não tenha acontecido aos dois cumes do Parnaso. O mundo temia o cataclismo e Noé as águas do mar; procuravam a arca e fugiam do dilúvio; o povo procurava os esconderijos, como se pudesse estar mais seguro nalgum lugar, quando chega a ira de Deus.

---

(1) O prognóstico, feito por astrólogos, de que em 1524 haveria novo dilúvio universal, provocou a publicação de numerosas obras contra eles. Veja-se, quanto a nós, a obra de Frei António de Beja, *Contra os Juízos dos Astrólogos* (1523), reproduzida pelo Doutor Joaquim de Carvalho em 1943. — Garcia de Resende, na sua *Miscelânea* (1554), assim se referiu ao caso (oitava n.º 240):

Viimos a astrologia
mentir toda em todo o mundo,
que toda junta dizia
que em vinte e quatro havia
de haver delúvio segundo;
e seco vimos o ano
e bem claro o engano
em que astrólogos estavam,
pois dantes tudo afirmavam
por chuvas haver grão dano.

Scilicet oblitus solitae pietatis, in aequor,
In fluctus Dominus cuncta daturus erat.
Quae uoluit momenta Deus uel tempora nulli
Nota fore; haec solis explicat astrologis.
Arguit Omnipotens mendacia vana, sereni
Aut soliti currunt, praetereuntque dies.

In discipulum ingratum

xxxv, e Erudii sobolem coruinam, coruus ut esset,
Erueret qui oculos effoderetque meos.

Ad se, cum langueret

xxxv, d Cur, anima, horrescis mortem, quae causa quietis,
Omnis et humani quae medicina mali est?
Mortua membra cupis uiuens et lumine caeli
Plena tenebrosi carceris antra petis.
Namque tuum corpus veluti complexa cadauer
Atque manus manibus, tu pedibusque pedes
Osque ori iungens, totos infusa per artus
Tabificae pateris taedia longa necis,
Denique supplicium, quali Mezentius olim
Affixit ciues composuitque suos.
Vita homini plerumque bonum partitur inique;
Mors tribuit nulli plusue minusue nihil.
Non plus seruus habet domino, non mortuus Iro
Dulichio Croesus plus opulentus habet,
Nobilitas plus plebe nihil, non paupere diues,
Non sene plus iuuenis, femina plusue uiro.
Sit quamuis auro inclusus, sit ture sepultus
Corpore, uel pendens in cruce pascat aues,
Post obitum aequantur; putrescat in aere, in unda,
In terra, haud refert, puluis ubique sumus.
Pontifices non mitra operit, non purpura reges,
Non stola matronas, non toga rasa uiros.
Ossea forma tegit cunctos, in puluere somnus
Est cunctis, lecto nec meliore cubant.
Exposui mortis communia dona profanis;
Dicam spes nostrae quid pietatis habet.
Cum uolat hinc anima in caelum, quam Christus adoptat,
Est felix, summo perfruiturque bono.
Et dormire mori appellat sacra pagina, quando
Ultima surgentes est habitura dies.
Sed quid ego immensi aggredior mysteria caeli?
Materiam tantam non epigramma capit.

biblRIA

Tendo-se por certo esquecido da costumada piedade, o Senhor tudo arremessaria para o mar, para as vagas! Deus quis que de ninguém seriam conhecidas estas mudanças ou estes tempos; só os explica aos astrólogos! O Omnipotente declarou-os mentiras vãs, e os dias, serenos ou como habitualmente, vão correndo e vão fugindo...

Contra um discípulo ingrato

Ensinei um rebento de corvo, como se corvo fosse, destinado a arrancar-me e a perfurar-me os olhos! (1)

A si, ao ver-se debilitado

Ó alma, porque receias a morte, donde vem o descanso e a cura de todo o mal humano? Vivendo, desejas mortos os membros e pretendes os antros de tenebroso cárcere, cheios da luz do céu. Com efeito, juntando tu as mãos às mãos, os pés aos pés, o rosto ao rosto, suportas os longos sofrimentos da destruidora morte, que se apoderam do teu corpo como se fosse cadáver e se derramam por todos os membros; finalmente a morte, à qual Mezêncio (2) outrora ligou e dispôs os seus homens. A vida reparte iniquamente ao homem todos os bens; a morte a ninguém dá mais ou menos. Quando morto, não tem o escravo mais que o senhor; o opulento Creso mais do que o Iro (3) de Ulisses; a nobreza, nada mais que a plebe; o rico mais do que o pobre; o jovem mais do que o velho, ou a mulher mais do que o homem. Ainda que com o corpo tenha sido envolto em oiro; embora tenha sido sepultado com incenso ou pendente na cruz sirva de pasto às aves, depois da morte são iguais; putrefaça-se no ar, na água, na terra — não importa! —, em toda a parte somos pó. A mitra não cobre os Pontífices, nem a púrpura os reis, nem o vestido as matronas, nem a toga roçada os homens. O esqueleto a todos esconde; todos dormem no pó; ninguém se deita em melhor leito. — Expus aos profanos as dádivas comuns da morte; direi o que possui a esperança da nossa salvação. Quando deste mundo para o céu voa a alma que Cristo escolhe, é feliz e goza do sumo bem. O livro sagrado chama dormir ao morrer, visto que o último dia se há-de apoderar dos que ressuscitam.

Mas porque estou eu a sondar os mistérios do immenso céu? Um epigrama não abrange tão vasta matéria.

---

(1) Rifão português: «Cria o corvo, tirar-te-á o olho».
(2) *Mezêncio* — rei da Etrúria, um dos heróis da *Eneida* (Liv. x-xi).
(3) *Iro* — mendigo de Ítaca, morto por Ulisses.

In Ferrandum inuidum

xxxvi. d Ferreus es quamquam, ferri quoque consona quamuis
Durus habes durae nomina iuncta rei,
Attamen inuidiae telum tua pectora fixit.
Quis credat? Ferrum perforat inuidia.

In Frontonem

xxxvi, d Grammaticus fueras, nunc uis consultus haberi.
Innocuus fueras, nunc cupis esse nocens.
Legulei rapiunt, spoliant canonumque periti,
Sunt contra innocui grammatici canones.
Sed leuis ambitio et praefulgens gloria iuris
Perstringunt animum solicitantque tuum.
Unde tibi ratio constat tremuloque senique,
Unde tibi uires, tempus et unde tibi,
Ut cana barba incipias et vertice cano
Discere, quae a pueris uix didicere senes?
At fore consultum triduo iactantius inquit
Se Cicero. Hoc uerum est tempore, Fronto, suo,
Nam nunc uerbosos per multa uolumina Baldos,
Annis uel centum uoluere nemo potest.
Vis cito consultus, missis ambagibus, esse?
Una constultus litterula esse potes.
Consulto facile est unum super addere gramma.
Extra quid quaeris? Quod petis intus habes.

biblRIA

De officio grammatici

xxxvii, d Grammatici officium gyro male clausit iniquo
Nostra aetas quantum nescia fulsit onus.
Nam quicumque docet modo prima elementa solemus
Dicere non proprio nomine grammaticum.
Cautior at multo ueterum et sapientior usus,
Haec solum criticis nomina tanta dedit,
Quis aperire dedit cunctorum sensa librorum,
Quos penes arbitrium (1) iudiciumque fuit.
Inclytus est, meruit qui nominis huius honorem,
Quod nunc turba nihil semiperita facit.
Aut ueterem iam uim amisere uocabula rerum,
Grammaticum aut nullum saecula nostra uident.

(1) Horácio, *Ars Poetica*, v. 72.

Contra o invejoso Ferrando

Ainda que sejas de ferro; ainda que, duro, também tenhas juntos nomes de coisa dura, a dizer com *ferro*, contudo o dardo da inveja traspassou o teu peito. Quem o acreditaria? É que a inveja perfura o ferro...

Contra Frontão

Tinhas sido gramático, queres agora ser tido como jurisconsulto; tinhas sido inofensivo, desejas agora ser prejudicial. Os legalistas roubam; os versados em cânones espoliam; pelo contrário, são inofensivos os cânones do gramático. Mas uma ligeira ambição e uma resplandecente glória de direito impressionam-te e perseguem-te o espírito. A ti, trémulo e velho, que razão te decide, que forças e que tempo, a que principies, com barba branca e cabeça coberta de cãs, a aprender aquilo que os velhos dificilmente aprenderam desde crianças? Mas Cícero disse, cheio de bazófia, que havia de ser jurisconsulto em três dias. Isso, porém, ó Frontão, é verdade no tempo dele, porquanto agora nem em cem anos pode alguém revolver, através de muitos volumes, os palavrosos Baldos. Queres, sem ambages, ser depressa jurisconsulto? Com uma só letrinha podes ser *jurisconstulto*. É fácial acrescentar a *jurisconsulto* uma só letra... Que é que procuras fora? Lá dentro tens o que pretendes.

BIBRIA

A função do gramático

A nossa idade cercou injustamente de fama depreciativa a função do gramático, quanto, néscia, lhe suportou o peso. Com efeito, costumamos chamar, com designação imprópria, gramático a todo aquele que só ensina os primeiros elementos. Muito mais prudente e discreto é o costume dos velhos, que sòmente atribuiu tão notáveis nomes aos críticos a quem consentiu descobrir os sentidos de todos os livros, — em cuja posse esteve o arbítrio e o juízo. É ilustre aquele que mereceu a honra deste nome, porque agora a multidão meio instruída nada faz. Ou já perderam o velho vigor os nomes das coisas ou os nossos tempos nenhum gramático descortinam!

Ad Iohannam Vaaz

xxxviii, e Quis te doctorum nostris putet esse, Iohanna,
In terris ortam, qui tua scripta legit?
Te uel in Esquiliis natam, mediaue Suburra,
Urbs te Romanam uindicet alta Remi,
Tam comptum, tam dulce simul componis et ipsa
Quae nectis, Latio uerba lepore fluunt.
Barbarie in tanta, qua uix exculta uirorum,
Quo tua, uirgo, fuit lingua diserta modo?
Nunc doleo quod cum potuissem uisere, uisi
Non te, cum uestra nuper in urbe fui.
Nam qui delector calamo, iucundius ore
Praesenti fruerer colloquioque tuo.
Dulcius est pomum quod carpitur arbore in ipsa,
Et magis ex ipso fonte bibisse iuuat.

Ad se paraenesis

xl, d Rector ut in tumido puppim regit aequore gnarus
Quos uitet scopulos, quae loca tuta petat
Frangit et hanc huic cedit aquae moderamine claui,
Infirmam tabulam per freta longa uehit,
Sic et, Ari, motus animi fluctusque tumentes
Nunc preme, nunc laxa, sub ratione tenens,
Indomitumque salum uitae uirtute gubernans,
Sic supera curas, ut maris ille minas.

bibRIA

A Joana Vaz

Qual dos mestres, que tenha lido os vossos escritos, suporia, Joana, que nascestes nas nossas terras? Talvez a alta cidade de Remo vos reivindique como romana, nascida no Esquilino ou no meio da Suburra, com tanto enfeite e ao mesmo tempo com tanta suavidade escreveis e correm com elegância latina as próprias palavras que encadeais. De que modo, ó donzela, é que a vossa língua se tornou elegante em tamanha rudeza de homens, pelos quais ela difìcilmente seria cultivada? — Agora, lamento que, tendo podido ver-vos, quando há pouco estive na vossa cidade, vos não vi. De facto, eu, que me deleito com os vossos escritos, tiraria maior lucro vendo-vos e falando convosco. É mais agradável o pomo que se colhe na própria árvore e mais agrada ter bebido da própria fonte.

Advertência própria

Assim como o hábil piloto governa a nau em mar encapelado, para evitar estes escolhos e se dirigir a lugares seguros a acalma e a entrega a esta água com o governo do leme e transporta o escalavrado madeiro através de longos estreitos, assim tu também, ó Aires, umas vezes hás-de reprimir os movimentos e as vagas entumecidas do espírito, outras vezes hás-de abrandá-los segundo a razão e, dirigindo com denodo as indómitas vagas da vida, hás-de vencer, do mesmo modo, os cuidados como aquele as ameaças do mar.

biblRIA

xl. x, e

Quando—ut Flaccus ait—stultorum incurata pudor malus ulcera celat (1), ne quis mecum erret non pudebit me errorem indicare, in quem incidi nactus mendosum codicem. Is est in undeuicesima sectione primi libri Aratoris, quem olim in Salmanticensi Academia interpretatus sum. Ita legi carmen illius sacri Poetae: — Vectorem compone tuum, ne credere tardes officium portare diu. — Admonitus sum ab amico ita eum locum legendum (Ita non esse in ueruetusto codice scriptum asseuerauit): Ne reddere tardes officium, porta te (2) diu—, ut sit apostrophe ad paralyticum —. O porta te (2) diu a lectulo, in quo iacebas infirmus; porta nunc tu iam sanus lectulum et gratiam ei refer parem, ut si iam a paralysi liberatus, nunc portes lectulum, a quo cum eras paralyticus portabaris.

Egi gratias amico, a quo bene emendatus sum, idemque profiteor facturum me in aliis erroribus, in quos ut homines labi potuimus, si fuero admonitus non tantum ab amicis ac doctis, sed ab his etiam quos nunquam uiderim et rudibus, quoniam πολλάκις καὶ κηπωρὸς ἀνὴρ μάλα καίριον εἶπεν.

τέ ορ

CONIMBRIAE
Apud Coenobium diuae Crucis
M D XXXVI

(1) Horácio, *Epistolas*, liv. I, xvi, v. 24.
(2) No original, *portate*.

[*Final*]

Visto que, como diz Flaco, o errado pudor dos estultos esconde as feridas incuráveis, para que ninguém erre comigo não me envergonharei de indicar um lapso em que caí quando adquiri um defeituoso códice. Fica ele na décima oitava secção do primeiro livro de Arator, que em tempos interpretei na Universidade de Salamanca. Assim li um verso daquele Poeta sacro: — *Vectorem compone tuum, ne credere tardes officium portare diu.* — Fui advertido por um amigo de que aquele passo devia ser lido da seguinte forma [Ele afirmou não estar assim no velhíssimo códice]: *Ne reddere tardes officium; porta te diu* —, espécie de apóstrofe a um paralítico: «Oh! Levanta-te, daqui por diante, do leito em que estavas deitado quando enfermo; transporta tu, agora são, o leito e paga-lhe na mesma moeda, como se, já livre da paralisia, agora transportes o leito, pelo qual, quando paralítico, eras transportado».

Agradeci ao amigo por quem fui bem emendado e prometo que hei-de fazer o mesmo noutros erros em que como homem posso ter caído, se tiver sido advertido, não só por amigos e entendidos, mas também pelos que nunca tenha visto e por ignorantes, por isso que *muitas vezes até um guarda de jardim diz coisas bastante oportunas.*

Fim

Coimbra, Convento de Santa Cruz — 1536.

HIBRIA

«... o antierasmismo de Aires Barbosa, expresso aliás num belo verso latino, é demasiadamente genérico para poder testemunhar uma verdadeira polémica em Portugal à volta de Erasmo. Faltam-lhe precisamente os temas da actualidade mais flagrante, em especial o tema da vida monástica, que levantou contra Erasmo massas de franciscanos e dominicanos» (Pág. 562).

* * *

Em dois artigos de LUÍS DE SOUSA RIBEIRO, escritos para o *Dicionario das Literaturas Portuguesa, Galega* e *Brasileira*, organizado sob a direcção do Dr. Jacinto do Prado Coelho e em vias de conclusão, lêem-se estes juízos sobre o mesmo assunto:

«Como reacção às tendências de tom erasmista ou erasmizante..., surge uma literatura polémica, que se arvora em defensora zelosa da ortodoxia tradicional. Diogo de Gouveia, o Velho, mantendo entre nós a posição escolástica da Sorbona, e Aires Barbosa, autor da Antimoria *(1536), poema condenatório do* Elogio da Loucura, *impõem limites à liberdade de juízo e propugnam a validade da tutela teológica» (Pág. 342).*

«A Antimoria *tem principalmente um carácter de polémica doutrinal, mas o seu autor manifesta frequentemente uma ironia e um sarcasmo que procura afinar pelo tom da obra de Erasmo» (Pág. 742).*

JOSÉ TAVARES

UA/SD
N.º 917
Data NOV. 1979
Cota

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

OS ESTATUTOS DA IRMANDADE DA SENHORA DA GRAÇA, DE AVEIRO

TENHO presentes os Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Graça, erecta na cidade de Aveiro, e ordenados no ano de 1786. Foi esta irmandade ou confraria fundada há cerca de quinhentos anos na freguesia de S. Miguel de Aveiro, a única que então havia na vila de Aveiro. A sua sede era na igreja matriz de S. Miguel, onde estava a imagem da padroeira da confraria.

Aquela freguesia foi desdobrada em quatro no ano de 1572: — Vera Cruz, Senhora das Candeias ou S. Gonçalo, Espírito Santo e S. Miguel, e estas reduzidas a duas por alvará de 11 de Outubro de 1935 do administrador-geral do distrito, José Joaquim Lopes de Lima, a da Vera Cruz e a de N. S. da Glória, esta em substituição das de S. Miguel e Espírito Santo.

A dita igreja matriz foi demolida em 1835.

A imagem de Nossa Senhora da Graça desta igreja foi então transferida para a igreja de S. Domingos, com o nome de Nossa Senhora da Glória, e ficou esta a ser o orago da nova freguesia, e a igreja de S. Domingos ficou sendo a paroquial, como o é ainda hoje.

Tinham os estatutos em vista defender a boa ordem dos serviços da irmandade e os interesses e bens desta. Foram organizados em 1786 e aprovados em 1787.

Possuo o original escrito num livro de 47 folhas de papel, numeradas e rubricadas, e encadernado com capas de carneira.

Falta nele apenas a folha 1, que continha o ante-rosto do livro.

Antes dos estatutos está uma folha com a declaração do Provedor da Comarca, Sebastião José de Gouveia, de que dá Comissão a José Félix Faustino para numerar e rubricar os Estatutos, datada de 29 de Agosto de 1787.

As folhas 40 a 46 e a pág. 47 v. estão em branco.

No fim dos Estatutos foi transcrito um breve do papa Júlio II, datado do dia primeiro de Março de 1506, concedendo indulgência plenária à Irmandade para que os fiéis cristãos visitem e venerem a capela que tem o altar da Senhora da Graça sita na paroquial igreja de S. Miguel de Aveiro.

Sabemos os bens e encargos que tinha a Irmandade em 1786 pela relação que Fr. Felix Mendes dos Ramos, vigário encomendado da paroquial igreja de S. Miguel enviou ao Vigário Capitular do Bispado de Coimbra, feita entre 1760 e 1775, e respeitante ao estado temporal e material da Igreja, Confrarias e capelas de Aveiro, da qual constam as seguintes referências a Nossa Senhora da Graça e respectiva Confraria:

«O segundo [altar] colateral do lado da Epístola é dedicado a Nossa Senhora da Graça imagem de vulto inteira, e perfeita colocada em retábulo dourado, semelhante ao sobredito, e nele esculpidas três imagens, uma de Nossa Senhora da Assunção, outra de S. Joaquim, e a terceira de Santa Ana, perfeitas, sobre a primeira cimalha do retábulo.»

«É Confraria instituída há mais de trezentos anos; e no de mil quinhentos e seis obtiveram os confrades indulgência plenária, pelo papa reinante no dia da festa da Senhora, no qual dia se faz uma procissão, em que se leva a imagem da mesma Senhora de vulto inteira e perfeita com corda de prata em um andor guarnecido de cortinado de matizes com franja e galão de ouro novo.»

«Seu estabelecimento consiste em duzentos oitenta tres mil e quatro centos reis a juro, treze mil e quatro centos reis de foros, noventa e quatro alqueires de trigo, vinte de milho, doados e deixados os bens imóveis de que se percebem os ditos foros pelos confrades, com obrigação de satisfazer os legados e missas abaixo declaradas. Seu fundo consta ser cento dezasseis mil trezentos e noventa e seis reis.»

«Tem noventa missas rezadas, das quais uma é semanária de esmola de cem reis por costume, quinze cantadas de esmola de duzentos reis, também por costume; vésperas cantadas na

véspera de Santa Bárbara: todas perpétuas, um aniversário com missas gerais pelas almas dos confrades.

É bem administrada, satisfaz a todas as obrigações, e dá contas ao Provedor da Comarca.» (1)

Publicamos a seguir os referidos Estatutos em ortografia actualizada.

Aveiro, Fevereiro de 1960.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

(1) *Arq. do Dist. de Aveiro,* vol, VII, págs. 186 e 187. Ano 1941.

/ 1 v. /

Dou comissão a José Félix Faustino para numerar e rubricar estes Estatutos e compromisso da Irmandade de N. Senhora da Graça, desta cidade, e no fim lhe fará termo de encerramento. Aveiro 29 de Agosto de 1787.

Como provedor

Sebastião José de Gouveia

biblRIA

/2/

ESTATUTOS

DA

IRMANDADE

DE

N. S.RA DA GRAÇA

ERECTA

NA IGREJA DE

S. MIGUEL

DESTA CIDADE DE AVEIRO

bibRIA

ORDENADOS

NO ANO DE MDCCLXXXVI

/3/ Bem notória é a devoção que todos os Portugueses com Maria Santíssima temos; pois, se fizermos uma séria reflexão apenas acharemos igreja alguma, secular ou regular, capela, ermida ou oratório em que não vejamos alguma imagem sua colocada, a quem devotadamente tributamos nossos votos, não conforme a seus merecimentos devidos, mas sim à nossa humanidade possíveis. Na matriz e paroquial igreja de São Miguel desta cidade de /3 v./ Aveiro temos uma, colocada em um altar colateral com a invocação da Graça, o qual se acha enriquecido de muitos bens espirituais pelo Santíssimo Padre Júlio II e novamente pelo Santíssimo Padre Pio VI, presentemente reinante, como mais largamente exporemos, cujo mistério da Graça, de que foi cheia a mesma Senhora, celebra a Santa Madre Igreja a vinte e cinco de Março anualmente e por particular devoção festejam os fregueses da dita igreja, com os mais moradores da mesma cidade, aos quais por sorte ou eleição toca a oito de Setembro de cada um ano, dia dedicado à sua Natividade.

/4/ Porém, como entre o juiz, oficiais e mordomos desta irmandade, já há mais de duzentos anos erecta na dita igreja de São Miguel, ordinàriamente nasçam algumas discórdias, dissenções e dúvidas nas despesas que de mão comua costumam fazer na principal festa da Senhora, como também na administração dos bens da mesma irmandade haja menos cautela para sua segurança, de que pode nascer uma parcial ou plenária dissipação dos mesmos bens, conforme a maior ou menor quantidade que dispensam, sem que para a boa harmonia de irmãos e discreta economia de bens haja lei /4 v./ alguma escrita ou consuetudinária, por onde hajam de refrear seus furores, contribuir suas taxadas esmolas para a mesma festa e segurar os bens da mesma irmandade, o que tudo só por leis se pode bem ordenar, determinamos nós, o juiz, oficiais e mordomos que no presente ano de mil setecentos e oitenta e seis a mesma servimos, abaixo nomeados e assinados, de comum consentimento estabelecer uma lei estatutária, que é a que se segue, pela qual ordenamos o método, forma e ordem que cada um deve ter em seu particular ofício, a qual há-de também abraçar a todos aqueles

biblRIA

que nos anos futuros houverem de /5/ ocupar os mesmos empregos.

E para que mais fervorosamente os presentes e futuros cumpram com seu dever, em seus respectivos lugares determinado, a bem da remuneração, prometida a todos os fiéis que veneram Maria Santíssima em suas imagens neste mundo, se por acaso não passarem logo à fruição dos bens eternos, depois de acabada esta vida mortal, nos comprometemos de os ajudar com os sufrágios que a Santa Madre Igreja tem ordenado em comum e em particular com os que adiante lhes notificamos, e dos mesmos queremos sejam participantes todos aqueles /5 *v.*/ de qualquer qualidade, estado, sexo e idade, que, movidos desta devoção e de seus espirituais interesses, concorrem com seus temporais lucros, abaixo estipulados, fazendo-se listar no livro que para este fim há na dita irmandade, cujas esmolas são aplicadas para o decoro, ornato e asseio da imagem e seu altar, conforme à vontade dos ditos Santíssimos Padres.

bibRIA

/6/

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

§ 1.° — Toda a pessoa de qualquer qualidade, estado, sexo e idade que movida da devoção de Maria Santíssima, Nossa Senhora, e dos interesses espirituais que há nesta Irmandade quiser entrar na mesma, dará de esmola, sendo da idade de sete até trinta anos, cento e vinte réis, e desde esta por diante dará duzentos /*6 v.*/ e quarenta réis, e além desta indispensável taxa de esmola, que deve dar por entrada, dará mais em cada um ano, pela festa principal da Irmandade, que é a oito de Setembro, cinquenta réis, o que tudo receberá o tesoureiro que naquele ano servir a mesma Irmandade.

biblRIA

§ 2.° — E porque os Estatutos das Irmandades não são outra cousa mais do que uma lei à qual cada um se obriga guardar pela entrada que faz em cada uma delas, sujeitando-se à sua observância pela esmola taxada que dá e fazendo-se listar no livro (sem as quais circunstâncias não /7/ aprovamos por irmão desta aquele que às mesmas faltar) e para sua subsistência seja precisa e necessária a pena com a qual fica corroborada e permanente, de comum acordo, nos pareceu determinar que todo aquele irmão que depois de eleito para qualquer emprego dos aqui nomeados se escusar de servir sem justificar a sua causa de escusa perante a Mesa que o elegeu seja logo riscado do livro da lista e que por ele se não façam os sufrágios nestes Estatutos determinados, depois do seu falecimento.

Item que todo aquele irmão ou irmã, depois de listado com a satisfação da taxa da esmola da entrada que /*7 v.*/ não pagar a esmola anual por espaço de três anos contínuos, sendo-lhe pedida, seja excluído de qualquer emprego para que o elegeram, e depois de falecido privado dos sufrágios determinados, de cuja exclusão fará o escrivão menção na margem do livro da lista em que está listado, para a todo o tempo

constar e evitar as despesas da Irmandade na satisfação aos mesmos sufrágios que havia de ter se não fosse remisso; porém, se arrependido desta omissão satisfazer as esmolas dos anuais vencidos, poderá ser admitido à dita graça e gozará de todos os mais favores da Irmandade.

Outras mais penas /8/ estão em seus lugares adiante determinadas para a conservação da mesma.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DESTA IRMANDADE

§ 3.° — A oito de Setembro de cada um ano, dia dedicado à Natividade da Senhora, se fará a festa principal da Irmandade, a qual, para ser evitada toda a confusão, desordem, dúvida e excesso, se determi /8 v./ na pela forma seguinte:

Haverá missa cantada, a qual no altar terá presbítero, diácono e subdiácono, paramentados, ministrando-lhes um turiferário e dois ceroferários, compostos de suas sobrepelizes, e no coro cantarão a mesma missa quatro clérigos, de qualquer ordem que sejam, contanto que tenham boas vozes e compostas, conforme a arte lhes ensina, e ornados de suas sobrepelizes; haverá na mesma sermão e exposição do Santíssimo Sacramento, logo no princípio dela até à tarde do mesmo dia; pelas três horas, pouco mais ou menos, se cantará o Terço à Senhora, havendo comodidade, e no /9/ fim deste se destribuirão pelos irmãos de um e outro sexo, a quem por sorte lhes tocar, duas dúzias de rosários; e, acabada que seja esta devoção, se segue o sermão, o qual dará termo a esta função da primeira festa; porém queremos e determinamos que antes do encerramento do Santíssimo se faça procissão pela cidade na forma do costume, a qual poderá admitir até vinte padres com sobrepelizes, exceptos os das insígnias da cruz, castiçais e turíbulos, aos quais todos se dará a esmola que com os mesmos se estipular, ou for costume. Esta procissão governará um irmão, que mais zeloso for, ou em sua falta, um padre /9 v./, que nas cerimónias seja perito, fazendo que vão os ditos padres em duas alas, seguindo os passos dos dois ceroferários que ao lado do cruceferário hão-de ir, e que os turiferários vão juntos ao Santíssimo, incensando as ruas por onde há-de passar. E quando por falta de irmãos desta Irmandade e das mais que costumam sociar esta função, por causa da romaria que costumam fazer nesse dia à Senhora dos Febres (o que não esperamos deles) não se possa fazer a dita procissão, em tal caso se terminará a dita função deste dia com vésperas cantadas, as quais se

DORIA

comporão de seis padres, excepto o pároco, o qual no cântico de /10/ *Magnificat* acompanharão o coro aos altares dois paramentados para a incensação, precedendo dois ceroferários e um turiferário, ficando, daqueles seis, quatro padres no coro, e logo o sermão e finalmente *Tantum ergo;* cujas despesas serão feitas pelas pessoas dos oficiais adiante em seus lugares determinadas, excepto a que se fizer neste dia tão-sòmente com os rosários.

§ 4.° — Em cada um ano dentro de oitavário dos Santos no mês de Novembro se fará um aniversário, que consta de um ofício de defuntos e uma missa cantada e procissão /10 v./ no fim pelas almas dos irmãos defuntos desta Irmandade, assistido de nove padres sacerdotes, excepto o pároco, os quais dirão nesse dia a sua missa rezada, aplicada pelos ditos defuntos irmãos, dando-se-lhes a esmola de cento e vinte réis por cada uma, cujas despesas serão da mesma Irmandade; e, se a devoção dos oficiais da mesma quiser, no seu ano em que servem, fazer a dita função com mais padres do que os aqui nomeados, em semelhante caso satisfarão de suas bolsas, e não da Irmandade, aos extraordinários; e, se o tesoureiro daquele ano fizer o contrário do que o determinado aqui, /11/ não se lhe levará em conta.

§ 5.° — Quando falecer da vida presente algum irmão ou irmã, logo dentro do oitavário e o muito tardar dentro do mês de seu falecimento se mandarão dizer por sua alma cinco missas de esmola ordinária, das quais pedirá o tesoureiro certidão.

§ 6.° — De tempo imemoriável se costumam dizer nove missas sucessivas e precedentes à festa do Natal de cada um ano, no altar de Nossa Senhora da Graça, para as quais serem celebradas costuma o tesoureiro daquele ano pedir esmolas pe /11 v./ los fiéis; portanto, aprovando aquele louvável costume, determinamos que o dito tesoureiro faça a mesma diligência praticada por seus antecessores, pedindo esmola para aquelas missas, as quais não queremos sejam satisfeitas pela Irmandade e advertindo ao sacerdote que as disser, as aplique por todos aqueles que concorreram com suas esmolas, e juntamente que as não celebre em tempo nocturno, o qual é proibido pela Santa Madre Igreja para celebração de missas, pela razão das missas espirituais e escândalos que causam estas nocturnas funções. E, se crescer algum dinheiro deste peditório, /12/ depois de feitas as despesas daquela novena de missas, será obrigado o dito tesoureiro a dá-lo em conta na receita de seu ano e não poderá aplicá-lo em outras obras, ainda que pias sejam.

biblRIA

§ 7.° — Nos dias de Natal, Reis, Páscoa, Espírito Santo, e nas festas da Conceição, Purificação, Anunciação e Assunção da Senhora; no dia de Todos-os-Santos e dia de São Miguel de Setembro cabendo no tempo por causa da solenidade com que costuma festejar-se este dia como padroeiro da igreja, se cantará no altar da Senhora o terço do seu rosário, /*12 v.*/ e assistido de um sacerdote ou de outro clérigo de qualquer ordem que seja, não o havendo daquela qualidade, com sobrepeliz, ao qual por estas funções referidas se dará no fim do ano de seu serviço seiscentos réis; e, faltando a alguma das ditas acções e não deixando substituto, se lhe pagará *pro rata*. E, para que mais frequentada seja esta devoção, convidamos a todos, assim irmãos como aos que não o são, pelos quais se distribuirão doze rosários brancos depois de acabada aquela função, conforme lhes tocar por sorte ou escrito, cujas despesas serão feitas pela Irmandade.

/*13*/ § 8.° — Como um dos mais fortes e principais motivos que nos influiu a estabelecer estes Estatutos foi a segurança dos dinheiros desta Irmandade, para a qual toda a diligência e cautela parece pouca, determinamos que logo o tesoureiro actual mande fazer um cofre de pau de castanho com cintas de ferro nos quatro cantos, de cima a baixo do mesmo e com três ferrolhos ou, bastando um, este seja grosso, e será fechado com três chaves, das quais uma terá em seu poder o juiz, outra o escrivão e a terceira ele dito tesoureiro, no qual estará todo o dinheiro, livros do tombo, inventário de bens, /*13 v.*/ e o que se manda adiante ser feito, para se lançarem os títulos dos contratos da Irmandade, que são os dos §§ 38, 40 e 45, e alguns documentos mais que houverem, pertencentes à mesma. Estas despesas serão feitas pela Irmandade, e em seu poder terá este cofre ele dito tesoureiro.

§ 9.° — Será mais a mesma Irmandade obrigada a fazer no domingo precedente à festa principal da mesma, de cada um ano, eleição de um juiz, escrivão, tesoureiro e seis mordomos para servirem no ano futuro esta Irmandade, para cuja eleição serão convidados pelo /*14*/ tesoureiro actual, todos os oficiais que estão findando seus ofícios, que são aqueles a quem hão-de suceder os futuros, os quais juntos e congregados em Mesa terão muito em sua lembrança a capacidade e habilidade que se requerem nestes ofícios, porque da boa ou má eleição que se faz destes homens procede a ruína ou aumento, assim espiritual como temporal da Irmandade. Por não dar novo método e estilo de fazer a eleição, queremos, por evitar novidades, tome o mesmo uso e costume praticado na eleição que se faz dos oficiais da confraria do

UBRIA

Santíssimo Sacramento da mesma igreja, em que esta Ir /*14 v.*/ mandade está erecta, o qual é a todos notório.

§ 10.° — Outras mais obrigações de tempo antigo tem esta Irmandade, as quais todas estão expressas no livro que a mesma em seu poder tem com este título de *Obrigações*, e delas esteja o tesoureiro certo, para as dar à sua devida execução, como leis privadas de testadores, no que lhe encarregamos muito a sua consciência como matéria muito grave; e portanto é supérfluo fazer das mesmas repetição.

§ 11.° — Para maior utilidade da /*15*/ Irmandade, determinamos que havendo no cofre algum dinheiro numerado, que exceda a quantia de quarenta mil réis, logo se dê a razão de juro, com todas as seguranças devidas, para o que o tesoureiro, fará as diligências necessárias, inquirindo se o mutuatário ou seu fiador dá hipotecas livres, sem as quais lhe proibimos dar aquele dinheiro, pena de o pagar à mesma pelos seus bens próprios, por ser bem certo que os dinheiros encerrados carecem de lucros, de que a mesma Irmandade necessita para suas despesas anuais.

§ 12.° — Em tempo nenhum se /*15 v.*/ farão obras ou despesas do património da Irmandade, mas tão-sòmente dos rendimentos da mesma.

biblRIA

CAPÍTULO III

DA OBRIGAÇÃO DO JUIZ

§ 13.° — Terá cuidado que os oficiais desta Irmandade cumpram com as suas respectivas obrigações na forma destes Estatutos, a cada um dos quais, depois de avisados, /*16*/ ou admoestados três vezes, não satisfizerem às mesmas, expelirá desta Irmandade, encarregando ao escrivão que desta exclusão faça lembrança pela forma exposta no § 2.° do Cap. I destes Estatutos. Como também, por ser falta mais leve que cometer pode o tesoureiro e os dois mordomos do mês no acompanhamento do irmão defunto à sepultura, multará em cento e vinte réis, aplicados para despesas da mesma Irmandade, por cada falta que cada um destes cometer, cujas multas cobrará o mesmo tesoureiro e dará em suas contas no fim do ano; e, não querendo algum destes satisfazer a referida condena /*16 v.*/ ção até a real entrega das contas, será expulsado desta Irmandade, na forma neste Capítulo declarada ou, querendo a Mesa fazer-lhe favor, haverá estas multas pelo Juízo da Provedoria desta cidade. Isto tudo, bem entendido,

não justificando perante a Mesa sua escusa o oficial que faltou.

§ 14.° — Presidirá na eleição que a Mesa fizer, não dando seu lugar ao pároco, como erradamente costuma fazer-se, por não pertencer a este presidência alguma nas confrarias ou irmandades leigas, a qual se há-de fazer de novos oficiais, que hão-de servir no ano futuro, como fica dito, e terá mui /17/ to na sua lembrança de não faltar a esta acção, de cuja assistência nasce a boa direcção e acerto da mesma eleição; e, se por acaso estiver ausente ou doente, cujas causas só julgamos por legítimas para a sua escusa, neste caso suprirá sua falta o juiz que no ano antecedente serviu; e, se um e outro por temerário atrevimento desprezar esta assistência, aqui encarregada a um ofício, incorrerão na pena acima declarada no § antecedente.

§ 15.° — Na festa principal da Irmandade irá com sua opa branca e vara de prata, havendo-a, como /17 v./ é costume, e em todas as funções da Irmandade se haverá com a distinção que pede seu ofício.

§ 16.° — Na mesma dita festa principal, que é a oito de Setembro de seu ano, satisfará ao pregador que fizer o sermão de tarde, com a esmola que lhe parecer, a qual sairá de sua bolsa, como é costume muito antigo.

biblRIA

/18/

CAPÍTULO IV

DA OBRIGAÇÃO DO ESCRIVÃO

§ 17.° — É de advertir que esta Irmandade tem um livro em que estão listados muitos irmãos de ambos os sexos que eram da mesma, de cada um dos quais se recebia vinte réis anualmente, enquanto vivos, para a dita Irmandade, cuja esmola já se acham deixados de satisfazer há mais de quinze anos, dos quais muitos /18 v./ estão falecidos; assim, querendo nós que a mesma Irmandade ressuscite e não se sepulte, determinamos que o escrivão actual desta tenha em seu poder o referido livro e com zelo esquadrinhe os irmãos que se acham falecidos, a cujos nomes dará risco, para evitar confusão, e aos vivos que se acham, avise se querem, ou não, congraçar-se novamente a esta Irmandade; e, havidos destes seus consentimentos, lhes requeira paguem e satisfaçam ao tesoureiro actual todos os anuais de vinte réis que desde sua entrada até o dia do aviso estão devendo, pena de que, não o fazendo assim, como aqui se lhes determina,

/19/ se lhes lançar o mesmo risco de exclusão em seus nomes e ficarem privados de todos e quaisquer sufrágios, nestes novos Estatutos determinados; e, tendo satisfeito ao que aqui se lhes pede, trarão recibo do tesoureiro em como pagaram tudo que deviam, para na margem do dito livro em que se acham listados se lhes dar baixa com estas duas letras = pg =; porém, como do mesmo não consta em que ano entraram e por esta razão se ignora o quanto estão devendo, o juiz neste caso determinará o quanto deve dar, contanto que não seja menos do que o que devia dar por entrada, atendida sua idade, conforme fi /19 v./ ca declarado e determinado no Capítulo primeiro destes Estatutos, de cujo pagamento fará o escrivão declaração, como dito fica neste § XVII.

§ 18.° — Neste dito livro, enquanto durar, fará os termos dos que novamente entram para esta Irmandade, o qual será abreviado, e pode ser por este modo sua forma: — Aos tantos do mês de N... do ano de 17..., entrou nesta Irmandade da Senhora da Graça da cidade de Aveiro, N..., de idade de tantos anos, e deu de entrada tanto —, não excedendo as margens das folhas que o dito livro tem, as quais hão-de servir para no mesmo /20/ se declarar que morreu, quando na realidade assim for, e que lhe foram feitos os sufrágios, aqui determinados nestes Estatutos; e este termo não estenderá enquanto lhe não constar por letra do tesoureiro em como recebeu a esmola estipulada na entrada do novo irmão.

§ 19.° — Fará o termo da eleição que se fizer no seu ano, dos oficiais novos que se elegerem para servir esta Irmandade no ano futuro, a qual, acabada, lerá aos que presentes forem, em voz clara e intelegível, os nomes dos que hão-de servir aquele ano que se segue; e juntamente na /20 v./ mesma voz lerá as obrigações que a cada um dos novos oficiais pertence, para que depois não aleguem ignorância, quando os multarem por suas faltas. Fará também o termo da entrega dos oficiais velhos aos novos, o qual todos estes assinarão, e todos os mais termos que a benefício da Irmandade forem necessários.

§ 20.° — Terá inspecção dos que fazem faltas em seus ofícios, na forma destes Estatutos, os quais apontará com cautela em sua casa, fazendo delas rol para depois entregar ao tesoureiro, para sua cobrança /21/, e juntamente entregará ao mesmo o rol dos irmãos que estão devendo os anuais, para o mesmo fim da cobrança; e, se por seu descuido ou negligência deixar de cumprir com o seu dever, sendo acusado, ouvido e convencido em Mesa, pagará da sua bolsa tanto quanto importarem as condenações feitas que deixou

ibDIA

de rolar; e, quando não queira estar sujeito a esta pena, pagando-a, será excluído de seu ofício e Irmandade, sem esperança de mais ser admitido à mesma, salvo se restituir à Irmandade tudo em que a danificou.

/21 v./

CAPÍTULO V

DA OBRIGAÇÃO DO TESOUREIRO

§ 21.° — Deve ser eleito para tesoureiro pela Mesa um homem fiel, zelador, rico e abonado, recto da consciência, perito em ler, escrever e contar, para bem cumprir com a sua obrigação, de cujas circunstâncias depende o aumento desta Irmandade; portanto, terá debaixo de sua custódia, não só o cofre com /22/ os dinheiros e penhores, se houver, pertencentes à mesma, mas também os títulos dos bens de raiz, que se mandam incorporar em um livro para este fim determinado como fica já dito e adiante se torna a determinar no capítulo 7, § 45.°, e juntamente os mais trastes e peças, assim de prata como de sedas e linho, e tudo mais que há nesta Irmandade e consta do inventário da mesma; o que tudo tornará a entregar ao novo que for eleito para o seguinte ano, e assim sucessivamente depois de findo seu ano, aliás, não dando cabal satisfação do que foi entregue ao novo eleito, na forma do dito inventário, pa /22 v./ gará pelos bens da sua casa tanto quanto bastar para a inteireza da cousa que defraudou.

§ 22.° — Não dará dinheiro algum da Irmandade a razão de juro nem fará outro algum contrato com o mesmo dinheiro entre partes, sem autoridade da Mesa junta, a qual assinará todo o contrato que fizer expressando cada um seu próprio nome, aliás não terá o dito título valor algum em juízo nem fora dele; e, se o dito tesoureiro actual fizer distribuição alguma dos tais dinheiros sem a referida autoridade, e estes tiverem falência alguma, paga /23/ rá outro tanto e tudo o mais que se dispender para o mesmo fim, sem que deles fiquem responsáveis os que não concorreram com seu consentimento, manifesto com a sua assinatura.

§ 23.° — Não se dará o dito dinheiro à razão de juro sem fiadores e principais pagadores com hipotecas livres, assim dos devedores originários como dos fiadores e principais pagadores, cuja diligência fará o mesmo tesoureiro, informando com fidelidade a Mesa, pena de que fazendo o contrário, ficarão todos sujeitos a todo o dano que a Irmandade

biblRIA

pa /*23 v.*/ decer em aqueles dinheiros emprestados sem a referida segurança.

§ 24.° — Assim como para se dar o dito dinheiro à razão de juro se determina a dita ordem, da mesma sorte, para seu destrate, assinarão todos os da Mesa a quitação que se passar ao devedor, a qual será feita pelo tesoureiro.

§ 25.° — Receberá os anuais dos irmãos, suas entradas e as multas dos que fizerem faltas em suas respectivas obrigações, conforme o rol que para tudo isto lhe tiver dado o escrivão, no qual dará baixa por este si /*24*/ nal = pg =, os juros vencidos que recebeu e todos e quaisquer rendimentos que venham à Irmandade, de que tudo dará conta no fim de seu ano, trazendo e apresentando o dito rol do escrivão para se conferir com as contas, estendidas no livro da receita e despesa.

§ 26.° — Quando der suas contas, também apresentará ou entregará o rol dos devedores de juros vencidos e não satisfeitos e das multas legìtimamente não escusas e por pagar, para se proceder contra estes na forma dos Estatutos.

bibRIA

/*24 v.*/ § 27.° — Assim como pode receber os anuais, entradas, multas, juros e mais rendimentos sem outra mais autoridade do que esta, da mesma sorte poderá passar quitações ou recibos dos mesmos rendimentos anuais, sem precisar da autoridade da Mesa; como também poderá dispender dos ditos dinheiros nos gastos anuais para o asseio, ornato e decoro do altar e cousas ao mesmo pertencentes; mas rigorosamente lhe proibimos despesas para trastes, peças e insígnias para o mesmo altar ou Irmandade, sem consentimento e aprovação do juiz da Provedoria.

/*25*/ § 28.° — Não usará dos dinheiros desta Irmandade para utilidade sua ou de outro algum, antes será obrigado, tanto que os receber, a lançá-los no cofre, que terá em sua casa, para o que dará parte aos que têm as outras chaves, venham abrir o mesmo para este fim; e isto não se entende com os dinheiros dos rendimentos expressos, por serem os mesmos necessários a ele tesoureiro para as despesas anuais, pena de que, fazendo o contrário, ser suspenso de seu ofício.

§ 29.° — Entregará aos mordomos dos meses tudo quanto lhes for necessá /*25 v.*/ rio para compor e ornar a imagem da Senhora e seu altar, assim na festa principal como em todas as do ano, o que tudo tornará a receber e guardar, depois de cessar o fim para que lho entregou e eles o pedi-

ram; como também dispensará aos mesmos respectivos mordomos o azeite e cera que necessários forem para o mesmo fim, cujos gizamentos terá em seu poder.

§ 30.° — Fará as contas da receita e despesa do seu ano, que estenderá por boa letra, sem levar borrão ou outra cousa que dúvida possa fazer no livro que na Irmandade há pa /*26*/ ra este fim, as quais, sendo aprovadas e aceitas pelos oficiais novos eleitos, um e outros assinarão com seus próprios nomes, o que tudo assim feito, ele, tesoureiro, apresentará ao Doutor Provedor as referidas contas, no dito livro estendidas, para as autorizar por sua sentença.

§ 31.° — Quando falecer algum irmão ou irmã, avisará os dois mordomos dos respectivos meses, com os quais a seu lado irá, levando o guião e os dois tochas, compostos com suas opas brancas, a acompanhar à sepultura, havendo de sepultar-se processionalmente.

/*26 v.*/ § 32.° — Da mesma sorte, terá cuidado de mandar dizer as missas, aqui nestes Estatutos determinadas, pela alma do irmão ou irmã falecidos, de tal sorte que não passe esta demora um mês depois do seu falecimento, advertindo ao sacerdote lhe passe certidão das ditas missas, no que lhe encarregamos muito a sua consciência.

BIBRIA

§ 33.° — Não mandará dizer missas algumas pela alma daquele irmão que estiver individado por sua entrada, anuais ou multas, nem a assistir a seu acompanhamento à /*27*/ sepultura, até não ter pago, por si ou por seus herdeiros, tudo quanto deve à Irmandade, pena de que, fazendo o contrário, haver esta dele dito tesoureiro quanto dispendeu da mesma para benefício daquele rebelde irmão defunto, ou não se lhe levar em conta.

§ 34.° — Se alguma pessoa, não sendo irmão, quiser por sua devoção, ou em sua falta os parentes ou herdeiros, que vá o guião da Irmandade com os dous mordomos a acompanhar à sepultura seu corpo, dará de esmola para a Irmandade duzentos e quarenta réis, cuja função os três por estes Estatutos sejam obrigados a fazer pa /*27 v.*/ ra aumento dos rendimentos da mesma; e rigorosamente lhes proibimos, que não só não fiquem com parte desta esmola, mas também não peçam mais cousa alguma para si, além da dita esmola, por ser muito certo que qualquer deles não tem título para assim o fazerem, pois estão obrigados, pela entrada que fazem para esta Irmandade, a servir a mesma em tudo quanto se lhes ordena por estes Estatutos.

/ 28 /

CAPÍTULO VI

DA OBRIGAÇÃO DOS MORDOMOS

§ 35.° — Em cada dois meses será obrigado um mordomo a ter cuidado do altar, acendendo a lâmpada nos domingos e dias santos de preceito e sábados de todo o ano, ter toalhas lavadas, as quais hão-de ser três, ou uma dobrada por baixo e uma comprida por cima destas, a qual cobrirá com um tafetá verde ou doutra qualquer cor, depois de acaba /28 v./ das as missas, e nele terá seis castiçais com velas de cera branca; terá a imagem da Senhora, composta com manto da cor acomodada ao tempo, que vem a ser desde a primeira dominga do Advento até as vésperas de Natal exclusivamente, e desde a dominga da Septuagésima até as vésperas da Páscoa, que é no Sábado vulgarmente chamado de Aleluia, exclusivamente, de cor roxa, exceptos os dias da Conceição no Advento, da Anunciação e São José na Quaresma, os quais e todos os mais do ano hão-de ser de cor branca, e esta mesma ordem ou cerimónia se observará nas cortinas do altar e dossel, havendo dois, os quais / 29 /, como os não há, mandamos que logo se façam à custa da Irmandade, pois não são seus bens e rendimentos mais do que para o asseio, decoro e ornato do mesmo.

biblRIA

§ 36.° — Em cada dois meses serão obrigados dois mordomos alternativamente até acabarem seu ano a acompanhar o tesoureiro a seu lado com opas brancas, quando levar o guião da Irmandade por falecimento de algum irmão que for à sepultura processionalmente, cujo aviso haverão do tesoureiro, como dito fica, pena de que, não indo, serem multados na forma do Cap. 3.°, § 13.°

/ 29 v. / § 37.° — Serão todos seis obrigados, na forma do costume sempre praticado nesta Irmandade, a satisfazer de suas bolsas as despesas que se fizerem com os padres das sobrepelizes e com os mais que assistirem e acompanharem a procissão da Senhora na sua festa principal de Setembro ou. em sua falta, as que se fizerem nas vésperas solenes, nestes Estatutos determinadas, Cap. 2.°, § 3.°; como também todas as despesas que com mais ou menos devoção fizerem na noite da véspera da dita festa, com fogueiras, luminárias e mais demonstrações de alegria que nesse dia costumam fazer-se.

/30/

CAPÍTULO VII

DOS LIVROS QUE DEVE TER ESTA IRMANDADE, PARA O BOM REGIME DA MESMA

§ 38.° — Nesta Irmandade há um livro que serve de tombo das propriedades que a mesma possui, autorizado por Ministro competente; porém, como os caracteres do mesmo livro estão algum tanto escuros, por sua antiguidade, e não legí- /30 v./ veis por sua forma, determinamos que este seja fielmente e sem vício copiado novamente pelo escrivão da Provedoria desta cidade, a quem está sujeita a mesma Irmandade, o qual escrivão não o copiará sem despacho de seu Ministro, e depois o conferirá por outro oficial que tenha fé em qualquer dos Juízos da mesma cidade, sem as quais circunstâncias não terá efeito e validade alguma.

§ 39.° — Terá mais a Irmandade um livro que sirva para estes Estatutos.

§ 40.° — Outro, que sirva do inventário de todos os bens móveis.

bibRIA

/31/ § 41.° — Outro, que sirva para nele se carregarem as obrigações dos legados que na mesma há.

§ 42.° — Outro, que sirva para os termos das entradas dos que quiserem congregar-se nesta Irmandade, que por ora, enquanto tem lugar, poderá servir o antigo, que só tem os nomes dos velhos.

§ 43.° — Outro, para se escreverem neles as eleições que todos os anos se deve fazer.

§ 44.° — Outro para a receita e des /31 v./ pesa da mesma Irmandade, que todos os anos se fazem.

§ 45.° — E finalmente, outro de muito proveito e necessidade, o qual sirva para nele lançarem os tabeliães não só os treslados das escrituras que de hoje por diante se fabricarem de juros, ou de alguns outros contratos úteis à mesma Irmandade, que tirarão do próprio de suas notas que em seus cartórios ficam, como também os treslados das que existem presentemente dispersos ou soltos em poder do actual tesoureiro, os quais serão novamente lançados pelos tabaliães actuais que servem os cartórios de donde mana / 32 / rão aqueles soltos; e, para evitar qualquer falsidade e engano

que se possa cometer na distribuição do capital, será o tesoureiro obrigado, no dia da entrega de suas contas, apresentar à Mesa presente este livro, para que, conferido com o das contas, que é o da despesa e receita, haja combinação certa. E advertimos que as despesas que se fizerem nos novos treslados das escrituras soltas sejam por conta da Irmandade, bem entendido que já foram feitas pelos mutuatórios e mais contraentes em outro tempo; porém as que se fizerem de hoje em diante serão por conta dos que os ditos contratos quiserem celebrar /*32 v.*/ os quais livros todos ditos serão autorizados com os números e rubricas do Juízo da Provedoria desta cidade.

§ 46.° — Destes livros terá o tesoureiro em seu poder o livro dos legados, para dar deles satisfação, e o das receitas e despesas que anualmente se fazem na Irmandade, que são os dois dos §§ 41.° e 44.° O escrivão terá em seu poder os livros destes Estatutos das entradas ou listas, e o das eleições, que são os §§ 39.°, 42.° e 43.°, e o tesoureiro, dentro do cofre, os do tombo do inventário dos bens móveis e do inventário dos bens de raiz e mais contratos, como lhe fica advertido no Cap. /*33*/ 2.°, § 8.°, os quais respectivos livros entregarão os sobreditos oficiais, com tudo mais que pertencer à Irmandade, aos novos que eleitos forem para o ano seguinte.

BIBRIA

§ 47.° — Finalmente, por ser conforme a Direito, proibimos que nenhum tesoureiro sirva este ofício na Irmandade por mais tempo de um ano, não tendo passado três anos exclusivamente depois que o serviu; e da mesma sorte nenhum será eleito para mordomo sem ser irmão, nem para escrivão ou tesoureiro sem ter sido mordomo, nem para juiz sem ter servido de mordo /*33 v.*/ mo, escrivão ou tesoureiro.

E não contém mais os ditos Estatutos que aqui fiz trasladar conforme o que eles declaram e os assinei com os deputados e mais oficiais desta Irmandade. E eu, João Dionísio da Fonseca Lopes, escrivão, que escrevi.

João Dionísio da Fonseca Lopes
O juiz António Veríssimo de Morais Cabral
João Bernardo Bastos, tesoureiro
O mordomo João António da Silva Lucena
O mordomo Tomás Ribeiro
O mordomo Joaquim António da Costa
O mordomo João Gualberto da Costa e Silva
O mordomo José da Cunha Guimarães
O mordomo João Baptista Leitão

/34/ Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de mil setecentos e oitenta e sete, nesta matriz e paroquial igreja de S. Miguel da cidade de Aveiro, aonde eu, escrivão da Irmandade da Senhora da Graça vim, sendo presentes o juiz, tesoureiro e mordomos acima declarados e assinados, que no presente a mesma servimos, e muita parte da referida Irmandade, aí pelo dito juiz me foi mandado fazer promulgação dos presentes Estatutos, para que com aceitação da mesma ficarem em sua observância, o que cumprindo com prontidão, com voz clara e inteligível, de modo que se pudesse entender sua virtude e efeito os li, os quais ouvidos e entendidos pelos que presentes se achavam, por todos e por cada um de per si foi dito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, e no fim deste assinados, que eles aceitavam estes Estatutos, se obrigavam, por si e mais vindoiros, a dar plenário cumprimento aos mesmos, quando pelo Senhor Doutor Provedor da mesma comarca forem aprovados, visto serem conformes à razão, serviço de Deus e aumento da mesma Irmandade, para o que /34v./ não duvidavam assiná-los, como com efeito assinam, de que tudo fiz este termo, e eu, João Dionísio da Fonseca Lopes, escrivão da Irmandade, que o escrevi e assinei.

biblRIA

João Dionísio da Fonseca Lopes
Domingos José da Carvalho
João Álvares Moreira
António Tomás Afonso
António da Silva Leitão
Francisco Tomás Nunes

Bernardo $\overset{de}{+}$ da Rosa

José Luís da Fonseca e Sá
João António de Deus
Joaquim Ribeiro
O prior Francisco Manuel dos Santos Pereira
O padre Luís Lopes Ferreira, testemunha
Carlos José Moreira, testemunha

/35/ E, como para haverem de ser julgadas por boas a receita e despesa que em cada ano se costumam fazer nesta

Irmandade, necessitamos de um Juízo determinado, o qual desejamos seja o da Provedoria desta cidade e comarca de Aveiro, ao qual nos sujeitamos em tudo, portanto,

Pedimos muito por mercê ao Snr. Dr. Provedor da dita comarca de Aveiro seja servido confirmar estes presentes Estatutos, julgando-os por sentença e, interpondo sua autoridade e decreto judicial, para terem toda a força e vigor, não encontrando com as leis de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde, etc., aliás os damos por não ditos, feitos ou estatuídos.

E. R. Mercê

O Dr. Procurador da Real Fazenda, vendo e revendo este Compromisso e Estatutos, dirá o que se lhe oferecer, declarando se neles há alguma coisa que ofenda as leis, as regalias da Coroa de Sua Majestade ou do Público; e tornem para confirmar.

Aveiro, 17 de Agosto de 1787.

Gouveia

biblRIA

Snr. Dr. Provedor

/35 v./ Como à vista dos Estatutos que examinei se não acha neles cousa que ofenda as regalias da Coroa, leis e público, nem a jurisdição e conhecimento deste Juízo, não tenho dúvida na sua confirmação. Aveiro, 29 de Agosto de 1787.

O procurador da Fazenda Real
José P. Leite

Grátis

Visto que o Compromisso e Estatutos são úteis e em nada ofensivos das leis, regalias da Coroa e do bem público, os confirmo e julgo por sentença que tudo se cumpra como neles se contém, interpondo minha autoridade e judicial decreto; e darão conta anualmente da receita e despesa da Confraria os oficiais dela neste Juízo aonde pertence e como suplicam. Aveiro, a 29 de Agosto de 1787.

Sebastião José de Gouveia Almeida Figueiredo de Carvalho.

/36/ O Dr. Tomás Joaquim de Araújo e Castro, do Desembargo de Sua Majestade Fidelíssima, seu superintendente dos tabacos desta comarca de Aveiro e de presente Ouvidor do Dr. Corregedor e Provedor dela, etc. Faço saber em como vendo os Estatutos que neste livro se acham feitos para a Confraria da Senhora da Graça da igreja de S. Miguel desta cidade e o requerimento que fizeram o juiz, tesoureiro e oficiais dela, sobre que foi ouvido o Dr. Procurador da Fazenda, que não duvidou da aprovação deles, visto que a dita Confraria é da jurisdição real, hei por bem confirmar, como por esta confirmo, os mesmos Estatutos e os aprovo no que pertence ao temporal e jurisdição real, para surtirem os seus efeitos e para sua execução, lhe interponho minha autoridade ordinária e direito judicial e mando que assim esta se cumpra. Dada nesta cidade de Aveiro, sob meu sinal e selo, ao 1.º de Outubro de 1787. Desta cem réis e de assinar e selo 236 réis. E eu juiz Pedro Nolasco o subscrevo.

Tomás Joaquim de Araújo e Castro gr.

bibRIA

/36 v./ CÓPIA

das indulgências concedidas a esta Irmandade pelo Santíssimo Padre Júlio II no ano de 1506 por meio dos cardeais da Sagrada Congregação dos Bispos e Indulgências, a qual sem vício nem alteração vai copiada de verbo ad verbum na língua latina por evitar suspeita de vício, à qual originária nos reportamos e se acha no cartório da mesma Confraria, e depois na nossa vulgar para persuadir a todos a quem for a notícia da mesma dada a concorrerem a ser agregados a ela, e é da forma e maneira seguinte:

Olivcrius Ostiensis, Georgius Portuensis, Joannes Antonius Tusculanus et Raphael Albanensis, episcopi; Ludovicus Joannes de titulo Sanctorum quatuor Coranatorum, Bernardinus titulo Sanctae Crucis in Jerusalem, Joannes titulo Sanctae Priscae, Franciscus titulo Sanctae Ceciliae, Dominicus titulo Sancti Marci, Joannes titulo Sanctae Sabinae, Jacobus titulo Sancti Clementis, Joannes Estephanus titulo S. S. Sergii e Bacli, Nicolaus Sanctae Luciae in septem Soliis, Petrus titulo Sancti Ciriaci, Adrianus titulo Sancti Crisogoni, Franciscus titulo Sanctae Euphemiae, Franciscus titulo S. S. Joannis et Pauli, Ludovicus titulo Sancti Marceli, ac Franciscus titulo S. S. Nerei et Achilei, presbiteri; Fredericus Sancti Theodori necnon Amaneus Sancti Nico /37/ lai in carcere urbano, diaconi, miseratione divina Sacrosanctae Romanae Ecclesiae cardinales, universis et singulis Christi fidelibus presentes litteras inspecturis, salutem in Domino sempiternam. Quanto frequentius fidelium mentes ad opera claritatis inducimus, tanto salubrius animas suas saluti consulimus. Cupientes, igitur, ut capella ad altare Beatae Mariae de Gratia, situm in Parochiali Ecclesia Sancti Michaelis oppidi de Averion, Collimbricensis diocesis, congruis frequentetur honoribus et a Christi fidelibus jugiter veneretur ac in suis structuris et aedificiis debite reparetur, conservetur ac manuteneatur, necnon libris, calicibus, luminariis, ornamentis ecclesiasticis et rebus aliis divino cultui necessariis decenter nuntiatur, utque Christi fideles ipsi eo libentius devotionis causa confluant ad eamdem, et ad reparationem, conservationem, manutentionem

GLORIA

et munitionem binas manus promptius porrigant adjutrices, quo ex hoc ibidem dono celestis gratiae oberius conspexerint se refectos, Nos, Cardinales prefati, videlicet quilibet nostrum supplicationibus dilecti Nobis in Christo Ludovici Alvari Laici dictae Diocesis, Nobis super hoc humiliter porrectis inclinati, de Omnipotentis / 37 v. / *Dei misericordia ac Beatorum Petri et Pauli Apostolorum meritis confisi, omnibus et singulis, Christi fidelibus utriusque sexus, vere penitentibus et confessis, qui dictam capellam in singulis videlicet Ressurrectionis Domini Nostri Jesu Christi Nativitatis Beatae Mariae Virginis, ac ejus Annunciationis de mense Martii, Sancti Michaelis de mense Mayi et Sancti Christophori, in quarum una ipsius capellae dedicatio celebratur, aut in posterum celebrabitur, festivitatibus et diebus a primis vesperis usque ad secundas vesperas inclusive devote visitaverint annuatim et ad praemissa manus prorrexerint adjutrices pro singulis festivitatibus et diebus supradictis, quibus id fecerint, centum dies de injunctis eis penitentiis misericorditer in domino relaxamus, perpetuis futuris temporibus duraturis. In quorum fidem litteras nostras hujusmodi fieri nostrorumque sigillorum fecimus inscriptione communire. Datum Romae, in domibus nostris sub anno a Nativitate Domini milesimo quingentesimo sexto, die vero prima Martii, Pontificatus Sanctissimi in Christo Patris et Domini nostri Domni Julii, Divina Providentia Papae II anno tertio.*

biblRIA

A esta nos moveu a figura da original, que se acha muito disforme / 38 / por sua antiguidade e por esta razão a dificuldade em sua inteligência é patente, etc. E como muitos dos irmãos da mesma Irmandade são leigos e não instruídos na língua latina, nos deliberámos a traduzi-la nesta língua nacional, que é pela forma e maneira seguinte:

Olivério, bispo ostiense; Jorge, bispo portuense; João António, bispo tusculano e Rafael, bispo albanense; Luís João, presbítero de título dos Santos Quatro Coroados; Bernardino, presbítero de título de Santa Cruz de Jerusalém; João presbítero de título de Santa Prisca; Francisco, presbítero de título de Santa Cecília; Domingos, presbítero de título de S. Marcos; João, presbítero de título de Santa Sabina; Jacob, presbítero de título de S. Clemente; João Estêvão, presbítero de título dos Santos Sérzio e Baclo; Nicolau, presbítero de título de Santa Luzia dos Sete Sólios; Pedro, presbítero de título de São Ciríaco; Adriano, presbítero de título de São Crisógono; Francisco, presbítero de título de Santa Eufémia; Francisco, presbítero de título dos Santos João e Paulo; Luís, presbítero de título de São Marcelo e Francisco, presbítero de título dos Santos Nereu e Aquileo; Frederico de São Teodoro e também Amaneu de São Nicolau do Cárcere da Cidade, ambos diáco-

nos, e todos pela / 38 v. / *misericórdia de Deus cardeais da Santa Igreja Romana, a todos e a cada um dos fiéis cristãos que as presentes letras virem desejamos a salvação eterna. Com quanta mais frequência induzimos os ânimos dos fiéis para as obras de misericordia, tanto mais lhes desejamos a salvação de suas almas. Desejando Nós, pois, que a capela que tem o altar da Senhora da Graça, sita na paroquial igreja de S. Miguel da vila* (hoje cidade) *de Aveiro, bispado de Coimbra* (hoje do mesmo) *seja frequentemente honorificada e comummente venerada pelos fiéis cristãos, e também reparada como deve ser, em seu edifício, conservada e mantida, e juntamente composta e roburada decentemente com livros, cálices, luzes, ornamentos eclesiásticos e de outras cousas mais, necessárias para o culto divino, e além disso para que esses mesmos fiéis cristãos mais voluntàriamente com sua devoção a visitem e com maior prontidão ajudem com suas esmolas e ofertas para seu reparo, conservação, manutenção e roburação, pelo que tudo isso mesmo Deus, Nosso Senhor, os encherá abundantemente de uma graça celestial. Nós, sobreditos cardeais, todos e cada um de per si, atendendo às súplicas que humildemente nos fez nosso amigo em Cristo, Luís Álvaro, leigo e secular do dito bispado, confiados na misericórdia de Deus Omnipotente e nos merecimentos dos Bem aventurados São Pedro e São Paulo, concedemos perpètuamente cem dias de indulgência a todos e a cada um dos fiéis cristãos de um* / 39 / *e outro sexo, que verdadeiramente arrependidos e confessados visitarem a dita capela da Senhora da Graça anualmente em cada uma das festas e dias da Ressureição de Nosso Senhor Jesus Cristo* (que é em dia de Páscoa), *do nascimento da Virgem Maria, Senhora Nossa* (que é a oito de Setembro), *da Anunciação da mesma Senhora* (que é a vinte e cinco de Março), *de São Miguel do mês de Maio* (que é a oito) *e de São Cristóvão* (que é a vinte e cinco de Julho), *em cada uma das quais se celebra ou poderá celebrar a dedicação da mesma capela, desde as primeiras vésperas até às segundas inclusivamente, e juntamente ajudarem com suas esmolas e ofertas para as referidas honras cujas indulgências poderão lucrar em todas e em cada uma das ditas festas, cumprindo com tudo o referido. E por verdade mandámos passar as presentes letras, que firmamos com nossos selos. Dado em Roma, nas nossas residências, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e seis, no primeiro dia de Março e terceiro ano de Pontificado de Nosso Santíssimo Padre D. Júlio, pela Divina Providência Papa II.*

[De folhas *39 v.* a *47 r.* nada se contém]

CÓPIA

/ *47 v.* / Tem este livro quarenta e sete folhas, que todas vão numeradas e rubricadas com o meu apelido de — Faustino —; o que fiz em virtude da comissão que me foi dada pelo Doutor Sebastião José de Gouveia Almeida Figueiredo e Carvalho, Corregedor desta Comarca, que serve de Provedor da mesma. Aveiro, o 1.° de Setembro de 1787.

José Félix Faustino.

bibRIA

APONTAMENTOS PARA O PERFIL DE DOIS ILHAVENSES

EM Janeiro do ano de 1908, meu falecido Pai, o Conselheiro de Estado Júlio Marques de Vilhena, chefe do partido regenerador, depois de um pequeno discurso sobre influências políticas nos distritos portugueses e mormente no distrito de Beja, donde ele era natural, perguntou-me se eu aceitava a nomeação para Governador Civil daquele distrito.

Reinava então D. Manuel II, por sucessão de seu Pai D. Carlos I e era presidente de um governo apoiado pelos dois partidos, regenerador e progressista, o almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.

A pergunta de meu Pai desvaneceu-me. Eu era um modesto funcionário do Estado, 1.º oficial chefe de repartição da secretaria do Supremo Tribunal Administrativo e de repente via-me guindado a primeiro magistrado de um distrito, e demais do distrito de Beja, onde meu Pai exercia considerável influência política; aceitei a nomeação, disposto a trabalhar a favor daquela influência, cumprindo assim o meu dever de monárquico convicto.

Fui recebido em Beja com todas as honras inerentes ao cargo. O Secretário Geral do distrito, Dr. Venâncio Deslandes, preparara a recepção e quando, depois do meu discurso de apresentação, tomou a palavra, disse, no meio de gerais aplausos: *V. Ex.cia é, desde hoje, o Primeiro Magistrado do distrito. Todos nós, sem distinção de categorias, lhe devemos respeito e consideração.*

Preparei-me então para governar o distrito de Beja conforme o meu anunciado programa, visto o Governo Central ser de acalmação (palavras de El-Rei D. Manuel), devendo ser acolhedor de todas as políticas, justiceiro em todos os actos em que tivesse de intervir e caritativo com as classes humildes carecedoras da minha protecção.

biblRIA

Alojei-me no Hotel Rocha, único existente, e logo à primeira refeição—jantar às 8 horas da noite—no meio de grande barafunda de serviço visto os comensais serem muitos e todos ceremoniosos para comigo, tomei contacto com o público de Beja.

Naquele tempo ainda não havia o costume das mesas pequenas. A mesa era uma só, oblonga, e à cabeceira sentava-se o comandante da brigada, Coronel Marinho de Barros. Comensais permanentes, um professor do Liceu, acompanhado da esposa, um tenente de Infantaria, chamado Magalhães, e um cónego da Sé bejense, por nome José Maria Ançã, natural de Ílhavo.

Serenada a vida citadina, perturbada com a entrada do novo Governador Civil e com a nomeação das autoridades a ele subordinadas, tudo entrou na normalidade e assim decorreu, até ao anúncio de que, em breve, faria a sua entrada solene em Beja o novo Bispo da diocese, D. Sebastião de Vasconcelos. Apresentado Bispo por decreto de 1 de Agosto de 1907, confirmado por Pio X em 19 de Dezembro do mesmo ano, sagrado na Sé do Porto em 2 de Fevereiro de 1908, fez a sua entrada solene em Beja em 11 de Março.

O Senhor D. Sebastião foi recebido com atenções e acolhido com agrado. Organizou-se um cortejo, a pé, desde a estação do caminho de ferro até à igreja de Santa Maria, nesse tempo a Sé Episcopal. Aí lhe foram apresentadas as autoridades.

Acolheu com palavras carinhosas todo o clero, tanto o que vivia na cidade como o do resto do distrito que, presuroso para conhecer o novo Antístite, se deslocara das suas igrejas e sucessivamente era apresentado pelo cónego Ançã, mais antigo clérigo da Sé, com palavras elogiosas, segundo os seus méritos, amenizando assim a rigidez protocolar.

Para final da cerimónia, deu beija-mão e abençoou *urbi et orbi*...

Mas em breve correu a notícia de que o Bispo estava na intenção de castigar severamente o clero incriminado nas desordens e distúrbios havidos no Seminário, na vigência episcopal do falecido Bispo, D. António Xavier de Sousa Monteiro, que, fraco e dominado por intrigas, deixara tudo num cáos.

Logo que se soube, de certeza, aquela intenção, o clero perturbador e causador do cáos tremeu. Prepararam-se as resistências, e como o cónego Ançã era o mais categorisado padre do corpo clerical, os que se julgaram atingidos delegaram nele a sua defesa.

Passaram-se 15 dias de calmaria. Sua Excelência Reverendíssima foi ao Governo Civil agradecer-me a recepção e

biblRIA

expôs o seu programa irredutível de demitir dos seus lugares de professores do Seminário os irmãos Ançãs, José e Manuel, e todos os padres incriminados, e suspender todos os outros que no Seminário desempenhavam cargos mais subalternos.

Como ele tivesse pedido a minha opinião, respondi-lhe que ele não podia impor demissões, visto as respectivas nomeações terem sido feitas pelo Governo Central. Aconselhei-o a exigir uma sindicância, que, com certeza, acharia tantos e tão grandes motivos para demissão dos prevaricadores, que ele, Bispo, poderia depois castigar sem ficar mal visto e odiado.

Não aceitou o conselho.

E ignora-se porque motivo ele se demorou a pôr em prática o seu obstinado projecto, porque só em Setembro de 1908, isto é, sete meses depois da sua congeminação, è que ele comunicou ao Governo haver exonerado de vice-Reitor do Seminário o cónego Ançã, de professor do mesmo o padre Manuel Ançã, e nomeado clérigos da sua confiança para todos os lugares vagos por determinação sua.

O cónego Ançã intentou um processo, que subiu ao Governo Central e foi discutido e analisado em Conselho de Ministros, nas Câmaras de Deputados e dos Pares, e transitou mais tarde para o Governo da República, onde, num ministério presidido pelo Doutor Bernardino Machado, foi arquivado, com razões que bem evidenciavam a protecção que este político dispensava ao seu antigo amigo pessoal, D. Sebastião.

Eu não assisti ao processo porque ele foi elaborado no ano de 1909 e nesse ano já eu não estava em Beja.

Em 18 de Janeiro de 1910, Ançã apresentou a sua defesa e a dos seus colegas demitidos. Diz o Dr. FORTUNATO DE ALMEIDA na sua *História da Igreja em Portugal* (vol. 4.º — 1769 a 1919 — parte 4.ª, pág. 74) que a defesa de Ançã era redigida em termos tais que bastariam para justificar *a sua demissão de todos os cargos e benefícios e até a suspensão do exercício de todas as ordens canónicas*. Quanto ao padre Manuel, diz que ele desacatara o seu prelado com insultos e ameaças, por ocasião da colação de um pároco.

Tive ocasião de examinar o processo, mais tarde, depois da morte de D. Sebastião e não me pareceu que a defesa do cónego fosse tão ofensiva e tão despida de conveniência que merecesse que a ele se aplicasse a degradação de todas as suas honras canónicas e civis.

Mas deixemos em paz o Senhor D. Sebastião e tudo o que lhe sucedeu no seu governo episcopal. Neste artigo, mais nos interessa saber qual foi a actividade civil do cónego Ançã, à espera que a espada de Damocles — a sua futura

BIBRIA

demissão de vice-Reitor e professor do Seminário — lhe caísse sobre a cabeça, e por tabela falaremos sobre seu irmão Manuel, também professor do mesmo Seminário. Verdade seja que com este poucas relações sociais tive. Ele pouco saía do seu tugúrio e creio que só uma vez lhe falei.

As refeições diárias do hotel eram a horas fixas. Almoço às nove, jantar às seis da tarde. A presidência da mesa cabia por antiguidade de hospedagem ao comandante de brigada. Ele foi delicado oferecendo-ma, mas recusei-a. E como eu havia marcado o meu lugar a meio da mesa, notei que o cónego Ançã se sentava sempre defronte de mim. Eu conversava com todos, mas principalmente com ele, não só por o ter fronteiro, mas porque era um homem inteligente, bom conversador, abordando todos os assuntos, e muito delicado para comigo, calando-se sempre quando via que eu era irredutível em determinadas questões.

Depois da ameaça do Bispo D. Sebastião, a sua alegria desapareceu. Via-o triste, reservado. À mesa já não era o mesmo conviva espirituoso, alegre e falador.

Logo que em toda a cidade se espalharam os projectos do Bispo, a opinião pública manifestou-se pró e contra.

Ançã era muito querido em todos os meios sociais. Para qualquer lado para que me voltasse o seu nome e fama eram favorecidos com os maiores elogios e censurava-se a resolução do prelado. mercê de intrigas originadas pelos inimigos dos Anças, à frente dos quais o cónego Marques e o padre Ruas eram os mais irredutíveis.

Esta má vontade entre uns e outros deu em resultado a organização de uma manifestação pública contra o Bispo, mas tão em segredo que o chefe da Polícia, Baião, conhecedor de tudo quanto diàriamente se passava em B ja, ignorou quem fosse o organizador da manifestação, o dia marcado para ela e a hora em que devia eclodir. E só quando uma grande multidão se aglomerou no largo defronte do Paço Episcopal atroando os ares com o grito de *Morram os Jesuítas* é que eu fui prevenido do acontecimento.

Bem armado para as contingências, marchei para o local e logo fui cercado por numeroso grupo cujo chefe (?) me disse: — *No Paço Episcopal estão Jesuítas. Os sentimentos liberais da cidade de Beja reclamam a sua expulsão e do distrito.*

Assegurei que não havia Jesuítas. No entanto, subi ao Paço Episcopal; e como não tivesse visto pessoas estranhas, mas tão sòmente um vèlhinho, o Bispo atemorizado, e o pessoal de serviço, vim socegar os espíritos revoltados e garanti ao chefe do grupo que nada havia que pudesse ofender os tais sentimentos liberais da cidade de Beja, tendo sido ele mesmo

que então me disse que quem havia organizado o movimento fôra o cónego Ançã.

A cidade de Beja dormiu essa noite tranquilamente, mas não o cónego, porque, preso no calabouço à minha ordem, passou uma noite agitadíssima.

No dia seguinte, no meu gabinete, agarrando-o pela gola do casaco, ameacei-o de que, se ele tornasse a promover qualquer manifestação pública contra o Senhor Bispo, o expulsaria da cidade e do distrito. Ele fez menção de ajoelhar, pediu-me perdão e durante quinze dias não apareceu no hotel.

Ançã não descoroçoou. Quando reapareceu à mesa do almoço e que foi saudado com um *Seja bemvindo!* de todos os comensais, e quando eu soube, por informação do Baião, que todos os seus amigos e partidários o felicitaram pelo regresso, é que vi a sua imensa popularidade.

Nesse dia o seu quarto no hotel encheu-se de dádivas, cartões de visita, felicitações de todos os pontos do distrito. Um sucesso!

Certo dia, num dos passeios que eu dava, depois de jantar, pelas ruas da cidade, ao passar às Portas de Mértola, vejo Ançã saindo duma taberna e dizendo da porta: — *Fica combinado. Você leva-os todos às urnas.*

Convidei-o a acompanhar-me. Ele então confidenciou-me que na próxima eleição municipal se propunha a vereador. Aplaudi a ideia. Ele era regenerador e como tal eu teria de apadrinha-lo. De todos os elegíveis monárquicos ele era o mais elogiado; portanto, poderia ser eleito Presidente, e se tal acontecesse eu ficava bem contente, porque a minha política assim o exigiria.

Fez-se a eleição; não me lembro se entrou algum republicano. Ançã foi eleito. Nesse mesmo dia se fez a escolha para Presidente, que recaiu nele por unanimidade. Eu tinha sido convidado por ele para lhe dar posse; Ançã fez um discurso, apresentou o seu programa e não se esqueceu de se referir ao Bispo. Ainda chegou a dizer: — *O Senhor Bispo...* quando eu, que estava sentado a seu lado, o adverti de que ali e naquela ocasião, o Bispo era invulnerável. Engoliu o que queria dizer contra ele e findou a sessão. Mas soube depois que, sempre que ele podia, a pessoa do Bispo era censurada.

Não gostei. As sessões da Câmara eram públicas e tudo o que nelas se dissesse contra certas individualidades de Beja destoava do fim para que os vereadores tinham sido eleitos, que era o progresso da cidade, muito carecida de iniciativas e de protecção.

Um ano estive no Governo Civil e mais tempo estaria se a política governamental mo tivesse permitido. O chefe do partido regenerador, Doutor Júlio de Vilhena, retirou o

seu apoio ao governo Ferreira do Amaral por este ter consentido que os republicanos entrassem, por meio da eleição camarária, na Câmara Municipal de Lisboa. Amaral pediu a demissão e El-Rei D. Manuel foi buscar ao partido regenerador, sem consentimento do seu chefe, o Conselheiro Alberto de Campos Henriques, que havia de ser o presidente do futuro governo. Campos Henriques foi considerado um traidor. Mas a oposição foi de tal ordem que o seu ministério pouco tempo durou.

Eu, regenerador-vilhenista, não podia nem devia servir um ministério traidor ao meu partido, e pedi a demissão.

Quanto à actividade em Beja do cónego Ançã, depois da minha saída, foi-me ela, por completo, desconhecida. No entanto, tudo o que se passou em Lisboa a respeito do processo, como a sua discussão nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, não me foi estranho. Com a subida ao poder de um ministério presidido pelo regenerador Dr. Teixeira de Sousa, houve uma paragem na discussão de todos os assuntos que tinham sido discutidos em Cortes nos ministérios transactos e o Governo preparava uma eleição de Deputados, pressentindo que da actividade republicana devia resultar alguma coisa de sensacional.

Já em regime republicano, um acaso fez com que o processo *do Bispo de Beja* assim chamado, burocràticamente, se demorasse quase um mês em meu poder.

Compulsei-o atentamente e como sabia que o Ministro da Justiça, Conselheiro Francisco de Medeiros, se demitira pelo facto de ter ocultado em Conselho de Ministros, na discussão do processo, um certo documento, procurei esse documento e lá o encontrei. Mas vi que tal documento era a defesa de Ançã, que FORTUNATO DE ALMEIDA considerava criminosa de intenções; lendo-o, achei-o verídico de factos ocorridos, mas inocente no seu contexto; um desabafo de coração mais piedoso do que raivoso e vingativo.

* * *

Um jornalista monárquico, ÁLVARO CHAGAS, julgando que poderia lançar mais uma acha incendiária contra o Ançã, lembrou-se de dizer, num jornal de Lisboa, que antes de ele ser padre compusera um livro de versos licenciosos e que, com tal precedente, como poderia Ançã incutir, quando eclesiástico, a moral nas almas que a ele se acolhessem?

Em artigo meu no antigo *Diário Popular* corri em auxílio de Ançã dizendo ter havido homens que na mocidade foram grandes libertinos e que, arrependendo-se, se tornaram monges fervorosos, muito tementes a Deus; por

biblRIA

exemplo, ANTÓNIO DA FONSECA SOARES, depois Frei ANTÓNIO DAS CHAGAS, orador sagrado de grande religiosidade. E demais, Ançã conseguira, com uma *Saudação a Suas Majestades os Senhores D. Carlos I e D. Maria Amélia de Orleans por ocasião da sua visita à cidade de Beja, em Junho de 1893*, e com a sua austeridade religiosa, na sua aposentação no retiro da sua casa em Ílhavo, redimir os pecados (?) da sua vida em Beja até à vinda da República.

FORTUNATO DE ALMEIDA, na sua *História da Igreja em Portugal*, é duro e violento para com os dois irmãos, esquecendo-se de que o Bispo, com a sua resolução de demitir os padres incriminados, ofendeu as prerogativas do Estado, arvorando-se em juiz em causa própria. Demais, houve um Ministro da Justiça, Dr. Artur Pinto de Miranda Montenegro, que igualmente se esqueceu dessas prerogativas porque sancionou com a sua aprovação a proposta episcopal da demissão, daí resultando toda a actividade oposicionista dos demitidos, a cuja continuação só o advento do regime republicano obstou, permitindo que os padres demitidos dos seus antigos lugares no Seminário pedissem a aposentação, terminando assim um pesadelo que ameaçava eternizar-se.

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* regista, a respeito dos irmãos Ançãs, o que, para conclusão destes elementos biográficos seus passamos a transcrever:

biblRIA

«*Ançã (José Maria)*. Sacerdote e escritor português, nasceu em Ílhavo em 1865, morreu na mesma vila, em 1926.

Exerceu em Beja, sob o governo eclesiástico do Dr. António Xavier de Sousa Monteiro, bispo daquela diocese, os cargos de professor e vice-reitor do Seminário. Foi também reitor do Liceu; provedor da Casa Pia, à qual prestou assinalados serviços; presidente da Câmara Municipal; governador do bispado, e pároco da freguesia de S. João Baptista.

Escreveu: *Poema da Juventude*, em dois volumes, com os sub-títulos: *A Musa do Levita* e *Os Filhos da Mocidade*.

Ançã (Manuel). Sacerdote, nasceu em Ílhavo, em 1872, morreu em 1936.

Cursou o Seminário de Beja, depois de feitos os preparatórios no Colégio da Probidade, em Aveiro. No Seminário de Beja exerceu o magistério secundário e teológico durante dezasseis anos, sendo seu vice-reitor. Foi também secretário da Câmara Eclesiástica, durante catorze anos. Dedicado à oratória, discursou nas principais festividades religiosas da cidade e da diocese, bem como na sua terra natal, e nas mais brilhantes consagrações cívicas, realizadas em Beja, presididas pelas autoridades superiores — eclesiástica e civil.

Por comissão do magistrado superior do distrito, sindicou o hospital da Misericórdia de Beja, em 1909, pelo que foi louvado e considerado benemérito daquela casa de caridade. Duas vezes procurador à Junta Geral do Distrito, propôs, em 1906, em relatório fundamentado, como presidente da comissão executiva daquele corpo administrativo, a reforma e alargamento do internato da Casa Pia, entregue à administração da Junta Geral; a criação da rede telefónica inter-urbana do distrito, com verbas orçadas; e o estabelecimento do Museu Regional, no antigo mosteiro da Conceição, fundado pelos infantes D. Brites e D. Fernando, pais de D. Manuel I.

Tesoureiro da Câmara Municipal de Beja desde Maio de 1910, em Outubro de 1934 obteve a sua aposentação ordinária, depois de a haver requerido.

Colaborou largamente na Imprensa, nomeadamente na *Folha de Beja*, no *Bejense*, no *Diário do Alentejo*, na *Alma Alentejana*, no *Ilhavense*, na *Beira-Mar*, no *Século*, de Lisboa, etc. É autor de algumas obras poéticas, inéditas, e já publicadas; entre estas, *A Valorosa Bélgica.*»

* * *

bibRIA

Certo dia, estando o processo em poder do Governo Central, fui intimado judicialmente, porque doutro modo não podia ser, a requerimento do Senhor D. Sebastião de Vasconcelos, Bispo de Beja, a declarar porque razão, durante o meu governo em Beja, eu protegia os Anças e seus amigos, antigos colegas no Seminário; que medidas eu havia tomado para salvaguardar a pessoa do Bispo perante qualquer desacato que tivesse de sofrer; porque não tinha eu castigado severamente os promotores e agentes da manifestação pública contra uns pretensos jesuítas que o público imaginou estarem alojados no Paço Episcopal, etc., etc.

E judicialmente declarei que de tudo quanto fizera durante a minha estada em Beja, como Governador Civil, sòmente ao Governo Central eu prestaria contas, não reconhecendo em mais ninguém autoridade bastante para semelhante exigência; e se o Governo mo exigisse, eu diria então coisas tão espantosas e deprimentes, que todos ficariam mal conceituados.

Nunca mais me incomodaram.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

NOTA BIBLIOGRÁFICA COMPLEMENTAR

A alusão feita pelo Senhor Dr. João Jardim de Vilhena, nas precedentes páginas de memórias, a algumas espécies bibliográficas do Cónego José Maria Ançã, e a conhecida repercussão de algumas poesias suas em factos vultuosos da própria biografia, determinaram-nos a procurar completar a respectiva relação apresentada com grandes limitações pela *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

A tarefa, contudo, não foi coisa fácil, visto em bibliotecas públicas poucas daquelas obras terem sido recolhidas e na nossa colecção regional nem todas se encontrarem também. Recorrendo, todavia, ao noticiário de antigos jornais e a anúncios exarados em algumas das obras que pudemos examinar, elaborámos a presente relação, que supomos corresponder sensivelmente à realidade mas que não exclui a possibilidade de dever ser ainda acrescentada com qualquer outra espécie bibliográfica de menor tomo, a que não tenhamos encontrado referência.

bibRIA

Do cónego José Maria Ançã, supomos ser *Ultrage* o seu 1.º livro impresso, trata-se de uma «Carta em verso a El-Rei o Senhor D. Carlos I, sobre o conflito luso-britânico», datada de 1890, e vem anunciada em «segunda edição muito augmentada» na contra-capa doutra obra do autor, *O Bardo Catholico* (Coimbra, Imprensa Académica; 1890).

A este último livro segue-se, cronológicamente, a «Obra Poética» intitulada *Expansões d'Alma* (1) (Coimbra, Imprensa Académica; 1891). Esta obra, que seu autor condenara a ser destruída, e cuja publicação se deve a obstinada imposição de seu irmão Manuel, como em «Explicação» subscrita por este, a pág. 211, se lê e justifica, engloba, ao que parece, tudo quanto José Maria Ançã tinha publicado até então; aí se encontram, em reedição, as poesias *Ultraje*, *O Bardo Catholico*, *Caridade e Perdão* (epístola primitivamente publicada em folheto, com o pseudónimo Correia Taranta, várias vezes usado pelo autor), em que se solicitava da Rainha D. Maria Pia perdão para os revoltosos do 31 de Janeiro, do Porto; aí se incluem também algumas apreciações críticas a trabalhos anteriores de José Maria Ançã, donde se conclui ter ele publicado igualmente, em 1891, uma epístola em verso intitulada *Monarchismo decadente*, que, todavia, não conseguimos ver, assim como não vimos a edição original do opúsculo *Caridade e Perdão*.

Segue-se, em data, o opúsculo *Saudação a Suas Magestades os Senhores D. Carlos I e D. Maria Amelia d'Orleans por occasião da sua visita à cidade de Beja, em Junho de 1893* (Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa; 1893).

Na contra-capa desta última produção anuncia-se ainda *A Verdade* «resposta ao opusculo dum ex-professor do Seminario de Beja»,

---

(1) «Illustrada com o retrato do auctor e precedida d'uma apreciação critico-litteraria, escripta pelo sr. Candido de Figueiredo.»
No final, a lista dos subscritores de 415 exemplares.

como «folheto em via de publicação», que não lográmos apurar se chegou a ser editado.

De 1895 é o *Poema da Juventude* (Coimbra, Imprensa Académica), «Precedido d'uma Carta preambular ao deputado João de Paiva, escripta por Candido de Figueiredo», que mais de uma vez foi transcrita na imprensa periódica da época.

Várias referências críticas em jornais citam ainda *Sonetos e Líricas*, livro impresso em Tavira em 1899, na Tipografia Burocrática, «Obra adornada com o retrato do auctor»; e encontra-se, por fim, menção de *A Musa do Levita* ter saído em 1904 em 2.ª edição.

Grande parte das obras poéticas do cónego JOSÉ MARIA ANÇÃ encontra-se dispersa na imprensa periódica, mòrmente nos jornais *Os Sucessos* e *O Ilhavense*, de Ílhavo, na *Voz de Estarreja*, e no *Correio de Beja*. Toda a sua poesia, lírica ou combativa, encerra valiosos elementos auto-biográficos, que muito convém ter em consideração para o esclarecimento da sua discutida personalidade literária e social, e cujo estudo bem merece, a muitos títulos, ser tentado.

Do autor se conserva em nosso poder uma extensa epístola em verso, inédita, e com a nota de «Particular», em que se verbera o procedimento dos padres Augusto Figueira e José Regala, de Ílhavo, e do Dr. Paula, de Aveiro, que, segundo parece, procuravam desmerecê-lo aos olhos do Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina; um apontamento manuscrito, lançado nesse original, atribui-lhe a data de Junho de 1887.

Entre os seus dispersos importa registar também o prefácio por ele escrito para o livro de contos do professor de Aveiro MOISÉS DA COSTA SILVA NORA (mais tarde cónego), intitulado *A Mocidade e o Destino* e impresso naquela cidade na Minerva Académica em 1892, obra hoje completamente esquecida, não sem justiça.

A Biblioteca Nacional de Lisboa, que possui apenas os livros *Expansões d'Alma*, *Poema da Juventude*, e *Sonetos e Líricas*, regista a composição *A Virgem Maria, Mãe de Jesus e minha Mãe*, com que JOSÉ MARIA ANÇÃ colaborou na colectânea «Um colar de perolas», organizada por ZUZARTE DE MENDONÇA, e ainda *Caridade!*, da colectânea «Trigo sem joio».

Do padre MANUEL ANÇÃ, além do opúsculo *Valorosa Bélgica*, registado na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e da sua numerosa colaboração na imprensa periodica, parece ter ficado no prelo, à data do seu falecimento, ocorrido em 1936, um livro intitulado *O Condestável*, que, todavia, não encontrámos nas bibliotecas percorridas.

Na *Explicação* com que justifica a publicação da colectânea *Expansões d'Alma*, de seu irmão JOSÉ MARIA, o padre MANUEL ANÇÃ declara não ser poeta, dizendo a seu próprio respeito: «jámais entretive relações intimas com as musas, que, segundo elle» *(seu irmão, autor da referida colectânea)* «são creaturas muito bonitas, mas demasiadamente aereas, e a quem, por virtude do meu positivismo, nunca pude conhecer».

MANUEL ANÇÃ evidenciou, de facto, o seu positivismo convicto em diversos lances, sobejamente conhecidos, da sua vida pública e particular. A despeito, porém, do que de si próprio escreveu, algumas poesias suas se conhecem também, embora delas se não desprenda o lirismo que tanto caracteriza as produções de seu irmão. É em verso o próprio opúsculo *Valorosa Bélgica*, sub-intitulado, mesmo, *Poemeto*. Foi editado em Lisboa, em 1917, e impresso na tipografia de Libânio da Silva.

ROCHA MADAHIL

UM CONTRATO DE AFORAMENTO EM 1759

UM CONTRATO DE AFORAMENTO DE ALGUMAS PROPRIEDADES QUE FOI REALIZADO NA VILA DE AVEIRO EM 1759. — SENHORIOS, ENFITEUTA E OUTRAS ENTIDADES QUE NELE INTERVIERAM. — AQUELE CONTRATO ENFITÊUTICO RECAIU SOBRE DIVERSAS PROPRIEDADES DO VALE DE ÍLHAVO, TERMO DA VILA DE ÍLHAVO — JOÃO DOS SANTOS MADAIL.

bibRIA

COMO já por vezes temos anotado em diversos escritos, João Ferreira da Cruz, de Aveiro, instituiu em 1736 um rico vínculo de morgadio, no qual foi investido o seu neto Fernando José Camelo, menor e filho único de Francisco António Camelo Falcão Pereira da Silva e de sua mulher D. Luísa Caetana Camelo Falcão.

Esta senhora era filha do instituidor, que, à hora da morte, determinava no testamento-instituição, que ao recheio e bens da sua casa fossem adicionados outros mais bens, adquiridos em proveito e benefício do novo morgadio.

Veio efectivamente a realizar-se aquele manifestado desejo.

A previdente viúva e administradora do vínculo entrou na sua administração até à morte, segundo as disposições testamentárias. Depois da morte de D. Francisca Luísa Teresa, viúva de João Ferreira da Cruz e avó de Fernando Camelo, entraram naquela administração os pais dele, Fernando José.

Todas estas actividades e cuidados administrativos prolongaram-se cuidadosamente por muitos anos seguidos, como se comprova pelo documento de 1759, que passamos a transcrever.

Na verdade, em 1736 foi instituído o vínculo, e em 1759 ainda os pais do vinculado continuavam na administração da casa morgadia, pois que o seu filho ainda era menor.

Pela amplitude e clareza do documento, fica bem vincada a doutrina da nossa tese, para julgarmos desnecessários outros esclarecimentos mais amplos, que, em verdade, vêm expressos no contexto e corpo do referido documento.

A maior parte das propriedades ali descritas e confrontadas, apesar das alternativas e evoluções que o tempo lhes imprimiu, ainda hoje podem ser identificadas. Muitas delas conservam-se na posse dos herdeiros dos antigos donos. Ainda podem ser reconhecidas e identificadas pela topografia local, pela tradição e pelos documentos, que as confrontam.

Quase todas pertenceram a meus antepassados, que as legaram com estes documentos elucidativos.

Trata-se, pois, aqui de um valioso documento enfitêutico, no qual figuram os pais de Fernando José Camelo de Miranda Pinto Pereira da Silva, Moço fidalgo da Casa Real, como senhorios directos das propriedades aforadas, e bem assim do capitão João dos Santos Madail, do Vale de Ílhavo, como enfiteuta e membro da dinâmica, briosa, extensa e acreditada família dos Nunes, dos Vidais e dos Madaís, os quais, no documento em referência, bem como em outras documentações e terras, têm larga representação.

Segue o

biblRIA

DOCUMENTO

«Saybam quantos este publico instromento de escriptura de phatheosim perpetuo, do qual com direyto milhor lugar haja, e dizer se possa virem, que, sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e setecentos e Sincoenta e nove annos, aos honze dias do mes de Mayio do dito anno, nesta nobre e notavel villa de Aveyro e nas moradas de Francisco Antonio Camello Falcaõ Pereyra da Silva, Mosso Fidalgo da caza de sua Maggestade, que Deos goarde, etc. ...

O cavaleyro professo na ordem de Christo, onde eu tabaliaõ vim, e elle ahj estava prezente com sua molher, Donna Luiza Caetana Camello Falcaõ de hũa parte, e da outra o capitaõ Joaõ dos Santos Madail, do lugar do val de Ilhavo, termo de Ilhavo, todos pessoas Reconhecidas de mim Tabaliaõ, pellos proprios aqui nomeados, de que dou fee. E logo pello sobredito Francisco Antonio Camello me foy aprezentado um bilhete de destribuicaõ, de cujo theor delle

he o seguinte: — «Escryptura de phatheozim perpetuo, que fas o capitaõ Joaõ dos Santos a Francisco Antonio Camello, desta villa de Aveyro, que saber a qual toca a Placido Castro Pachaõ».

E naõ se continha mais em o dito bilhete da destribuiçaõ, que eu Tabaliaõ aqui bem e fielmente copiei, a que me reporto.

E logo pellos sobreditos Francisco Antonio Camello Falcaõ Pereyra da Silva e Sua molher me foy dito, ante as mesmas testemunhas no fim desta aSignadas, que entre os mes(*mos*) bens de Rais de que eraõ Senhores e pesuidores, por sy, e como admenistradores do morgado de seu filho Fernando Jose Camello de Miranda, bem asim saõ dous acentamentos de cazas, citas no val de Ilhavo a saber, hũ com terra labradia e pomar, que parte do norte com azenha de Joaquim Nunes Vidal, e do sul com Joze Nunes Vidal, que leva de semeadura a terra alquejre e meyo, e outro acentamento de Cazas no mesmo lugar e citio, que parte do sul com estrada, e do norte com fazendas de Christovaõ Ferreyra, ao qual acento lhe pertence hũ bocado de terra que fica pella parte do norte, e hua vessada, que, com avanso por norte, tudo levara de semeadura dez alqueyres e tres quartas, o que tudo parte do nascente e poente com Christovaõ Ferreyra, e do nascente com Antonio de Oliveyra, e do sul com o mesmo acento. E mais hua vinha cita no mesmo lugar do val de Ilhavo, que corre com elle inphiteuta do norte, e do sul com Jose Nunes Vidal e Pedro Nunes Vidal, e do poente com Christovaõ Ferreyra. Mais hua terra nas Leyras, que leva de semeadura tres alquejres, que parte do norte com Manuel Nunes do Campo Largo, e do sul com Manuel Francisco quexo (?). Mais hua terra na Quinta de Joanna, que levara de semeadura tres alquejres e meyo, que parte do norte com o Alferes Joaõ Nunes da Graça e do sul com o capitão Manuel Alves. Mais hua leyra de terra cita nas Chousas, que levara de semeadura quatro alquejres, que parte do norte com Antonio dos Santos e do sul com Andre Botelho de Sá, tudo neste *(ilegível)* que trazia Thome Nunes e as mesmas terras que elle trazia arendadas e porque se achavaõ ajustadas e contratadas com o dito capitaõ Joaõ dos Santos Madail para haver de lhe dar de aforamento emphatheozim perpetuo as ditas propriedades. Pello que logo por este publico instromento lhe havia por aforadas athe o fim do mundo, para elles sobreditos seus filhos, e herdeyros, ascendentes e descendentes, com a obrigação de em cada hu anno lhe pagar, the o fim do mundo, vinte alqueyres de milho grosso, bom, seco e de receber, a contento deles senhorios, com declaraçaõ de serem prestados pello alqueyre da villa

bibRIA

de Ilhavo, o qual saõ obrigados elles senhorios ter o dito alqueyre em sua caza, tudo pagos em Setembro de cada hũ anno em dia de Samiguel, postos nesta villa de Aveyro em caza delles ditos Senhorios a sua propria custa e despeza, livres de todo e qualquer encargo real, ou dizimo, ou de outro qualquer tributo que lhe seja posto, ou que se lhe haja de lançar, sem falta, quebra ou demenuiçaõ algua, sendo pronptos em pagar tudo e obedientemente, tanto que vencido for. E o primeyro pagamento seria em dia de Sam Miguel deste prezente anno de mil e setecentos e sincoenta e nove. E dahy em diante tudo ficara morto para outro tal dia the o fim do mundo.

E logo pello dito impheteuta foy dito a mim tabaliaõ, na presensa das presentes testemunhas, que era uerdade assim ter se ajustado e contratado com o dito Francisco Antonio Camello Falcaõ Pereyra da Silva e sua molher, de lhe tomar em phateozim perpetuo as propriedades de que nesta se fas mençaõ pella pensaõ e foro de vinte alqueyres de milho grosso em cada hũ anno, e nas condissoẽs por elles senhorios declaradas. E asim se obrigavaõ a pagar o dito foro asima referido, em que se haviaõ contratado por esta, com todas as bemfeytorias que nellas haviaõ feito. E que naõ pagando o dito foro dentro de tres annos, largar a posse das ditas propriedades aquelle foro todos com toda a bemfeitoria que nellas houver feito, sem que a isso possa por duvida alguã, ou enbargos alguns. E que vindo com elles, naõ queriaõ ser ouvidos, nem em juiso admetidos. Teraõ largado a posse das ditas propriedades aforadas por este instromento. E outrosim teraõ depositado nas maos delles ditos senhorios, sucessores e herdeyros, todos os foros que se acharem vencidos, sem que para tal recebimento lhes possão pedir fianca alguma, porque por este haviaõ a todos os sobreditos por abonados. Clauzulla depositaria aqui posta, a consentimento delles foreyros, que lhe declarey. E disseraõ asim o queriaõ. E por milhor valer, renunçiavaõ tudo o que a seo favor faraõ, pois se obrigavaõ em tudo isto cumprir, como nella se conthem. E queriaõ que naõ pagando tanto que vencido o foro, que nesta se trata, serem executados via executiva perante o Doutor juiz de fora que haja, e ao diante for. E se obrigavão por tudo responder e serem executados, para o que renunciavaõ para este effeito e juizo de seu foro, terra, jurysdicaõ e domecilio, com todas as leis, liberdades, prevelegios que a seo favor façaõ, pois de nada querem uzar, senaõ em tudo cumprir, goardar como nella se conthem. E que outro sim, sendo demandados pello contheudo nesta escriptura, em parte ou em tudo se obrigavam pagar, de pena convencional, ao procurador, a gente que tratar da

biblRIA

cauza, a duzentos reis por dia, que se lhe contariaõ desde a primeyra citacaõ para a açaõ the que os ditos senhorios sejaõ pagos, com declaraçaõ que seriaõ obrigados os ditos foreyros a trazer as ditas propriedades bem reparadas e cultivadas, e as cazas bem concertadas e reparadas, para o que obrigavão suas pessoas e bens, moveis e de rais, prezentes e futuros, todos em geral, e em expecial os aqui já confrontados e aforados, e hypotecados. E movendo-se algũ dia algua duvida sobre este foro e propriedade delle, seriaõ elles ditos senhorios obrigados a se darem por autores e defensores, em juizo e fora delle, e fazer-lhe o dito foro de pas e justo titullo. E logo pello dito foreyro me foy aprezentado huã procuracaõ bastante de sua molher Joanna Clara Nunes Vidal, feyta aos honze de Mayo do prezente anno de mil e sete centos e sincoenta e nove, feita nas notas do tabaliaõ Antonio Joze da Rocha, do Couto da Ermida, cujo signal reconheço ser o proprio de que dou feé, E entre os mais poderes que nella lhe estabeleceu, foy o de asignar tudo e de todo qualquer negocio e contratos e escripturas, com todas as clauzullas e segurancas necessarias. E se obrigava a pagar o dito foro com o dito foreyro seo marido, e se sometia debayxo de todas as clauzullas, condissois e dezaforamentos, e renunciassões neste declarados. E logo pellos ditos Senhorios me foy dito perante as mesmas testemunhas, que elles aceitavaõ a obrigacaõ que por ella lhe faziaõ os foreyros, com todas as clauzullas e condissois, que nella se conthem. E porque hũns e outros asim o quizeraõ e outrogaraõ, me mandaraõ fazer este publico instromento nesta nota de mim tabaliaõ, que, eu como pessoa publica estipulante e aceitante, tudo lhe estipuley e aceitey, tanto quanto devo e posso, em razaõ de meu officio. E que desta concediaõ doys treslados, hũ para elles senhorios, outro para elles foreyros, a que deraõ testemunhas prezentes, que tudo viraõ e prezenciaraõ, e ouviraõ ler esta primeyra, que asignaraõ. Francisco Joze Pereyra, escrevente desta villa, e Pedro Afonco Nogueyra, cerurgiaõ da mesma, que todos aqui asignaraõ com os ditos senhorios e foreyros. E a rogo de sua molher assignou o mesmo, pello poder da procuracaõ que aprezentou. E de como a recebeo asignou.

Eu Joaquim Antonio Placido, tabaliaõ que a escreuy e asigney.

Joaquim Antonio Placido.
Francisco Antonio Camello Falcaõ Pereyra da Silva.
Donna Luiza Caetana Camello Falcaõ.
Joaõ dos Santos Madail.
Francisco Joze Sarayva.
Pedro Afonso Nogueyra.

biblRIA

E naõ se continha mais em a dita escriptura, que eu sobredito tabaliaõ aqui fiz tresladar da propria, que tomey em meo livro, a que me reporto em tudo, que me asigno nesta villa de Aveyro em o dito dia, mes e anno, ut supra. E eu Joaquim Antonio Placido, tabaliaõ que o sobescrevy e asigney.

Joaq.^{m} Ant.^{o} Placido

Em fee de ver.^{de}

Joaq.^{m} Ant.^{o} Placido.»

Declaro que a esta completa exposição, só tenho a acrescentar que o Capitão João dos Santos Madail era casado com Joana Clara Nunes Vidal da Silveira. Deles se tratou já na *Notícia de alguns ilhavenses familiares do Santo Ofício da Inquisição,* inserta nos vols. I e III do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, e noutros artigos desta mesma Revista lhes foi feita referência.

bibRIA

P.^{E} JOÃO VIEIRA RESENDE

UM REGULAMENTO DE POLÍCIA RURAL

NOS fins do século XVIII, nasceu na Casa das Terças da freguesia de Manҫores, concelho de Fermedo, José António Nunes Saldanha, que quando do desembarque de D. Pedro, no Mindelo, era Juiz de Fora em Vila do Conde, funções que continuou a desempenhar no tempo de D. Miguel; casou com uma senhora de nome D. Ana, filha de João de Oliveira Camossa e de sua esposa D. Ana Maria Resende Camossa, da Casa de Fundões.

João Camossa foi o primeiro capitão-mor de Oliveira de Azeméis (1804) e estava no Porto, comandando os milicianos desta vila, quando se deu a invàsão de Soult, donde saíu para Arouca em 29 de Março de 1809, para se refugiar em casa de um amigo, mas logo em 30, quinta feira Santa, foi preso pelo povo e depois de confessado e comungado, foi pelo mesmo povo assassinado, por dizerem que era traidor à Pátria e enterrado no adro desta igreja (referência à igreja de S. Bartolomeu, então matriz e hoje demolida), como refere o pároco no seu assento de óbito.

Em 1837 aparece-nos o Dr. José António Nunes Saldanha não só presidente da Câmara Municipal do concelho de Fermedo, extinto por Decreto de D. Fernando de 24 de Outubro de 1855, mas também presidente da Junta da sua freguesia de Manҫores, daquele concelho, que conhecendo muito bem os seus costumes e as suas necessidades, organizou e fez aprovar, não só pela Junta da sua freguesia, em sessão de 9 de Maio de 1837, mas também pela Câmara Municipal do concelho de Fermedo, em sessão de 17 de Maio do mesmo ano, um REGULAMENTO DE POLÍCIA RURAL PARA A FREGUESIA DE MANÇORES, que ainda hoje é observado na parte referente às águas.

Art. 1.° — A água das presas do Crasto, Lamarosa e Casal e das outras que delas são dependentes ou conexas daqui por

diante terão um dia fixo de partilha para a rega dos milhos e começará a correr por partida, todos os anos, desde o dia 24 de Junho à noute até ao fim das regas, a 29 de Setembro; não, daí em diante, é precisa para regar os milhos.

Se em algum ano for preciso regar os restivos do centeio, a Junta de Paróquia designará o dia em que deve começar a partilha, e finda que seja a rega dos restivos cessará esta partilha.

Art. 2.° — Os consortes de qualquer água de rega, dentro dos limites desta freguesia, são obrigados a ajudar a fazer ou a limpar as presas e regos respectivos, no dia e hora que a Junta de Paróquia designar: e todo o consorte que faltar pagará uma multa de 240 réis por cada dia que faltar.

Art. 3.° — Os donos de paredes ou tapagens que vedam e tapam as lavouras, são obrigados a tê-las bem resguardadas e levantadas na altura da lei.

E por qualquer portal que se lhes encontre caído, serão condenados a pagar a multa de 500 réis.

Art. 4.° — Os consortes de cancelas que tapam lavouras, no caso de estas se arruinarem, são obrigados a compô-las ou fazê-las de novo, dentro de três dias e sendo no tempo dos frutos, dentro de 24 horas; não as compondo no dito tempo, pagarão colectivamente uma multa de 1.000 réis. Qualquer que por elas se servir será obrigado a torná-las a fechar e não o fazendo poderá ser multado a arbítrio.

Art. 5.° — Os consortes de portais que tapam lavouras são obrigados a tê-los sempre tapados, à excepção sòmente do tempo em que lhes for preciso passar com carro ou gado; se for preciso estarem abertos enquanto se servirem, tê-los-ão guardados e depois se os deixarem destapados pagarão de multa 500 réis.

Art. 6.° — Todo aquele que sem ter servidão nem ser consorte de algum portal, parede ou cancela, mas tão sòmente por querer por ali passar, a deixar aberta, ou abrir portal, ou deitar parte de parede a terra para passar, além de ser responsável ao prejuízo, pagará de multa 500 réis.

Art. 7.° — Fica proibido trazer gado à toa, sem consentimento dos donos das fazendas; o que fizer o contrário, poderá ser multado pela Junta de Paróquia.

Art. 8.° — O dono do gado, que por não trazer guarda ou por mal guardado, for fazer prejuízo em lameiros, cen-

teios ou outras sementeiras dos vizinhos, pagará uma multa de 200 réis por cada cabeça de gado graúdo e 50 réis por cada cabeça de gado miúdo.

Art. 9.° — Ninguém pode trazer seu gado graúdo ou miúdo a pastar, em qualquer tempo que seja, em matos alheios tapados; o que o fizer pagará 200 réis de multa por cada cabeça de gado graúdo e 50 réis por cada cabeça de gade miúdo.

No caso de ter ali alguma leira de mato trá-lo-á guardado dentro dela.

Art. 10.° — Quando hajam caminhos antigos transitáveis, é proibido fazer outros caminhos ou atravessadouros novos nos terrenos de particulares: o que os fizer, assim de novo, poderá ser multado a arbítrio da mesma Junta.

Art. 11.° — Quem tiver gados costumados a entrar ou saltando paredes ou derrubando-as para entrar, sendo bois ou ovelhas será obrigado a trazê-los bem guardados; sendo bestas será obrigado a trazê-las peadas e sendo cevados trá-los-á cangados ou tê-los-á fechados: se assim não praticar pagará de multa 500 réis, além do prejuízo.

biblRIA

Art. 12.° — Quem tiver cães é obrigado a tê-los presos ou açaimados de modo que não possam comer milho, desde 20 de Agosto até 20 de Outubro em cada ano; não o fazendo assim, pagará de multa 500 réis.

Art. 13.° — Ninguém poderá ir apanhar folhas, fetos, landes ou castanhas dentro de tapadas alheias, sem licença de seus donos; e mesmo fora das tapadas fica proibido apanhar folhas debaixo das árvores particulares, assim como derrubar landes ou castanhas com arremessões ou pedradas; o que o fizer pagará uma multa de 300 réis.

Art. 14.° — Os que apanharem uvas alheias e as conduzirem para suas casas em quantidade, em cestos ou canastras, ou seja para pisar ou para comer, poderão ser multados ao arbítrio da Junta.

Art. 15.° — Todos os moradores da freguesia são obrigados a ajudar a compor os caminhos, especialmente aqueles por onde costumam servir-se. Qualquer interessado poderá requerer à Junta de Paróquia para os mandar compor, a qual designará dia para isso e todo o que faltar, pagará de multa 240 réis por dia.

Art. 16.° — Cada qual nas testadas das suas propriedades que fazem frente a algum caminho ou rio, é obrigado a ter os valados ou silvados sempre aparados, de sorte que nem embaracem os viajantes, nem façam estancar a água do rio; não o praticando assim, poderão ser multados pela Junta.

Art. 17.° — Fica proibido deitar fogo aos montes, para qualquer fim que seja, não consentindo todos os moradores; o que o fizer pagará de multa 1.000 réis, além das despesas que por lei lhe são impostas.

Art. 18.° — As multas declaradas neste Regulamento poderão ser dobradas ou tresdobradas, segundo a malícia e culpa dos transgressores e serão aplicadas: a metade para as despesas da Paróquia e a outra metade para as despesas do Concelho. Os pais poderão ser multados pelos factos praticados por seus filhos ou familiares.

Art. 19.° — Este Regulamento enquanto às tapagens só principiará a ter execução passados 15 dias depois da sua publicação em Edital.

Art. 20.° — Os cabos de polícia da freguesia são encarregados de vigiar sobre a execução do presente Regulamento e de qualquer contravenção darão parte ao Presidente da Junta de Paróquia e o mesmo poderão fazer às partes interessadas, afim de se fazer efectiva a condenação, verificada que seja a transgressão.

bibRIA

Mançores em sessão de 9 de Maio de 1837. José António Nunes Saldanha, Presidente, Domingos José Pereira de Amorim, João dos Reis Castro Portugal.

DEPACHO DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO: Aprovamos o Regulamento supra, que se observará como nele se contém, fazendo-se público por Edital na respectiva freguesia, devendo o Secretário da Junta remeter a esta Câmara Municipal, no fim de cada um ano, uma relação das condenações feitas, a fim de se cuidar na arrecadação da parte que pertence ao concelho. Fermedo 17 de Maio de 1837. *Nunes Saldanha,* Presidente — *Rocha — Paiva — Gomes — Alves — José Borges de Lima Perestrelo,* Secretário.

Este Regulamento antecedeu o Código Civil Português 31 anos.

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XXV, pág. 303)

ADENDA (1)

128 **Agostinho Coelho de Figueiredo** — *natural e morador em Esgueira;* filho de *Matias Coelho de Figueiredo* e de *Brites Godinha;* neto paterno de *Gaspar Coelho* e de *Margarida Neta,* e materno de *Pero Godinho Barbosa* e de *Petronila Baptista de Araújo,* todos *naturais e moradores em Esgueira;* casado com *Maria de Resende e Paiva,* filha de *Domingos de Resende, natural de Oliveira de Azeméis,* e de *Antónia de Paiva, natural de Santiago de Beduído, Estarreja,* neta paterna de *Domingos de Bastos* e de *Maria Henriques, naturais e moradores em Oliveira de Azeméis,* e materna de *António de Paiva* e de *Maria Dias, naturais e moradores em Santiago de Beduído.*

Carta de Familiar de 29 de Novembro de 1681.

Agostinho — m. 1, n.º 22

129 **Agostinho Francisco Rodrigues**—mercador, nataral de Fonte Arcada, Sernancelhe, e morador em Lisboa na Rua Nova; filho de Miguel Francisco e de Catarina Rodrigues, mo-

(1) Sendo o Inventário da letra A muito incompleto, fomos obrigados a recorrer ao Índice e a consultar os Processos não incluídos nesse Inventário. São dessa consulta os três processos dados agora em Adenda, não incluindo nós os referentes aos Antónios por serem cerca de um milhar, o que viria atrasar a publicação. Daremos porém, no fim deste trabalho, em *Aditamento,* os aveirenses que com esse nome encontrarmos.

radores em Fonte Arcada; neto paterno de Pedro Francisco, natural de Freixo, e de Maria Lopes, natural de Chogendo, Sernancelhe, e materno de Sebastião Rodrigues, natural de Fonte Arcada, e de Maria Fernandes, natural de Escorquela, Sernancelhe; casado com Brites Ferreira, natural de Lisboa, filha de António Ferreira, alfaiate dos ciérigos, e de Catarina Vicente, moradores em Lisboa na Trav. da Porta do Carro dos Padres da Companhia, a S. Lázaro, neta paterna de *Domingos Gonçalves, natural do lugar de Macieira, freg. de Travanca, Feira,* e de *Antónia Jorge, natural da freg. do Souto, Feira, moradores em Macieira,* e materna de Domingos Fernandes, natural da freg. de S.to Isidoro, termo de Mafra, e de Isabel Martins, natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama, moradores na freg. de S. Miguel de Alfama, e irmã inteira de Nicolau Ferreira, alfaiate dos clérigos e familiar.

Carta de Familiar de 5 de Abril de 1672.

Agostinho — m. 1, n.º 19

130 **Álvaro de Albuquerque e Brito** — *natural e morador em Aveiro,* filho de *Francisco de Albuquerque e Brito, natural de Aveiro,* e de *D. Francisca de Almeida e Figueiredo, natural de Esgueira, moradores em Aveiro;* neto paterno de *Álvaro de Albuquerque e Brito* e de *D. Luísa Pacheco, naturais e moradores em Aveiro,* e materno de *Sebastião de Almeida de Carvalho,* familiar do S.to Ofício, e de *D. Maria da Cunha da Silveira, naturais e moradores em Esgueira;* irmão inteiro de *D. Luísa Francisca de Albuquerque Silveira,* casada com Sebastião de Almeida Pinto, de Moimenta da Beira.

Carta de Familiar de 28 de Março de 1724.

Álvaro — m. 2, n.º 30

biblRIA

ÍNDICES

ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

Abrantes (Jerónima) — Vacariça, Mealhada — 14
Abrantes (Maria) — Vacariça, Mealhada — 14
Afonso (Maria) — Loureiro, Oliv. de Azeméis — 46
Afonso (Mécia) — Aveiro — 122
Aguiar (Aires) — Castelo de Paiva — 114
Albuquerque (António), Meirinho eclesiástico do Arcebispado de Évora — 26
Almeida (Ana de) — Lamas do Vouga, Águeda — 28
Almeida (André de) — Aveiro — 20
Almeida (Frei António de), religioso da Ordem Terceira de S. Francisco, Doutor pela Univ. de Coimbra, Examinador do Patriarcado e Professor de Teologia do Conv. de Jesus em Lisboa — 29
Almeida (António de) — Lamas do Vouga, Águeda — 28
Almeida (António) — Recardães, Águeda — 102
Almeida (António José Gonçalves de), negociante no Porto—Arouca — 72
Almeida (Duarte de) — Arouca—38
Almeida (Gaspar de)—Águeda—33; Sangalhos, Anadia — 33
Almeida (Joana de) — Espinhel, Águeda—83; Macinhata do Vouga, Águeda — 37; Valongo, Águeda — 37
Almeida (João de) — Águeda — 9
Almeida (João Rodrigues de)—Macinhata do Vouga, Águeda — 29
Almeida (João Soares de)—Águeda — 9
Almeida (Leonor de)—Arouca—38
Almeida (Manuel Pinto de)—Fiães, Feira — 48
Almeida (Maria) — Águeda — 102; Arouca — 72
Almeida (Mariana de)—Ovar—15.
Almeida (Sabina de) — Lamas do Vouga, Águeda — 28
Álvares (Simão)—Aguada de Cima, Águeda — 49
Alves (P.e António Francisco), Coadjutor da Igreja de Fermedo, Arouca — 58; Milheirós de Poiares, Feira — 58
Alves (Cipriano) — Milheirós de Poiares, Feira — 58; Romariz, Feira — 58
Alves (P.e José)—Mansores, Arouca — 100
Alves (Maria) — Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52; Milheirós de Poiares, Feira — 58; Romariz, Feira — 58
Alves (Mariana)—Santiago de Riba de Ul, Oliv. de Azeméis — 58
Amador (Isabel) — Canedo, Feira — 86
Amaral (Branca da Silveira) — Esgueira, Aveiro — 112
Amaral (Luís Coelho do) — Esgueira, Aveiro — 112
Amaral (Manuel Rebelo de) — Castelões, Vale de Cambra — 124
Amor de Deus (P.e Frei António do), religioso da Prov.ª de S.to António de Portugal, ex-leitor de Teologia, leitor de Artes do Co-

biblRIA

légio do Most. da Pedreira em Coimbra — 32
Andrade (Bernardo Pereira de), homem nobre em S. Vicente de Pereira, Ovar — 129; Loureiro, Oliv. de Azeméis — 119
Andrade (Diogo de) — Bemposta, Oliv. de Azeméis — 37; Sever do Vouga — 37
Andrade (Maria de) — Loureiro, Oliv. de Azeméis, 119
André (Ana)—Macinhata do Vouga e Lamas do Vouga, Águeda — 28
André (Antónia) — Aveiro — 20
André (António)—Esgueira, Aveiro — 20
André (Catarina)—S. João de Loure
André (Catarina)—S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 11
André (Francisco) — Aveiro — 123
André (João) — Albergaria-a-Velha — 59; Pessegueiro, Sever do Vouga — 59
André (Maria)—Eixo, Aveiro—89; Esgueira, Aveiro — 20
André (Mateus), pescador — Angeja, Albergaria-a-Velha — 42
André (Simão) — Mealhada — 113; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 113
André (Tomaz), sapateiro — Aveiro — 123
Anes (Francisco) — Loureiro, Oliv. de Azeméis — 46
Anes (Isabel) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 113
Anes (Margarida) — Ul, Oliv. de Azeméis — 46
Anes (Pero) — Pardilhó, Estarreja — 46
Angélica (Domingas)—Fiães, Feira — 48
Antónia (Catarina) — Mansores, Arouca — 100
Antónia (Isabel) — Aguada de Cima, Águeda — 112
Antónia (Madalena) — Macinhata do Vouga, Águeda — 29
Antónia (Maria)—Aguada de Cima, Águeda—109; Anadia—108; Avelãs do Caminho, Anadia—109; Sá, termo de Aveiro—77; Vacariça, Mealhada—84; Vilar. do Bairro, Anadia — 1
António (Agostinho)—S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
António (Francisco) — Mansores, Arouca — 100
António (João)—Mansores, Arouca — 100; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
António (Luís) — Fiães, Feira — 75
António (Manuel) — Fiães, Feira — 75
Antunes (António) — Recardães, Águeda — 33
Aranha (Brites) — Arouca — 61
Araújo (Lic.º António de) — Abade de S. João da Madeira — 18
Araújo (Maria) — S. João da Madeira — 18
Araújo (Petronila Baptista de) — Esgueira, Aveiro — 128
Arede (Francisca Gomes de) — Lamas do Vouga, ou Valongo, Águeda — 8
Arouca (António Manuel de Oliveira), negociante no Porto — Arouca — 80
Assunção (Ana da) — Águeda — 20
Assunção (P.e Frei Gregório da), religioso capucho do Prov.ª de S.to António e Qualificador do S.to Ofício—Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Azevedo (Alexandre Toscano de), Vigário da Igreja de S.to Isidoro de Eixo, Aveiro — 16
Azevedo (Marcela Borges de) — Ovar — 15

Baptista (António Rodrigues)—Espinhel, Águeda — 105
Barbosa (Antónia) — Oliv. de Azeméis — 115
Barbosa (P.e António), Vigário da Igreja de S. Cristóvão de Ovar — 35
Barbosa (António Nunes) — 85
Barbosa (Domingos) — Castelo de Paiva — 114
Barbosa (Mónica) — Ossela, Oliv. de Azeméis — 115
Barbosa (Pero Godinho) — Esgueira, Aveiro — 128
Bastos (Custódio de) — Paradela, Sever do Vouga — 65
Bastos (Domingas)—Paradela, Sever do Vouga — 65
Bastos (Domingos) — Oliv. de Azeméis — 115 e 128; Silva Escura, Sever do Vouga — 57
Bastos (Manuel de) — Silva Escura, Sever do Vouga — 57
Bastos (Pedro de)—Macieira, Vale de Cambra — 94
Beirão (António Tenreiro), homem abastado — Aveiro — 26 e 122

biblRIA

Beirão (Francisco Jorge) — Aveiro — 122
Bernarda (Ana)—Espinhel, Águeda — 105
Berredo (D. Mécia de) — Burgo, Arouca — 120
Bombarda (João Gomes) — Aveiro — 97
Bombarda (Mariana da Costa) — Aveiro — 97
Borges (Aleixo) — Arrifana, Feira — 27
Borges (Francisco) — Arrifana, Feira — 27
Botelho (António Álvares)—Aveiro — 17
Botelho (António Machado), Prior da Igreja de N.ª S.ra da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra — 78
Botelho (Jacinto Gomes) — Vacariça, Mealhada — 14
Boto (António Pinto) — Recardães, Águeda — 95
Brandão (Manuel) — Arouca — 38.
Brito (Álvaro de Albuquerque), de Aveiro — 130
Brito (Álvaro de Albuquerque), de Gouveia, Aveiro — 17
Brito (Francisco de Albuquerque e) — Aveiro — 130
Brito (Isabel)—Recardães, Águeda — 102
Brito (D. Luísa de) — Aveiro — 17
Bulhões (Isabel Mendes de) — Arouca — 101
Bulhões (Maria da Silveira de) — Arouca — 101

Cabo (Domingos Gonçalves do) — Esgueira, Aveiro — 20
Cabral (Duarte de Almeida) — — Arouca — 101
Cabral (Inácio de Almeida) — — Arouca — 101
Calçada (Pero Dias da) — Aveiro — 122
Cardosa (Isabel) — Aveiro — 17; Bemposta, Oliv. de Azemeis — 37
Cardoso (André Pacheco) — Esgueira, Aveiro — 112
Cardoso (P.e António Serpa) — Arouca — 110
Carvalha (Catarina) — Arrifana, Feira — 44
Carvalho (Alberto Gomes), proprietário em Miragaia — 10
Carvalho (António) — Arouca — 38
Carvalho (António) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39
Carvalho (António Gomes de) — Arrifana, Feira — 10
Carvalho (Bernardo), Sargento-Mor e vereador de Arouca — 38
Carvalho (Filipa Soares de)—Feira — 120
Carvalho (João de) — Arrifana, Feira — 10
Carvalho (João Rodrigues) — Arouca — 38
Carvalho (João Vaz de), Morgado de Taipa — Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 45
Carvalho (Manuel)—Mozelos, Feira — 34
Carvalho (Margarida) — Bairros, Castelo de Paiva — 79
Carvalho (Nicolau Martins de) — S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva — 60
Carvalho (Sebastião de Almeida de) — Esgueira, Aveiro — 130
Carvalho (Simão Fernandes de) — Recardães, Águeda — 95
Carvão (João Fernandes), oleiro — Aveiro — 53
Castelo-Branco (António Vaz de), Doutor na Fac. de Leis pela Univ. de Coimbra, m.or em Coimbra — 124
Castro (António de)—Lic.º em Teologia, Abade de S. Mamede de Guizande, Feira — 40
Castro (António Pinheiro de), oficial de espadeiro na Baía — Vila Chã, Vale de Cambra — 93
Castro (P.e António de Sousa de), Abade de S João da Raiva, Castelo de Paiva — 118
Cerveira (Joana)—Castelo de Paiva — 114
Cerveira (Maria)—Castelo de Paiva — 114
Céu (Mariana do)—Vacariça, Mealhada — 14
Chamorro (Miguel) — Aveiro, 95
Chaves (António Gonçalves) — 64
Chaves (António Pais) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 87; Válega, Ovar — 87
Chumbo (Manuel Jorge) — Aveiro — 19
Coelha (Águeda) — Alvarenga, Arouca — 126
Coelha (Maria) — Fiães, Feira — 75
Coelho (António da Silveira), Lic.º pela Univ. de Coimbra — 112

biblRIA

Coelho (Branca), Esgueira, Aveiro — 112
Coelho (Feliciano Leitão) — Feira — 36
Coelho (Gaspar)—Esgueira, Aveiro — 128
Colaça (Joana) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 53; Aveiro — 53.
Conceição (Custódia da) — Fiães, Feira — 48
Conceição (Joana da)—Fiães, Feira — 48
Conceição (Marcela da) — Fiães, Feira — 48
Conceição (Maria da) — Ovar—32; Valongo, Águeda — 37
Conde de Pombeiro — v. Cunha (D. António Joaquim de Castelo Branco Correia da) — 67
Condessa de Pombeiro—v. Noronha (D. Pelágia Teresa Agostinha Belchiora de Almada e) — 67
Conversão (Teresa) — Fiães, Feira — 75
Correia (António do Rego)—Arouca — 101
Costa (Afonso Luís da), cirurgião e sangrador em Xabregas, Lisboa — 2
Costa (André Nunes da) — Aveiro — 97
Costa (António de Almada da) — Arrifana, Feira — 27
Costa (António de Almeida da) — Aveiro — 30
Costa (António Pereira da), mercador no Porto — 90
Costa (Brás Nunes da), vereador e juiz de Aveiro — 30
Costa (Isabel da) — Aveiro — 97
Costa (João Ribeiro da)—Esgueira, Aveiro — 112
Costa (Juliana da) — Salreu, Estarreja — 116
Costa (Maria da) — Sangalhos, Anadia — 109
Costa (Miguel da), mestre tanoeiro — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 111
Costa (Roque de Madail da)—Avelãs do Caminho, Anadia — 102
Coutinho (D. Maria) — Feira — 36
Couto (Matias do) — Ílhavo — 77
Cruz (António da), ourives de ouro no Porto — 44
Cruz (Manuel Gonçalves da) — Arouca — 72
Cruz (Maria da) — Aveiro — 74
Cunha (António da), homem de negócio em Lisboa — 45
Cunha (Antnio Cardoso da)—Bemposta, Oliv. de Azeméis — 37
Cunha (D. António Joaquim de Castelo-Branco Correia da), Conde de Pombeiro — 67
Cunha (Manuel da) — Salreu, Estarreja — 37
Cunha (Maria da) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 53
Cunha (Miguel da) — Bemposta, Oliv. de Azeméis — 37

D'Avenal (António), mercador em Aveiro — 46
Dias (André)—Lourosa, Feira—90
Dias (António)—Arouca, Estarreja — 87; Barrô, Águeda — 107
Dias (Baltasar) — Canedo, Feira — 47
Dias (Domingas) — Oliv. de Azeméis — 103
Dias (Domingos) — Águeda — 33; Sangalhos, Anadia — 33
Dias (Francisco) — Aveiro — 19; Oliv. de Azeméis — 115
Dias (Isabel) — Aveiro — 122
Dias (Jorge) — Arouca — 61
Dias (José) — Arouca — 80; Esgueira, Aveiro — 6
Dias (Luís), da governança de Aveiro — 122
Dias (Manuel), fazendeiro — Esgueira, Aveiro — 54
Dias (Maria) — Arouca — 38 e 80; Aveiro — 21 e 122; Esgueira, Aveiro — 6; Lourosa, Feira — 90; Macieira de Sarnes, Oliv. de Azeméis — 58; Salreu, Estarreja—3; Santiago de Beduído, Estarreja — 128
Dias (Mateus) — Eixo, Aveiro — 89
Domingas (Maria)—Macinhata do Vouga, Águeda — 2
Domingues (António), lavrador — Fiães, Feira — 48
Domingues (Isabel)—Paradela, Sever do Vouga — 65
Domingues (Manuel)—Aveiro—21; Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Domingues (Maria)—Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Dornas (Francisco Fernandes) — Ovar — 32
Duarte (António Pinto)—Sardoura, Castelo de Paiva — 96
Duarte (Filipa) — Vacariça, Mealhada — 62
Duarte (Manuel Pinto)—Sardoura, Castelo de Paiva — 96

bibRIA

Duarte (Mariana) —Vacariça, Mealhada — 62
Duarte (Miguel) — Aveiro — 74

Encarnação (Frei António da), religioso da Ordem de S. Francisco da Prov. do Brasil, Lente de Teologia no seu Conv. do Recife — Aguada de Cima, Águeda — 49
Esteves (António) — Esgueira, Aveiro — 20

Fagueiro (António Vaz) — Aveiro — 20
Faria (António do Freitas e), Capitão de Auxiliares em V. N. de Gaia — 60
Feira (Frei António da), religioso da Ordem de S. Francisco da Prov. da Soledade, Lente de Prima de Teologia do Conv. de S.to António da Arrifana do Sousa — 51
Feira (8.º Conde da), D. Fernando Maria Forjaz de Meneses Pimentel — Feira — 36
Feira (6.ª Condessa da), D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e Silva — Feira — 36
Fernandes (Amador) — Lourosa, Feira — 90
Fernandes (Ana) — Aveiro — 19; Macieira, Vale de Cambra — 94
Fernandes (André) — Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52
Fernandes (Antónia) — Trofa, Águeda — 94
Fernandes (António) — Águeda — 107; Castelões, Vale de Cambra — 15
Fernandes (Baltasar) — Oliv. de Azeméis — 103
Fernandes (Brites) — Carregosa ou Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 119
Fernandes (Catarina) — Albergaria-a-Velha — 59
Fernandes (Cristóvão) — Vacariça, Mealhada — 84
Fernandes (Diogo), tratante — Sandim de Baixo, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 47 e 98
Fernandes (Domingas)—Junqueira, Vale de Cambra—119; Ovar—53
Fernandes (Domingos) — Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 11; Giesteira, Águeda — 9; Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 86; Vila Maior, Feira — 86
Fernandes (Domingos), o Castelhano, alfaiate — Ovar — 53
Fernandes (Francisco) — Ovar—53
Fernandes (Gaspar) — Águeda—28
Fernandes (Helena) — Mansores, Arouca — 100
Fernandes (Isabel) — Aveiro — 74; Vilar de Andorinha, Feira (actualmente em V. N. de Gaia) — 91
Fernandes (João) — Santiago de Riba de Ul, Oliv. de Azeméis — 58
Fernandes (Leonor) — Aveiro — 53
Fernandes (Manuel)—Águeda—33; Aveiro—33 e 74; Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52
Fernandes (Maria)—Barrô, Águeda — 107; Canedo, Feira — 47; Carregosa ou Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 119; Silva Escura, Sever do Vouga—57; Souto, Feira — 92
Fernandes (Mateus) — Aveiro — 20
Fernandes (Silvestre)—Vale, Feira — 23
Fernandes (Simão) — Recardães, Águeda — 95
Fernandes (Simão), Cavaleiro Fidalgo e Feitor do Conde de Sortelha — Segadães, Águeda — 113
Fernandes (Simoa) — Águeda—107
Ferrão (Agostinho Manuel), mestre cabeleireiro em Lisboa — 4
Ferrão (Manuel Rodrigues) — Águeda — 4
Ferrão (Mateus Rodrigues) — Águeda — 4
Ferreira (B.el Alexandre de Mesquita) — 13
Ferreira (Ana) — Aveiro — 74
Ferreira (António), sapateiro em Lisboa — 54
Ferreira (António Duarte)—Trofa, Águeda — 97
Ferreira (António Rodrigues), negociante em Ovar — 106; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Ferreira (Maria) — Mansores, Arouca — 100
Figueiredo (Agostinho Coelho de) — Esgueira, Aveiro — 128
Figueiredo (Alexandre Ribeiro de Mesquita e), B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — Vacariça, Mealhada — 14
Figueiredo (L.º André de), Arcipreste de Aveiro — 21

DIGITAL

Figueiredo (D. Clara de Pinho e) — Aveiro — 13
Figueiredo (D. Francisca de Almeida e) — Aveiro — 130; Esgueira, Aveiro — 130
Figueiredo (Matias Coelho de) — Esgueira, Aveiro — 128
Figueiró (Maria de) — S. João da Madeira — 10
Fonseca (António Álvares de), cirurgião-mor do Terço de Auxiliares da Baía — 31
Fonseca (António Correia da), livreiro da Câmara de Lisboa — 42
Fonseca (Catarina) — Pinheiro de Bemposta, Oliv. de Azeméis—119
Fonseca (Francisca da) — Águeda — 66
Fonseca (Isabel da) — Arouca — 38
Fonseca (Manuel da) — Águeda — 102
Fonseca (Maria da) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis—119
França (António da), Lic.º em Medicina pela Univ. de Coimbra—57
Francisca (Ana) — Pedroso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 48; Recardães, Águeda — 33; Sangalhos, Anadia — 33; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Francisca (Antónia) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Francisca (Catarina)—Aveiro—74; Canedo, Feira — 47
Francisca (Isabel) — Águeda — 83; Aveiro — 19; Espinhel, Águeda — 105; S. Martinho de Fajões, Oliv. de Azeméis — 55
Francisca (Madalena) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 92
Francisca (Maria) — Aguada de Cima, Águeda — 49; Aveiro — 43; Feira — 49; Paradela, Sever do Vouga — 65; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis—71 e 106; Tamengos, Anadia — 69
Francisca (Maria), a Restolha — Cortegaça, Ovar — 5
Francisca (Marta) — Talhadas, Sever do Vouga — 65
Francisca (Sebastiana) — Aveiro — 63 e 74
Francisca (Teresa) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Francisco (André) — Arcos, Anadia — 108
Francisco (António)—Anada—108; Milheirós de Poiares, Feira — 58; Paradela, Sever do Vouga — 65
Francisco (Gaspar)—S. Vicente de Pereira, Ovar — 92
Francisco (Gregório)—Salreu, Estarreja — 3
Francisco (Henrique) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 65
Francisco (João) — Paradela, Sever do Vouga — 65
Francisco (Jorge) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 69
Francisco (Manuel) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Francisco (Marcos)—Fornos, Feira — 51
Francisco (Pedro) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 19
Freire (D. Ana Maria de Viveiros) — Feira — 36;
Freitas (P.e António Nunes de), Presbítero da Igreja de S.ta Maria de Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 86
Fróis (Maria) — Sever do Vouga — 37

Godinha (Beatriz) — Esgueira, Aveiro — 97 e 128
Godinha (Maria Gomes) — Esgueira, Aveiro — 97
Gomes (António) — Arouca — 61
Gomes (António Ferreira)—S. Martinho de Fajões, Oliv. de Azeméis — 55 e 81
Gomes (António José) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
Gomes (António da Silva), mestre tanoeiro em V. N. de Gaia — 111
Gomes (Giralda), a Mindoia—Ovar — 32
Gomes (João) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
Gomes (Leonor) — Aveiro — 95; Recardães, Águeda — 95;
Gomes (Maria) — Águeda — 63; Aveiro — 97; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
Gomes (Mariana) — Casal Comba, Mealhada — 62
Gomes (Rosa)—Souto, Feira—106
Gonçalves (André) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39
Gonçalves (Antónia) — Avelãs do Caminho, Anadia — 109
Gonçalves (António), ourives de ouro em Coimbra — 63

digiRIA

Gonçalves (António) — Aguada de Cima, Águeda — 109; Avelãs do Caminho, Anadia — 109; Ovar — 53; Lamas do Vouga, Águeda — 28
Gonçalves (Bastião), o Prisco — Aveiro — 122
Gonçalves (Diogo) — Aveiro — 122
Gonçalves (Domingas) — Vila Chã, Vale de Cambra — 53
Gonçalves (Domingos) — Canedo, Feira—47 e 98; S. Miguel do Anjo, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39; Travanca, Feira—129
Gonçalves (Fernão), criado de Jorge Monis — Angeja, Albergaria-a-Velha — 53; Aveiro — 53
Gonçalves (Fernão), o Rei — Arrifana, Feira — 53
Gonçalves (Francisco) — Barrô, Águeda — 107
Gonçalves (Isabel) — Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52
Gonçalves (João) — Ul, Oliv. de Azeméis — 46
Gonçalves (Jorge) — Aguada de Baixo, Águeda — 82
Gonçalves (Leonor) — Aveiro — 88
Gonçalves (Maria) — Lourousa, Feira — 41; S. Vicente de Pereira, Ovar — 92
Gonçalves (Miguel) — Aveiro — 74
Gonçalves (Pedro)—Águeda—107; Aveiro — 74
Gonçalves (Pero), calafate de navios — Aveiro — 63
Gonçalves (Pero) — Ul, Oliv. de Azeméis — 46
Gonçalves (Silvestre) — Assequins e Lamas do Vouga, Águeda — 28
Gonçalves (Simão) — Arouca — 72
Gouveia (D. Andresa Maria de) — S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva — 60
Gramaxa (Catarina) — Feira — 24
Grilo (António Fernandes) — Tamengos, Anadia — 69

Heitor (Antónia) — Romariz, Feira — 23
Heitor (Domingas) — Ul, Oliv. de Azeméis — 119
Heitor (Maria) — Romariz, Feira — 23
Henriques (António) — Paradela, Sever do Vouga — 65
Henriques (António Ribeiro) — Vacariça, Mealhada — 84
Henriques (Francisco) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 65
Henriques (Helena) — Oliv. de Azeméis — 115
Henriques (Joana) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 19
Henriques (Manuel)—Rocas, Sever do Vouga — 9
Henriques (Maria) — Oliv. de Azeméis — 128
Homem (António Soares), mercador em Oliv. de Azeméis — 115 e 126
Homem (Manuel Godinho)—Feira — 121

Inchofens (Manuel Gomes)—Casal Comba, Mealhada — 62
Inês (Leonor) — Ovar — 53
Inês (Maria), a Beiroa — Ovar — 53
Inigues (Antónia) — Aveiro — 19

João (Antónia) — Aguada de Cima, Águeda — 108; Aveiro — 123
João (António) — Águeda — 66
João (António) —Vila Chã, Vale de Cambra — 93
João (Domingos), o Manco — Angeja, Albergaria-a-Velha — 37
João (Domingos) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis—119; Ul, Oliv. de Azeméis — 119
João (Francisco) — Aguada de Cima, Águeda — 49
João (Gonçalo)—Souto, Feira—92; Travança, Feira — 92
João (Inácio) — Mansores, Arouca — 100
João (Isabel) — Aveiro — 77; Couto de Esteves, Sever do Vouga — 9; Vacariça, Mealhada — 69
João (Jorge) — Mansores, Arouca — 100
João (Lourenço)—Valongo, Águeda — 29
João (Manuel) — termo de Aveiro — 59; Vacariça, Mealhada — 62
João (Maria) — Arouca — 72; Aveiro — 74; termo de Aveiro — 59; Mansores, Arouca — 100; Oliv. de Azeméis — 103; Vila Chã, Vale de Cambra — 93
João (Pedro) — Válega, Ovar—87; Vila Nova de Monsarros, Anadia — 62; Vilarinho do Bairro, Mealhada — 1
Joaquim (Miguel) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 65

bibRIA

Joaquina (Ana) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 75
Jorge (Antónia) — Souto, Feira — 129; Travanca, Feira — 129
Jorge (António), mercador — Arrifana, Feira — 44
Jorge (António) — Loureiro, Oliv. de Azeméis — 106
Jorge (Baltasar) — Trofa, Águeda — 94
Jorge (Branca)—Aguada de Baixo, Águeda — 82
Jorge (Domingos)—Lourosa, Feira — 41
Jorge (Francisco) — Águeda — 94
Jorge (Manuel), cereeiro — Fundo da Vila, S. João da Madeira — 44
Jorge (Manuel), o Lutero — Segadães, Águeda — 70
Jorge (Margarida) — Mansores, Arouca — 100
Jorge (Marta)—Recardães, Águeda — 95
Jorge (Pero) — Castelões, Vale de Cambra — 117; Mansores, Arouca — 100
Jorge (Sebastião) — Ílhavo — 33; Valongo, Águeda — 33

Leão (António Gomes) — 62
Leitão (António), mercador — Aveiro — 74
Leitão (António) — Avelãs do Caminho, Anadia — 97
Leitão (António Pinto) — Esgueira, Aveiro — 97
Leitão (Francisco) — Aveiro — 74
Leitão (João) — Aveiro — 74
Leitão (João de Brito) — Aveiro — 25
Leitão (Luís de Brito) — Aveiro — 25
Leitoa (D. Margarida)—Aveiro—25
Lemos (Antão Pinto de) — Feira — 24
Lemos (Manuel da Costa)—Aveiro — 50
Lemos (Onofre) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 19
Lobato (António Francisco) — Ílhavo — 59
Lobato (D. Maria) — Feira — 121
Lopes (Estêvão) — Aveiro — 46
Lopes (Fernão) — Aveiro — 20
Lopes (Maria)—Assequins, Águeda — 28; Aveiro — 46
Loureiro (André Gonçalves) — Aveiro — 97
Lourenço (João), o Rico — Aguada de Baixo, Águeda — 82
Luís (Afonso) — Macinhata do Vouga, Águeda — 2
Luís (Inês) — Mogofores, Anadia — 95
Luís (Manuel) — Macinhata do Vouga, Águeda — 2
Luís (Vitória) — Aveiro — 122
Luna (Teresa de) — termo de Arouca — 61

Macedo (Ângela de)—Cacia, Aveiro — 6
Macedo (Manuel Colaço de), Capitão de Auxiliares — Sá, termo de Aveiro — 77
Macedo (Teresa Francisca da) — Esgueira, Aveiro — 6
Machado (Amaro) — S. João da Madeira — 18
Magalhães (Dr. António de), Capelão d'El-Rei, Ouvidor da Capela Real e Desembargador da Relação Eclesiástica — Bairros, Castelo de Paiva — 79
Magalhães (António de) — Bairros, Castelo de Paiva — 79
Magalhães (Manuel de) — Cortegaça, Ovar — 5
Maia (Ana Maria da) — Tamengos, Anadia — 76
Maia (António Gomes da) — Tamengos, Anadia — 76
Maia (António Luís de Sousa dos Reis e), estudante de Coimbra — 76
Maia (Maria Rodrigues da) — Tamengos, Anadia — 76
Mancelos (Miguel de) — Espinhel, Águeda — 83
Mancelos (Miguel de Almeida de) — Águeda — 83
Mano (António Dias) — Canedo, Feira — 47
Mano (Manuel Francisco) — Canedo, Feira — 47
Manuel (Anastácia) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 65
Manuel (António) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
Manuel (Catarina) — Mansores, Arouca — 100
Manuel (Maria) — Giesteira, Águeda — 9
Manuel (Pedro) — Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Maria (Joana)—Sardoura, Castelo de Paiva — 96
Maria (Josefa) — Sardoura, Castelo de Paiva — 96

biblRIA

Maria (Rosa) — Fermedo, Arouca — 96; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 75
Mariz (Domingos Pereira) — Oliv. de Azeméis — 103
Marques (António Baptista) — Espinhel, Águeda — 105
Marrão (P.e Pedro Inácio de Sousa), Vigário de Oliveira de Azeméis — 119
Martins (Francisco) — Águeda — 94
Martins (Manuel) — Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 86
Martins (Manuel Fernandes) — Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 86
Martins (Maria) — Águeda — 28; Esgueira, Aveiro — 20; Vila Nova de Monsarros, Anadia — 62
Martins (Pedro) — Águeda — 95
Mascarenhas (Francisca) — Arrifana, Feira — 27
Mascarenhas (Isabel de) — Arrifana, Feira — 27
Mateus (Catarina) — Aveiro — 20
Mateus (Maria) — Loureiro, Oliv. de Azeméis — 46
Matos (Ana) — Arrifana, Feira — 27; Rio Meão, Feira — 27
Matos (Salvador de) — Rio Meão, Feira — 27
Melo (André de), religioso da Ord. de Cristo e Doutor em Teologia no Colégio de Tomar em Coimbra — Avelãs de Cima, Anadia — 22
Melo (Ayres de Sá e), Fidalgo da Casa Real — Anadia — 127
Melo (Ayres de Sá e) — Anadia — 125
Melo (D. Isabel de) — Anadia — 125
Melo (Lourenço Ayres de Sá e) — Anadia — 127
Melo (D. Maria Inês de Sá e) — Anadia — 127
Mendes (Joana) — Rocas, Sever do Vouga — 9
Mendes (Maria Antónia) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39
Meneses (António Barreto de), Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 36
Meneses (D. Maria de Gusmão de) — Feira — 36
Mesquita (João Gomes de) — Vacariça, Mealhada — 14
Miranda (Ayres Ferreira Coelho de) — Feira — 126; Oliv. de Azeméis — 126
Miranda (Diogo Leite de) — Feira — 120
Miranda (D. Maria de) — Arcos (S. Paio), Anadia — 22
Monteira (Maria) — Arouca — 80
Monterroio (António de Sequeira), Sargento-mor do Conc.o de Castelo de Paiva — 114
Moreira (Manuel) — Romariz, Feira — 58
Moreira (Pedro) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39
Mota (P.e António José da), Presbítero secular, Beneficiado da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra e Prior da Igreja Paroquial de Ois da Ribeira, Águeda — 73
Moura (B.el Manuel Pinto de) — Aveiro — 21

Negrão (Cap. António) — Vagos — 13
Negrão (António de Mendanha) — 82
Negroa (Maria Manuel) — Vagos — 13
Neta (Margarida) — Esgueira, Aveiro — 128
Neves (António Luís), negociante no Porto — Fiães, Feira — 75
Nogueira (António), mestre correeiro em Lisboa — Vacariça, Mealhada — 84
Nogueira (António José Ferreira), negociante em Lisboa — 70
Nogueira (Domingos João) — Valongo, Águeda — 37
Nogueira (Francisco) — Vacariça, Mealhada — 84
Noronha (Francisco de Almada e) — Verdemilho, Aveiro — 67
Noronha (D. Pelágia Teresa Agostinha Belchiora de Almada e), Condessa de Pombeiro — Verdemilho, Aveiro — 67
Nunes (Lic.o Agostinho), Conservador dos Tabacos das Com.cas de Coimbra e Esgueira, Aveiro — 7
Nunes (Cecília) — Crestuma, Feira actualmente de V. N. de Gaia) — 86; Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 86
Nunes (Manuel) — Pardilhó, Estarreja — 46
Nunes (Maria) — Águeda — 107; Pardilhó, Estarreja — 46; Préstimo, Águeda — 56

DIBRIA

Oliveira (Alexandre Domingues de), proprietário — Pedroso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 12
Oliveira (António Fernandes de), comerciante na Baía — Mafamude, Feira (actualmente de V.N. de Gaia) — 52
Oliveira (Catarina de) — Avanca, Estarreja—87; Válega, Ovar—87
Oliveira (Fernão de), escrivão dos Órfãos e da Câmara de Paus e Ois — Aveiro — 88
Oliveira (Isabel de) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 75
Oliveira (Jorge de) — Ossela, Oliv. de Azeméis — 115
Oliveira (Manuel de) — Arouca — 80
Oliveira (Manuel de), ourives — Aveiro — 63
Oliveira (Manuel Domingues de) — Pedroso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 12
Oliveira (Manuel Rodrigues de) — Souto, Feira — 106
Oliveira (Maria de) — Válega, Ovar — 75
Oliveira (Maria Lopes de) — Pedroso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 12
Oliveira (Mariana Fernandes de) —Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52
Oliveira (Mónica) — Avanca, Estarreja — 87
Oliveira (Pedro Fernandes de) — Mafamude, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 52
Oliveira (Serafina de) — Vila Chã, Vale de Cambra — 15

Pacheca (Antónia) — Aveiro — 97
Pacheca (Isabel) — Aveiro — 122
Pacheca (Mónica) Aveiro — 122
Pacheca (Vitória Luís) — Aveiro — 26
Pacheco (André) — Aveiro — 17
Pacheco (D. Luísa) — Aveiro — 17 e 130
Pacheco (Manuel Álvaro Teles), B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — Lamas do Vouga ou Valongo, Águeda — 8
Pacheco (Matias Gomes) — Lamas do Vouga ou Valongo, Águeda — 8
Pais (Brites) — Vale, Feira — 87; Válega, Ovar — 87
Pais (Luísa) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 119
Paiva (André de), Abade da Igreja de S. Paio da Portela, Entre Rios — Romariz, Feira — 23
Paiva (André de)—Romariz, Feira — 23
Paiva (Antónia de) — Santiago de Beduído, Estarreja — 128
Paiva (António de) — Aveiro — 88
Paiva (António de) — Santiago de Beduíno, Estarreja — 128
Paiva (Branca de) — Aveiro — 88
Paiva (Catarina de) — Romariz, Feira — 23
Paiva (Manuel de) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 64
Paiva (Maria de Resende) — Esgueira, Aveiro — 128
Parrono (António André) — Aveiro — 77
Pereira (Acúrcio), lavrador em Cantanhede — Vilarinho do Bairro, Anadia — 1
Pereira (António) — 89
Pereira (António de Macedo), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Ouvidor da Com.ca de Avis e Corregedor do Crime da Relação do Porto — 76
Pereira (António de Miranda), Capitão de Ordenanças do Couto do Barrô, Águeda — 83
Pereira (Francisco da Cunha), homem nobre — Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Pessoa (António Homem), advogado em Coimbra — Águeda — 83
Pessoa (Florência de Almeida) — Águeda — 83
Pessoa (Maria das Neves—Águeda — 83
Pimentel (D. Fernando Maria de Forjaz e Meneses), 8.º Conde da Feira — Feira — 36
Pinheira (Catarina) — Aveiro — 19
Pinheira (Maria) — Águeda — 33; Aveiro — 33
Pinheiro (P.e António), Cura da Igreja de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa — 92; S. Vicente de Pereira, Ovar — 92
Pinheiro (António) — Oliv. de Azeméis — 103; Vila Chã, Vale de Cambra — 93
Pinheiro (Manuel) — Águeda — 33
Pinheiro (Rodrigo da Fonseca) — Avanca, Estarreja—87; S. Vicente de Pereira, Ovar — 87

biblIA

Pinheiro (Vicente) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 92
Pinho (Aires de) — Águeda — 104
Pinho (André Pires de Sá e) — Esgueira, Aveiro — 13
Pinho (Antónia) — Feira — 24
Pinho (António de) — Águeda — 94
Pinho (Catarina de) — Águeda — 94; Arouca — 61
Pinho (Clara) — Águeda — 94
Pinho (Domingos Aranha de), Sargento-mor — termo de Arouca — 61
Pinho (Estêvão de) — Águeda — 104
Pinho (Filipa de) — Águeda — 33
Pinho (Francisco Dias de) — Oliv. de Azeméis — 115
Pinho (Inês de) — Esgueira, Aveiro — 13
Pinho (Inocência de) — Oliv. de Azeméis — 115 e 126
Pinho (Isabel de) — Águeda — 33
Pinho (Isabel Dias de) — Salreu, Estarreja — 37
Pinho (Jerónima de) — Oliv. de Azeméis — 115
Pinho (Jorge de) — Arouca — 61
Pinho (Leonor de) — Vila Chã, Vale de Cambra — 115
Pinho (Maria de) — Águeda — 33; termo de Arouca — 61
Pinho (Maria Joana de) — Avanca, Estarreja — 68
Pinho (Maria João de) — Esgueira, Aveiro — 13
Pinho (Maria Soares de) — Oliv. de Azeméis — 126
Pinho (Olaia de) — Águeda — 33; Aveiro — 33
Pinta (Ana) — Águeda — 104
Pinta (Branca) — Águeda — 95
Pinta (Isabel) — Águeda — 95
Pinta (Maria) — Canedo, Feira — 47 e 98
Pinto (Ana de Afonseca) — Águeda — 45; Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 45
Pinto (António) — Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 45
Pinto (António Estremanes), praticante de número da Contadoria Geral da Guerra — 50
Pinto (António Jorge), ourives — Tamengos, Anadia — 69
Pinto (António Tavares) — Feira — 121
Pinto (Duarte) — Feira — 24
Pinto (João) — Fermedo, Arouca — 96; Sardoura, Castelo de Paiva — 96
Pinto (Lucas) — Feira — 24
Pinto (Manuel) — Arouca — 72; Fermedo, Arouca — 96
Pinto (Maria) — Mogofores, Anadia — 97
Pinto (Lic.º Pedro Leitão) — Esgueira, Aveiro — 97; Mogofores, Anadia — 97
Pinto (Vitória) — Feira — 121
Pires (Amaro) — Aguada de Cima, Águeda — 49
Pires (André), o Mamão — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 113
Pires (Antónia) — Branca, Albergaria-a-Velha — 46; Mansores, Arouca — 100
Pires (António), médico pela Univ. de Coimbra, morador em Lisboa — 99
Pires (António), ourives de prata no Porto — 100
Pires (Bartolomeu) — Esgueira, Aveiro — 11
Pires (Bartolomeu), o Barqueiro Novo — Esgueira, Aveiro — 11
Pires (Brás) — Mansores, Arouca — 57
Pires (Domingos) — Préstimo, Águeda — 56
Pires (Isabel) — Arouca — 38
Pires (Jerónimo) — Sever do Vouga — 7 e 99
Pires (João) — Ovar — 53
Pires (Maria) — Aveiro — 46; Esgueira, Aveiro — 20
Póvoas (Antónia das) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39
Póvoas (António Moreira das) — S. João de Canelas, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 39

Rabela (Maria) — Pessegueiro, Sever do Vouga — 65
Rabela (Maria Dias) — Salreu, Estarreja — 3
Rabela (Cristina Teixeira) — Bemposta, Oliv. de Azeméis — 37
Rebelo (Agostinho de Almeida) — Salreu, Estarreja — 3
Rebelo (Ascenso) — Salreu, Estarreja — 3
Rebelo (Domingos Teixeira) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 37
Rebelo (Ventura de Almeida) — Salreu, Estarreja — 3
Rego (António de Abreu Castelo Branco e), fidalgo da Casa Real — 25

dbRIA

Reis (Maria dos) — Pedroso, Feira (actualmente do conc.º de V. N. de Gaia) — 85
Resende (Domingos de) — Oliv. de Azeméis — 128
Resende (Maria)—Oliv. de Azeméis — 115
Resende (Paulo de Pinho de)—Oliv. de Azeméis — 126
Ribeiro (António) — 102
Ribeiro (António de Miranda) — S. João de Canelas, Feira (actualmente do conc.º de V. N. de Gaia — 5
Ribeiro (Cristóvão Fernandes) — Mealhada — 14
Ribeiro (Domingos Francisco de Miranda) — Cortegaça, Ovar — 5
Rocha (António Fernandes da) — Ovar — 53
Rocha (Francisco Tavares da) — Feira — 121
Rodrigues (Agostinho Francisco), morador em Lisboa na Rua Nova — 129
Rodrigues (André) — Romariz, Feira — 23
Rodrigues (António), correeiro em Lisboa — 103
Rodrigues (António), guarda dos Cárceres da Inquisição de Coimbra — 104
Rodrigues (António)—Eixo, Aveiro — 89; Espinhel, Águeda — 105
Rodrigues (Brás) — Aveiro — 43
Rodrigues (Domingos), ourives de ouro — Águeda — 63
Rodrigues (José) — Souto, Feira — 106
Rodrigues (Manuel)—Águeda—31; Esgueira, Aveiro — 6
Rodrigues (B.ºl Manuel) — Aveiro — 21
Rodrigues (Manuel), soldado do Terço da Armada — Aveiro — 43
Rodrigues (Maria) — Águeda — 4 e 107; Espinhel, Águeda — 105; S. Miguel do Anjo, Feira (actualmente do conc.º de V. N. de Gaia) — 39
Rodrigues (Salvador) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 106
Rodrigues (Sebastião) — Águeda — 95; Mogofores, Anadia — 95
Roiz (Manuel), o Vareiro — Ovar — 32
Rosa (Mariana) — Águeda — 9
Sá (António Baptista de), mestre administrador da Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira — 34
Sá (Baptista João de), mestre cordoeiro — Cortegaça, Ovar — 34
Sá (Maria de) — Cortegaça, Ovar — 34
Sá (D. Violante Engrácia de) — Anadia — 125
Sacarrão (Manuel Francisco)—Casal Comba, Mealhada — 62
Sampaio (António Luís de Melo de) — Arcos (S. Paio), Anadia — 22
Sampaio (Francisco de Melo de) — Arcos (S. Paio), Anadia — 22
Sampaio (D. Micaela de) — Arcos (S. Paio), Anadia — 22
Santiago (António de), ourives de prata em Coimbra — Avelãs do Caminho, Anadia — 109
Santiago (Simão de) — Avelãs do Caminho, Anadia — 109
Santiago (Simão Fernandes de) — Sangalhos, Anadia — 109; Tamengos, Anadia — 109
S.to Estêvão (Frei António de), religioso de S. Francisco na Prov. do Algarve, guardião e Lente de Prima no Colégio de S. Boaventura de Coimbra e no Conv. de S. Francisco de Évora — 108
Santos (Alexandre António dos), Almoxarife dos Armazéns das Armas do Jardim da Campainha, Lisboa — 11
Santos (António Manuel dos) — 81
S. Caetano (Alexandre de), religioso observante da Prov. de Portugal, Reitor de Teologia no Conv.º de S. Francisco da Ponte da Univ. de Coimbra — Castelões, Vale de Cambra — 15
S. José (Ana Maria de) — Souto, Feira — 106
S. Miguel (D. Catarina de) — S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva — 60
Seixas (Antónia de) — Vacariça, Mealhada — 84
Seixas (D. Francisco de) — Aveiro — 17
Seixas (Maria de)—Vacariça, Mealhada — 84
Sena (Catarina de) — Aveiro, 20
Silva (Agostinho Marques de), mercador em Lisboa — Cortegaça, Ovar — 5
Silva (Frei Agostinho de N.ª S.ª e), religioso da Ordem de S. Domingos, Leitor de Teologia Moral no

biblRIA

Conv. de S. Domingos de Abrantes — Aveiro — 6
Silva (António Coelho da), cirurgião-mor do Terço da Armada — 43
Silva (António Ferreira da) — 55
Silva (Francisco Pais da) — Válega, Ovar — 87
Silva (Guiomar da) — Oliv. de Azeméis — 103
Silva (Isabel da) — Cortegaça, Ovar — 5; Palmaz, Oliv. de Azeméis — 119
Silva (Isabel Pereira da) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 119
Silva (D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e), 6.ª Condessa da Feira — Feira — 36
Silva (João da) — Válega, Ovar — 75
Silva (Jorge da), escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, Paus e Ois — Aveiro — 88; Eixo, Aveiro — 88
Silva (Luís Rodrigues de) — Águeda — 31
Silva (Manuel da) — Esgueira, Aveiro — 6; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 75
Silva (Manuel da), mestre tanoeiro — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 111
Silva (Manuel Pais da) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 119; Válega, Ovar — 119
Silva (Manuel Tavares da) — Fiães, Feira — 48
Silva (Maria da) — Cortegaça, Ovar — 5; S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 71
Silva (Maria Valente da) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 87
Silva (Paula da) — Souto — Feira — 106
Silva (Salvador da) — S. Martinho da Gândara, Oliv. de Azeméis — 75
Silva (Sebastiana da) — Águeda — 31; Aveiro — 77
Silva (Silvério da) — Ovar — 15
Silveira (Helena da) — Aveiro — 95; Recardães, Águeda — 95
Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque) — Aveiro — 130
Silveira (Maria da) — Aveiro — 112; Esgueira, Aveiro — 112
Silveira (D. Maria da Cunha da) — Esgueira, Aveiro — 130
Silveira (Mariana da) — Esgueira, Aveiro — 112
Simões (Ana) — Aguada de Cima, Águeda — 108; Casal Comba, Mealhada — 62
Simões (André) — Talhadas, Sever do Vouga — 28; Lamas do Vouga, Águeda — 28
Simões (António) — Aguada de Cima, Águeda — 108
Simões (António), B.el em Cânones, Dião da Sé de Lamego, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado — Mealhada — 113
Simões (Catarina) — Águeda — 113; Mealhada — 113
Simões (Inácia) — Vacariça, Mealhada — 62
Simões (Maria) — Bairro, Anadia — 62; Vacariça, Mealhada — 62
Soares (Agostinho), proprietário — Giesteira, Águeda — 9
Soares (André Homem) — Oliv. de Azeméis — 115
Soares (Ângela) — Águeda — 9
Soares (Isabel) — Rio Meão, Feira — 27
Soares (João Barbosa) — Castelões, Vale de Cambra — 15
Soares (Maria) — Águeda — 9
Soares (Simão) — Águeda — 9
Solha (Graça Fernandes) — Ovar — 32
Sousa (António de), capitão de Ordenanças e Corretor de número de Lisboa — 117
Sousa (Capitão **António de Castro de**) — 41
Sousa (António Pereira de) — 91
Sousa (Ayres de Almeira e), Fidalgo da Casa Real, morador na Quinta da Cavalaria, Lafões — 125
Sousa (Manuel Domingues de) — Pedroso, Feira (actualmente do conc.º de V. N. de Gaia) — 48
Souto (António Ferreira) — 56
Souto (Domingos Ferreira) — Préstimo, Águeda — 56

Taipa (Morgado da), João Vaz de Carvalho — Macinhata de Seixa, Oliv. de Azeméis — 45
Tavares (Amaro) — Aveiro — 19
Tavares (Ana) — Canedo, Feira — 47
Tavares (António) — Burgo, Arouca — 120
Tavares (António) — Canedo, Feira — 47
Tavares (António), contratador de panos e proprietário — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 119
Tavares (António), tratante — Canedo, Feira — 98

BIBRIA

Tavares (António Pinto), tratante — Canedo, Feira — 98
Tavares (Cristóvão) — Vila Chã, Vale de Cambra — 115
Tavares (Guiomar) — Sandim de Baixo, Feira (actualmente do conc.º de V. N. de Gaia) — 47 e 98
Tavares (João de Almeida) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 31
Tavares (Maria) — Burgo, Arouca — 120
Tavares (Pedro) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis—119
Tavares (Lic.º Sebastião), Comissário do S.to Ofício e Prior de Travanca, Oliv. de Azeméis; Burgo Arouca — 120;
Tavares (Simão) — Aveiro — 19
Teixeira (Domingas) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 37
Teixeira (Gonçalo)—Burgo, Arouca — 120
Teixeira (Maria Dias) — Salreu, Estarreja — 3
Teles (Agostinho Pacheco), B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — Lamas do Vouga, ou Valongo, Águeda — 8
Tenreiro (Jerónima Pacheca) — Aveiro — 26
Teresa (Maria) — Aveiro — 19
Tomaz (António), sapateiro em Lisboa na rua dos Escudeiros — 123
Tomaz (Maria) — Aguada da Cima, Águeda — 49

Valente (Brísida da Fonseca) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 87
Valente (Isabel) — Válega, Ovar — 119
Varela (Filipe) — Aveiro — 17
Varela (Sebastião Pacheco) — Aveiro — 17
Vasconcelos (Ayres Pinto Coelho de) — 126
Vasconcelos (Cristóvão Mendes de) — Arouca — 101
Vasconcelos (D. Guiomar de) — Verde Milho, Aveiro — 67
Vasconcelos (D. Maria Coelho de) — Oliv. de Azeméis — 126
Vasconcelos (Maria da Silveira e) — Arouca — 101
Veiga (António Soares da), Cavaleiro Professo da Ord. de Cristo em Goa — 116
Veiga (Manuel Soares da) — Salreu, Estarreja — 116
Velho (António Rodrigues), homem de negócios na Baía — Águeda — 107
Velho (Pedro) — Águeda — 107
Vermelho (Manuel Rodrigues) — Ovar — 32
Vidal (Francisco) — Águeda — 28
Vidal (Manuel Gomes) — Giesteira, Águeda — 9
Vidal (Maria) — Castanheira do Vouga, Águeda — 9
Vidal (Simão) — Albergaria-a-Velha — 10
Vieira (António Joaquim da Costa) — Avanca, Estarreja — 68
Vieira (Manuel da Costa)—Avanca, Estarreja — 68

Zuzarte (Isabel) — Arouca — 38 e 101

biblRIA

TOPONÍMICO

AGUEDA
Aguada de Baixo — Gonçalves (Jorge) — 82; Jorge (Branca) — — 82; Lourenço (João), o Rico — 82.
Aguada de Cima—Álvares (Simão) — 49; Antónia (Isabel) — 112; Antónia (Maria) — 109; **Encarnação (Frei António da)**, religioso da Ordem de S. Francisco da Prov. do Brasil, Lente de Teologia no seu Conv. do Recife — 49; Francisca (Maria) — 49; Gonçalves (António) — 109; João (António)—108; João (Francisco)—49; Pires (Amaro)—49; Simões (Ana) — 108; Simões (António) — 108; Tomaz (Maria) — 49.
Agueda — Almeida (Gaspar de) — 33; Almeida (João de) — 9; Almeida (João Soares de) — 9; Almeida (Maria) — 102; Assunção (Ana da) — 28; Dias (Domingos) — 33; Fernandes (António) — 107; Fernandes (Gaspar)—28; Fernandes (Manuel) — 33; Fernandes (Simoa) — 107; Ferrão (Manuel Rodrigues) — 4; Ferrão

(Mateus Rodrigues)—4; Fonseca (Francisca da) — 66; Fonseca (Manuel da) — 102; Francisca (Isabel) — 83; Gomes (Maria) 63; Gonçalves (Pedro) — 107; **João (António)**—66; Jorge (Francisco)—94; Mancelos (Miguel de Almeida de)—83; Martins (Francisco) — 94; Martins (Maria) — 28; Martins (Pedro) — 95; Nunes (Maria) — 107; Pessoa (António Homem), advogado em Coimbra — 83; Pessoa (Florêncio de Almeida) — 83; Pessoa (Maria das Neves) — 83; Pinheira (Maria) — 33; Pinheiro (Manuel) — 33; Pinho (Aires de) — 104; **Pinho (António de)** — 94; Pinho (Catarina de)—94; Pinho (Clara de) — 94; Pinho (Estêvão de) — 104; Pinho (Filipe de)—33; Pinho (Isabel de) — 33; Pinho (Maria de)—33; Pinho (Olaia de)—33; Pinta (Ana)—104; Pinta (Branca) — 95; Pinta (Isabel) — 95; Pinto (Ana de Afonseca) — 45; Rodrigues (Domingos), ourives de ouro — 63; Rodrigues (Manuel) — 31; Rodrigues (Maria) — 4 e 107; Rodrigues (Sebastião)—95; Rosa (Mariana) — 9; Silva (Luís Rodrigues da) — 31; Silva (Sebastiana da)—31; Simões (Catarina) — 113; Soares (Ângela) — 9; Soares (Maria) — 9; Soares (Simão)—9; **Velho (António Rodrigues)**, homem de negócio na Baía — 107; Velho (Pedro) — 107; Vidal (Francisco) — 28.

Assequins — Gonçalves (Silvestre) — 28; Lopes (Maria) — 28.

Barrô — Dias (António) — 107; Fernandes (Maria)—107; Gonçalves (Francisco) — 107; **Pereira (António de Miranda)**, Capitão de Ordenanças do Couto de__ — 83.

Castanheira do Vouga —Vidal (Maria) — 9.

Espinhel — Almeida (Joana de) — 83; **Baptista (António Rodrigues)** — 105; Bernarda (Ana) — 105; Francisca (Isabel) — 105; Mancelos (Miguel de) — 83; Marques (António Baptista) — 105; Rodrigues (António) — 105; Rodrigues (Maria) — 105.

Giesteira — Fernandes (Domingos) — 9; Manuel (Maria) — 9; **Soares (Agostinho)**, proprietário—9; Vidal (Manuel Gomes) — 9.

Lamas do Vouga — Almeida (Ana de) — 28; **Almeida (António de)** — 28; Almeida (Sabina de) — 28; André (Ana) — 28; Arede (Francisca Gomes de) — 8; Gonçalves (António) — 28; Gonçalves (Silvestre) — 28; **Pacheco (Manuel Álvares Teles)**, B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — 8; Pacheco (Matias Gomes) — 8; Simões André) — 28; **Teles (Agostinho Pacheco)**, B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — 8.

Macinhata do Vouga — Almeida (Joana de) — 37; Almeida (João Rodrigues de)—29; André (Ana) — 28; Antónia (Madalena) — 29; Domingas (Maria) — 2; Luís (Afonso)—2; Luís (Manuel)—2.

Ois da Ribeira — **Mota (P.e António José de)**, presbítero secular, beneficiado da Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra e Prior da Igreja Paroquial de___ — 73.

Préstimo — Nunes (Maria) — 56; Pires (Domingos) — 56; Souto (Domingos Ferreira do) — 56.

Recardães — Almeida (António) — 102; **Antunes (António)** — 33; **Boto (António Pinto)** — 95; Brito (Isabel de) — 102; Carvalho (Simão Fernandes de)—95; Fernandes (Simão) — 95; Francisca (Ana)—33; Gomes (Leonor)—95; Jorge (Marta) — 95; Silveira (Helena da) — 95.

Segadães — Fernandes (Simão), Cavaleiro Fidalgo e Feitor do Conde de Sortelha — 113; Jorge (Manuel), o Lutaro — 70.

Trofa — Fernandes (Antónia)—94; Ferreira (António Duarte) — 97; Jorge (Baltasar) — 94.

Valongo — Almeida (Joana de) — 37; Arede (Francisca Gomes de) — 8; Conceição (Maria de)—37; João (Lourenço) — 29; Jorge (Sebastião) — 33; Nogueira (Domingos João) — 37; **Pacheco (Manuel Álvares Teles)**, B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — 8; Pacheco (Matias Gomes)—8; **Teles (Agostinho Pacheco)**, B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra—8.

ALBERGARIA-A-VELHA

Albergaria — André (João) — 59; Fernandes (Catarina)—59; Vidal (Simão) — 10.

CÓPIA

Alquerubim — Fernandes (Domingos) — 11.
Angeja — André (Mateus), pescador — 43; Colaço (Joana) — 53; Cunha (Maria) — 53; Gonçalves (Fernão), criado de Jorge Monis — 53; João (Domingos), o Manco — 37; Rebelo (Domingos Teixeira) — 37; Teixeira (Domingas) — 37.
Branca — Pires (Antónia) — 46
S. João de Loure — André (Catarina) — 11; Pires (Bartolomeu) — 11; Pires (Bartolomeu), o Barqueiro Novo — 11.

ANADIA
Anadia — Antónia (Maria) — 108; Francisco (António) — 108; **Melo (Ayres de Sá e)**, Fidalgo da Casa Real — 127; Melo (Ayres de Sá e) — 125; Melo (D. Isabel de) — 125; Melo (Lourenço Ayres de Sá e) — 127; Melo (D. Maria Inês de Sá e) — 127; Sá (D. Violante Engrácia de) — 125.
Arcos — Francisco (André) — 108.
Arcos (S. Paio) — Miranda (D. Maria de) — 22; Sampaio (António Luís de Melo de) — 22; Sampaio (Francisco de Melo de) — 22; Sampaio (D. Micaela de) — 22.
Avelãs do Caminho — Antónia (Maria) — 109; Costa (Roque de Madail da) — 102; Gonçalves (Antónia) — 109; Gonçalves (António) — 109; Leitão (António) — 97; **Santiago (António de)**, ourives de prata em Coimbra — 109; Santiago (Simão) — 109.
Avelãs de Cima—**Melo (André de)**, religioso da Ord. de Cristo e Doutor em Teologia no Colégio de Tomar em Coimbra — 22.
Bairro — Simões (Maria) — 62.
Mogofores — Luís (Inês) — 95; Pinto (Maria) — 97; Pinto (Lic.º Pedro Leitão) — 97; Rodrigues (Sebastião) — 95.
Sangalhos — Almeida (Gaspar de) — 33; Costa (Maria da) — 109; Dias (Domingos) — 33; Francisca (Ana)—33; Santiago (Simão Fernandes de) — 109.
S. Lourenço do Bairro—Paiva (Manuel de) — 64.
Tamengos — Francisca (Maria) — 69; Grilo (António Fernandes) — 69; Maia (Ana Maria da)—76; Maia (António Gomes da) — 76; Maia (Maria Rodrigues da)—76; **Pinto (António Jorge)**, ourives — 69; Santiago (Simão Fernandes de) — 109.
Vila Nova de Monsarros—João (Pedro) — 62; Martins (Maria)—62.
Vilarinho do Bairro—António (Maria) — 1; João (Pedro) — 1; **Pereira (Acúrcio)**, lavrador em Cantanhede — 1.

AROUCA
Alvarenga — Coelha (Águeda)—126
Arouca — **Almeida (António José Gonçalves de)**, negociante no Porto — 72; Almeida (Duarte de) — 38; Almeida (Leonor de) — 38; Almeida (Maria) — 72; Aranha (Brites) — 61; **Arouca (António Manuel de Oliveira)**, negociante no Porto — 80; Brandão (Manuel)—38; Bulhões (Isabel Mendes de) — 101; Bulhões (Maria da Silveira de) — 101; Cabral (Duarte de Almeida) — 101; Cabral (Inácio de Almeida) — 101; **Cardoso (P.e António Serpa)** — 110; **Carvalho (António)** — 38; Carvalho (Bernardo), Sargento-Mor e vereador de — 38; Carvalho (João Rodrigues) — 38; **Correia (António do Rego)** — 101; Cruz (Manuel Gonçalves da) — 72; Dias (Jorge) — 61; Dias (José) — 80; Dias (Maria) — 38 e 80; Fonseca (Isabel da) — 38; **Gomes (António)** — 61; Gonçalves (Simão) — 72; João (Maria) — 72; Luna (Teresa de) — 61; Monteira (Maria) — 80; Oliveira (Manuel de)—80; Pinho (Catarina de) — 61; Pinho (Domingos Aranha de), Sargento-mor—61; Pinho (Jorge de)—61; Pinho (Maria de) — 61; Pinto (Manuel) — 72; Pires (Isabel) — 38; Vasconcelos (Cristóvão Mendes de) — 101; Vasconcelos (Maria da Silveira e) — 101; Zuzarte (Isabel) — 38 e 101.
Burgo — Berredo (D. Mécia de) — 120; **Tavares (António)** — 120; Tavares (Maria) — 120; Tavares (Lic.º Sebastião), Comissário do S.to Ofício e Prior de Travanca — 120; Teixeira (Gonçalo) — 120.
Fermedo—**Alves (P.e António Francisco)**, coadjutor da Igreja de — 58; Maria (Rosa) — 96; Pinto

BIBLIOTECA

(João) — 96; Pinto (Manuel) — 96.

Mansores — Alves (P.e José)—100; Antónia (Catarina) — 100; António (Francisco) — 100; António (João) — 100; Fernandes (Helena) — 100; Ferreira (Maria) — 100; João (Inácio)—100; João (Jorge) — 100; João (Maria) — 100; Jorge (Margarida) — 100; Jorge (Pero) — 100; Manuel (Catarina) — 100; Pires (António) — 100; Pires (Brás) — 57.

AVEIRO

Aveiro — Afonso (Mécia) — 122; **Almeida (André de)** — 20; André (Antónia) — 20; André (Francisco) — 123; André (Tomaz), sapateiro — 123; **Beirão (António Tenreiro)**, homem abastado — 26 e 122; Beirão (Francisco Jorge) — 122; Bombarda (João Gomes) — 97; Bombarda (Mariana da Costa) — 97; Botelho (António Álvares) — 17; **Brito (Álvaro de Albuquerque e)**, de Gouveia — 17; **Brito (Álvaro de Albuquerque e)**, de Aveiro — 130; Brito (Francisco de Albuquerque e) — 130; Brito (D. Luísa de) — 17; Calçada (Pero Dias da) — 122; Cardosa (Isabel) — 17; Carvão (João Fernandes), oleiro — 53; Chamorro (Miguel) — 95; Chumbo (Manuel Jorge)—19; Colaça (Joana)—53; Costa (André Nunes da) — 97; **Costa (António de Almeida da)** — 30; Costa (Brás Nunes da), vereador e Juiz de __ — 30; Costa (Isabel da) — 97; Cruz (Maria da) — 74; **D'Avenal (António)**, mercador—46; Dias (Francisco) — 19; Dias (Isabel) — 122; Dias (Luís), da Governança de Aveiro — 122; Dias (Maria) — 21 e 122; Domingues (Manuel)—21; Duarte (Miguel) — 74; Fagueiro (António Vaz)—20; Fernandes (Ana) — 19; Fernandes (Isabel) — 74; Fernandes (Leonor) — 53; Fernandes (Manuel) — 33 e 74; Fernandes (Mateus) — 20; Ferreira (Ana) — 74; **Figueiredo (Lic.e André de)**, Arcipreste de __ — 21; Figueiredo (D. Clara de Pinho e) — 13; Figueiredo (D. Francisca de Almeida e) — 130; Francisca (Catarina) — 74; Francisca (Isabel) — 19; Francisca (Maria) — 43; Francisca (Sebastiana) — 63 e 74; Gomes (Leonor) — 95; Gomes (Maria) — 97; Gonçalves (Bastião), o Prisco — 122; Gonçalves (Diogo) — 122; Gonçalves (Fernão), criado de Jorge Monis — 53; Gonçalves (Leonor) — 88; Gonçalves (Miguel) — 74; Gonçalves (Pedro) — 74; Gonçalves (Pero), calafate de navios — 63; Inigues (Antónia) — 19; João (Antónia) — 123; João (Isabel) — 77; João (Manuel) — 59; João (Maria) — 59 e 74; **Leitão (António)**, mercador — 74; Leitão (Francisco) — 74; Leitão (João) — 74; Leitão (João de Brito) — 25; Leitão (Luís de Brito) — 25; Leitoa (D. Margarida) — 25; Lemos (Manuel da Costa) — 50; Lopes (Estêvão) — 46; Lopes (Fernão) — 20; Lopes (Maria) — 46; Loureiro (André Gonçalves) — 97; Luís (Vitória) — 122; Mateus (Catarina) — 20; Moura (B.el Manuel Pinto de) — 21; Oliveira (Fernão), escrivão dos Órfãos e da Câmara de Paus e Ois — 88; Oliveira (Manuel de), ourives — 63; Pacheca (Antónia) — 97; Pacheca (Isabel) — 122; Pacheca (Mónica)—122; Pacheca (Vitória Luís) — 26; Pacheco (André)—17; Pacheco (D. Luísa) — 17 e 130; **Paiva (António de)** — 88; Paiva (Branca de) — 88; Parrono (António André) — 77; Pinheira (Catarina) — 19; Pinheira (Maria) — 33; Pinho (Olaia de) — 33; Pires (Maria) — 46; Rodrigues (Brás) — 43; Rodrigues (B.el Manuel) — 21; Rodrigues (Manuel), soldado do Terço da Armada — 43; Seixas (D. Francisca de) — 17; Sena (Catarina de) — 20; **Silva (Frei Agostinho de N.a S.a e)**, religioso da Ord. de S. Domingos, Leitor de Teologia Moral no Conv. de S. Domingos de Abrantes — 6; Silva (Jorge da), escrivão dos Órfãos e da Câmara de Eixo, Paus e Ois — 88; Silva (Sebastiana da) — 77; Silveira (Helena da) — 95; Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque)—130; Silveira (Maria da) — 112; **Tavares (Amaro)** — 19; Tavares (Simão) — 19; Tenreiro (Jerónima Pacheca) — 26; Teresa (Maria)

COIMBRA

— 19; Varela (Filipe) — 17; Varela (Sebastião Pacheco) — 17.

Cacia — Macedo (Ângela de) — 6.

Eixo — André (Maria) — 89; **Azevedo (Alexandre Toscano de)**, Vigário da Igreja de S.to Isidoro de — 16; Dias (Mateus) — 89; Rodrigues (António) — 89; Silva (Jorge da), escrivão dos Órfãos e da Câmara de Paus e Ois — 88.

Esgueira — Amaral (Branca da Silveira) — 112; Amaral (Luís Coelho do) — 112; André (António) — 20; André (Maria) — 20; Araújo (Petronila Baptista de) — 128; Barbosa (Pero Godinho) — 128; Cabo (Domingos Gonçalves do) — 20; Cardoso (André Pecheco) — 112; Carvalho (Sebastião de Almeida de) — 130; Coelho (Branca) — 112; Coelho (Gaspar) — 128; Costa (João Ribeiro da) — 112; Dias (José) — 6; Dias (Manuel), fazendeiro — 54; Dias (Maria) — 6; Esteves (António) — 20; **Figueiredo (Agostinho Coelho de)** — 128; Figueiredo (D. Francisca de Almeida e) — 130; Figueiredo (Matias Coelho de) — 128; Godinha (Beatriz) — 97; Godinha (Brites) — 128; Godinha (Maria Gomes) — 97; **Leitão (António Pinto)** — 97; Macedo (Teresa Francisca de) — 6; Martins (Maria) — 20; Neta (Margarida) — 128; **Nunes (Lic.º Agostinho)**, conservador dos Tabacos da Câmara de Coimbra e — 7; Paiva (Maria de Resende e) — 128; Pinho (André Pires de Sá e) — 13; Pinho (Inês de) — 13; Pinho (Maria João de) — 13; Pinto (Lic.º Pedro Leitão) — 97; Pires (Maria) — 20; Rodrigues (Manuel) — 6; Silva (Manuel da) — 6; Silveira (Maria da) — 112; Silveira (D. Maria da Cunha da) — 130; Silveira (Mariana da) — 112.

Sá, termo de Aveiro — Antónia (Maria) — 77; Macedo (Manuel Colaço de), Capitão de Auxiliares — 77.

Verdemilho — Noronha (Francisco de Almeida e) — 67; Noronha (D. Pelágia Teresa Agostinho Belchiora de Almada e), Condessa de Pombeiro — 67; Vasconcelos (D. Guiomar de) — 67.

CASTELO DE PAIVA

Bairros — Carvalho (Margarida) — 79; **Magalhães (Dr. António de)**, Capelão d'El-Rei, Ouvidor da Capela Real e Desembargador da Relação Eclesiástica — 79; Magalhães (António de) — 79.

Castelo de Paiva — Aguiar (Aires) — 114; Barbosa (Domingos) — 114; Cerveira (Joana) — 114; **Monterroio (António de Sequeira)**, Sargento-mor do Conc.º de — 114.

Raiva — **Castro (P.e António de Sousa de)**, Abade de S. João de Raiva — 118.

S. Miguel de Bairros — Carvalho (Nicolau Martins de) — 60; Gouveia (D. Andreza Maria de) — 60; S. Miguel (D. Catarina de) — 60.

Sardoura — **Duarte (António Pinto)** — 96; Duarte (Manuel Pinto) — 96; Maria (Joana) — 96; Maria (Josefa) — 96; Pinto (João) — 96.

ESTARREJA

Avanca — Dias (António) — 87; Oliveira (Catarina de) — 87; Oliveira (Mónica) — 87; Pinheiro (Rodrigo da Fonseca) — 87; Pinho (Maria Joana de) — 68; **Vieira (António Joaquim da Costa** — 68; Vieira (Manuel da Costa) — 68.

Pardilhó — Anes (Pero) — 46; Nunes (Manuel) — 46; Nunes (Maria) — 46.

Salreu — Costa (Juliana da) — 116; Cunha (Manuel da) — 37; Dias (Maria) — 3; Francisco (Gregório) — 3; Pinho (Isabel Dias de) — 37; Rabela (Maria Dias) — 3; **Rebelo (Agostinho de Almeida)** — 3; Rebelo (Ascenso) — 3; Rebelo (Ventura de Almeida) — 3; Teixeira (Maria Dias) — 3; Veiga (Manuel Soares da) — 116.

Santiago de Beduído — Dias (Maria) — 128; Paiva (Antónia de) — 128; Paiva (António de) — 128.

FEIRA

Arrifana — Borges (Aleixo) — 27; Borges (Francisco) — 27; Carvalha (Catarina) — 44; Carvalho (Antonio Gomes de) — 10; Carvalho (João de) — 10; **Costa (António de Almada da)** — 27; Gonçalves (Fernão), o Rei — 53; Jorge (António), mercador — 44;

biblRIA

Mascarenhas (Francisca) — 27; Mascarenhas (Isabel de) — 27; Matos (Ana) — 27.

Canedo — Amador (Isabel) — 86; Dias (Baltasar) — 47; Fernandes (Maria) — 47; Francisca (Catarina) — 47; Gonçalves (Domingos) — 47; Gonçalves (Domingos), lavrador — 98; **Mano (António Dias)** — 74; Mano (Manuel Francisco) — 47; Pinta (Maria) — 47 e 98; Tavares (Ana) — 47; Tavares (António) — 47; Tavares (António), tratante—98; **Tavares (António Pinto),** tratante — 98.

Crestuma (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia) — Nunes (Cecília) — 86.

Feira—Carvalho (Filipa Soares de) — 120; Coelho (Feliciano Leitão) — 36; Coutinho (D. Maria)—36; Feira (8.º Conde da), D. Fernando Maria Forjaz de Meneses Pimentel — 36; Feira (6.ª Condessa de), D. Joana Forjaz de Meneses e Silva — 36; Francisca (Maria) — 49; Freire (D. Ana Maria de Viveiros) — 36; Gramaxa (Catarina) — 24; Homem (Manuel Godinho) — 121; **Lemos (Antão Pinto de)** — 24; Lobato (D. Maria) — 121; Meneses (D. Maria de Gusmão de) — 36; Miranda (Ayres Ferreira Coelho de)—126; Miranda (Diogo Leite de) — 120; Pimentel (D. Fernando Maria de Forjaz de Meneses), 8.º Conde da Feira — 36; Pinho (Antónia de) — 24; **Pinto (António Tavares)** —121; Pinto (Duarte)—24; Pinto (Lucas) — 24; Pinto (Vitória) — 121; Rocha (Francisco Tavares da) — 121; Silva (D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e), 6.ª Condessa da Feira — 36.

Fiães — Almeida (Manuel Pinto de) — 48; Angélica (Domingas) — 48; António (Luís) — 75; António (Manuel) — 75; Coelha (Maria) — 75; Conceição (Custódia da) — 48; Conceição (Marcela da)—48; Conversão (Teresa) —75; **Domingos (António),** lavrador — 48; **Neves (António Luís),** negociante no Porto — 75; Silva (Manuel Tavares da) — 48.

Fornos — Francisco (Marcos)—51.

Guisande — **Castro (António de),** Lic.º em Teologia, Abade de S. Mamede de__ — 40.

Lourosa — Dias (André)—90; Dias (Maria) — 90; Fernandes (Amador) — 90; Gonçalves (Maria), — 41; Jorge (Domingos) — 41.

Mafamude (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia)—Alves (Maria) — 52; Fernandes (André) — 52; Fernandes (Manuel) — 52; Gonçalves (Isabel) — 52; **Oliveira (António Fernandes de),** comerciante na Baía — 52; Oliveira (Mariana Fernandes de) — 52; Oliveira (Pedro Fernandes de) — 52.

Milheirós de Poiares — **Alves (P.e António Francisco),** Coadjutor da Igreja de Fermedo, Arouca —58; Alves (Cipriano)—58; Alves (Maria) — 58; Francisco (António) — 58.

Mozelos — Carvalho (Manuel)—34.

Pedroso (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia)—Francisca (Ana) —48; **Oliveira (Alexandre Domingues de),** proprietário — 12; Oliveira (Manuel Domingues de) — 12; Oliveira (Maria Lopes de) — 12; Reis (Maria dos) — 85; Sousa (Manuel Domingues de) — 48.

Rio Mêdo — Matos (Ana) — 27; Matos (Salvador de)—27; Soares (Isabel) — 27.

Romariz — Alves (Cipriano) — 58; Alves (Maria) — 58; Heitor (Antónia) — 23; Heitor (Maria)—23; Moreira (Manuel) — 58; **Paiva (André de),** Abade da Igreja de S. Paio da Portela, Entre-os-Rios — 23; Paiva (André de)—23; Paiva (Catarina de) — 23; Rodrigues (André) — 23.

Sandim de Baixo (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia) — Fernandes (Diogo), tratante — 47 e 98; Fernandes (Domingos)—86; **Freitas (P.e António Nunes de),** Presbítero da Igreja de S.ta Maria de__ — 86; Martins (Manuel — 86; Martins (Manuel Fernandes) — 86; Nunes (Cecília)—86; Tavares (Guiomar) — 47 e 98.

S João de Canelas (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia) — **Carvalho (António)** — 39; Gonçalves (André) 39; Mendes (Maria Antónia) — 39; Moreira (Pedro) — 39; Póvoas (Antónia das)—39; Póvoas (António Moreira das) — 39; Ribeiro (António de Miranda) — 5.

DIGITAL

S. Miguel dos Anjos (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia) — Gonçalves (Domingos) — 39; Rodrigues (Maria) — 39.
Souto — Fernandes (Maria) — 92; Gomes (Rosa) — 106; João (Gonçalo)—92; Jorge (Antónia)—129; Oliveira (Manuel Rodrigues de) — 106; Rodrigues (José) — 106; S. José (Ana Maria de) — 106; Silva (Paula da) — 106.
Travanca — Gonçalves (Domingos) —129; João (Gonçalo)—92; Jorge Antónia) — 129.
Vale — Fernandes (Silvestre)—23; Pais (Brites) — 87.
Vila Maior — Fernandes (Domingos) — 86.
Vilar de Andorinho (actualmente do Conc.º de V. N. de Gaia) — Fernandes (Isabel) — 91.

ILHAVO
Ilhavo — Couto (Matias do) — 77; Jorge (Sebastião) — 33; **Lobato (António Francisco)** — 59.

MEALHADA
Casal Comba — Gomes (Mariana) —62; Inchofens (Manuel Gomes) —62; Sacarrão (Manuel Francisco) — 62; Simões (Ana) — 62.
Mealhada — André (Simão) — 113; Ribeiro (Cristóvão Fernandes) — 14; **Simões (António)**, B.el em Cânones, Deão da Sé de Lamego, Provisor e Vigário Geral do Arcebispado—113; Simões (Catarina) — 113.
Vacariça—Abrantes (Jerónima de) — 14; Abrantes (Maria) — 14; Antónia (Maria) — 84; Botelho (Jacinto Gomes) — 14; Céu (Mariana do) — 14; Duarte (Filipa) — 62; Duarte (Mariana) — 62; Fernandes (Cristóvão) — 84; **Figueiredo (Alexandre Ribeiro de Mesquita e)**, B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra—14; Henriques (António Ribeiro) — 84; João (Isabel) — 69; João (Manuel) — 62; Mesquita (João Gomes de) — 14; **Nogueira (António)**, mestre correeiro em Lisboa — 84; Nogueira (Francisco)—84; Seixas (Antónia de) — 84; Seixas (Maria de)—84; Simões (Inácio) — 62; Simões (Maria) — 62.
Ventosa do Bairro — Francisco (Jorge) — 69.

MURTOSA
Bunheiro — **Pinheiro (P.e António)**, Cura da Igreja de S. Mateus do — — 92.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Bemposta — Cardosa (Isabel)—37; **Cunha (António Cardoso da)** — 37; Cunha (Miguel) — 37; Rebela (Cristina Teixeira) — 37.
Carregosa — Fernandes (Brites) — 119; Fernandes (Maria) — 119.
Cucujães — Costa (Miguel da), mestre tanoeiro—111; Silva (Manuel), mestre tanoeiro — 111.
Fajões — Francisca (Isabel) — 55; Gomes (António Ferreira) — 55 e 81.
Loureiro — Afonso (Maria) — 46; Andrade (Bernardo Pereira de), homem nobre em S. Vicente de Pereira, Ovar — 119; Andrade (Maria de) — 119; Anes (Francisco) — 46; Jorge (António) — 106; Mateus (Maria) — 46.
Macieira de Sarnes — Dias (Maria) — 58.
Macinhata de Seixa — Carvalho (João Vaz de), Morgado da Taipa — 45; Fernandes (Brites) — 119; Fernandes (Maria) — 119; Pinto (Ana da Afonseca) — 45; Pinto (António) — 45; Taipa (Morgado da), João Vaz de Carvalho — 45.
Oliveira de Azeméis — Barbosa (Antónia) — 115; Bastos (Domingos de) — 115 e 128; Dias (Domingas) — 103; Dias (Francisco) — 115; Fernandes (Baltasar) — 103; Henriques (Helena) — 115 e 128; **Homem (António Soares)**, mercador em — —115 e 126; João (Maria) — 103; Mariz (Domingos Pereira)—103; Marrão (P.e Pedro Inácio de Sousa), Vigário de — — 119; Miranda (Ayres Ferreira Coelho de) — 126; Pinheiro (António) — 103; Pinho (Francisco Dias do)—115; Pinho (Inocência de)—115 e 126; Pinho (Jerónima de) — 115; Pinho (Maria Soares de) — 126; Resende (Domingos de) — 128; Resende (Maria) — 115; Resende (Paula de Pinho de) — 126; Silva (Guiomar da) — 103; Soares (André Homem) — 115; Vasconcelos (D. Maria Coelho de) — 126.
Ossela — Barbosa (Mónica) — 115; Oliveira (Jorge de) — 115.

biblRIA

Palmaz — Assunção (P.e Frei Gregório de), religioso capucho da Prov. de S.to António e Qualificador do S.to Ofício — 119; Domingues (Manuel)—119; Domingues (Maria) — 119; Manuel (Pedro) — 119; Pereira (Francisco da Cunha), homem nobre — 119; Silva (Isabel da) — 119.

Pinheiro da Bemposta — Fonseca (Catarina) — 119; Fonseca (Maria da) — 119; João (Domingos) — 119; **Tavares (António)**, contratador de panos e proprietário em __ —119; Tavares (Pedro) — 119.

Santiago de Riba Ul — Alves (Mariana) — 58; Fernandes (João) — 58.

S. Martinho da Gândara — Anes (Isabel) — 113; André (Simão) — 113; António (Agostinho)—71; António (João) — 106; **Ferreira (António Rodrigues)**, negociante em Ovar — 106; Francisca (Ana) —106; Francisca (Antónia)—106; Francisca (Teresa) — 106; Francisca (Maria) — 71; Francisco (Manuel) — 106; Francisco (Maria)—106; **Gomes (António José)** — 71; Gomes (João)—71; Gomes (Maria) — 71; Joaquina (Ana) — 75; Manuel (António) — 71; Maria (Rosa)—75; Oliveira (Isabel de) — 75; Pires (André), o Mamão — 113; Rodrigues (Salvador) — 106; Silva (Manuel da) — 75; Silva (Maria da) — 71; Silva (Salvador da) — 75.

Travanca — Tavares (Lic.e Sebastião), Comissário do S.to Ofício e Prior de __ — 120.

Ul — Anes (Margarida) — 46; Gonçalves (João) — 46; Gonçalves (Pero) — 46; Heitor (Domingas) — 119; João (Domingos) — 119.

OVAR

Cortegaça — Francisca (Maria), a Restolha — 5; Magalhães (Manuel de)—5; Ribeiro (Domingos Francisco de Miranda) — 5; Sá (Baptista João de), mestre cordoeiro — 34; Sá (Maria de)—34; **Silva (Agostinho Marques da)**, mercador em Lisboa — 5; Silva (Isabel da) — 5; Silva (Maria da) — 5.

Ovar—Almeida (Mariana de)—15; Azevedo (Marcela Borges de) — 15; **Barbosa (P.e António)**, Vigário da Igreja de S. Cristóvão de — 35; Conceição (Maria da)—32; Dornas (Francisco Fernandes) — 32; Fernandes (Domingas) — 53; Fernandes (Domingos), o Castelhano, alfaiate — 53; Fernandes (Francisca)—53; **Ferreira (António Rodrigues)**, negociante em — 106; Gomes (Giralda), a Mindoia — 32; Gonçalves (António) — 53; Inês (Leonor) — 53; Inês (Maria), a Beiroa — 53; Pires (João)—53; **Rocha (António Fernandes da)** — 53; Roiz (Manuel), o Vareiro — 32; Silva (Silvério da) — 15; Solha (Graça Fernandes) — 32; Vermelho (Manuel Rodrigues) — 32.

S. Vicente de Pereira — Andrade (Bernardo Pereira de), homem nobre de __ — 119; **Chaves (António Pais)** — 87; Francisca (Madalena)—92; Francisco (Gaspar) — 92; Gonçalves (Maria) — 92; Pais (Luísa) — 119; **Pinheiro (P.e António)**, Cura da Igreja de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa — 92; Pinheiro (Rodrigo da Fonseca) — 87; Pinheiro (Vicente) — 92; Silva (Isabel Pereira da) — 119; Silva (Manuel Pais da) — 119; Silva (Maria Valente da) — 87; Valente (Brísida da Fonseca — 87.

Válega — **Chaves (António Pais)** — 87; João (Pedro) — 87; Oliveira (Catarina) — 87; Oliveira (Maria de) — 75; Pais (Brites) — 87; Silva (Francisco Pais da) — 87; Silva (João da) — 75; Valente (Isabel) — 119.

S. JOÃO DA MADEIRA

Fundo da Vila — Jorge (Manuel), cereeiro — 44.

S. João da Madeira — Araújo (Lic.e António de)—18; Araújo (Maria) — 18; Figueiró (Maria de) — 10; **Machado (Amaro)** — 18.

SEVER DO VOUGA

Couto de Esteves — João (Isabel) — 9.

Paradela — Bastos (Custódio de) — 65; Bastos (Domingas de) — 65; Domingues (Isabel) — 65; Francisca (Maria) — 65; Francisco (António) — 65; Francisco

BIBRA

João) — 65; **Henriques (António)** — 65.

Pessegueiro — André (João) — 59; Francisco (Henrique)—65; Francisco (Pedro) — 19; Henriques (Francisco) — 65; Henriques (Joana) — 19; Joaquim (Miguel) — 65; Lemos (Onofre) — 19; Manuel (Anastácia) — 65; Rabela (Maria) — 65.

Rocas — Henriques (Manuel) — 9; Mendes (Joana) — 9.

Sever do Vouga — Andrade (Diogo de) — 37; Fróis (Maria) — 37; Pires (Jerónimo) — 7 e 99.

Silva Escura — Bastos (Domingos de) — 57; Bastos (Manuel de) — 57; Fernandes (Maria) — 57.

Talhadas—Francisca (Marta)—65; Simões (André) — 28.

VAGOS

Vagos — Negrão (Cap. António) — 13; Negroa (Maria Manuel) — 13.

VALE DE CAMBRA

Castelões — Amaral (Manuel Rebelo de) — 124; Fernandes (António) — 15; Jorge (Pero) — 117; **S. Caetano (Alexandre de),** religioso Observante da Prov. de Portugal, Leitor de Teologia no Conv. de S. Francisco da Ponte da Univ. de Coimbra—15; Soares (João Barbosa) — 15.

Junqueira—Fernandes (Domingas) — 119.

Macieira — Bastos (Pedro de)—94; Fernandes (Ana) — 94; Tavares (João de Almeida) — 31.

Vila Chã — **Botelho (António Machado),** Prior da Igreja de N.ª S.ª da Purificação de — 78; **Castro (António Pinheiro de),** oficial espadeiro na Baía — 93; Gonçalves (Domingas)—93; João (António) — 93; João (Maria) — 93; Oliveira (Serafina de)—15; Pinheiro (António) — 93; Pinho (Leonor de) — 115; Tavares (Cristóvão) — 115.

(Continua)

bibRIA

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
2.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

CRÍTICA HUMORÍSTICA A FACTOS E ACONTECIMENTOS DE AVEIRO

DENTRE o espólio poético deixado pelo saudoso e muito estimado advogado e notário aveirense, Dr. ANDRÉ DOS REIS, que várias vezes honrou o *Arquivo do Distrito de Aveiro* com colaboração em prosa e verso (1), encontrámos, além de muitas outras, quatro *gazetilhas*, algumas, se não todas, publicadas no antigo jornal «Distrito de Aveiro».

A primeira refere-se à abundância de jornais que se publicavam nesta cidade:

QUE ABUNDÂNCIA!

Logo três, duma assentada,
vieram à publicidade!
Para ser tão castigada,
o que faria a cidade?

São jornais sobre jornais...
Entre grandes e pequenos,
temos oito. Nada menos.
Mais que os pecados mortais!

«Democrata», o sempre aflito;
«Riso do Vouga», a «Razão»,
«O... de Aveiro» e o «Distrito»,
o «Progresso» e o «Campeão».

(1) Vol. I, pág. 149; vol. II, pág. 321; vol. III, pág. 303; vol. VI, pág. 155; vol. VII, pág. 49.

Falta o oitavo lutador:
«Correio» (do Zé Maria) (1).
A tal gazeto-mania
ponha limite o Senhor!

Tirando-se as conclusões:
Na terra dos ovos-moles
toda a gente dá aos foles;
há fartura de sabões!...

Em data que não pudemos apurar com rigor, mas que supomos não andar longe de 1916, houve desentendimento desportivo entre a «Sociedade Recreio Artístico» e o Clube dos Galitos, o qual inspirou àquele aveirense estoutra gazetilha:

Por causa da taça Aveiro
(Houve em má hora o torneio...),
já se travaram conflitos
e anda enorme formigueiro
entre os sócios do Recreio
e a gente aqui dos Galitos.

Quando a caneca *motiva,*
ela só, tanto barulho,
zaragata, burburinho,
que traz tudo em roda-viva,
dar-nos-ia sarrabulho
se contivesse algum vinho!

Rapazes, se dais licença
e qu'reis da questão dar cabo,
aceitai os meus conselhos,
ouvi a minha sentença:
mandai a taça *ao Diabo*
e ficai amigos velhos!...

Em 1917, foi rescindido o contrato da Câmara Municipal de Aveiro com a Companhia do Gás, e a Cidade passou a ter iluminação deficientíssima. Era presidente da Câmara Bernardo de Sousa Torres, a quem se refere esta nova gazetilha:

Sinto-me à noite bisonho
e tristonho...
Não tenho satisfação!

(1) José Maria Barbosa, murtosense, residente em Aveiro, director do «*Correio de Aveiro*».

Foi-se o gás nas pandas asas...
Nem nos largos nem nas casas
se vê iluminação!

Quando chega às 22,
nessas ruas
fica escuro como breu...
Anda tudo aos encontrões
e aos baldões...
Oh, meu rico Pai do Céu!

O Bernardo e a sua gente
(Não se mente...)
disseram que prà Cidade,
desligada a Companhia,
se traria
a luz da electricidade...

Levantou se o encanamento,
num momento,
e agora, por pena eterna,
nem sequer luz de petróleo,
dalgum óleo
a mais pequena lanterna! (1)

biblRIA

Finalmente, a abertura da actual Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, principiada em Maio de 1918, provocou, pela pena do mesmo autor, a seguinte lamentação da chamada rua do *Americano*, isto é, da artéria que da Ponte de Pau, sobre o canal da Fonte Nova, conduzia à Estação do Caminho de Ferro, e era continuada para o sul pela rua da Fonte Nova e rua do Rato. Era utilizada principalmente para o transporte de sal da Ria de Aveiro.

O AMERICANO

Eu sou o pobre Americano,
que, por triste e duro fado,
sempre roto, escalavrado,
após labutar insano
vou ser posto, enfim, de lado.

(1) Veja-se o estudo de EDUARDO CERQUEIRA — «*A propósito do Centenário da Iluminação Pública da Cidade*», publicado no *Arquivo*, vol. XII (1946), págs. 214-235.

Apesar de grande nojo,
como aí diz muito ingrato,
prestei serviço barato,
ligando a Estação ao Cojo,
à Fonte Nova e ao Rato...

Mas toda a gente, esquecida
agora do meu serviço...
por pirraça e forte enguiço
para a tal Nova Avenida
vota a atenção e o derriço!

Que entusiasmo, Jesus!
Já teve a obra princípio;
prometem coisa de truz.
Deve dar-lhe o Município
nome de Rua da Luz.

Eu, cá, senhores, penso assim...
Da Cruz mesmo ou... do Calvário,
que o entalanço, quanto a mim,
será para o nosso erário
per omnia saecula, *sem fim!*

biblRIA

E já agora, para mais vincar esta faceta de ANDRÉ DOS REIS, aqui reproduzimos uma poesia sua, relativa a um dos mais enraizados hábitos nacionais:

A EMPENHOCA

Eu, cá, peço tudo, tudo,
seja bom ou seja mau;
e, fazendo isto a miúdo,
vou regendo a minha nau.

Peço para ser perito,
se é caso de avaliações;
e cum descaro inaudito
trabalho nas eleições!

Se o meu filho, lá na escola,
tem más notas, não estuda,
eu peço prò mariola
água benta... da graúda.

Não quero o rapaz na tropa?
Cartas arranjo, a granel,
e o dinheiro não se poupa,
seja ouro, prata ou papel!

Por toda a parte voejo,
e até nos tribunais
eu alcanço o que desejo,
levando... credenciais.

Sem mim, ninguém dá um passo;
tudo se mete na toca...
Mas já não há embaraço,
se aparece a Empenhoca!...

JOSÉ TAVARES

bibRIA

PARA A HISTÓRIA DO PORTO DE AVEIRO

UMA CARTA DO ENGENHEIRO VON HAFE PARA HOMEM CRISTO

A carta que a seguir se publica — e que os acasos me trouxeram às mãos num acervo epistolar onde não rareiam motivos de interesse e curiosidade — pareceu-me, porque, volvidas três décadas sobre a sua redacção, vai logrando já o aliciante mérito de um documento elucidativo para a historiografia local, merecedora de revelação.

bibRIA

Escreveu-a o engenheiro João Henriques Von Hafe — nome que ficou indelével e salientemente ligado aos melhoramentos do porto de Aveiro — e foi dirigida ao insigne aveirense Francisco Manuel Homem Cristo, então presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro, cargo em que se lhe deparou um magnífico ensejo de demonstrar que a iconoclastia do panfletário e a rudeza do crítico contundente e impiedoso não eram incompatíveis com a metódica e profícua acção construtiva.

O vigoroso polemista, que tão intensa e lùcidamente travou a dura batalha apostolizadora de convencer os incrédulos e de animar a molície dos que criam apenas com mornidão nas possibilidades e nas potencialidades do porto de Aveiro, estivera afastado daquele posto directivo durante algum tempo, para se sujeitar a uma melindrosa intervenção cirúrgica, num estabelecimento hospitalar de Paris.

Entrara em franca convalescença, o denodado jornalista que pela sua compleição e sua têmpera seria considerado por uma sumidade médica francesa do tempo como o super-homem fisiológico, e a curto trecho se restabeleceria e retomaria a sua operosa actividade normal.

O engenheiro Von Hafe que, a seu convite, depois de ter sido afastado do serviço oficial por haver anuído a cola-

borar com a chamada «monarquia do norte» viera ocupar a direcção técnica da Junta Autónoma — e, assim, regressava a Aveiro, onde já desempenhara as funções de director das Obras Públicas — logo que Homem Cristo recupera as condições para se reinteressar pelos problemas em que andava empenhado, dá-lhe notícia de quanto, naquele lapso de tempo, pudera realizar-se.

A Junta entrara, efectivamente, numa fase de actividade. Em breves meses fora-lhe possível executar várias obras, embora na generalidade de restrita monta, que se alargavam da cidade até à Torreira. O prestante organismo, por cuja criação tão inteligentemente haviam lutado líderes aveirenses como o comandante Rocha e Cunha e o dr. Alberto Souto, na convicção de que a autonomia, a desburocratização e a intervenção directa dos elementos regionais mais representativos, com sua devoção e entusiasmo, animariam o estudo e a resolução dos problemas do porto e da ria, mostrava-se uma instituição viva e actuante, que viria, aliás, a tomar maior vulto e dinamismo no decorrer do tempo.

Técnico de vôos largos, que em muitos ensejos da sua carreira criou reputação e autoridade, Von Hafe não era homem para apenas executar ou cair na aceitação rotineira do já gizado, mas um engenheiro na mais lata acepção do termo, capaz de concepções rasgadas e originais. Enquanto cuidava dos pormenores mais ou menos instantes, congeminava no assunto maior e decisivo para o progresso da região. Havia cerca de um ano que regressara a Aveiro, e agora com o encargo de resolver o problema do porto que a cidade aspirava a readquirir, e, assim, o do prévio e primordial estabelecimento de uma barra praticável e com estabilidade. E, como na carta se verifica, a chave, a base da solução estava encontrada. A ideia — eu direi, a inspiração divinatória — do dique de concentração de correntes começava a assentar, atravessava aquele necessário período de elaboração mental, ao mesmo tempo de sedutor anseio e de reserva cauta, do prudente avaliar de prós e contras que precedem a final decisão.

Mas, Von Hafe cada vez mais «se apegava à sua ideia». O Comandante Rocha e Cunha — essa relevante figura de aveirense que tão vincados passos deixou nessa caminhada esforçada e benemérita da campanha do porto de Aveiro — longe de persistir em opiniões anteriores, aderira à nova solução. Não tardaria, assim, um ano, que o projecto fosse elaborado, para ser submetido à apreciação das estâncias superiores, em confronto com «o anteprojecto do Craveiro» — o engenheiro António Carlos de Aguiar Craveiro Lopes, que estivera em comissão de serviço na Junta até meados de 1925, e, antes de seguir para outra comissão em Moçambique, propusera também uma solução para o magno problema.

Como se sabe — e concretíssimamente, pois o dique está há um quarto de século a assinalar a clara visão do seu autor — o projecto Von Hafe, após várias vicissitudes com longa e, por vezes, desoladora história, vingou sobre os que se apresentaram com pretensões de com ele competir.

A divulgação desta carta se outro mérito não tiver, valerá ao menos para documentar a génese de uma fase da concepção dos melhoramentos da barra e para reunir dois nomes ilustres que salientemente se inscreveram no historial dessa notável obra do progresso económico da região aveirense.

EDUARDO CERQUEIRA

Forte da Barra, 23 de Junho de 1926.

Ex.mo Senhor
e meu presado Presidente

Informado com muita satisfação de que V. Ex.a entrara em convalescença dos efeitos do doloroso tratamento a que teve de sujeitar-se, e parecendo-me que com a gradual recuperação da sua saúde se deverá ter avivado o seu antigo interesse por assuntos relativos a este porto, tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.a, em primeiro lugar para o felicitar pelas suas melhoras e desejar-lhe breve regresso ao seu posto de combate e a seguir para o pôr ao facto do que se vai passando por estas risonhas paragens.

Pelas duas fotografias que junto remeto poderá V. Ex.a ver que está concluida prestando óptimos serviços, a ponte-prancha da Cambeia, em cimento armado, e reconstruida a antiga rampa junto ao reservatório de água do Forte. Verá também que já está montado o motor aéreo para elevação da água que abastece a praia. Foi uma bela aquisição pois que desde que entrou em serviço tem-nos incomodado mais a abundância do que a falta de água.

Estas fotografias expu-las propositadamente para as enviar a V. Ex.a mas como não tenho ainda laboratório confiei a revelação a um fotógrafo que as tratou muito mal apesar das minhas recomendações, por isso não saíram com a perfeição que eu desejaria.

Para melhorar o abastecimento de águas da praia e acabar com a antiga chicana, adquiriu-se um bonito marco fontenário de duas torneiras e respectiva canalização.

A ponte-cais da Costa Nova vai sendo construída com a precisa actividade para que fique concluída antes da época balnear. O mesmo sucede com a ponte da Torreira e com a do canal de S. Roque.

A nossa draga continua enfeitiçada, tendo sido necessário voltar à primeira forma uma parte importante do trabalho executado pelo Campos. Foi uma verdadeira camisa de onze varas em que se meteu o colega Craveiro.

A dragueta está em Aveiro fazendo a limpeza dos canais da cidade. Cais e linguetas de Aveiro vão readquirindo a sua integridade e decência sob a vigilância de Manso Preto.

Quanto ao projecto do melhoramento da barra estou cada vez mais apegado à minha ideia de molhes reguladores da corrente.

O comandante Rocha e Cunha que eu julgava oposto a tudo quanto contrariasse os projectos do General Silvério acolheu muito bem o meu plano, e um distinto engenheiro alemão, representante de uma grande companhia de construções marítimas, afirmou ser essa a verdadeira solução. Organizado o projecto definitivo deverá ser submetido à apreciação das estações superiores juntamente com o ante-projecto do Craveiro para que o supremo tribunal técnico os compare e decida qual deles deverá ser executado.

No fim deste mês vem aqui numa excursão de estudo uns cincoenta membros da Associação dos Engenheiros do Norte de Portugal. Far-lhes-ei as honras da casa com a coadjuvação da Capitania que põe à disposição dos colegas as suas lanchas automóveis. Daqui seguem para a Vista Alegre, onde lhe será oferecido um chá.

O livrinho sobre instrução secundária na Inglaterra já cá está à disposição de V. Ex.ª.

Muita pena tenho que V. Ex.ª esteja ausente neste momento histórico, certo de que se cá estivesse o seu são critério e a sua tesura haviam de pesar na balança política.

Creia que o tenho acompanhado com muita simpatia durante este período de sofrimento por que V. Ex.ª tem passado, que faço os melhores votos para que regresse brevemente e completamente restabelecido ao nosso meio, e que continuo a ser com verdadeira dedicação

De V. Ex.ª
Admirador e am.º m.to grato

João H. von Hafe

UA/SD
N.º 957
Data 23. NOV. 1979
Cota

JIBRIA

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

ALGUNS ASPECTOS E EPISÓDIOS DA ÉPOCA DAS LUTAS LIBERAIS NO DISTRITO DE AVEIRO

PESSOA amiga fez chegar às mãos de um dos directores do Arquivo *um velho caderno de recordações, datado de 1865, escrito por um dos filhos de um casal do lugar de Assilhó, de Albergaria-a-Velha, e encontrado há anos na freguesia de Soza, onde o autor muito tempo viveu e veio a falecer.*

Não nos diz este o seu nome, mas diz nos que seu pai se chamava José Mourão da Rocha Botelho Magalhães Figueiroa e era natural de Angeja, e sua mãe se chamava D. Doroteia Angélica, e era natural de Assilhó.

No entanto, procedendo nós a averiguações, soubemos que se chamava José Fiel Mourão Botelho e Magalhães, e que teve dois filhos, Manuel e Joaquim, e duas filhas, D. Maria Mourão e D. Henriqueta Mourão, esta falecida por volta do ano 1933.

José Fiel Mourão ainda era vivo em 1879, segundo se verifica por uma escritura de compra de propriedades que fez à família Brito.

O manuscrito, em papel muito ordinário e totalmente amarelecido pelo rodar de quase um século, consta de 71 folhas, mas sem qualquer texto na fl. 1 v., na fl. 2 e fl. 2 v., e nas fls. 37 a 71 v.

Se bem que possa não interessar aos leitores a primeira parte, em que o autor dá conta da sua ascendência e das vicissitudes por que ele, seus pais e seus irmãos passaram depois de reduzidos a quase completa miséria, o mesmo não acontece com o resto do manuscrito, onde se lê a sorte que esperou o autor após a morte do pai, isto é,

desde que se acolheu à protecção de um tio padre (1812) até o fim das lutas liberais (1834), com peripécias a elas ligadas.

Como o narrador se revela, através do escrito, homem sério e honrado e, portanto, digno de crédito, resolveu a Direcção do Arquivo *publicar o aludido documento, em que se vê um serventuário dos absolutistas relatar, com toda a imparcialidade, episódios a que assistiu ou em que interveio, comprovativos da época atrabiliária em que decorreu a sua juventude e adolescência, plena de ódios e de sobressaltos de toda a ordem.*

Na narração, é sobretudo interessante o que respeita a Francisco Manuel Gravito, por ser totalmente desconhecido dos historiógrafos de Aveiro o que o autor do manuscrito nele testemunha.

Não é brilhante nem impecável a redacção; mas o autor tem o culto da verdade e consegue prender a atenção dos leitores.

Concordarão com o que acabamos de afirmar todos quantos percorrerem com a vista esse relato que só agora se torna público, decorridos noventa e cinco anos após ser lançado ao papel.

Aveiro, Março de 1960.

bibRIA

JOSÉ TAVARES

1865

N.º 5.º

Este livro, que há anos me serviu de livro de razão, que substituí por outro, como tinha muitas folhas em branco, arranquei as escritas e deixei as limpas, em que faço uma nova numeração seguida, riscando a antiga por estar truncada. E virá a servir para caderno de lembranças, não só futuras, mas também pretéritas.

*

Nasci a 18 de Abril de 1862, como declaro no meu livro de razão n.º 2.º, a fl. 187 v.º, no lugar de Assilhó, freguesia de Albergaria-a-Velha, aonde viviam meus pais, José Mourão da Rocha Botelho Magalhães Figueiroa e D. Doroteia Angélica, esta natural do mesmo lugar, filha de meus avós Jerónimo da Silva Agro e D. Perpétua Micaela da Silva, que casou segunda vez com o Dr. Agostinho Álvares Ferreira Branco, de cujo matrimónio provieram os meus tios Januário Roberto Álvares de Carvalho, Reitor que foi desta freguesia de Soza, e seus irmãos; e meu pai era natural da vila de Angeja, filho de meus avós Joaquim Mourão de Azevedo e D. Margarida Micaela da Rocha, que era filha do licenciado António Cardoso, da vila de Ovar, por onde proveio a quinta que tenho em Ovar.

Meu pai teve só um irmão, que era o meu tio Dr. António Mourão Botelho, da vila de Angeja, de quem fui herdeiro com meus três irmãos, Joaquim Mourão Soares e Magalhães, D. Maria Luísa Mourão e D. Margarida Mourão.

Tendo meus pais chegado a estado de completa pobreza, para o que concorreu e foi a causa principal e origem doutras tristes ocorrências a factura de umas grandes casas que fizeram naquele lugar, em que não só gastaram o dinheiro de uma sorte que lhes saiu no Porto (ouvia eu dizer que fora de treze mil cruzados), mas também o produto dalgumas fazendas que venderam; e vendo-se meu pai obrigado a sair com mulher e filhos destas casas para a rua, porque a isso

biblRIA

o instava o comprador deste único prédio que tinham, foi atacado de uma justa paixão que, afectando-lhe o cérebro, se privou de todo o alimento e da fala, e só exalava pelos narizes sons de aflição.

Eu muito bem me recordo, e esta lembrança me magoa, muito mais quando considero que as almas de nobres sentimentos não podem muitas vezes ser superiores à desgraça.

Com esta alienação mental, só procurava o sair de casa, o que lhe era impedido por quem o vigiava de dia e de noite; mas, aproveitando um instante em que minha mãe adormeceu na cozinha, por muito desassonada, vendo que a porta da saída estava fechada, em uma noite das seguintes à alienação se lançou da janela da varanda a uma pequena horta ao sul das casas e, passando um baixo muro para um aido vizinho, ou caiu ou se lançou a um poço, que aí existe ainda, de donde foi tirado morto, e depois sepultado na capela do dito lugar, debaixo ou próximo ao púlpito.

Dizia-me minha mãe que meu pai fora estudante e se propusera a ordenar-se e a tomar o estado de clérigo e que já tinha ordens menores quando se casou; que era muito decente, limpo e bem morigerado e que até bebia pouco vinho; mas que por ocasião da factura das casas, envolvido com os mestres e operários, se acostumara a beber demais e a ser pouco económico.

Acontecida a morte de meu pai, que, por combinações de diferentes épocas, me parece seria em 1812, tendo eu pelas mesmas combinações dez anos, com diferença de mais ou menos meses, ficou minha mãe comigo e meus três irmãos mais velhos, sem recursos alguns para vivermos. Já então não tinham moços, porque não tinham que lhes dar de comer nem que fazer.

Reduzidos a esta penúria, não havia meio termo: ou morrer à míngua, ao frio e à fome, ou recorrer minha mãe à caridade dos fiéis, e os filhos irem servir, como paquetes, alguns lavradores, que ao menos lhes dessem o sustento e algum vestuário. Mas que lavrador nos havia de querer, olhando à nossa origem e à nossa criação, que tinha sido eu e meu irmão no estudo simplesmente, e minhas irmãs de portas a dentro, vestidinhos e calçados?

Isto não deixou certamente de ser considerado pelos meus tios maternos, porque tomaram a resolução de lançar mão de nós e distribuíram-nos da maneira seguinte: Minha tia germana materna com seu marido João Henriques, de Albergaria, que mais podia, levou minha mãe e minha irmã Maria, mais velha de todos quatro; minha avó materna com seu filho em casa de Patrício Teodoro, e duas irmãs, minhas tias mais novas, Rosa e Joana, levaram meu irmão; D. Venância Rosa, prima dos ditos meus tios, que depois casou com

biblRIA

seu primo, meu tio Patrício, levou minha irmã Margarida, a terceira em idade; e meu tio padre Januário, atrás declarado, então cura de estola na freguesia de Mamarrosa, levou-me a mim. Isto foi logo em seguida à morte de meu pai e por isso foi na era de 1812, com diferença de meses que possa haver.

Todos estes benfeitores já estão na eternidade. Deus lhes compense esta boa obra com gozos infinitos!

Minha mãe e irmãs, pelo seu sexo e porque foram para casas que melhor podiam, foram empregadas nos serviços domésticos, de portas a dentro; e meu irmão em todo o serviço de gado e lavoura à proporção das forças que a idade lhe foi trazendo.

Deixo aqui minha mãe e irmãos, para seguir a história dos meus sucessos.

Fui, como vimos, com meu tio para a Mamarrosa. Tinha em sua companhia duas irmãs e minhas tias, Maria Vitória e Teodora Angélica. Aquela veio a ser mulher de meu irmão; esta, minha sogra.

Como a igreja era de pouco rendimento para a despesa da casa, que tinha cinco pessoas, com a criada, não podia meu tio com a despesa que eu lhe fazia em estudos e por isso ocupou-me em lhe tratar de uma besta, ir a recados, avisar devedores, etc., isto por espaço de dois anos, que tanto esteve naquela igreja, depois que eu fui, tendo já decorrido outros dois anteriores à minha ida.

Saindo da dita igreja, que era da apresentação do Reitor de Soza como sua filial, recolheu-se à casa materna, para onde eu fui também, e aí nos conservámos o espaço de outros dois anos, sendo empregado eu, assim como aí era meu irmão, na vida de rigorosa lavoura, conforme às minhas forças. A meu irmão, por mais velho e já habituado, não lhe era já sensível; mas eu, que achava grande mudança do trabalho da Mamarrosa para o da Assilhó, sem uso de enxada nem de grandes pesos, muitas vezes chorava, e meu irmão então escarnecia-me, chalaceando com o eu ir mal acostumado, etc., com o que eu mais me magoava; mas enfim o uso vence tudo, eu afinal já ia bem, e muito melhor porque a idade não me deixava combinar o melindre da criação com a aspereza das estações e dureza do trabalho.

Decorridos dois anos na casa materna, foi meu tio mandado pelo Senhor Bispo Pacheco (1) para prior encomendado

(1) D. Manuel Pacheco de Resende, 3.º Bispo da primitiva diocese de Aveiro (1816-1837), ao qual adiante se faz nova referência. — *Nota de José Tavares.*

de Avelãs de Cima, e com ele fui eu também e sua irmã, minha tia Maria Vitória, porque a Teodora já tinha casado durante aqueles dois anos de estada em casa.

Aí se passaram dois anos, com pouca diferença, de encomendação, e o meu serviço era idêntico ao da Mamarrosa.

Durante este tempo vagou esta igreja de Soza, por morte do Reitor João Lopes da Silva, que, sendo da apresentação da Ex.ma Casa de Lafões, a Ex.ma Duquesa apresentou meu tio, que foi nela colado e veio para esta freguesia em Outubro de 1818.

Também me trouxe em sua companhia e tinha eu então dezasseis anos para dezassete. Também trouxe para a sua companhia sua irmã Rosa, porque se tinha casado a irmã Maria Vitória quando encomendado, a primeira vez com Manuel Dias Coentro, de Albergaria.

Pouco tempo depois que viemos para Soza, propôs-me meu tio se queria ir para o estudo. Aceitei o favor e fui para Ílhavo acabar de aprender a ler ou aperfeiçoar-me mais alguma coisa, por estar em tudo muito atrasado por falta de uso; mas só andei até chegarem as férias de Setembro desse ano. Era mestre-régio o P.e José do Coito.

Em Outubro seguinte, matriculei-me na aula de Gramática do mestre-régio na mesma vila, Calisto Luís de Abreu (1), e no fim de três anos deu-me *passe* para frequentar Lógica em Aveiro, cujo mestre-régio era o Dr. Francisco Inácio, aonde me matriculei; e frequentei dois anos, matriculando-me depois na aula de Retórica, sendo mestre o P.e Joaquim Xavier. Nesta aula nada aproveitei; foi perdido este ano, porque ensinava pelos Jerónimos Soares (2), compêndios muito palheirões que as memórias medianas não podiam abranger nem compreender. Quem tinha de fazer exame em Coimbra via-se obrigado a estudar por umas cadernetas que havia.

Com estes estudos promoveu meu tio a eu tomar ordens. Fui admitido e, estando preparado com exame, deram-me sezões e não pude aparecer no dia destinado para as receber em Travassô, aonde as deu o Sr. Bispo Manuel Pacheco de Resende, bastante amigo de meu tio.

---

(1) Professor, natural de Eixo, grande amigo e protector do poeta Francisco Joaquim Bingre. Em 1850, ou seja seis anos antes da morte do Poeta, publicou lhe uma colecção de poesias, a que deu o título de *O Moribundo Cisne do Vouga*. — J. T.

(2) *Jerónimos Soares* — Refere-se a Jerónimo Soares Barbosa, bacharel em Cânones e Prof. de Retórica e Eloquência, autor de uma *Gramática Filosófica da Lingua Portuguesa* e tradutor das *Instituições Oratórias de M. Fábio Quintiliano* (2 vols.), «para uso dos que aprendem». — J. T.

No intervalo que decorreu desde este dia em que se deram ordens até às têmporas seguintes, aconteceu que, indo meu tio à Feira de Março e andando na Feira de casaco, chapéu redondo e bata, quando havia ordem episcopal para os clérigos só andarem na cidade de batina, capa e barrete, sapato e meia, foi chamado ao Paço por ordem do Provisor, que então era Clemente Joaquim de Carvalho e Silva, que nunca foi muito afeiçoado a meu tio, porque este provisor era dotado de um génio dominante e exigia de todo o clero uma humilhação a que meu tio se não prestava tanto.

Aí, repreendido meu tio por este provisor com maneiras pouco civis, sem lhe querer atender a que só tinha ido à feira para comprar o de que precisava, mas para voltar no mesmo dia para a sua freguesia, e que a brevidade, a distância e maus caminhos não permitiam que ele saísse vestido de sua casa com hábito talar; e, irritado com o ameaço de suspensão, também saiu de si, exigiu que o mandasse intimar formalmente, porque queria certidão da intimação de suspensão, para dali partir para Braga, etc.

Não lhe foi feita intimação. Voltou para a sua residência, esperando que lhe viesse cá ter, mas não veio. Contudo, tratou este provisor de intrigar meu tio com o Senhor Bispo, envolvendo-me também a mim, como abaixo se verá.

biblRIA

Aproximaram-se as seguintes têmporas; e meu tio, visitando o Senhor Bispo, este o recebeu com um modo diferente do que até aí e sem aquela afeição de amizade que lhe manifestava em antes, por onde conheceu que estava intrigado. No entanto, falou-lhe na minha ordenação e na admissão às ordens menores naquelas têmporas, ao que o Senhor Bispo respondeu que me não admitia, porque eu era primo de José Henriques, homem de ideias liberais e tido por maçon e que eu havia de seguir as mesmas ideias.

Com tal resposta, que logo atribuiu a intriga do provisor, como foi, segundo depois se averiguou, veio meu tio quezilado e decidido a mais não dar um passo para a minha ordenação, mesmo porque, sendo o provisor mestre da aula de Direito Canónico e examinador, me havia de apoquentar, tanto nesta aula como nos exames de Moral; e então me propôs meu tio, que não tinha forças para me formar (porque a igreja então era de pouco rendimento) no entanto, se eu queria, que fosse fazer exame a Coimbra.

Tudo isto se passou até 1824, começando eu nesta era a ser vítima das inimizades e da divergência de sentimentos políticos, tendo então de idade vinte e dois para vinte e três anos.

Em o mês de Outubro de 1824 parti para Coimbra, fiz o requerimento para exame de Gramática, que foi despachado no dia 25 e, examinado no dia 27, me aprovaram com a nota então usada de *nemine discrepante,* de que me deram certidão no verso do requerimento, que dizia que eu tinha estudado Gramática particularmente, o que assim não era, mas eu quis ocultar o nome do meu mestre Calisto, que era constitucional, assim como o era o de Lógica, e por isso mal olhados em Coimbra por alguns examinadores opostos.

Por esta ocasião também requeri e fiz exame de Lógica, mas reprovaram-me, assim como nesse ano reprovaram quase todos os discípulos de Francisco Inácio, ou fosse porque má estrela os acompanhava, ou pelas más vistas políticas em que estava este mestre para com os lentes da Universidade.

Voltando para casa com o meu exame de Gramática, nem por isso se incomodou o meu benfeitor, nem me tratou mal por eu não trazer exame de Lógica, antes me animou para eu lá tornar; mas eu, com a lembrança de ter gasto mais dois anos neste estudo com despesa e incómodo de quem não tinha obrigação de justiça, com a lembrança que tinha respondido o suficiente para ser aprovado ao menos *simpliciter* e com a consideração de que meu benfeitor não podia com as despesas da minha formatura, muito mais se lhe desse o desgosto de mais reprovas ou de algum ano perdido, muito me inquietei e, pensativo alguns dias, concebi o projecto de embarcar para o Ultramar, o que um dia declarei ao meu tio benfeitor; e ele, que não desconhecia a causa da minha tristeza e resolução, dotado de bondade como era, ouviu-me afável e respondeu-me que desistisse de tal lembrança; se não queria continuar no estudo, me deixasse estar em sua casa, que o futuro algum meio me traria de vida.

Com esta resposta, fiquei em sua companhia, mas concordámos em eu ir visitar meu tio paterno, António Mourão, de Angeja, que nunca quis saber dos sobrinhos depois da morte do irmão, a ver o que ele me dizia sobre a minha lembrança de embarcar, ou se se prestava aos meios de eu continuar no estudo. E então parto um dia para meu tio de Angeja, a casa de quem nunca tinha ido, nem o conhecia nem ele a mim; mas por informações de amigos dele, que nos conheciam, já a este tempo não estava de maus humores connosco e tinha recebido bem os mais meus irmãos, que o tinham ido visitar.

Este meu tio estava de há muitos anos com meu pai, seu irmão, em divergência e não se tratavam. Mandei dizer quem era; mandou-me entrar; achei-o na sala, sentado em uma

cadeira, com um livro na mão. Fiz-lhe os meus humildes e respeitosos cumprimentos; mandou-me sentar e perguntou-me o que eu queria. Fiz-lhe a narração da minha vida e a resolução em que estava, visto que meu tio materno não estava em circunstâncias de me formar.

Respondeu-me que eu não devia embarcar, antes arranjar o ir para uma loja de Lisboa, não de retalho, que era baixeza e que eu era de sangue nobre, mas para uma loja de atacado. Mandando-me dar de comer pela criada, esta pôs na mesma sala ovos fritos, pão e vinho, e com esta merenda e a nobreza voltei para o meu caro Reitor, a quem contei a resposta que trazia, e este me tornou a dizer que eu não sairia da sua companhia.

Assim fiquei, e muito satisfeito pela amizade que meu bom tio me mostrava. Comecei então a fazer-lhe alguns róis para vários assentos, a promover a cobrança dalgumas dívidas, a assistir aos trabalhadores que trazia algumas vezes e dias do ano; e, além disto, era partidor de inventários, escrevia a rasa nos cartórios, cujos poucos ganhos meu tio não queria e eu dispunha deles.

Assim me entretinha, mas com o desgosto que me causavam os ditos do capitão das ordenanças, João Ferreira de Brito, a quem eu pertencia, de que, se não fosse amigo de meu tio, me prendia para soldado, porque eu estava na classe de vadio.

biblRIA

Este nome de *vadio*, para mim tão odioso, proferido por um homem que eu reconhecia por grosseiro e bem ignorante, molestava-me duas vezes, por considerar que o meu benfeitor, por via de mim, estava em dependência do Capitão; mas tive de me resignar, e assim fui indo até o ano de 1827. Tinha eu então vinte e cinco a vinte e seis anos.

Em Junho de 1827, a 10 deste mês, achando-se vago o ofício de escrivão dos Órfãos, obtive provisão e dei fiança ao cartório no dito dia 10 de Junho, e então fiquei livre da cólica do Capitão; mas, deixando este ofício, fui provido no de Escrivão do Público em 19 de Agosto de 1829, com provimento, por três meses, do provedor António Abranches Lobo de Figueiredo, continuando depois com provisão régia, passada em nome de El-rei o Senhor D. Miguel, com data de 7 de Outubro de 1830.

Então, varreu-me de todo a inquietação de estar sujeito ao Capitão, único fim por que lancei mão destes ofícios, porque tais empregos não me agradavam; mas, por esta razão e porque eu já tinha idade bastante e já tinha a herança que me pertenceu daquele dito tio de Angeja, que morreu em Dezembro de 1829, findo que foi o ano da provisão, deixei o dito ofício e continuei a ficar sempre, como até aqui,

na companhia de meu tio, amigo e benfeitor, até que veio o ano de 1832.

Logo que deixei a escrivaninha, porque se achava vaga de capitão a 7.ª Companhia de Ordenanças do distrito de Ílhavo, erecta no lugar do Salgueiro, por morte do capitão Manuel da Rocha, fui eu um dos propostos pela Câmara, em eleição que havia feito em 18 de Maio de 1831; e, não obstante a grande oposição que me fizeram os outros dois, João Miguel e João de Almeida, fui nomeado capitão da dita Companhia, pela patente do mesmo Rei o Senhor D. Miguel, datada de 14 de Abril de 1832. Tinha eu então trinta anos menos quatro dias à data da patente.

Tomei posse imediatamente, mas na ocasião mais crítica. Estavam já no Porto as tropas liberais e com elas o Senhor D. Pedro, imperador do Brasil, e cercada a cidade pelas tropas realistas do Senhor D. Miguel, irmão daquele.

Não tinha o distrito Capitão-mor, por ter morrido; era comandante o prior de Ílhavo, Joaquim Pais de Almeida. O reino estava todo em revolução; as cadeias, cheias de comprometidos, outros justiçados; o nome de *malhado* dava-se a qualquer, e eu não deixava de ser muito suspeito por causa do parentesco com os Henriques de Albergaria.

Agora, suspendo, por um pouco, a narração dos meus sucessos, para ir buscar minha mãe e irmãos, que deixei em casa de seus benfeitores.

bibRIA

*

Falecido meu tio paterno, Dr. António Mourão Botelho, de Angeja, em 1829, *ab intestato,* (1) fui eu e meus irmãos os universais herdeiros, não só do que era seu, mas também do que nos pertencia por morte de sua mãe e nossa avó, que, morrendo depois de meu pai poucos anos, na companhia do dito meu tio, nunca este nos deu partilha da herança, nem os nossos tios maternos quiseram que se lhe pedisse, receando que mais se estimulasse e conservasse connosco a indisposição que tinha com nosso pai, vindo por isso a privar-nos um dia da sua herança.

Em consequência, pois, desta herança e para tomar conta dela, deixaram meus irmãos as casas dos seus caridosos parentes maternos e recolheram-se à casa de Angeja, levando minha mãe consigo, que a este tempo já não estava em casa de sua irmã Venância, mulher de João Henriques, mas tinha

*

(1) *Ab intestato* — sem testamento. — J. T.

passado para casa de sua mãe e minha avó Perpétua, aonde estava meu irmão, ficando minha irmã Maria na mesma casa de seus Henriques.

Não sei as razões que houve para a mudança da minha mãe da casa dos Henriques para a de minha avó. Nunca nisso ouvi falar, nem minha mãe nisso me falou vez alguma; mas considero que, não sendo minha mãe criança, como os filhos, avaliasse melhor qualquer demonstração de enfado e seguisse o adágio — *para me amar, ou quem me pariu, ou quem de mim pariu* —, e ela tinha em casa de sua mãe quem a pariu e a quem ela pariu.

Eu, como um dos herdeiros, também concorri a casa de Angeja e, feito o enterro e funeral com a decência devida ao finado e arranjado o mais necessário, deixei meus irmãos a cuidar da casa, sem fazermos partilhas, que só tiveram lugar depois do S. Miguel seguinte, de 1830, e voltei para o meu caro Reitor, voltando de vez em quando a Angeja para dar expediente a cousas de que, por serem de mais consideração, meus irmãos me encarregaram.

Agora, torno a deixar minha mãe e irmãos reunidos na sua casa de Angeja e não falarei do destino que cada um tomou depois, por ser fora do meu intento; mas, antes de continuar com a narração dos sucessos da minha vida, mencionarei uma prova incontestável da bondade do meu caro Reitor e do amor que me consagrava. A lembrança desta prova, seguida de outras muitas que me deu até o fim da sua vida, tem sido e será a fonte inexausta da minha saudade.

Quando voltei de Angeja em seguida ao funeral de meu tio, depois de uma conversação relativa àquela morte e herança diz-me ele:

— Agora, já não precisas de mim, porque tens que comer; mas quero pedir-te um favor, e é que não saias da minha companhia. Faze partilhas com teus irmãos, arrenda a tua legítima e dispõe dos rendimentos, que eu continuo a sustentar-te. Quando muito, comprarás algum vestuário.

Esta proposta, que revelava a vontade da continuação de bem-fazer e confirmava uma amizade sincera e independente, chocou-me a alma e fez humedecer-me os olhos. Significuei-lhe quanto me penhorava, expus-lhe o meu agradecimento e prometi jamais deixá-lo. Assim aconteceu: morreu-me nos braços. Cumpri a minha promessa.

Continuei a conservar-me na companhia de sua irmã D. Joana Ermelinda e de sua sobrinha D. Florinda Rosa (mais tarde, minha cara metade), que todos estávamos em sua companhia, durando esta sociedade até o casamento da da dita irmã.

biblRIA

Farei também menção de um facto trágico e sanguinário, sucedido nesta vila, em que fui a vítima inocente, e o meu sacrificador Jacinto de Brito. Digo *inocente*, porque ainda hoje ignoro que justo motivo eu desse para ele preparar ocasião da minha morte, de que a Providência me livrou.

Foi no ano de 1828, ano da ira do Senhor, meses de Junho ou princípios de Julho (1), que a cidade do Porto se revolucionou contra o governo absoluto do Rei e Senhor D. Miguel; e, reunidas aí as tropas que estavam no Norte do Reino, marcharam com direcção a Lisboa.

Chegando abaixo de Coimbra, se encontraram com tropas realistas de Lisboa, que vinham contra o Porto. Deram o primeiro ataque na Cruz dos Marouços. Retiraram as tropas do Porto até passarem a ponte do Marnel, e aí se deu o segundo ataque, mas as mesmas tropas continuaram a retirada e, sempre acossados da retaguarda, se foram recolher à Galiza. Voltaram as tropas realistas e acabou a revolução militar, mas começou a civil e criminal. Em todas as comarcas e julgados do Reino se instauraram devassas contra quem promoveu a revolução ou praticou algum acto, deu ajuda ou favor contra o então chamado governo legítimo do Senhor D. Miguel. Os espíritos estavam exaltados, principalmente na populaça, porque chamavam aos constitucionais *malhados* e *pedreiros-livres*, e os que assim eram alcunhados não se diferençavam de demónios entre a classe ignorante, não deixando de haver grande partido nas classes superiores e no clero.

Abertas devassas, em pouco tempo seguiram-se as prisões; encheram-se as cadeias de todo o Reino das cabeças das comarcas, e das Relações, mais tarde, seguiram-se as execuções capitais dos mais implicados, cujas cabeças foram pregadas em paus nas terras da naturalidade, ou nas em que tinham praticado algum acto. As devassas continuavam e afinal admitiram-se denúncias contra os meramente suspeitos de sentimentos políticos e seguiram-se também as prisões dos que puderam agarrar. Muitos, enfim, andavam em susto, porque as devassas e denúncias abertas à paixão partidária e aos inimigos e até aos que com isso faziam modo de vida davam justa razão de que ninguém se julgasse seguro. Muitos assim foram presos, maltratados e morreram pelas cadeias.

---

(1) O levantamento do Porto e de Aveiro contra o governo de D. Miguel deu-se no dia 16 de Maio de 1828. — J. T.

Tornando ao fio do facto trágico que me aconteceu nesta vila, com a vinda das tropas realistas contra as liberais, achou Jacinto de Brito ensejo para vir de Lisboa, para onde se tinha retirado por estar implicado em um ou uns processos-crimes, não políticos, e apareceu nesta vila à passagem das tropas com fardeta de vivos encarnados e um barrete ou boné de lã (parecia de camelo, também vermelho), em forma de soldado guerrilha, muito ufano e exaltado pelo partido realista. Eu não lhe fui ao beija-mão, de que se queixou.

Sucede que um dia chegou ao ribeiro do Boco o desembargador Francisco Manuel Gravito (1) em um barco com sua Senhora e uma menina, sua filha. Os guardas postos ao desembarcadouro, assim como estavam pelas estradas e mais postos, retiveram o Desembargador e deram parte ao seu Capitão, João Ferreira de Brito, tio do Jacinto, que era o seu director. Este autoriza a retenção, parte para Aveiro e no seguinte dia, de madrugada, entra com a escolta de linha para conduzir o Gravito para Aveiro, de donde se vinha retirando. Faz abrir as portas das vendas, dá aguardente aos soldados e depois aboleta-os pelos lavradores, para lhes darem de almoço. Assim preparados, arranja uma bandeira, que seria a da Companhia de Ordenanças do tio; põe-se na rua à frente da escolta formada, com a bandeira desfraldada, e marcham pela rua abaixo.

Eu ia a cavalo para cima, sem contar com tal encontro. Ele, que me vê, grita:

— Viva o Sr. D. Miguel!

Eu tirei o chapéu, correspondi ao viva e fui indo até as casas de João Miguel, parando aí para o cumprimentar, por estar à porta. Eis que, vindo em meu séquito um soldado da escolta, chega-se à minha frente e diz:

— Você é o que quer regar as cebolas com a cabeça de D. Miguel? Volte para trás.

E, dando-me a primeira pancada com o cano da espingarda ao lado da cabeça, repete segunda no pescoço, do mesmo lado. Perco os sentidos, caio abaixo da besta.

(1) Francisco Manuel Gravito de Veiga e Lima. Liberal, era fidalgo da Casa Real, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, Corregedor do Cível da Corte e deputado. A esposa chamava-se D. Mariana Teixeira Pinto de Azevedo Cabral, e a filha, D. Maria Emília Teixeira Gravito.

Deu entrada nas cadeias da Relação do Porto, como implicado na revolta de Aveiro, em 10 de Agosto de 1828; em 9 de Abril do ano seguinte, foi julgado pela Alçada e condenado à morte. — J. T.

Quando me tornaram os sentidos, vi que me levantava do chão Agostinho de Brito, irmão do Jacinto, mais meu amigo do que este, a quem um soldado, dentre os que já me cercavam, disse:

— Você ainda acode por ele?!

E, dando-lhe uma coronhada na testa, teve de me deixar e retirar-se com um galo polmão, que ia cantando...

Conduzido eu pela escolta, subi as escadas da casa da Câmara, aonde estava o Jacinto com parte dos soldados. Exigi que aparecesse quem tal me ouviu dizer. Nem Jacinto respondeu que tinha sido o falso caluniador perante os soldados quando passei, nem os soldados diziam cousa alguma. A muitas instâncias que fiz ao cabo da escolta, só me disse:

— Quem lhe bateu que responda!

Nenhuma resposta se me dava, não obstante eu expor que nenhuma dúvida deviam ter, porque todos os habitantes desta terra lhe eram desconhecidos como eu.

Jacinto, para acabar com as minhas instâncias, chega ao patim da escada e grita:

— Viva D. Miguel!

Então, não gritei alto, mas correspondi em tom natural. Jacinto vira-se para mim e, encolerizado, disse:

— Diga — *viva!* —, Senhor Mourão! Diga — *viva!*

Eu respondi que tinha dito, mas que não podia gritar e, além disso, que já primeiro e em ocasião mais solene, ali tinha ido e que tinha feito melhor papel do que ele então ali fazia. Eu referia-me à aclamação da Câmara e povo, a que eu assisti com meu tio.

Findos os *vivas*, torna-se a dirigir a mim o Jacinto e diz:

— Nós vamos a uma diligência. Quer vir, Senhor Mourão, ou?...

Eu respondi-lhe que não só os queria acompanhar à diligência, mas até Aveiro, aonde havia de expor o insulto que injustamente me tinham feito.

Descemos a escada e partimos para o ribeiro do Boco, eu e ele na frente da escolta, que ia escutando por todo o caminho os meus queixumes, que não cessavam, e a que só ele respondia que o queriam deitar a perder, mas não me pôde apontar um facto que eu praticasse ou passo que eu desse para a sua perdição, ainda que bem instei com ele.

Chegámos enfim ao terreiro próximo ao barco do Gravito, em que logo entrei. Jacinto chama os soldados, um pouco retirados da beira do rio; fala com eles baixo; depois

chama-me. Torno a saltar para fora, dirijo-me a ele e aos soldados, e diz-me:

— Estes senhores dão licença que vossemecê se vá embora. Agradeça-lhes. Pode ir.

Disse eu:

— Não tenho que agradecer. Hei-de ir queixar-me do que me fizeram.

Diz então o soldado que me bateu:

— Pois você ateima a ir, e eu não lhe ouvi dizer que queria regar as cebolas com a cabeça de D. Miguel, mas faça de conta que vou dizer que lho ouvi. Hoje, mais vale uma mentira minha, do que trinta verdades suas. E então, veremos quem vence.

E eu, dizendo-lhe que o dito dele era dito de uma só pessoa e que eu havia de provar o meu procedimento com todas as pessoas desta freguesia, tornei a entrar para o barco, e o Jacinto e tropa igualmente entraram.

Este dize-tu-e-digo-eu foi em distância do barco, e em tom que o Gravito bem ouviu e a sua Senhora.

Estando assim pronta a partida do barco, diz-me o Gravito:

— Porque não aceita o deixá-lo ir embora?

E eu, fazendo-lhe uma resumida narração do que tinha ocorrido, disse:

— Então hei-de ir-me embora, sem me ir queixar?

A Senhora disse em tom sentimental:

— É assim. É assim.

E o Gravito tornou a dizer:

— Eu não conheço ao Senhor; mas, visto que lhe dão licença, porque não aceita?

Parece-me que, ao acabar de proferir a palavra *aceita*, uma inspiração sobre-humana me disse: — Este homem, mais sábio do que tu, guia-te bem. Aceita. Vai-te embora.

Então, sem hesitar um momento, disse:

— Pois visto que o Sr. Jacinto me deixa ir, vou.

Ele respondeu:

— Eu pedi; vossemecê não quis aceitar. Agora, não é comigo.

Mal acabou de falar, disse eu:

— Eu falo aqui com o Sr. Comandante da escolta.

O cabo, torcendo o beiço, disse:

— Vá. Vá.

Tendo feito a minha inclinação de cabeça à família Gravito, saltei em terra e marchei pelo terreiro fora. Já a família de meu tio e minhas parentas desciam as vinhas da encosta das Boiças a ir ter comigo, para ver se conseguiam o deixarem-me vir para casa.

biblRIA

Este encontro de família não me alegrou: causou-me tristeza, por me lembrar que, suposto inocente, era o objecto dos cuidados e afeições de quem me amava.

Aqui é forçoso confessar a minha imprudência pela falta de experiência em tempos revolucionários e do não perfeito conhecimento do que os homens são capazes e até onde pode chegar a sua maldade. O proceder do soldado envolvia o Jacinto e o cabo da escolta que a dirigia e era responsável pela não conter nos desvarios. Uns e outros se haviam de querer justificar, e essa justificação devia recair contra mim, para os salvar do castigo. Isto é o que me não ocorreu então, mas bem o previa o meu caridoso Conselheiro Gravito. Em descanso esteja a sua alma! Ele foi um dos mártires na Praça Nova, do Porto.

Continuando a narração dos meus sucessos, passo outra vez ao ano de 1832, achando-me nos meus trinta anos, com a patente de capitão, como já disse. O Reino achava-se no estado assustador que tenho exposto, mas a este tempo ainda não estavam no Porto as tropas liberais nem sitiada a cidade, como por equívoco declarei, pois antes disso ainda eu organizei melhor a Companhia. Dei-lhe alguma instrução. Trazendo-a no exercício, houve ainda prisão de recrutas, que foram remetidos ao Governo Militar do Porto, etc., em cujas obrigações fui cumprindo como me era possível, com o devido respeito e obediência ao meu dito Comandante, Prior Joaquim Pais de Almeida, que em breve me mostrou a sua afeição e amizade, e tanta, que várias vezes me chamava para me comunicar as ordens que recebia e assentar comigo a maneira de se executarem antes de serem comunicadas aos comandantes das mais Companhias; sobre o que um dia lhe observei que, sendo eu o comandante mais novo em idade de serviço, os mais comandantes se chocariam com chamar-me para aquelas conferências e não a eles; mas esta observação não foi atendida, e assim fui servindo, até que chegou o mês de Julho do dito ano de 1832.

Foi a 8 do dito mês de Julho que teve lugar o desembarque das tropas liberais nas praias do Mindelo, ao Norte do Porto, cujo exército constava de 7.000 homens. As tropas realistas que se achavam na cidade, ou porque fossem menos em força ou porque receassem que houvesse outro desembarque pela barra e que ficassem cercados, retiraram para o sul de Vila Nova, e os liberais entraram no Porto.

Acudindo as tropas realistas das diferentes partes do Reino, assim como as milícias e cavalaria, ao Porto, cercaram a cidade, que muitas vezes assaltaram com muita valentia, mas com muita mais eram rebatidas pelos cercados, que logo

fizeram alistar quanto havia dentro do Porto que pudesse pegar em armas ou prestar algum serviço.

A este cerco não escapavam as ordenanças dos distritos mais vizinhos do Porto, porque veio ordem para irem com enxadas para fazerem trincheiras. Por motivo desta ordem me chamou o dito Comandante, e concordámos em ser eu o primeiro que conduzisse o primeiro contingente, que se compunha de oitenta homens, tirados de todas as companhias.

Chegado o dia destinado, embarquei para Ovar na Malhada de Ílhavo com a gente, e o meu comandante também foi, sem ser obrigado, mas por ir ver, do que eu gostei, porque mais me animava.

Chegados que fomos a Santo Ovídio, aí me apresentei ao Governador Militar. Mandou-me aboletar, e deram uma casa para a gente, e o meu Prior Comandante lá arranjou quartel aonde se recolhesse, o que muito custava, por estar tudo cheio.

Ao dia seguinte, apresentando-me com a gente a um oficial que estava encarregado de remeter os trabalhadores para os diferentes entrincheiramentos, mandou-me tirar quarenta ou cinquenta, e que podia mandar os outros. Como os tinha posto em linha dobrada, requisitei-os. Foram estes para o trabalho, e os mais despedi-os.

Findo o tempo deste contingente, fui rendido por outro comandante de companhia e, tendo corrido a roda, tornou a tocar-me o eu ir segunda vez, como fui.

Os homens custavam a conter, porque só lhe davam um pão para dois dias, e meio arrátel de carne; não tinham cama e nem cabiam em um sótão que lhes destinavam e, finalmente, tinham a sua vida.

Para atalhar a esta remessa de gente, observando eu que a tropa regular se queixava de falta de camas e que havia falta de fios para as feridas, procurei um dia o Coronel ou Major encarregado da direcção das ordenanças e, expondo-lhe o que as minhas ordenanças ali sofriam e perdiam na sua vida e porque as trincheiras estavam muito adiantadas, me parecia de mais utilidade dispensá-las de lá tornarem, prontificando-me eu a remeter-lhe dois carros de esteiras e panos para fazer fios, de que havia muita falta para as enfermarias.

Ficando o homem contente com a minha proposta, dispensou o distrito de Ílhavo de mandar mais gente para as trincheiras. E eu cumpri o prometido, ajudado por todas as Companhias. Isto foi, salvo erro, em Novembro de 1832.

biblRIA

O tempo foi correndo, os ataques feitos ao Porto pelas tropas do cerco nada obtinham, e as cousas a favor dos realistas cada vez se punham em pior estado, até que chegou o mês de Junho de 1833.

Em um dos dias deste mês, ocasião em que alguns vasos se aproximavam à Barra de Aveiro (1) e se dizia serem da esquadra dos Liberais que estava em frente do Porto para socorrer os sitiados e que lhes prestava pelo mar o que era possível introduzir-lhes na cidade, foi Manuel Craveiro, das Quintãs, que era, com seu pai e irmãos, alistado na guerrilha comandada pelo Juiz de Fora de Cantanhede, por alcunha *Cachapuz*, a Aveiro oferecer-se ao Governador Militar para ir fazer guarda para o Forte da Barra e vigiar a costa da Vagueira, pondo ele, Governador, à sua disposição as ordenanças de Soza e Vagos.

O Governador, aceitando o oferecimento, deu-lhe uma autorização para que se lhe entregassem as ordenanças.

Apresentando-me o Craveiro esta ordem, que me pareceu uma desordem e um insulto ao comandante do Distrito e aos comandantes das Companhias, dei alguma desculpa ao Governador, porque as cabeças já nem todas atinavam como haviam de obrar. Tratei com o Craveiro de mandar avisar a Companhia e que no seguinte dia, de manhã, estaria reunida à minha porta.

Nessa noite, fui dar parte ao Prior Comandante, que me falou já na cama. Zangou-se com o proceder do Governador, porém concordou com o eu dizer-lhe que as ordenanças à disposição do Craveiro não iam e por isso que ia eu na companhia delas.

Voltei para casa. No seguinte dia, reunidas as ordenanças armadas, declarei ao Craveiro que eu acompanhava as mesmas. O homem desesperou, dizendo que ele é que as havia de comandar. Nisto tivemos nossa altercação, e ele marcha para Vagos com mil impropérios contra mim, chamando-me *malhado* e protestando vingança. Monto no cavalo, parto com as ordenanças e, chegando à Fareja, já o Craveiro vinha com uns homens na barca da passagem e, desembarcando, dirige-se a mim e dá-me a voz de *preso!*

Perguntando eu pela ordem, respondeu-me que estava em Vagos, e então fomos para Vagos.

---

(1) Fez-se, com efeito, uma tentativa de desembarque de tropas liberais pela barra da ria de Aveiro, mas de todo se frustrou, já pela dificuldade da operação, já por se haver verificado ser grande a resistência das forças miguelistas. — J. T.

biblRIA

Aquedei à porta do alferes José Ferreira Pimentel, que também havia de dar as suas ordenanças, e disse-me este que tivesse eu cautela, que ele queria levar-me para o Cachapuz, que era o seu comandante.

Aí, escrevi a meu tio Reitor o que ocorria e dei parte ao meu comandante Prior e disse às ordenanças que a ordem de ir para a Barra tinha dimanado do Governador Militar, e ao Governador Militar é que eu me dirigia. As ordenanças, a uma voz, disseram que não me desamparavam e que também queriam ir.

Com efeito, partimos, acompanhando-me também Agostinho de Brito, que pertencia à Companhia do tio, capitão João Ferreira de Brito, mas quis ir por ser meu amigo e por me obsequiar. O Craveiro também nos seguiu.

O Prior, quando recebeu o meu ofício, ia eu a passar por Ílhavo, e como já não teve tempo para mais, escreve ao Governador Militar o seguinte ofício: — «*Il.mo Senhor. V. Ex.a é a causa do desassossego do meu Distrito e das desordens que nele se praticam. Deus guarde a V. Senhoria* — ... *de Julho de 1833. Joaquim Pais de Almeida*».

Chegando nós a Aveiro pela rua do Espírito Santo e no largo da rua que vai para Santo António e da rua que vai para Jesus, indo o Craveiro adiante de mim, também a cavalo, perguntei a uma mulher se o Senhor Governador Militar morava no convento de Santo António. De repente, volta o Craveiro a besta, desembainha uma grande espada que trazia, levanta o braço com a espada direita à minha cabeça e diz:

— Não é para o Senhor Governador Militar; é para o Senhor Juiz de Fora! Já, senão parto-lhe a cabeça!

Eu, que bem sabia, assim como quantos o conheciam, o quanto ele era desassisado, mau e furioso, certo de que descarregava a pancada ao mais pequeno reparo, toquei a besta para diante até a porta do Juiz de Fora, Joaquim José Dias. Aí nos apeámos, ele subiu, eu e Agostinho de Brito e algumas ordenanças que nos puderam acompanhar ficámos à porta.

Em pouco tempo, desce e diz ao oficial da porta:

— Acompanhe este preso para a cadeia.

Dizendo eu que também queria falar ao Senhor Juiz de Fora, respondeu:

— O Senhor Juiz de Fora não fala a malhados!

Dirigimo-nos à cadeia e, ao subir da escada, ia ele adiante e, ao passo que subia cada degrau, dizia — *rã, trã!* —, até findar de subir todos os degraus; e, batendo á porta, entregou ao carcereiro o bilhete do Juiz de Fora para me recolher, como recolheu.

Por este facto se pode ajuizar em que estado se achava o Reino: eu a fazer serviço de realista; eu, sem culpa nem processo em que o meu nome fosse indigitado; eu, preso sem ordem e mandado recolher à cadeia com ordem do Juiz de Fora, só porque um tolo, um mau e um furioso me tinha prendido e lhe disse que eu era *malhado!*

Bem podia eu não me sujeitar a uma tão arbitrária prisão, porque as ordenanças davam-me força para o repelir e tanta, que, se os não contenho, tratavam-no mal; mas o resultado seria pior: iria dizer ao Governador Militar que eu não quis obedecer à sua ordem, que lhe não quis pôr a gente à sua disposição, por eu ser malhado; iria desfigurar o facto ao Juiz de Fora, de maneira que, ou por uma ou por outra autoridade, obtivesse ordem em forma para eu ser preso, e eu ficava em piores circunstâncias, porque já era preso em virtude de uma queixa, base de um processo e depois teria de progredir.

Entregue que foi o ofício do Prior Comandante ao Governador Militar, concebido nos termos que referi, e admirado este das expressões do Prior, queixando-se ao portador de que nunca recebera um ofício tão atacante, perguntou a causa de tal ofício. Informado do que tinha ocorrido, mandou logo procurar pela cidade o Craveiro e, ralhando-lhe, mandou que me fosse pôr fora da cadeia, e ele, em lugar de cumprir, foi dizer ao Juiz de Fora que o Governador o mandava soltar-me, mas que me não soltava; que ia mas era para Cantanhede ter com o seu comandante Cachapuz.

A isto respondeu-lhe o Juiz de Fora:

— Então, se o Governador Militar o manda soltar, não está preso à minha ordem.

O Craveiro saiu, e o Juiz de Fora manda um oficial buscar o bilhete que tinha passado para o carcereiro me recolher.

Enquanto isto se passou, chegou a noite sem aparecer quem me soltasse, porque o Prior pensava e esperava que o Governador me mandasse embora, e o Governador julgava que o Craveiro me tivesse solto.

Muitas vezes se observa que um mau sucesso é seguido de circunstâncias que mais o agravam. Assim me aconteceu.

Logo que fui recolhido à cadeia, foi embargada a égua em que eu ia e também a de Agostinho de Brito e metidas no depósito, para irem carregadas para Penafiel. Agostinho de Brito, vendo que não as podia tirar, foi-se despedir de mim à cadeia e teve de vir a pé para Soza; e, dando parte a meu tio Reitor, este falou a um homem e, arranjando-lhe farnel e dinheiro, o mandou para Aveiro, para acompanhar

bibRIA

as éguas. Passados dias, apareceu com elas, mas sem paga alguma. Porém o Agostinho foi a Aveiro e sempre conseguiu que o assentista lhe pagasse. Recebeu o importe da sua e a instâncias de meu tio também recebeu parte do que tocava à de meu tio, que lhe quis dar tudo.

Chegada, como disse, a noite, sem aparecer quem me soltasse, tive de passar a noite na gaiola, devendo à alma da Senhora D. Ana Barrigueira, de Ílhavo, que também aí estava presa por malhada, o arranjar-me a cama com roupa sua e o fazer-me oferecimento de ceia, de que não precisei.

Chegada a manhã do seguinte dia, indo o carcereiro abrir a porta a quem batia, entrou o meu Prior Comandante com o Governador Militar, estando eu na sala da entrada, fineza que devo ao carcereiro, que não me destinou prisão.

O Governador, dando-me a satisfação de supor que o Craveiro me tivesse solto, como lhe tinha mandado, mandou que eu saísse. Logo que chegámos à Praça da Cadeia, o Governador despediu-se, e eu fui mais o Prior a casa do Juiz de Fora, a quem o Prior me apresentou, dizendo:

— Aqui está o *malhado* que prendeu o Craveiro!

O Juiz, deitando-me os olhos, abaixou-os e não disse palavra, e eu também nada disse, porque o Prior, contando-me a história de ele ter mandado buscar o bilhete que tinha mandado ao carcereiro, recomendou-me que não dissesse nada.

O Prior, levantando-se, despediu-se. Eu fiz também a minha inclinação de cabeça e saímos, dirigindo-se o Prior para Ílhavo e eu para esta Soza, a pé.

Se eu estava livre da cadeia, não estava livre das iras de um déspota e de maior indignação por não ter conseguido a minha retenção na cadeia. Por isso, maquinava sempre contra mim e protestava tornar-me a prender, não por mal que eu lhe tivesse feito, nem por factos opostos ao Governo absoluto, mas porque eu tinha obtido a capitania, ficando preterido João Miguel, amigo seu e de seu pai e irmãos, de cuja amizade resultou ele casar com a filha D. Joana, viúva de Francisco Lopes, esperando que pela minha perdição ele viria a ser capitão, como dizia. E com este propósito, aproveitando o ensejo da ordem que veio para serem presos todos os suspeitos de sentimentos políticos, ele e sua família informaram o Juiz de Fora sobre vários indivíduos e deram-lhe uma relação de nomes, entre os quais ia o meu e o do Dr. João de Almeida Barreto, de Ouca, irmão do P.e Casimiro, da Mónica.

Encarregado das prisões o alferes José Ferreira Pimentel, de Vagos, fui eu avisado, em segredo, e fugi, e aquele infeliz lá foi morrer às cadeias de Almeida.

Achando-me eu retirado, meu bom tio Reitor, com Agostinho de Brito, foram a Sangalhos pedir ao P.e João Santiago e família para me valerem, porque eram muito realistas, e amigos do Juiz de Fora. Encarregaram-se da minha protecção, e muito me valeu a sua virtuosa irmã, freira de Jesus, que se achava em casa por doente.

Desvanecida a suspeita contra mim, recolhi a Soza e continuei nas minhas obrigações de capitão.

A causa realista não melhorava. O Porto tornou-se invencível, tanto pelas fortificações, como porque os sitiados, certos da sorte que os esperava, se fossem vencidos, já não era a causa pública só, mas as suas vidas que defendiam. Portanto, o seu credo—*vencer ou morrer*—lhes dava novos alentos para resistirem a tantos ataques e privações.

O exército realista, diminuindo em forças físicas e morais, deu causa a vir uma ordem dos capitães-mores para remeterem um contingente de recrutas, que devia ser rateado pelos concelhos e fardado pelas respectivas Câmaras.

Enquanto estas promoviam os meios para esta despesa, que tinham de sair de uma derrama feita ao povo, vem outra ordem para irem as ordenanças armadas. Vendo o povo que esta contribuição os não isentava de irem, decidiram não pagar, e foram-se remetendo as ordenanças, não se cuidando mais da remessa dos recrutas.

bibRIA

Vendo o Prior Comandante a causa perdida e a dificuldade de cumprir tantas exigências, escusou-se do comando, que passou para o capitão José Ferreira Vidal, de Vagos.

Eis que vem um ofício de um Brigadeiro, que tinha vindo com alguma tropa fazer o seu quartel em Oliveira de Azeméis, para lá comparecer o comandante deste Distrito. Este chama-me e pede-me para eu lá ir em seu lugar, visto que as suas moléstias o impediam, e o pior, a meu ver, era o receio.

Prontifiquei-me e parti. Chegando ao Pinheiro da Bemposta, estava aí na estrada José Luís, alferes das ordenanças de Albergaria, e deu-me tais informações do Brigadeiro, ou Governador lhe chamavam, que eu devia ir pouco animado, e concluiu que se achava ali às ordens dele, porque, tendo-lhe fugido as ordenanças de Vila Nova, nem o deixava ir a casa para as ajuntar, nem o deixava voltar para Vila Nova.

Eu não me pude convencer de que fosse maltratado, qualquer que fosse a causa do chamamento, e segui o meu caminho. Apeando-me em Oliveira à porta da estalagem em frente e ao poente da Praça, aí estava António de Almeida, da Carregosa, hoje residente nesta vila de Soza, que era sar-

gento das ordenanças do distrito de Sorães, a que Carregosa pertencia; e, porque eu lhe dissesse que ia falar ao Governador, respondeu que sentia eu recebesse algum insulto e, narrando-me alguns factos que tinha observado, disse-me:

— O seu quartel é acolá! — apontando para umas casas que cercavam a Praça pelo Nascente, com uma escada de pedra que principiava em um patim encostado a uma parede da parte do Norte e, voltando a correr com a parte do Nascente, formava no fim outro patim, que dava entrada para uma grande sala.

— Vê aquela escada? — disse ele — Um destes dias, foi lá um oficial de ordenanças e, saindo com ele até ao patim, deu-lhe um embirrão que o fez vir cair àquela parede — era a que estava no fim da escada, da parte do Norte — e eu estou aqui, porque fugiram as ordenanças e agora não me deixa daqui sair.

Com esta narração, que confirmava a do Pinheiro da Bemposta, qualquer poderia deixar-se possuir de receio e ver-se lá mais embaraçado; mas eu, lembrando-me que o receio não evitava o que houvesse de ocorrer, porque necessàriamente tinha de cumprir a minha missão; e, lembrando-me de que muitas vezes tinha lido que a prudência e firmeza de ânimo vencia os grandes perigos, não trepidei, antes mais resignado atravesso a Praça, subo a escada e bato à porta. De pronto se abriu, e um oficial militar, bem apessoado, me manda entrar. Isto seriam duas a três horas da tarde.

biblRIA

Logo que vi uma grande mesa posta ao lado direito da sala, cercada de oficialidade a jantar, pedi desculpa de ir interromper aquele acto, que eu ignorava, e pedi licença para me retirar até às horas que determinasse o eu comparecer.

Não fui atendido. Manda sentar-me em uma cadeira, que puxou; pede-me o chapéu armado que eu levava; pousa-o sobre uma cómoda; puxa outra cadeira; senta-se e pergunta-me que lhe determinava. Tudo isto fez com rapidez militar.

A oficialidade que estava à mesa conservou-se sentada, pousando os talheres, e apresentou um sorriso nos lábios, que eu avaliei como prognóstico para mim pouco favorável, mas que nenhuma frieza me fez no ânimo.

Respondi-lhe que, no impedimento do meu comandante, ia receber ordens de S. Ex.ª, segundo o seu ofício de tantos de tal.

Disse logo que me não tinha chamado, mas ao Comandante. Eu, respondendo-lhe, expus as razões por que ele não aparecia; porém, não as atendendo, disse que o Coman-

dante havia de aparecer, a pé, a cavalo, em carro ou como quisesse; mas que o queria lá.

A oficialidade já a este tempo tinha tomado um aspecto sério e nos escutava com atenção. Tive então de fazer uma resumida narração do estrago que a moléstia reumática tinha feito no físico do Comandante, concluindo que de obrigar um homem naquele estado a fazer uma viagem tão extensa só podia resultar o adiantar-lhe alguns anos de vida, podendo-se isso evitar, visto que eu ali estava para cumprir as suas determinações.

Desistindo desta primeira parte, perguntou-me porque se não tinham remetido os recrutas. Respondi que, não tendo as Câmaras receita para esta despesa extraordinária, com que não contavam, trataram de fazer uma derrama pelos povos, a fim de comprarem o necessário para os fardamentos; que neste mesmo tempo fora outra ordem para as ordenanças marcharem armadas para Vila Nova, e então o povo, vendo que a contribuição que lhe era lançada, o não escusava do serviço pessoal, se tinha negado a pagar; e, por isso, que a Câmara, não tendo até àquele dia podido arranjar os fardamentos, também o Comandante os não pudera remeter.

Esta resposta não foi por ele mal aceite, mas disse que a ordem havia de ser cumprida e que, visto o estado do Comandante, me ia autorizar para tomar conta do Distrito.

Respondi-lhe que respeitava as suas determinações, mas que lhe tinha a expor que, se o Comandante estava mal no seu estado físico, não o estava nas faculdades mentais; que era o oficial mais inteligente do Distrito e que tinha a quem mandar, para cumprir o serviço. Além disso, que eu era o capitão mais novo em idade e serviço e que, havendo outros, de patente mais antiga, se haviam de chocar com eu ser preferido; que me parecia não seria necessária essa autorização, porque eu esperava que se faria com aquele Comandante o mesmo que se faria se eu o fosse.

Concordou o homem e diz:

— Pois então, vá, e conto com você me remeter os recrutas por estes oito dias.

Levantámo-nos, entregou-me o chapéu, fiz o meu sinal de despedimento à oficialidade, acompanhou-me até ao patim da escada e, com a última despedida, desci, sem que os meus ossos fizessem lesão aos degraus, nem estes àqueles, o que causou espécie ao Almeida, que ainda estava no mesmo sítio em observação.

Em seguida à minha chegada a casa, vem ordem para novo recrutamento e no entanto sai do Porto, por mar, uma força de tropa, com o Conde das Antas por seu general.

A pouca distância, foi feito prisioneiro por uma esquadra ao serviço dos realistas. Outra porção de tropa saiu com direcção às Serras.

O meu comandante, José Ferreira Vidal, dá-se por impossibilitado, e o comando passa para o capitão João Ferreira de Brito. Os recrutas são reunidos e postos em custódia nas cadeias desta vila, e sou eu o destinado a conduzi-los ao depósito, em Coimbra, aonde estava governador militar, Manuel Joaquim Brandão, de Oliveira do Bairro.

Sabia-se que se tinha formado na Bairrada uma guerrilha constitucional, que transitava entre a Bairrada e Cantanhede e frequentava muito as alturas de Murtede.

Como não confiava só nas ordenanças, expus ao Comandante a requisição a Aveiro para vir uma escolta de linha, e mandaram seis baionetas das milícias de Soure, que ali se achavam.

Parti com a leva, chegando a Murtede quase à noite. Pousei na estalagem. O dono da casa particularmente me disse que em meu lugar não passava dali adiante, porque a gente da guerrilha quase todas as noites ali ia comer ou beber, e lhe tinha dito que estavam à espera desta leva de recrutas para a tirarem e que já tinham tirado outra, vinda de Mira ou vizinhanças.

Chamando eu também os milicianos, expus-lhes o que havia e declarei-lhes que ia requisitar uma força a Coimbra, e no entanto ali nos demoraríamos até que chegasse.

Os milícios disseram que na guerrilha andavam vários companheiros do seu regimento e, por isso, que no caso que tirassem os recrutas, nunca eu seria ofendido.

— A isso — disse eu — não me exponho, porque, além de concorrer para se malograr um serviço que o dever me impõe, tenho inimigos, sou suspeito em sentimentos políticos e dir-se-á que houve combinação na entrega dos recrutas, visto que não fui ofendido, e que preferia a sorte da resistência.

Então, os milícios disseram:

— Pois a requisição a Coimbra fica-nos mal. Vamos, e conte V. que ou os recrutas hão-de chegar a Coimbra, ou ficaremos todos mortos.

Com esta resolução, tomei as medidas de segurança para de noite e deitei-me.

Levantando-me de madrugeda, vi uma manhã chuvosa e pareceu-me ser para mim favorável. Mando preparar tudo; dou aguardente aos milícios e ordenanças e marchámos a passo ligeiro. E a chuva continuou por algum tempo.

Quando chegámos a um pinhal que o caminho atravessava, deixando já de chover, um milício, querendo ver se a espingarda pegava fogo, por ir molhada, disparou-a, e algu-

biblRIA

mas ordenanças fizeram o mesmo. Logo previ a imprudência e proibi que descarregassem mais espingardas e mandei pôr a leva em — *marche!, marche!* —, durante a gândara.

Como nos adiantámos dalgumas mulheres que levavam os farnéis dos recrutas, ficando também atrás um ordenança, veio este dizer-me que, saindo um homem ao caminho, ainda dentro do pinhal, estava a perguntar às mulheres que era o que tinha passado e, dizendo-lhe elas ser uma leva de recrutas, o homem dissera que passara mais cedo do que esperavam, aliás que não passava dali; que as mulheres lhe pediam que visse se as podiam tirar, mas que o homem dissera que a guerrilha estava distante e já não chegava a tempo.

Com esta notícia, repeti o — *marche!, marche!* — até ao princípio do lugar dos Fornos.

As mulheres, talvez esperançadas, correram ao nosso alcance e continuaram a acompanhar-nos, muito alegres; mas, quando perderam as esperanças com a aproximação do lugar, faziam um choro desesperado, que tive de as repreender e fazê-las conter, observando-lhes a causa da sua alegria até ali e da repentina mudança para o choro.

Posta a leva em passo suave, chegámos a Coimbra e, não sendo horas já bastantes para a inspecção, fiquei com a leva em umas casas de sobrado, que o incêndio tinha devorado em parte na Cidade Baixa, que me foram destinadas. Escolhi no segundo sobrado uma sala, que, suposto não tivesse portas nas janelas, a sua altura bem guardava os recrutas. O soalho estava intacto do fogo e tinha porta para o interior.

bibRIA

Postos aqui os recrutas e guardados por ordenanças, foram os milícios ver suas famílias, porque levavam disfarce para isso por alguns dias.

No dia seguinte, apresentando-me com os recrutas na inspecção e sendo tudo aprovado, menos um, fui entregá-los ao depósito, em Santa Clara, aonde, cortados os cabelos, foram soltos para dentro da casa, e eu, cobrando recibo, vim para a Cidade.

Como aí estava já bastante tropa, entre ela o regimento de Milícias de Aveiro, fui procurar os oficiais de Albergaria, meus parentes, e por aí me demorei até ao outro dia. Já se dizia que os Constitucionais vinham descendo as serras, e a Cidade já estava em atitude.

Quando eu, ao outro dia, estava com alguns oficiais no Bairro Alto, junto à Universidade, começam a chegar famílias da serra em carruagens, e rompe-se a notícia de que os Constitucionais se aproximavam.

Despedi-me dos parentes e conhecidos, pus-me a cavalo e marcho para Soza, com um ordenança, porque os outros tinha-os despedido logo que fiz a entrega.

Chegado eu a Soza, fiz entrega do recibo dos recrutas ao meu comandante, capitão João Ferreira de Brito.

As tropas constitucionais, aproximando-se a Coimbra, ocasionaram a retirada dos Realistas que estavam em Coimbra, com direcção ao Sul ou imediações de Lisboa, fazendo junção com as mais forças realistas até a Convenção de Évora-Monte, a 26 de Maio de 1834, dia em que findou a guerra.

Também acabou o meu serviço de capitão, pela extinção geral das Ordenanças em Portugal, que era classificada tropa de 3.ª linha.

[José Fiel Mourão Botelho e Magalhães]

bibRIA

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO *

I

ALBOI (NOSSA SENHORA DA GLÓRIA / AVEIRO)

ESTE nome do conhecido bairro da capital do distrito tem provocado explicações inadequadas que criticaremos, depois de expormos aquela que se nos afigura plausível.

As formas antigas que encontrámos são, em 1708, *Alboy* (CARVALHO COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. II, págs. 99 e 100) e, em 1747, *Alboi* (LUÍS CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 679).

A base do topónimo está no substantivo comum *alboio* ou *alboi* que os léxicos, embora não todos, registam com o sentido de *alpendre* e que ainda se usa no Minho (1). Evi-

bibRIA

* Conforme o nosso costume, evitamos tanto quanto possível as abreviaturas: uma ou outra que surja será fàcilmente resolúvel. Apenas nos cumpre esclarecer que nomes entre parêntese, separados por /, indicam a freguesia e o concelho onde se encontra o topónimo que os antecede: assim, *Alboi* (N. Senhora da Glória / Aveiro) significa que o lugar *Alboi* pertence à freguesia de N. S.ra da Glória do conc. de Aveiro. Se a indicação entre parêntese vier após qualquer apelido ou alcunha, entender-se-á que tal apelido ou alcunha existem na freg. e conc. designados. Eventualmente poderá aparecer um único nome: assim, (Aveiro) indica apenas o concelho.

(1) L. DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, 1928, vol. II, págs. 154-155 e 161; A. F. BARATA, *Noites de Évora*, 1897, pág. 30, sob o título *Palavras e frases de Melgaço*, dá a *alboio* o sentido de '*alpendre*'; MANUEL DE BOAVENTURA, no seu *Vocabulário Minhoto* publicado na revista *Bracara Augusta* e no vol. II, pág. 408 e vol. III, pág. 90, regista respectivamente «*alboio* — casa grande, mas desarrumada (Paredes de Coura)» e «*arboi*, *alboi* ou *alboio* — pardieiro, alpendre coberto (Minho)»; FRITZ KRUEGER, *El léxico rural del Noroeste Ibérico*, Madrid, 1947, pág. 71, cita forma galega *alboyo* e faz remissão para a *Revista de Guimarães*, vol. XXXII, pág. 383, onde se regista *albório* (forma da mesma palavra com *r* esporádico).

dentemente não repugna esta hipótese, pois numerosos são os topónimos que têm origem em nomes comuns com sentido análogo a *alboi,* como *alpendre,* ou *telheiro,* palavras que se fixaram topònicamente nalgumas dezenas de espécimes (1); também corrobora um pouco a nossa ideia o facto de o *Alboi* ser outrora um bairro que pululou extra-muros junto à margem da Ria e cujo núcleo primitivo seria um *alboio* ou *alpendre* destinado à guarda das mercadorias transportadas pelos grandes barcos que noutro tempo, por as condições serem diferentes das actuais, fundeavam ali em frente. (2).

Não há que estranhar hoje dizer-se *Alboi,* em vez de *alboio;* vimos acima que no Minho concorrem as duas variantes, isto é, *alboio,* a primitiva, e *alboi,* a secundária; a queda do *o* final átono é uma tendência do português que podemos exemplificar com *anẓolo* (sécs. XII e XIII) (3) > *anẓolo* (séc. XVI) (4) > *anẓol* (actualmente) (5).

* * *

Inaceitáveis nos parecem as outras explicações que assentam ambas no facto averiguado de ter outrora existido em Aveiro uma colónia inglesa; daqui as designações tópicas *Rua dos Ingleses* (com que até o séc. XVIII se indicava a *Rua das Barcas*) e *Alboi,* exactamente o bairro onde se encontra a *Rua dos Ingleses* / *Rua das Barcas.* Dizer que *Alboi* provém de *Albion* (Inglaterra), como faz um aliás prestante monógrafo aveirense (6), é impossibilidade manifesta que não nos deteremos a analisar. Afirmar, doutro modo mas sempre com ideia na origem inglesa do topónimo,

bibRIA

(1) AMÉRICO COSTA, *Dic. Corográfico,* s. v. *Alpendre* e *Telheiro.*

(2) Dando licença à fantasia, também poderíamos supor, lembrando aquele significado *pardieiro* (supra-nota), que na origem do bairro estaria justamente um *pardieiro,* ao pé do qual outras casas também pobres iriam aparecendo. O que é ainda hoje muitas vezes a periferia de muitas povoações senão a zona onde se acumulam as suas mais pobres vivendas?

(3) A. A. CORTESÃO, *Subsídios para um Dicionário...,* s. v. *anẓolo.*

(4) DIOGO BERNARDES, *O Lima,* ed. de 1761, pág. 62 (a 1.ª ed. é de 1596). J. PEDRO MACHADO, no seu *Dicion. Etimológico,* s. v. *anẓol,* regista outra forma do séc. XVI.

(5) J. J. NUNES, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa,* (2.ª ed.), págs. 71-72 e EDWIN B. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese,* pág. 51 trazem outros exemplos do mesmo fenómeno fonético, embora geralmente com palavras em que tal fenómeno se produziu mais remotamente. Anote-se ainda que em dicionários a forma *anẓolo* figura, muitas vezes com algumas abonações, como *antiga.*

(6) MARQUES GOMES, *Subsídios para a História de Aveiro,* Aveiro, 1899, pág. 286.

que a sua base está num *all boy*, é cair noutra explicação igualmente inaceitável, falha de senso histórico, que se baseia numa analogia grosseiramente entrevista e que de forma alguma resiste à crítica (1).

Há, antes de tudo, que tornar compreensível a imposição daquela expressão inglesa como nome de lugar. Porquê *all boy?* Que valor teria a expressão que justificasse a sua aplicabilidade em indicar um nome de lugar? É preciso atentar em que não é qualquer palavra ou expressão que nos faculta a explicação dum topónimo; a simples aproximação de sons pode conduzir-nos a enormidades como aquela de explicar o topónimo brasileiro *Maranhão* por *Mar ou não* (2). Depois, estará correctamente formada a expressão? Não será antes *all boys*, com o substantivo no plural? Mas há ainda a considerar uma minudência que se nos afigura conclusiva: *all boy* ou *all boys* que fosse e mesmo dando de barato que, por motivo fortuito, a referida expressão inglesa se fixou toponìmicamante em Aveiro, nota-se uma discordância cronológica que é fundamental e absolutamente nos impede de ter como boa a alegada origem; é que a colónia inglesa existiu em Aveiro pelos fins do séc. XVII e no séc. XVIII e já no séc. XVI o *a* do inglês *all* (que durante muito tempo e anteriormente se pronunciou efectivamente como *a*, sendo a grafia actual um mero vestígio do foneticismo antigo do inglês) tinha o valor de *au*, ditongo que, num breve lapso, evolucionou para um *o* aberto (3); quer isto dizer que, quando a decantada expressão inglesa tivesse sido imposta como nome de lugar, soaria já como hoje e não como nos tempos de... Chaucer (1340-1400); ou seja, em vez de ouvirmos dizer de alguém que *mora lá para o Alboi,* ouviríamos sim que *mora lá para o Olboi.*

DIBRIA

(1) Ao que sabemos, a *atoarda* onomatogénea tem apenas curso oral, não sendo por isso menos necessário desfazê-la.

(2) Naturalmente aduzimos aqui este topónimo como exemplo do que pode a sabença pseudo-etimológica. Para o leitor curioso juntaremos que parece estar averiguado ser *Maranhão* nome de imposição espanhola, da época, portanto, entre 1580 e 1640 (G. DE DIEGO, *Revista de Filologia Española,* 1952, vol. 36.º, pág. 264).

(3) HENRY SWEET, *A Primer of Historical English Grammar,* Oxford, 1902, pág. 45, § 191 e pág. 47, § 203; a instabilidade do ditongo *au* naquelas condições foi tal que se torna por vezes difícil em textos primitivos do inglês moderno estabelecer com rigor a pronúncia de, v. g., *fall,* hesitando-se entre *faul* e *fool,* transcrição esta em que os dois *oo* representam um *o* aberto *(op. cit.,* pág. 110).

II

ALHAVAITE (BURGO / AROUCA)

Àlhavaite (com a vogal inicial aberta) é nome de uma quinta muito antiga, outrora inclusa no couto e concelho de Vila Meã do Burgo.

Remontam a 1496 as referências mais antigas: ...*os Botelhos do Moinho de Dalhe e vay te* e *os Botelhos de dalhe e vaite* (1); depois e muito mais tarde, em 1650, aparece-nos ...*dalhauaite* (= d'*Alhavaite*) (2); em 1747, *Alhavayte* (L. CARDOSO, *Dicion. Geogr.*, vol. I, pág. 304); em 1758, *Alhavaite* (3).

Uma visita ao local é muito esclarecedora e permite identificar de modo muito plausível os lugares antigos e modernos; existe na quinta de *Alhavaite* um moinho construído em 1950 que é accionado por água duma levada que procede do rio Marialva, o qual também alimentava *o moinho velho* que, por muito velho, foi arrasado; nem sequer temos que supor que este lembrado ainda hoje *moinho velho* seja o moinho que refere o citado documento do final do séc. XV, pois, como é natural, a quinta sempre terá tido necessidade de, aqui ou ali, instalar o seu moinho e bem pode ser que este *moinho velho* fosse sucessor de outro ainda mais velho; o que nos convém considerar é que *o moinho velho* ficava no extremo do hoje chamado *Campo do Moinho* e que o campo assim designado e que margina o Marialva é certamente o terreno que no documento de 1496 é designado por *os Botelhos de dalhe e vaite*, porquanto é sabido que «*botelha* é um bocado de terreno plano, ou quase, junto das correntes de água» (4).

biblRIA

(1) Neste *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. V, págs. 314 e 315 respectivamente; deve declarar-se que estas formas estão muito sujeitas a caução, pois aparecem numa certidão do Tombo da freguesia do Salvador do Burgo feita em 1774 e não no original do séc. XV.

(2) *in* f. 124-r. do Códice de Arouca n.º 258 do Inventário do Arquivo da Universidade de Coimbra.

(3) *Dicionário Geográfico Manuscrito* da Torre do Tombo, vol. 7.º, pág. 1344.

(4) MANUEL MATEUS, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, pág. 252. Formas inegàvelmente aparentadas com *botelha* aparecem, como *Botelhão* e *botelhada* em 1556 e anos próximos seguintes *(Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, pág. 343 e *passim)*. A forma masculina do documento no nosso distrito é um tanto surpreendente, pois a forma primitiva era feminina; evidentemente ou houve lapso ao fazer a cópia no séc XVIII ou efectivamente o substantivo assumia já então e muito naturalmente o género masculino; de resto, vid *apud* D. A. TAVARES DA SILVA, *Esboço dum Vocabulário Agrícola Regional*, s. v. *botelho (1)* que é a palavra de que nos ocupamos embora com o sentido um tanto alterado.

Donde nos é legítimo concluir que o *moinho* e os *botelhos*, bem como o casal a que já pertenceriam ou no qual vieram a integrar-se, eram ou tinham sido propriedade de um indivíduo a quem conheciam pela alcunha de *Dá-lhe e vai-te*.

E que uma grande parte de nomes de lugar tem a sua origem justamente em nomes de pessoas; certamente, uma boa parte das designações tópicas deve-se a particularidades de relevo, acidentes geográficos, aspectos peculiares da fauna ou da flora, e até, raríssimas vezes (1), a uma pura arbitrariedade; mas o contingente de topónimos, que têm a sua base imediata num nome pessoal (o nome do indivíduo proprietário da *villa*, da *quinta*, etc.), é indubitàvelmente muito numeroso; e naturalmente o nome que muitas vezes se fixa toponìmicamente é um apelido ou uma alcunha.

É transparente que topónimos como *Cá te-Fica* (Torres Vedras) *Quinta do Cá-te-Vejo* (Mondão / Viseu), *Fazenda do Cá-Vai* (Montemor-o-Novo), *Horta do Lá-te-Fica* (Évora), *Não há* (Cardosas / Arruda dos Vinhos), *Monte do Não-Vás-Lá* (Seda / Alter do Chão), *Monte do Vá-Vá* (Ferreira do Alentejo), *Horta do Vá-Vá* (Reguengos de Monsaraz) têm a sua base em alcunhas cuja textura e elementos formativos bastante os aproximam da alcunha *Dá-lhe e Vai-te;* de resto, alcunhas com o mesmo aspecto poderemos lembrar, como *Tutirás* (= Tu te irás) ou *Vai-Fora* (usados respectivamente em Mirandela e Baiões / S. Pedro do Sul) e ainda um que tantas vezes surge em documentos medievais, *Qui venit* (2) ou *Queveo* (= Que Veio) (3).

Decerto pode objectar-se que tudo quanto até aqui dissemos é insuficientemente demonstrativo, pois o facto de existir uma ou outra alcunha mòrficamente similar à alcunha que cremos na base de *Alhavaite* e ainda o de alguns topónimos que lembrámos terem inegàvelmente origem em alcunhas, não trazem consigo, o primeiro, a garantia de uma mais rica exemplificação e, o segundo, a da indispensável documentação histórica, ao menos naquele mínimo que é de exigir em topónimos recentes ou relativamente recentes — a aposição do nome pessoal antigo ao nome local actual.

(1) Não nos referimos aqui, bem entendido, à toponímia urbana, pois é de todos sabido que, com frequência e consecutivamente, se têm substituído nomes antigos e populares por nomes modernos — muitas vezes nomes de indivíduos a quem pretende homenagear-se.

(2) Vid., *Onomástico Medieval* de CORTESÃO, *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, pág. 379, etc., etc.

(3) *Inquisitiones*, pág. 327-2.ª col., *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, pág. 188, etc., etc. Este segundo espécime é evidentemente a forma vulgar do primeiro.

Ora quer parecer-nos que, pelo menos um caso nestas últimas condições, poderá apontar-se a propósito: *Tal-Vai* ou *Quinta do Tal-Vai* (Salir do Porto / Caldas da Rainha) cuja base é sem dúvida o apelido-alcunha *Talvay* que aparece em 1258 *(Inquisitiones*, pág. 482-1.ª col. e pág. 488-1.ª col.) e no séc. XV (1).

A evolução de *Dalhe e vay te* para *Àlhavaite* é perfeitamente viável de explicação. Por um lado, temos a deglutinação do *d* inicial que foi tido por elemento da preposição *de* e, portanto, desagregável duma palavra que começaria por vogal, neste caso *a*; apontaremos casos paralelos, como *Argoncilhe* ou *Argoncelhe* (freg. do conc. da Feira) que remonta a *Dracuncelli* (2) e o apelido *Ornelas* com origem em *Dornelas* (3).

Por outro lado, a transformação do *i* átono de *Dàlhivaite* (assim devera algum tempo proferir-se o nome) em *a* é resultado tanto da reconhecida debilidade de timbre das vogais, em especial pretónicas, em português, como da tendência assimilatória das vogais átonas às vogais tónicas.

(1) *Scriptores*, pág. 356; o passo agora citado pertence aos *Livros de Linhagens* e, como tantas vezes sucede nestes, com os nomes pessoais, também este aparece por vezes desfigurado: *Talvaya* e *Talvay* (pág. 74 do *Livro Velho I* e pág. 5 do *Livro Velho II* das Edições Biblion, que citamos por não termos à mão os *Scriptores* dos *Portugaliae Monumenta Historica*).

Temos conhecimento de uma *Fonte de Talvai*, algures em Famalicão *(O Primeiro de Janeiro* de 7-VII-1956). Terá o nome relação com o apelido-alcunha que agora documentámos? Aceitável nos parece crê-lo, pois o *Talvay* das Inquirições de 1258 era um indivíduo com propriedades em terras hoje incluídas no concelho de Vila do Conde que é limítrofe do conc. de V. N. de Famalicão; nem pode constituir óbice o aparecer-nos um nome pessoal antigo associado a *Fonte*, pois outros exemplares idênticamente formados existem, como *Fonte de Eirigo, Fonte de Mendo, Fonte de Onega*, etc. (Am. Costa, *Dicion. Corogr.)*, nos quais *Fonte* está associado com nomes pessoais muito antigos e em desuso actualmente.

Muitos dos que nos lêem conhecerão também a *Fonte de Bebe-e-Vai-te* (Palhaça / Oliveira do Bairro) e ter-se-ão lembrado dela a propósito de *Dá-lhe e Vai-te* da nossa hipótese; mas, se aqui vemos uma alcunha, no chamadouro da referida fonte somos levados sem hesitações a ver uma manifestação da vis satírica popular, com paralelo em outros topónimos: *Lava-Cus* (Vera Cruz / Aveiro) nome de uma praia da Ria que muitas vezes se desfigura eufemisticamente deslocando o acento e até escrevendo *Lavacos* (num só corpo, acentuando a penúltima sílaba); *Despe-te-Que-Suas* (nome de uma ribeira da Ilha de S. Miguel: vid. Am. Costa, *Dicion Corogr.*, vol. VI. pág. 1470); e outros mais...

(2) Evidentemente antes da deglutinação, deu-se uma metátese do *r*.

(3) Estes exemplos são de JOAQUIM DA SILVEIRA. *Revista Lusitana*, vol. 16.º, pág. 158; outros mais poderão ver-se no mesmo lugar. Sobre *deglutinação*, pode consultar-se LEITE DE VASCONCELOS, *Lições de Filologia*, págs. 63-64 da 1.ª ed. e o mesmo SILVEIRA, *Rev. Lusitana*, vol. 33.º, pág. 253. O fenómeno não se verifica naturalmente apenas em português, podendo consultar-se, com vista ao francês, o manual de A. DAUZAT, *Les Noms de Lieux*, págs. 59-61.

A pronúncia popular deve ter-se tornado, em dada altura, *Dàlhevaite* ou *Àlhevaite*, pois é corrente na linguagem popular a passagem de *i* átono a *e* átono também, e vice-versa. E já no estudo doutro topónimo, tivemos ensejo de apontar exemplos de palavras em cuja história um *e* átono passa a *a*: assim *semea* evolveu para *samea* e *Enxemeia* para *Enxameia* (1); noutros casos, é evidente a assimilação à tónica, como em *Sebastianu-* > *Sabaschão* ou *Savaschão* (2) e — para que se conclua esta pequena série de exemplos com parte da história dum topónimo também do distrito — em *familicam* > *famelicam* > *Famalicão* (3), hoje também *Famalicão* (Arcos / Anadia).

III

CATRALVA (MARINHA DE S. SALVADOR / ÍLHAVO)

Como já foi dito neste *Arquivo* (4), vão as marinhas buscar muitas vezes o chamadoiro aos nomes, apelidos ou alcunhas dos proprietários: assim, a *Ramalha* foi pertença dum indivíduo cujo apelido era *Ramalho* (5), a *Jorgeana* sem dúvida pertenceu a um *Jorgeanes* (= *Jorge Eanes*) (6) e a *Garra* esteve durante anos na posse da família *Garro* (7);

(1) *Boletim de Filologia*, tomo XV, págs. 259-261.

(2) J. J. NUNES, *Compêndio de Gram. Histór. Port.*, 2.ª ed., pág. 61.

(3) Formas respectivamente de 1220 (neste *Arquivo*, vol. II, pág. 290), de 1514 (fl. 79 do *Livro de Forais Novos da Estremadura* na Torre do Tombo) e de 1689 (pág. 341 do *Prontuário* de Meireles, também guardado na Torre do Tombo). O que pretendemos com este exemplo foi aclarar a assimilação vocálica de que falámos, limitando-nos às formas essenciais. Indagar a origem de *Famalicão*, bem como a dos seus homónimos extra-distritais, ficará para outra oportunidade.

(4) JOAQUIM DA SILVEIRA, *Arq. do Distr. de Aveiro*, vol. X, pág. 64.

(5) É um dos exemplos alegados por SILVEIRA, *loc. cit.*

(6) Os indivíduos com o nome que é base do chamadoiro desta marinha abundam, limitando agora a nossa exemplificação a um único caso: em 1587, *Jorge annes* (EDGAR PRESTAGE & P. DE AZEVEDO, *Registo da Freguesia da Sé [de Lisboa]*, Coimbra, 1924, vol. I, pág. 421).

(7) Que houve *Garros* proprietários de marinhas no Salgado de Aveiro, sabemo-lo positivamente: *Joseph Garro*, *Joseph Garro* e *Joseph Garro de Albuquerque* em documentos datados respectivamente de 1704, 1705 e 1705 (fls. 44-r., 125-r. e 595-v. dos *Tombos do Reconhecimento das Marinhas*, n.os 26 e 27 do Inventário da Casa de Aveiro no Arquivo da Universidade de Coimbra), e certamente é em relação com estes ou outros indivíduos da mesma família que está o nome da marinha *Garra*. Aliás o apelido *Garro* documenta-se fartamente e também se fixou toponimicamente alhures: *Herdade do Garro* (Várzea / Elvas), acerca do qual se pode ler a explicativa e bem documentada nota de pág. 58 dos *Excertos de um estudo sobre a toponímia elvense* de A. Tomás Pires. De *Garro* podemos

foi pelo processo chamado de derivação imprópria que o nome do proprietário tomou a forma feminina, a concordar de facto com o substantivo *marinha* que quase sempre *in limine* se subentendia (1).

O mesmo deve ter sucedido com a *Catralva* que certamente, durante mais ou menos tempo, foi propriedade de um indivíduo, *Catralvo* de apelido ou alcunha.

Também a origem do apelido-alcunha *Catralvo* não parece difícil de discernir; é facto assente que muitos nomes de animais se tornaram alcunhas, fixando-se por vezes como apelidos (2); e também é evidente que o mesmo sucede com nomes indicativos de qualidades físicas, muitas vezes expressas indirectamente, isto é, imagética ou translatamente (3).

Existe um conjunto de palavras, como *bocalvo*, *catralvo*, *façalvo*, *manalvo*, *olhalvo*, *pedalvo* e outros, que são designações técnicas de hipologia ou equitação, que aludem à pelagem ou cor branca em determinados membros ou partes do corpo do cavalo, umas mais frequentemente usadas do que outras, mas cuja existência remonta há pelo menos uns três séculos (4). Ora é ideia nossa que alguns destes qualificativos — cujo conhecimento deveria outrora ser mais comum, dado que o uso do cavalo, já em serviços correntes de trans-

biblRIA

---

dar numerosos exemplos: em 1566 (*Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, Lisboa, 1947, vol. II, pág. 107), em 1573-1579 (*ap.* A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Brasília*, vol. VI, pág. 354), em 1593, 1594, 1599 e 1617 (*Arquivo Histórico Português*, vol. V, págs. 426-428) e nos sécs. XVI e XVII (*Index das notas de vários tabeliães de Lisboa*, vol. I, pág. 44; vol. III, pág. 188; vol. IV, pág. 47, 193, 197, 384 e 388); acrescentemos ainda que *Garro* foi apelido nobre (Braancamp Freire, *Armaria Portuguesa*, págs. 220-221, onde cita documento de 1475 com a forma *garro*) e que em obras de referência poderão colher-se outros espécimes.

(1) É evidente que este processo formativo não interveio apenas quando o nome da marinha tinha base antroponímica; assim, a marinha, que ficava junto do *Rossio* em Aveiro e que foi aterrada no séc. XIX, chamava-se *a Rossia* (vid. neste *Arquivo*, vol. XV, págs. 283 e 287, as formas documentais do séc. XIX citadas por EDUARDO CERQUEIRA).

(2) É mais raramente como nomes próprios: sobre o assunto, vid. J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia Portuguesa*, págs. 216-236.

(3) Vid. a mesma *Antrop. Port.*, págs. 190-215.

(4) Além dos léxicos, vid. JOSÉ MIRANDA DO VALE, *Exterior do Cavalo*, 1.ª parte, Lisboa, 1934, págs. 18 e 19; A. A. CHAVES DE LEMOS, *O Cavalo*, Porto, 1903, págs. 290-291 e 297; SILVESTRE BERNARDO DE LIMA, *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 1913, pág. 339; ANTÓNIO PEREIRA REGO, *Instrução da Cavalaria de Brida*, Coimbra, 1679, pág. 26; ANTÓNIO GALVÃO DE ANDRADE, *Arte da Cavalaria*, Lisboa, 1678, págs. 101-102; FRANCISCO PINTO PACHECO, *Tratado da Cavalaria da Gineta*, Lisboa, 1670, págs. 39-41 e outras obras antigas e modernas com que seria supérfluo alongar esta nota. Evidentemente falamos aqui de conhecimento generalizado, pois certos nomes deste tipo (em *-alvo*) poderíamos já documentá-los em épocas mais remotas; simplesmente tal não nos pareceu necessário, dado que *Catralva* é um evidente topo-antropónimo recente.

portes, já em práticas que hoje diríamos desportivas, estava sabidamente muitíssimo mais difundido do que hoje — assumiram funções antroponímicas; e justamente isto nos faz conceber que uma designação como *catralvo* pudesse ser empregue como apelido ou apelido-alcunha (1), nesta categoria se fixando ao depois como nome local; também *façalvo* se converteu certamente em nome pessoal, pois afigura-se-nos evidente que uma alcunha aparece no topónimo *Monte da Façalva* (Santana da Serra / Ourique) (2); aliás, o apelido *Manalvo* (Caxarias / V. N. de Ourém) não vemos que possa ter outra origem senão *manalvo*, designação hípica (3).

IV

CHIPAR DE BAIXO e *CHIPAR DE CIMA* (VILARINHO DO BAIRRO / ANADIA)

Em 1527, registou-se *Chupar na Pele (Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 279); em 1689, *Pouoa do Chopar de sima (sic)* e *Pouoa do Chopar de bayxo* (4); em 1758, *Chipar de sima (sic)* e *chepar de bayxo* (5); em 1875, *Chepar de Cima* e *Chepar de Baixo* (6). O recente *Dicionário Corográfico* de AMÉRICO COSTA regista (vol. V, págs. 475 e 478) *Chepar...* e *Chipar...*; esta é a forma de uso, senão exclusivo, mais frequente e por isso a preferimos (7).

Evidentemente aquele *Chupar na Pele*, a forma mais remota com que conseguimos documentar a existência do

(1) Ou porque houvesse qualquer relação, embora ténue, entre a pessoa e a característica própria que *catralvo* traduz, ou muito simplesmente porque existiu uma relação de possuidor-possuído.

(2) Neste caso pode ter-se aplicado o qualificativo *façalvo* originàriamente na forma feminina ou na forma masculina, vindo, porém, a fixar-se na forma feminina, sendo porventura a *Façalva*, a filha, a viúva ou a herdeira do *Façalvo;* de qualquer forma (seja *ab initio* masculino, seja feminino), a origem está fora de boa dúvida.

(3) Alcunha de um tipo diverso e que é uma palavra também pertencente à terminologia hípica é *Esparvonado* (Vila Real): o chamadoiro aplicou-se a um indivíduo cujo modo de andar sugeria o defeituoso andar dos cavalos *com esparvão* ou *esparvonados*.

(4) V. R. DE MEIRELES, *Prontuário das Terras de Portugal*, págs. 348 e 349 (na Torre do Tombo).

(5) *Dicionário Geográfico Manuscrito* da Torre do Tombo, vol. 41.º, pág. 1943; na forma que lemos *chepar...* é difícil saber se temos de facto um *e* ou, como parece mais provável, um *i* não pontuado.

(6) J. M. BAPTISTA, *Corografia Moderna*, Lisboa, 1875, vol. III, pág. 41; no *Dicion. Geogr.*, que constitui o vol. VII da *Corogr.* do mesmo autor e que é de 1878, regista-se igualmente *Chepar...*

(7) Digamos ainda que as pessoas do lugar e cercanias proferem às vezes por gracejo, gracejo que redunda numa restituição à forma primitiva, *Chupar*.

lugar, assenta numa alcunha; isto é, temos aqui um caso idêntico a outros que nestas notas temos estudado, tendo apenas de particular o entrar na sua constituição (o que é raro) um infinitivo; assim, e para citar apenas exemplos modernos, as alcunhas frásicas constam quase sempre de dois elementos, sendo o primeiro verbal e o segundo nominal-objectivo: *o Bebe-Água* (Glória / Aveiro e S. Mamede do Coronado / Santo Tirso), *o Chupa-o-Ovo* (Vila Real), *Fura-Buracos* (Torres Novas), *Mata-a-Burra* (Vila Real), *Mata-fome* (Alcanena), *Mata-Gatos* (Vieira do Minho), *o Mata-Homem* (V. N. de Gaia), *o Papa-Merendas* (Sardoura / Castelo de Paiva), *Pinta-o-Caneco* (Nazaré), *Rilha-Cacos* (Alijó), etc., etc. (1). Mas, se com efeito o elemento verbal é a maior parte das vezes uma forma verbal na 3.ª pessoa do singular, não é menos exacto que surgem às vezes alcunhas constituídas total ou parcialmente por formas verbais infinitivas: *o Sempre-a-Andar* (Vera Cruz / Aveiro), *o Tremer* (Fontelas / Régua), *o Miolos-a-abanar* (Vila Real) e o *Chupar-na-Pele*, tendo este no transcurso do tempo sofrido, como vimos e já empregue toponìmicamente, redução na parte terminal.

A alteração do timbre da vogal da sílaba pretónica deve-se fundamentalmente à circunstância de a essa vogal estar contíguo o fonema constritivo representado pelo dígrafo *ch*; casos paralelos são *chimaço* < *chumaço*, *chicolate* < *chocolate* e, com a constritiva sonora correspondente *j*, *jibão* < < *jubão* (2); documentaremos melhor um dos exemplos alegados por CAROLINA MICHAËLIS e juntaremos outro: a *corucheo* do séc. XV, sucedem-se, no séc. XVI, *corichéo* (3) e *curucheo* (4); a uma forma *sojugouha* (= subjugou-a) do séc. XIV (L. CINTRA, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, pág. 104), sucedem-se nos sécs. XV e XVI formas como *sogiguar*, *sojigar* ou *sogigar* (vid., v. g., VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao...s Açores*, págs. 188 e 189; *Cancioneiro Geral*, f. LXV-r.; *Subsídios* de CORTESÃO (5).

Que tenha havido ou haja ainda hoje uma oscilação *Chipar* / *Chepar*, não deve causar-nos estranheza, pois tal

---

(1) Algumas destas alcunhas frásicas acabaram por fixar-se como apelidos; outros exemplos antigos e modernos, diversamente documentados, podem ver-se *apud* J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponimia Portuguesa*, pags. 278-281.

(2) CAROLINA MICHAËLIS, *Revista Lusitana*, vol. I, pág. 304, onde se alinham muitos outros exemplos.

(3) JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Lingua Portuguesa*, s. v. *coruchéo*, cita esta forma e a anterior.

(4) Em documento de 1540, *apud* BRAANCAMP FREIRE, *Gil Vicente Trovador Mestre da Balança*, Lisboa, 1944, 2.ª ed., pág. 527.

(5) J. J. NUNES, *Gramática Histórica*, 2.ª ed., pág. 131.

facto é consequência, por um lado ($i > e$) da medialidade átona do *i* (cfr. *vezinho*, *menistro* e *inemigo* por *vizinho*, *ministro* e *inimigo*), por outro ($e > i$) da contiguidade do som palatal *ch* (cfr. *chigar* e *fichar* por *chegar* e *fechar* [1]).

V

RECHICO (CANELAS / ESTARREJA)

O topónimo é curioso porque assenta numa base que teve mais de um tratamento em português: *rivulu-* ou *rivu-siccu-*.

Assim a uma forma de 1258, *Riuio sicco (Inquisitiones*, pág. 775-2.ª col.) corresponde hoje e naturalmente *Rio seco* (Travanca de Lagos / Oliveira do Hospital); mas a *riu sicu* de 1077 [2], *Riuulo sicco* de 1220 [3] e *relocjquo* de 1514 [4] corresponde indubitàvelmente o topónimo *Rechico*. No lugar passa um ribeiro temporário — circustância que de forma imediata explica a designação: *rio* que, com mais ou menos frequência ou demora, está *seco*.

O que a um leigo poderá afigurar-se um tanto insólita é a evolução fonética, mas a verdade é que ela é perfeitamente explicável, como veremos [5].

A evolução dos elementos iniciais tem paralelo no que sucedeu com *rio de vides* de 1201 [6], *Rio de Vides* de 1530-1531 [7] identificáveis com *Redevides* (Eucízia / Alfândega da Fé); e já não nos surpreende a existência de formas diver-

---

(1) LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse*, págs. 102 e 122 respectivamente.

(2) *Diplomata et Chartae*, pág. 334.

(3) Neste *Arq. do Distr. de Aveiro*, vol. II, págs. 285 e 286.

(4) Neste *Arq. do Distr. de Aveiro*, vol. II, pág. 42, forma cuja grafia é evidentemente defeituosa. Na má versão das Inquirições de 1290 vem *Rio Seco (Arquivo Histórico de Portugal*, vol. II, pág. 123).

(5) Não é este o único *Rechico* < *rivulu- siccu-*; sem embargo do que afirma o Sr. Prof. Lindley Cintra, *Toponymie Léonaise au Portugal: La Région de Riba-Coa*, pág. 13 (separ. de *Actes et Mémoires du V Congrès International de Sciences Onomastiques*, vol. I, Salamanca, 1958). o *Rio Chico* da carta que utilizou é muito provàvelmente um afeiçoamento de *Rechico; Archico* ou *Arrechico* é o nome dado ao lugar (conc. de Figueira de C. R.) onde nasce a *Ribeira de Aguiar* ou *Ribeira da Granja*, designações do mesmo curso de água afluente da margem direita do Coa. Pedro de Azevedo, que reuniu (*Rev. Lus.*, vol. XIII, págs. 5-6) tantos materiais para o estudo deste topónimo, parece não só ter tirado algumas ilações indevidas, como ter induzido o Sr. Prof. Cintra a fazer afirmações que virá certamente a rectificar no estudo minucioso sobre a região que é prometido em pág. 14 do citado opúsculo *Topon. Léon. ...*

(6) FRANCISCO MANUEL ALVES, *Memórias histórico-arqueológicas do distrito de Bragança*, vol. IV, pág. 162, nas confrontações do foral de Junqueira da Valariza.

(7) *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pág. 260.

gentes como *Redemoinhos* (Carrazeda / Amares) e *Rio de Moinhos* (diversos) ou *Redemouro* (Parada / Monção) e *Rio de Mouro* (freg. de Sintra) ou *Rechico* e *Rio Seco*... (1).

A palatalização do *s-* de *siccu-* é do tipo da que se observa em *syringa* > *seringa* > *xeringa*. Aos muito numerosos exemplos que aduz J. DA SILVEIRA (2) juntaremos apenas casos em que a aludida palatalização se processa mesmo em posição intervocálica, porquanto no caso de que nos ocupamos, *Rivulu- Siccu-* > *Rechico*, há a notar que a primeira palavra estava em próclise (justamente por isso sofrendo a tratamento que já historiámos), não sendo, portanto, inteiramente exacto considerar o *s* de *siccu-* como puramente inicial: em documento de 1123, falando-se do orago da freg. de Paranhos, S. Veríssimo, diz-se *s. ueriximi* ou *s. verissimi* (3); nas *Inquirições* de 1220, aparece também uma forma hagionímica *Vereximo* ao lado de *Verisimo* (4); mais recentemente *sanguixuga* (5); e formas populares modernas, *inxinar* e *dixe*, por *ensinar* e *disse* (6).

E é afinal no *i* da sílaba tónica que reside a maior dificuldade histórico-fonética do topónimo; é que, sendo o *i* do latim *siccu-* um *i* breve, deveria ter-se em português um *ê*, como temos aliás, em condições normais, *siccu* > *seco*. E porque terá sido alterado o timbre da vogal tónica, *í* . *é*, porque terá o *e* fechado evolucionado para *i*? Exactamente no ensaio anterior, que versa o topónimo *Chipar*, encontramos um início de explicação: a contiguidade de fonemas

BIBRIA

(1) É evidente que as formas com *re-* inicial, resultando de maior inovação, nem sempre se mantiveram: assim a *Riodemolino* de 1235-1245 (f. 7-v. do Rol das Igrejas da gav. 19— maço 14—n.º 7 da Torre do Tombo), *Rio de Molinis* de 1258 (*Inquisitiones* pág. 390-2.ª col.) e *Redemoynhos* de 1527 (*Arquivo Histórico Português*, vol. III, pág. 245) corresponde *Rio de Moinhos* (freg. de Arcos de Valdevez); também *Redemouro* do conc. de Monção aparece às vezes com a forma de *Rio de Mouro*. São compreensíveis estas restituições se nos lembrarmos de que nos lugares passam cursos de água e existe, para designar estes, a palavra *rio*...

Não deixaremos de trazer para aqui um exemplo curioso da mesma evolução na nossa região, sendo que se trata duma unidade antroponímica e não toponímica: é conhecido em Aveiro o apelido *Retinto* cujo portador é descendente de um indivíduo a quem se chamou o *Rio Tinto*, por ser originário de *Rio Tinto* (Soza / Vagos).

Como já ensinou L. DE VASCONCELOS, *Esquisse*, pág. 87, a evolução é efeito da próclise; um dos seus exemplos é *Ri-Maior* = *Rio Maior*.

(2) *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, págs. 416-424 e E. D. WILLIAMS, *From Latin to Portuguese*, pág. 61.

(3) *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924, págs. 42 e 43.

(4) *Inq.* cit., pág. 65-2.ª col. e *passim*.

(5) JOÃO ANTÓNIO GARRIDO, *Livro de Agricultura*, Lisboa, 1828, pág. 59.

(6) LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse*..., pág. 115 e do mesmo *Lições de Filologia*, págs. 53-54 da 1.ª edição. Evidentemente aos dois exemplos que aqui deixamos, fácil seria acrescentar outros.

palatais, como os que indicamos por *s*, *ch*, etc., traduz-se articulatòriamente por um aperto do canal bucal correspondente à prolação de um *i*; e sucede que neste caso de que agora nos ocupamos a *apertura* (não *abertura*) do canal bucal é reforçada pela presença da oclusiva *c*, e o *e* fechado assim situado evoluiu naturalmente para *i*, tanto mais tratando-se de um topónimo acerca do qual se tinha perdido a noção de qualquer relação com *siccu-* > *seco* (1).

Exemplos de *e* > *i* nas condições indicadas, encontramo-los em *Siqueyros* de 1278 (*Rev. Lusit.*, vol. 11.°, pág. 89) que continuava a ser, em 1527, *syqueiros* (*Cadastro da População do Reino*, pág. 178) e é hoje *Sequeiros* (S. Martinho das Moutas / S. Pedro do Sul), restituição evidente por influência de *seco;* também *Siqueira* era a forma antiga corrente do apelido *Sequeira;* formas antigas e também populares de hoje são, entre muitas outras (2), *sigurança, rigueiros* e *piqueno* (3).

É bem verdade que pode ainda dizer-se que as condições não são as mesmas: em *Rechico*, *e* > *i* incidiu sobre vogal tónica e, nos exemplos acima aduzidos, o mesmo fenómeno produziu-se em sílaba pretónica. Há, todavia, um exemplar toponímico, que lamentamos não poder documentar a partir de épocas mais remotas, que confirma a viabilidade da aludida evolução mesmo em sílaba tónica: em 1527, *Souto Ciqo* (*Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 246) e hoje *Souto Sico* (Arrabal / Leiria) (4).

bibRIA

VI

RUA CEGA

Além da rua em Arada / Aveiro (5), existem com este nome duas povoações (1. — Vila Franca / Viana do Castelo

(1) O assunto mereceria um exame mais detido que talvez nos conduzisse a conclusões interessantes. Aqui queremos sòmente acentuar que em *Rechico* nos surge uma daquelas evoluções *caprichosas* tão típicas da toponímia. De resto, a vogal final terá também contribuído para a *apertura* de que falamos.

(2) Entenda-se que nas palavras que se seguem a *apertura* pode resultar de palatal e oclusiva (*s* — *g*), de uma oclusiva (*g*) ou de duas oclusiva (*p* — *c*).

(3) Respectivamente ap. P. Bolêo, *Filologia e História*, pàg. 33 (doc. de 1648), ap. L. Cintra, *Crón. Geral de Espanha de 1344*, vol. 11, pág. 140 e Rodrigues Lapa, *Livro de Falcoaria de Pero Menino*, pág. 6 e *passim:* aliás, *piqueno* é corrente nos autores clássicos.

(4) Devemos o conhecimento deste topónimo *Souto Sico* (escrito de mui diversas maneiras hoje) ao Senhor Dr. Joaquim da Silveira — o que cumpre registar e agradecer mais uma vez.

(5) Hoje oficialmente designada de *Rua João Gonçalves Neto*, mantendo-se, todavia, popular e generalizadamente o velho nome.

e 2. — S. Salvador de Padreiro / Arcos de Valdevez) fora do distrito. E de documentos antigos conhecemos designações comuns que vem a propósito lembrar: em 1261, *rua ceca* (*Arquivo Histórico Português*, vol. v, pág. 462); no séc. XV, *rua cega* e *rua Cega* (GABRIEL PEREIRA, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, vol. I, pág. 118).

Mesmo sem conhecer o significado que podia conter o latim *caecus* 'tapado, sem saída' (cfr. *caeco lateri*, bem conhecida expressão da *Eneida*), nem o significado evidente de 'entupir, cerrar, obstruir' que *cegar* tinha no português antigo (1), a explicação justa destes topónimos acode naturalmente a quem pense neles. De resto, em castelhano ainda é corrente a expressão *calle ciega* a significar o que nós chamamos *beco sem saída*. De 1556 ou anos próximos seguintes, é a esclarecedora frase, ... *caminho* ... *ho qual está cuberto e cego do mõturo* (2), na qual, fora de qualquer dúvida, se fala de um caminho obstruído pelo monturo.

Ora a *Rua Cega* de Arada é ainda hoje não mais que uma serventia de carácter rural, embora ladeada de muitos edifícios, que vai ter a um sítio chamado *Vale do Clérigo* onde existem vinhas e pinhal, isto é, vai ter a um sítio que outrora não estava arroteado. Foi indubitàvelmente a circunstância de a rua terminar na gândara (para nos servirmos da designação local para o terreno não-arroteado) que originou o chamadoiro: na gândara, no mato, *cegava* a rua, ou seja, tinha aí o seu *terminus*. E o aparecer-nos hoje esta *Rua Cega* de Arada ligada ininterruptamente com o caminho que leva do Bom Sucesso à Costa do Valado não infirma o que aqui se diz: este caminho passa um pouco ao Sul da *Rua Cega* e quase perpendicularmente a esta e é mais que admissível supor que, em dada ocasião, uma ligação tivesse sido rompida entre o *terminus* da *Rua Cega* e o caminho do Bom Sucesso para a Costa do Valado — ligação esta, lembremos, que ainda hoje vai na sua parte terminal através do pinhal.

1958.

PEDRO CUNHA SERRA

(1) Significando *cego* 'entupido, tapado'; vid. dicionários, em especial o *Tesouro da Lingua Portuguesa* de FREI DOMINGOS VIEIRA que regista muitos exemplos antigos.

(2) *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis*, pág. 106.

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 153)

B

bibRIA

1 **Baltasar do Amaral Tavares** — Mestre em Artes, Bach.el formado em Cânones; natural de Lisboa; filho de *Roque Tavares do Amaral, natural de Castelãos, Vale de Cambra,* e de Ana Delgada de Abreu, natural do Porto; neto paterno de *Duarte Tavares, natural de Castelãos,* e de *Briolanja Leite,* natural do Porto, e materno de Baltasar Delgado, natural do Porto, e de Isabel Anes.

1602 — Não consta a data da concessão da respectiva Carta de Familiar.

Baltasar — m. 1, n.º 23

2 **Baltasar Pereira Rosario** — *natural da freg. de Paços de Brandão, Feira;* filho natural do P.e António Pereira de Sampaio, natural de Sampaio da Portela, Penafiel, e de *Isabel Fernandes, natural de Paços de Brandão;* neto paterno de Baltasar Gonçalves e de Filipa Jorge, do lugar do Barreiro, Sampaio da Portela, e materno de *Manuel Fernandes, natural de S. João de Ver, Feira,* e de *Margarida Gonçalves, natural de Paços de Brandão;* casado com *Isabel Coelho, natural de Moselos, Feira,* filha de *Simão Rodrigues, de Moselos,* e de *Maria Fernandes, do lugar de Lavandeira, freg. de S. João de Ver,* neta paterna de *Simão Rodrigues, do lugar de Vilas, freg. de Moselos,* e de *Isabel João, de Oleiros, Feira,* e materna de *Domingos Fernandes, de Lavan-*

deira, e de *Maria Coelho, de Pousadelo, freg. de Nogueira, Feira.*

1707 — Foram aprovadas as diligências, mas não consta a data da concessão da respectiva Carta de Familiar.

Baltasar — m. 5, n.º 89

3 **Baltasar da Silva** — ourives de ouro; natural da freg. de S. Martinho da Várzea do Douro, Sobre o Tâmega, e morador no Porto; filho natural do P.e Baltasar da Silva Cabral, natural de S.ta Clara do Torrão, e de Mariana Ribeira, moça solteira, natural da freg. de S. João de Pendurada, moradora em S. Martinho da Várzea do Douro; neto paterno de Bartolomeu da Silva e de Leonor Rodrigues, naturais e moradores em S.ta Clara do Torrão, e materno de Domingos Alves e de Maria Ribeira, de S. João de Pendurada; casado com Maria da Rocha, natural de S. Pedro da Boavista, Penafiel, filha de Gaspar Nunes e de Domingas Gonçalves, neta paterna de Gonçalo da Rocha e de Catarina Brás, todos de S. Pedro da Boavista, e materna de *Gaspar Alves* e de *Isabel Antónia, de S. Pedro de Canedo, Feira.*

Carta de Familiar de 11 de Março de 1701.

Baltasar — m. 5, n.º 83

bibRIA

4 **Baptista da Costa Aureliano Pereira da Cunha** — natural do Amial e morador em Coimbra; filho natural de Luís Pereira da Cunha Cardote, natural e morador em Coimbra, e de *Brizida de Morais, natural de Ventosa do Bairro, Mealhada;* neto paterno de António Pereira da Cunha Cardote, Familiar do S.to Ofício, natural de Guimarães, e de Mariana da Costa, natural de Coimbra, onde eram moradores, e materno de *Manuel João, o «Manas»*, e de *Clara de Morais, naturais e moradores em Ventosa do Bairro.*

Provisão de propriedade do Ofício de Depositário do Fisco de Coimbra de 23 de Maio de 1736.

Baptista — m. 1, n.º 7

5 **Baptista Pereira da Costa** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Martinho de Moselos, Feira,* e morador na de N.a Sr.a de Carijós, Rio das Mortes, Minas Gerais; filho de *Manuel Pereira, da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira,* e de *Cecília Francisca, do lugar de Seitela, freg. de Moselos;* neto paterno de *João Pereira* e de *Maria Antónia, naturais e mora-*

dores na freg. de S. Cipriano, e materno de *António Francisco, natural de Seitela*, e de *Isabel Jorge, natural da Ponte Nova, freg. de S.ta Maria de Lamas, Feira, e moradores em Seitela;* ajustado para casar em 1754 com Vitória Maria, natural da freg. da Candelária da vila da Madalena, Ilha do Pico, filha de Manuel de Sousa Vieira e de Domingas do Espírito Santo, neta paterna de Mateus Vieira Leitão e de Maria de Sousa, e materna de João Rodrigues Serpa e de Águeda Rodrigues de Mena, todos da Candelária.

Carta de Familiar de 18 de Setembro de 1750.

Baptista — m. 1, n.º 8

6 **Barnabé Nogueira de Barros** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Pedro de Vilar do Paraíso, Feira* (1), e morador na Baía; filho de *Pantaleão de Crasto, de Vilar do Paraíso*, e de *Madalena de Barros, da freg. de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura, Feira;* neto paterno de *João Manuel*, de Crasto, freg. de Perozinho, Vila Nova de Gaia, e de *Maria Gonçalves, de Vilar do Paraíso*, e materno de *Domingos Nogueira* e de *Maria de Barros, de Nogueira da Regedoura;* casado com Isabel Bernardes, natural e moradora na freg. da Conceição da cidade da Baía, filha de Manuel Domingues, de Valadares, e de Maria Bernardes, da freg. da Conceição da Baía, e aí moradores, neta paterna de Pedro Domingues e de Maria Domingues, naturais e moradores em S. Salvador de Valadares, e materna de Bernardo Fernandes e de Isabel Fernandes, naturais da freg. de S.to Ildefonso do Porto e moradores na Baía.

Carta de Familiar de 2 de Outubro de 1709.

Barnabé — m. 1, n.º 6

7 **Barnabé Topete Sotomaior** — *Comendador de S. Miguel da vila de Aveiro na Ordem de S. Bento de Avis*, morador em Lisboa; filho de Pedro d'Alva Sotomaior e de Catalina Chamico Topete Sotomaior; neto paterno de Francisco d'Alva Sotomaior e de Catalina Melgar, e materno de Fernando Topete Sotomaior e de Isabel Correia da Silva, todos da vila de Valença d'Alcântara, Castela; casado com D. Maria Amado, filha de André Amado

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

e de Beatriz Neto, naturais e moradores em Vila Franca de Xira, neta paterna de Lourenço Amado Caldeira e de Beatriz Eanes Monis, moradores em Aljubarrota, e materna de Diogo Baracho e de Beatriz Neto, de Vila Franca de Xira, todos, de parte a parte, gente nobre e fidalga.

1607 — Acha-se incompleto este processo.

Barnabé — m. 1, n.º 2

8 **Bartolomeu Álvares da Silva** — *natural de S. Vicente de Louredo, Feira,* e morador nas Minas Gerais do Ouro Preto, bairro do Curralinho, freg. de N.ª Sr.ª da Nazaré da Cachoeira, termo de Vila Rica; filho de *Manuel Alvo* e de *Antónia da Mota, de S. Vicente de Louredo;* neto paterno de *Gonçalo Manuel, de S.ta Maria de Sandim, Feira* (1), e de *Águeda Manuel, de S. Vicente de Louredo,* e materno de *Pedro da Mota* e de *Maria Antónia, do lugar da Mota, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira.*

Carta de Familiar de 30 de Janeiro de 1736.

Bartolomeu — m. 4, n.º 82

bibRIA

9 **Bartolomeu Gomes** — *natural* do *lugar da Murtosa, freg. de S.to André de Mosteiró, Feira;* filho de *André Gomes,* também *natural da Murtosa,* e de *Maria Fernandes, natural da freg. de S. Pedro de César, Oliveira de Azeméis,* e *moradores no lugar citado;* neto paterno de *André Rodrigues* e de *Maria Antónia, naturais da Murtosa,* e materno de *António Alves, natural de S. Pedro de César,* e de *Lucrécia Fernandes, natural da freg. de Milheirós de Poiares, Feira,* e *moradores em Vilarinho, Oliveira de Azeméis;* irmão de *Isabel Gomes,* casada com Manuel da Silva, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 26 de Novembro de 1698.

Bartolomeu — m. 3, n.º 56

10 P.e **Bartolomeu Lopes** — sacerdote de missa; *natural e morador em Aveiro;* filho de *António Lopes,* carpinteiro, *natural do Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis,* e de *Antónia Dias, natural de Aveiro;* neto paterno de *Lopo Álvares* e de *Isabel Pires, de Pinheiro da Bem-*

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

posta, e materno de *João Dias* e de *Maria Dias, de Aveiro*.

1615 — Foram aprovadas estas diligências, mas não consta a data da concessão da respectiva Carta de Familiar.

Bartolomeu — m. 1, n.º 4 bis

11 **Bartolomeu Lopes** — mercador e morador na freg. de S. Bartolomeu de Coimbra; filho de Bartolomeu Lopes, de Alfarelos, termo de Montemor-o-Velho, e de Maria João, da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra; neto paterno de Bartolomeu Rodrigues e de Maria Lopes, de Alfarelos, e materno de António Fernandes, do Outeiro, termo de S. Pedro do Sul, e de Domingas João, de Coimbra; ajustado para casar em 1682 com Mariana Ribeiro de Oliveira, natural de Coimbra, filha de *Simão Luís de Oliveira, natural de Avelãs do Caminho, Anadia,* e de Maria Ribeiro, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de *Luís André, de Barrô, Águeda,* e de *Maria João, de Avelãs do Caminho, e aí moradores,* e materna de Luís Ribeiro e de Helena da Cruz, de Coimbra.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1665.

Bartolomeu — m. 1, n.º 42

12 **Bartolomeu Moreira do Couto** — advogado na Relação do Porto; natural da freg. de S. Miguel de Varziela, Felgueiras, e morador no Porto; filho de Tomás Moreira Ribeiro e de Maria do Couto, de S. Miguel de Varziela; neto paterno de João Moreira e de Maria Ribeira, da freg. de N.ª Sr.ª de Frejim, S.ta Cruz da Riba-Tâmega, e materno de José da Silva e de Maria Dias Pereira, de S. Miguel de Varziela; ajustado para casar em 1734 com D. Isabel Felizarda de Aguiar, natural do Porto, filha de João Francisco de Aguiar e de Maria Helena de Aguiar, moradores na R. Chã, no Porto, neta paterna do *Capitão Francisco Carneiro da Silva* e de *D. Isabel de França, moradores na Quinta de Verdemilho, freg. de S. Pedro de Aradas, termo de Aveiro,* e materna de José Bernardo da Silva e de Petronilha Rafaela da Silva, moradores na R. Escura, à Senhora do Ferro, no Porto. Parece haver enviuvado pois novamente ajustou casamento em 1739 com D. Antónia Josefa Caetana de Oliveira Pinto, filha do Capitão António Rodrigues Pinto, Patrão-mor da Ribeira das Naus da cidade da Baía, e de D. Teresa Josefa de Oliveira Pinto, moradores na Quinta do Outeiro, freg. de Fonte Arcada, neta paterna de Manuel Pinto e de Estefânia Rodrigues, de

bibRIA

S. Lourenço, freg. de Paço de Sousa, e materna de António Francisco de Oliveira e de Antónia de Oliveira, moradores na R. da Madragoa, freg. de Santos, Bairro do Mocambo, em Lisboa.

Carta de Familiar de 28 de Novembro de 1733.

Bartolomeu — m. 4, n.º 79

13 **Bartolomeu de Oliveira** — mercador; *natural e morador em Aveiro;* filho de *Manuel de Oliveira* e de *Maria das Neves, naturais e moradores em Aveiro, freg. de S.ta Cruz;* neto paterno de *André Fernandes* e de *Isabel Fernandes, do Souto, freg. de S. Miguel, Feira,* e materno de *Tomé Fernandes Baxela,* da freg. de S. Jorge, Condeixa-a-Velha, e de *Leonor André, natural de Aveiro;* casado com *Giralda das Neves,* filha de *João Rodrigues* e de *Maria Rodrigues, moradores em Aveiro,* neta paterna de João Rodrigues, da Póvoa do Bispo, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição, Cantanhede, e de *Maria André, de Aveiro, freg. de S.ta Cruz,* e materna de *Manuel Gonçalves Caravela* e de *Maria Rodrigues, da freg. de S.ta Maria de Esmoriz de Ovar.*

Carta de Familiar de 6 de Junho de 1696.

Bartolomeu — m. 3, n.º 57

bibRIA

14 P.e **Bartolomeu Urbano** — *morador em Aveiro;* filho de *Francisco Enes Urbano, de Aveiro,* e de *Isabel de Pinho, de Águeda;* neto paterno de *Bartolomeu Francisco Urbano* e de *Maria Afonso, de Aveiro,* e materno de *Diogo Gonçalves* e de *Guiomar de Pinho, de Águeda.*

1629 — O Processo acha-se muito incompleto.

Bartolomeu — m. 1, n.º 22

15 **Belchior Correia de Vasconcelos** — *escrivão em Aveiro;* filho de Afonso Mendes de Vasconcelos e de Ana Vieira, moradores na Quinta do Paço, freg. de S. Lourenço, Benviver; neto paterno de Duarte Mendes de Vasconcelos e de Filipa Cerveira, moradores na Quinta da Várzea, freg. de S. Martinho, Benviver, e materno de Jorge Vieira e de Maria Gonçalves, moradores na Quinta do Paço; casado com *Maria de Andrade,* filha de *Manuel Ribeiro de Andrade, natural de Aveiro,* e de *Ana Soares,* natural de Santarém, *moradores em Aveiro,* neta paterna de *António Ribeiro* e de *Maria de Andrade,*

de Aveiro, e materna de Álvaro Pires e de Brites Soares, de Santarém.

1621 — Processo truncado.

Belchior — m. 1, n.º 4

16 P.e **Belchior Machado** — *Abade da paróquia de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga;* natural da freg. de N.ª Sr.ª de Ureia, Vila Pouca de Aguiar; filho de António João, natural de Bragado, freg. de S. Pedro, Vila Pouca de Aguiar, e de Domingas Machada, natural de Sabroso, freg. de N.ª Sr.ª de Ureia, e aí moradores; neto paterno de Domingos João e de Maria Domingues, de Bragado, e materno de Inácio Machado e de Ana Jorge, de N.ª Sr.ª de Ureia.

Provisão de Comissário de 19 de Outubro de 1731.

Belchior — m. 3, n.º 46

17 Lic.º P.e **Bento de Almeida** — *Prior da Igreja de S. Paio de Arcos, Anadia;* natural de Lisboa; filho de Manuel de Almeida e de Joana Serrão de Pavia; irmão inteiro de Rui da Costa de Almeida, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do S.to Ofício.

Provisão de Comissário de 23 de Julho de 1679.

Bento — m. 1, n.º 24

18 **Bento de Almeida Cabral** — morador na sua *Quinta de Oliveirinha, freg. de S.to Isidoro da vila de Eixo, Aveiro;* filho do Lic.º Luís Cordeiro Matoso e de Antónia Soares, da freg. da Sé de Coimbra; neto paterno de Gaspar Cordeiro e de Ana Matosa, do lugar do Espinhal, freg. de S. Sebastião, Penela, e materno de António Lourenço e de Luísa Gomes, também da freg. da Sé de Coimbra; casado com *Isabel da Silva*, filha de *João Tenreiro* e de *Catarina da Silva, do lugar de Oliveirinha, freg. de S.to Isidoro de Eixo*, neta paterna de *António Delgado* e de *Isabel Francisca, de Aveiro*, e materna de *Sebastião da Silva* e de *Isabel Vieira, da Granja, freg. de Eixo.*

Carta de Familiar de 28 de Fevereiro de 1692.

Bento — m. 3, n.º 52

19 **Bento António de Sampaio** — B.el formado em Leis; natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra; filho do Des.er Bento da Costa Oliveira e Sampaio, Familiar do S.to Ofício, e de D. Teresa Luísa de Sampaio, moradores em Coimbra; neto paterno de Francisco da Costa de Oli-

biblRIA

veira e de D. Joana Baptista de Sampaio, e materno de *Francisco Álvares Ferreira, Sargento-mor da vila de Ovar,* Familiar do S.to Ofício, e de D. Maria das Neves.

Carta de Familiar de 9 de Outubro de 1759.

Bento — m. 13, n.º 187

20 **Bento Aranha de Araújo** — mercador; morador no Porto na R. do Pé das Aldas, freg. da Sé; filho de Manuel Aranha e de Maria de Araújo, da freg. de Vila Verde de S. Mamede de Coido, termo de Ponte da Barca; neto paterno de Francisco Álvares e de Isabel Gonçalves, da freg. de Santiago de S. Pris, termo da Barca, e materno de Pedro Fernandes da Costa, da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção, Couto de Arvim da Nóbrega, e de Marta de Araújo, da freg. de S.ta Maria de Árias; casado com D. Isabel de Araújo, filha de Francisco Correia e de Maria Coelha, neta paterna de Francisco Gonçalves, de alcunha «o Mocho», natural da freg. de Quintans, Vila Boa do Bispo, e de Isabel Rodrigues, natural de Landim, Famalicão, e moradores no Porto, na Ferraria de Cima, freg. de N.ª Sr.ª da Vitória, e materna de *António Coelho, da freg. de Santiago de Louvosa, Feira,* e de *Antónia Francisca, da freg. de S. Nicolau da vila da Feira,* e moradores no Porto.

Carta de Familiar de 30 de Maio de 1711.

Bento — m. 6, n.º 97

21 **Bento Correia Pimentel** — escrivão da Câmara Arcebispal de Braga e Sargento-mor da mesma cidade; filho de Cristóvão Correia Barreto, também escrivão da Câmara Arcebispal de Braga, e de Isabel de Medeiros Pimentel; neto paterno de *Gaspar Correia Barreto,* Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, *natural da Terra da Feira,* e de Mécia Mendes de Carvalho, natural de Beja, e materno de Gaspar de Medeiros e de Maria Pimentel da Rocha, de Braga; sobrinho materno do P.e Mestre Frei Filipe da Rocha, Classificador do S.to Ofício; casado com sua prima Mariana Pimentel, filha de Francisco Pimentel, irmão inteiro do citado P.e Mestre Filipe da Rocha, e de Jerónima Peixota dos Guimarães, natural de Braga. neta paterna dos pais do mesmo Padre, e materna de Francisco Peixoto dos Guimarães, escrivão da Câmara de Braga, e de Isabel Correia, naturais de Braga.

Carta de Familiar de 2 de Janeiro de 1668.

Bento — m. 1, n.º 25

biblRIA

22 **Bento Ferreira Guimarães** — *mercador em Aveiro;* natural da freg. de S. Lourenço de Sande, termo de Guimarães; filho de António Ferreira, lavrador, e de Jerónima Gonçalves, naturais e moradores no Souto, freg. de S. Lourenço de Sande; neto paterno de Jerónimo Francisco, lavrador, da freg. de S. Tomé de Caldelas, e de Jerónima Rodrigues, da freg. de S. Lourenço de Sande, e materno de Domingos Gonçalves, lavrador, e de Domingas Fernandes, de S. Lourenço de Sande; ajustado para casar em 1769 com *Teresa Clara, natural de Aveiro,* filha de *Dionísio dos Santos, da freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação de Aveiro,* e de *Máxima Maria do Rosário, da freg. do Espírito Santo de Aveiro,* neta paterna de *Inácio João* e de *Maria dos Santos Morena, da freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação,* e materna de *José Dias dos Santos, da freg. do Espírito Santo,* e de *Andreza de Sousa,* da freg. de S.ta Justa de Coimbra.

Carta de Familiar de 16 de Maio de 1756.

Bento — m. 12, n.º 177

23 **Bento Francisco Pereira Guimarães** — homem de negócio; natural da freg. de S. Pedro da Polvoreira, Guimarães, e morador na vila de Azambuja; filho de Francisco Dias e de Catarina Mendes, de S. Pedro de Polvoreira; irmão de José Dias de Oliveira Guimarães, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar em 1764 com Gertrudes Leocádia de Sant'Ana, filha de José António da Fonseca e de Bárbara Maria da Silva, de S. João Baptista do Cartaxo, neta paterna de *Manuel António, de Aveiro,* e de Joana Maria, de S.ta Maria de Almoster, e materna de José Martins e de Bárbara da Silva, do Cartaxo.

Carta de Familiar de 18 de Agosto de 1761.

Bento — m. 13, n.º 195

24 **Bento Gomes Castanheira** — B.el formado em Coimbra; natural da freg. de Santiago de Coimbra e morador na mesma cidade; filho do Lic.º António das Neves Castanheira e de Maria da Costa, naturais e moradores na referida freguesia; neto paterno de Luís Gomes, solicitador da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, e de Madalena das Neves, naturais e moradores na mesma freguesia, e materno de Manuel Fernandes, imaginário, e de Ana da Costa, naturais e moradores na freg. de S.ta Justa de Coimbra, no Terreiro das Olarias; casado com Maria de S. Bento, filha de João Rodrigues do Vale e de Escolástica de S. Bento, da freg. do Salvador de Coimbra, neta

ICBPIA

paterna de Manuel Rodrigues do Vale e de Madalena Francisca, de Pereiros, freg. de Castelo Viegas, termo de Coimbra, e materna de Simão Fernandes, natural de Povoinha, freg. de Vale de Nizo, termo de Mortágua, e de *Maria André, natural de Pousadores, freg. de Aguada de Cima, Águeda.*

Carta de Familiar de 22 de Setembro de 1698.

Bento — m. 4, n.º 61

25 **Bento José de Almeida** — Doutor em Leis e Opositor na Universidade de Coimbra; filho do *Lic.º José Gomes de Almeida*, Familiar do S.to Ofício, e de *Ana Maria, do lugar de Famalicão, freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia;* neto paterno do *Lic.º Inácio Dias* e de *Antónia de Almeida, da vila de Esgueira,* e materno de *Domingos João Fragoso* e de *Isabel Rodrigues, do Couto de Mogofores, Anadia;* ajustado para casar com *D. Bernarda Joaquina de Vasconcelos, natural de Carvalhais, freg. de Santiago da Moita, Anadia,* filha de *José da Fonseca e Silva* e de *D. Luísa Maria Vicência de Vasconcelos,* neta paterna de Pedro da Fonseca, do lugar de Monte de Lobos, freg. de S. Gens de Pala, Mortágua, e de Mariana da Silva, do lugar de Pala da mesma freguesia, e materna de *António de Arzila de Vasconcelos, de Pedações, freg. de Lamas do Vouga, Águeda,* e de *D. Mónica de Carvalho, da freg. de S.ta Eulália de Águeda.*

Carta de Familiar de 3 de Novembro de 1730.

Bento — m. 8, n.º 124

26 **Bento José Dias da Silva** — natural de Vila do Conde, e *morador na freg. de S. Pedro de Vilar do Paraizo, Feira* (1); filho de Manuel Alberto da Silva, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, natural de Monção, e de D. Teresa Maria da Silva, de Vila do Conde, primos co-irmãos; neto paterno do *Doutor Domingos Dias da Silva, natural do Couto de Vila Nova de Monsarros, Anadia,* Juiz de Fora dos Órfãos do Porto, Familiar do S.to Ofício, e de D. Ana Maria da Silva, da freg. de S. Pedro de Alfema (casado segunda vez com D. Páscoa da Rocha e Silva) e materno do *Dr. João Botelho, natural de S. Vicente da Vacariça, Mealhada,* Familiar do

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

S.to Ofício, e de *D. Esperança da Silva, natural do Couto de Vila Nova de Monsarros.*

Carta de Familiar de 13 de Agosto de 1762.

Bento — m. 14, n.º 198

27 **Bento José Gomes Leite** — negociante; *natural da freg. de S. Martinho do Couto de Cucujães, Oliveira de Azeméis;* filho de *Manuel Gomes Leite* e de *Damásia Gomes, de S. Martinho de Cucujães;* neto paterno de *Manuel Gomes* e de *Custódia Teresa, do lugar das Vendas, freg. de S. João da Madeira,* e materno de *Miguel Gomes* e de *Teresa Gomes, do lugar de Vila Nova, freg. de S. Martinho de Cucujães;* ajustado para casar em 1807 com *Maria Josefa,* filha de *José Francisco* e de *Ana Maria, de Vila Nova,* neta paterna de *Bernardo Francisco* e de *Maria Ferreira, do lugar de Insua, freg. de S. Martinho de Cucujães,* e materna de *Cipriano Gomes, do lugar do Salgueiro, freg. de Santiago de Riba de Ul, Oliveira de Azeméis,* e de *Maria Josefa, de Vila Nova.*

Carta de Familiar de 31 de Janeiro de 1805.

Bento — m. 17, n.º 248

28 **Bento José Leite Cabral** — *natural e morador na Quinta de Eiriz, freg. do Salvador do Vale de Arouca* (1); filho de *Diogo Leite Cabral, de Salvador de Arouca,* e de *D. Joana Jacinta de Matos, da vila de Ovar;* neto paterno de *António Tavares, de Salvador de Arouca,* e de *D. Mécia de Barredo,* da freg. de Almacave, Lamego, e materno de *Manuel da Rocha Tavares, da vila da Feira,* e de *D. Maria de Matos, da de Ovar;* ajustado para casar em 1748 com D. Antónia Micaela da Silva, natural e moradora na Quinta de Siqueiros, freg. de Santiago de Piães, Cinfães, filha de Cristóvão da Silva, da Quinta de Siqueiros, e de D. Maria Vitória da Silva, da Quinta de Fontelas, freg. de S. João de Alpendorada, Marco de Canavezes, neta paterna de Diogo Álvares e de Joana da Costa, da Quinta de Siqueiros, e materna de Manuel Freire Pinto e de Páscoa Maria Valente, da Quinta de Fontelas.

Carta de Familiar de Julho de 1742.

Bento — m. 10, n.º 153

(1) Actualmente da freg. de Urrô, Arouca.

bibRIA

29 **Bento José de Oliveira** — Capitão, natural da freg. de S. Romão de Paredes, Benviver; morador no seu Engenho de Aramaré, freg. de S. Pedro do Rio Fundo, termo da vila de S.to Amaro da Purificação, Com.ca da Baía; filho de João de Oliveira, da freg. de Soalhães, Marco de Canavezes, e de Rosa Caetana, da freg. de S.ta Cristina da vila de Mesão Frio; neto paterno de Domingos Pereira e de Ana de Freitas, de Soalhães, e moradores na Deveza, da mesma freguesia, e materno de Manuel da Fonseca Pinto, de Mesão Frio, e de *Catarina Fernandes, da freg. de S. João de Ver, Feira;* casado com D. Maria Francisca de Jesus, natural do Sítio de Jaceripe, freg. de S. Pedro do Rio Fundo, filha de *António Francisco de Pinho, do lugar de Cedofeita, freg. de S.ta Maria do Vale, Feira*, e de D. Sebastiana Ferreira de S. Francisco, da vila de S.to Amaro da Purificação, neta paterna de *Manuel André, de S.ta Maria do Vale*, e de *Maria Francisca de Pinho, da freg. de S. Martinho de Fajões, Oliveira de Azeméis*, e materna do Sargento-mor André Ferreira e Eça, da freg. de S.to André de Vizela, termo de Guimarães, e de Antónia Pereira, de S.to Amaro da Purificação. Deve ter enviuvado pois em 1772 ajustou para casar com Ana Maria Joana, filha de Baptista de Oliveira e de Margarida Fernandes, moradores na freg. da Sé do Porto, e irmã de Luís de Oliveira e Sousa, Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 6 de Outubro de 1778.

Bento — m. 16, n.º 228

30 **Bento José dos Reis** — homem de negócio, *natural de Lama, freg. de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva*, morador na R. do Souto, freg. da Sé do Porto; filho de *Manuel Carvalho, natural do Ribeiro*, e de *Catarina do Espírito Santo, de Lama;* neto paterno de *Bartolomeu Carvalho* e de *Isabel Gonçalves, do Ribeiro*, e materno de *Francisco Jorge, das Picotas*, e de *Maria Barbosa, de Lama, todos da freg. de S.ta Maria de Sardoura;* ajustado para casar em 1758 com Jerónima Rosa, natural da freg. da Sé do Porto, filha de *Manuel Francisco Carneiro, de Brito, freg. de S. Félix da Marinha, Feira* (1), e de Ana Luísa, da freg. de S.to Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto, neta paterna de *Manuel Domingues* e de *Isabel Francisca, de Brito*, e materna de António Gonçalves, de Fermoselhos, freg. de S. Pedro

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

de Cerva, Cabeceiras de Basto, e de Ana da Silva, da freg. de Cedofeita, moradores no Porto.

Carta de Familiar de 23 de Julho de 1756.

Bento — m. 12, n.º 175

31 **Bento José dos Santos** — mestre ferrador; natural da freg. de S.ta Maria da vila de Serpa e morador em Lisboa na R. do Telhal, junto à Igreja de S. José; filho de Bento Lourenço, da freg. do Salvador de Serpa, e de Silvestra Maria, da freg. de S.ta Maria da mesma vila; neto paterno de António Lopes e de Domingas Fernandes, e materno de António Rodrigues e de Maria Rodrigues, todos de Serpa; casado em primeiras núpcias com Romana Eugénia, natural de Beja, de quem houvera uma filha, Leonarda Teresa Eugénia, natural de Lisboa, casada com Francisco José Correia, mestre ferrador, moradores na R. do Telhal, freg. de S. José de Lisboa, filha de António Antunes e de Serafina dos Anjos, da freg. de S.ta Clara do Loredo, termo de Beja; casado segunda vez com *Brásia Maria de Jesus, natural da freg. de Aguada de Baixo, Águeda,* filha de *João Ferreira,* alfaiate, *da mesma freguesia,* e de sua segunda mulher *Madalena Pinheira, da Borralha, termo da vila de Recardães* (1), neta paterna de *Diogo Jorge* e de *Helena Simões, de Aguada de Baixo,* e materno de *Pedro Tomé* e de *Maria Fernandes, da Borralha.*

Carta de Familiar de 31 de Agosto de 1770.

Bento — m. 15, n.º 214

32 **Bento José Vilaça** — negociante no Porto; natural da freg. de Santiago de Esporões, Braga; filho de André Vilaça e de Maria Ferreira; neto paterno de Manuel Vilaça e de Inocência Dias, e materno de João Francisco e de Catarina Ferreira, todos naturais de Santiago de Esporões; casado com Maria da Natividade, filha de João de Figueiredo dos Santos, natural de Coimbra, e de *Comba Teresa de Abreu, natural de Aveiro,* neta paterna de Inácio de Figueiredo e de Maria dos Santos, e materna de *José Antunes de Abreu* e de *Mariana Teresa,* todos naturais de Coimbra e *os últimos residentes em Aveiro.*

Carta de Familiar de 15 de Dezembro de 1801.

Bento — m. 17, n.º 244

(1) Actualmente da freg. de Aguada de Baixo.

33 **Bento Luís Correia de Melo** — Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, natural da vila de Pombal e morador no Porto; filho de Luís de Melo da Silva, Fidalgo da Casa Real e Familiar do S.to Ofício, natural de Vila do Conde, e de D. Margarida Teresa Correia, natural da freg. de S. João Mártir da Covilhã, moradores no Porto; neto paterno de Lázaro de Melo da Silva, de Angra, Ilha Terceira, e de Maria de Azevedo Feio, de Pombal, e materno do Dr. Bento Correia Barroso, da freg. da Vitória do Porto, e de Angélica Revasco, da vila da Covilhã; ajustado para casar em 1754 com D. Úrsula de Melo, filha natural do Morgado Luís de Melo Pereira Coelho Correia, do Porto, primo em segundo grau do habilitando, e de *Francisca Rodrigues*, moça solteira, *do Couto de Mogofores, Anadia*, neta paterna de Miguel Pereira de Melo, também Senhor da Casa, do Porto, primo co-irmão do pai do habilitando, e de *D. Vicência Maria de Oliveira Barreto, do Couto de Mogofores*, neta paterna de *Pedro Francisco, natural de Espairo, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e de *Antónia Rodrigues, do Couto de Mogofores, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição.*

Carta de Familiar de 13 de Abril de 1723.

Bento — m. 7, n.º 112

bibRIA

34 P.e **Bento Machado** — B.el formado em Cânones e *Abade colado de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga;* natural do lugar de Sabroso de Aguiar, freg. de N.ª Sr.ª de Ureia, Vila Pouca de Aguiar; filho de Mateus Gomes e de Antónia Machada, de Sabroso; irmão inteiro de Isabel Machado, casada com Belchior Machado, Familiar do S.to Ofício, de Sabroso.

Provisão de Comissário de 10 de Novembro de 1761.

Bento — m. 13, n.º 196

35 **Bento de Maris Pinheiro** — *escrivão da Câmara de Ílhavo; natural e morador em Aveiro, freg. do Espírito Santo;* filho do *Capitão Roque de Crasto* e de *Isabel de Maris, naturais e moradores na sua Quinta do lugar de Verdemilho, freg. de S. Pedro de Aradas;* neto paterno de *António Fernandes de Crasto* e de *Margarida Jorge, de Verdemilho*, e materno de *Luís Pinheiro, de Verdemilho*, e de *Isabel do Couto, da freg. de S. Miguel de Aveiro, moradores em Verdemilho;* ajustado para casar em 1708 com *Maria de Santiago Ferreira, natural de Aveiro*, filha de *João Lopes Figueira* e de *Maria Fer-*

reira, neta paterna de *Francisco Lopes Figueira* e de *Isabel Miguéis*, todos *da freg. do Espírito Santo de Aveiro*, e materna de *Sebastião Álvares*, também *da freg do Espírito Santo*, e de *Isabel João, de Oliveira do Bairro, freg. de S. Miguel Arcanjo*, e *moradores em Aveiro*.

Carta de Familiar de 27 de Agosto de 1707.

Bento — m. 6, n.º 92

36 **Bento de Maris Pinheiro** — homem nobre e abastado; *natural e morador em Aveiro;* filho de *Miguel de Maris Pinheiro, natural de Avelãs de Cima, Anadia*, e de *Tomásia da Fonseca, natural de Aveiro;* neto paterno de *Miguel Pinheiro de Maris, de Avelãs de Cima* e de *Maria Bela*, da vila de Crato, e materna de *Pedro de Avelar*, e de *Maria de Almeida, de Aveiro;* ajustado para casar em 1697 com *D. Joana Travaços*, filha de *João Travaços da Costa*, da vila de Pereira, Montemor-o-Velho, e de *D. Merciana de Vasconcelos, de Verdemilho, termo de Ilhavo, e aí moradores*, neta paterna de Manuel Travaços, da vila de Pereira, e de Serafina Monis, de Penela, e materna do *Lic.º Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos, de Verdemilho*, e de *Maria Gomes, de Aveiro*. Deve ter enviuvado, pois em 1705 ajustou para casar com *Brites Godinha de Figueiredo*, filha de *Agostinho Coelho de Figueiredo*, Familiar do S.to Ofício, e de *Maria de Resende e Paiva, da vila de Esgueira*, e novamente em 1717 com *D. Teresa Feliciana da Silveira Mascarenhas*, natural da freg. de Santiago de Besteiros, Tondela, filha de João Pereira Mascarenhas e de D. Mariana Cardoso de Mesquita, de Santiago de Besteiros, neta paterna do Dr. Manuel Mascarenhas, também de Besteiros, e de *Maria Pereira d'Eça, de Aveiro*, moradores em Besteiros, e materna de António Cardoso de Castelo Branco, natural de Viseu, e de Maria de Mesquita Correia, natural da Quinta do Souto do Rei, freg. do Salvador de Castelhanos, e aí moradores.

Carta de Familiar de 30 de Dezembro de 1700.

Bento — m. 4, n.º 70

37 **Bento Nogueira** — *mercador em Aveiro;* filho de João Nogueira e de Antónia Gomes, naturais e moradores na freg. da Vitória do Porto; neto paterno de Gonçalo Afonso e de Maria Afonso, da freg. de Grijó, e materno de Francisco Gomes, da vila do Bispo, e de Marinha

DIGITAL

Antónia, da freg. da Vitória do Porto; casado com *Sebastiana das Neves*, filha de *André Fernandes, da vila de Esgueira*, e de *Maria Fernandes, de Aveiro, freg. da Vera Cruz*, neta paterna de *Mateus Fernandes* e de *Maria Dias, de Esgueira*, e materna de *Bastião Dias*, e de *Antónia Fernandes, de Aveiro, freg. da Vera Cruz*.

1638 — Estas diligências foram reprovadas.

Bento — m. 1, n.º 14

38 **Bento Nogueira Gomes** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira*, e morador na freg. de N.ª Sr.ª da Nazaré de Cachoeira, Vila Rica do Ouro Preto; filho de *António Nogueira, de S. Vicente de Louredo*, e de *Teresa Gomes de Pinho, de Cimo d'Inha, freg. de S.to André de Escariz, Arouca*; neto paterno de *Jerónimo Nogueira*, de Arufe do Paço, freg. de S.ta Maria Madalena de Loivos da Ribeira, com.ca de Sobre-o-Tâmega, e de *Isabel Francisca, de S. Vicente de Louredo*, e materno de *Pedro Fernandes, de Cimo d'Inha*, e de *Maria Gomes, de Azagães, freg. de Carregosa, Oliveira de Azeméis*.

Carta de Familiar de 11 de Dezembro de 1759.

Bento — m. 13, n.º 189

biblRIA

39 P.e **Bento Rangel de Araújo** — *Reitor da Igreja de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva*, Doutor em Teologia; natural de Arrifana do Sousa; filho de Melchior Fernandes de Araújo e de Isabel Rangel; neto paterno de Melchior Fernandes e de Maria Fernandes Vila, e materno de Gaspar Rangel e de Margarida Fernandes, todos naturais e moradores em Arrifana do Sousa.

Provisão de Comissário de 27 de Junho de 1660.

Bento — m. 1, n.º 20

40 **Bento da Silva Álvares** — Oficial da Correição; natural da freg. da Madalena de Lisboa e morador na R. Direita das Portas de S.ta Catarina; filho de André Álvares Seitil, natural de S.to André de Betorinhos de Piões, termo de Barcelos, e de Maria Antunes, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Amparo de Benfica, moradores no pátio do Esnige, freg. de S. Nicolau de Lisboa; neto paterno de Domingos Álvares Seitil, de Airão, freg. de Santiago de Poiares, termo de Barcelos, e de Beatriz Álvares, de Sacheiro, freg. de S.to André de Betorinhos, e materno de Mateus

Antunes Papalvo, de Burel Cadaião, freg. de N.ª Sr.ª do Amparo de Benfica, e de Domingas Jorge, de Noidel, da mesma freguesia; casado com Maria da Conceição, natural de Vila Nova de Gaia, freg. de S.ta Marinha, filha de Domingos de Oliveira, da aldeia de Quebrantães, freg. de S.ta Olaia de Oliveira, e de Antónia Ferreira, natural de Vila Nova de Gaia, neta paterna de Domingos António e de Maria de Oliveira, da aldeia de Gerende da Lavandeira, freg. de S.ta Olaia, e materna de *António Fernandes, de S.ta Marinha da Cortegaça, Ovar,* e de Francisca Ferreira, de Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 12 de Abril de 1707.

Bento — m. 5, n.º 86

41 **Bento de Sousa**—serralheiro; natural e morador em Coimbra; filho de *Francisco de Sousa*, serralheiro, *natural da freg. do Espirito Santo de Aveiro*, e de Juliana Carneira, natural da freg. de Santiago de Coimbra; neto paterno de *Manuel de Sousa* e de *Maria João, da freg. do Espirito Santo de Aveiro*, e materno de Manuel Carneiro Abreu, de S. Frutuoso, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção, e de Maria Rodrigues, da freg. de S. Pedro de Coimbra; casado com Teresa de Jesus, natural de Coimbra, filha de *Simão Fernandes*, carpinteiro, *natural do Luso, freg. de N.ª Sr.ª da Natividade, Mealhada,* e de Isabel de Bastos, natural da freg. de S.ta Justa de Coimbra, onde eram moradores, neta paterna de *Simão Fernandes*, carpinteiro, *do Luso*, e de *Maria Fernandes, da Póvoa, freg. de S. Vicente da vila de Vacariça, Mealhada,* e materna de Domingos Dias, do Caneiro, freg, de Lorvão, Penacova, e de Catarina de Bastos, da freg. de S.ta Justa de Coimbra.

Carta de Familiar de 19 de Agosto de 1719.

Bento — m. 6, n.º 95

42 P.e **Bento de Sousa**—Abade da Paróquia de S. João Baptista de Miomães, conc.º de Aregos; *natural da freg. de S.ta Marinha do Real, Castelo de Paiva;* filho de *Manuel de Sousa,* de S. Lourenço, freg. do Salvador do Paço da Sousa, e de *Ana de Sá, de Vila Nova, freg. de S. Pelágio de Fornos, Castelo de Paiva;* neto paterno de Belchior de Sousa e de Isabel Borges, de S. Lourenço, e materno de *António de Sá, das Taipas, freg. de S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva,* e de

Feliciana Martins de Carvalho, de Fisga, freg. de S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva.
Provisão de Comissário de 16 de Junho de 1752.

Bento — m. 11, n.º 165

43 P.e **Bento de Sousa de Almeida** — Dom Prior da Colegiada da Igreja da vila de Barcelos e aí morador; natural da Quinta da Cavalaria, junto à vila de Vouzela, conc.º de Lafões; filho de Manuel de Sousa de Almeida, natural da Quinta da Cavalaria, e de *D. Violante Engrácia de Sá, natural de Anadia*, moradores na citada quinta; neto paterno de Francisco de Sousa de Almeida, natural da mesma quinta e aí morador, e de D. Ana Carneiro, natural do Porto, e materno de *Ayres de Sá e Melo, natural de Anadia*, e de *D. Isabel de Melo*, natural da Quinta do Casainho, junto a Fornos de Algodres, *moradores em Anadia.*

Provisão de Deputado da Inquisição de Évora de 15 de Abril de 1689.

Bento — m. 2, n.º 37

44 **Bernardino Ferreira Rangel** — proprietário; *natural e morador na freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda;* filho de *Manuel Ferreira* e de *Maria André, de Aguada de Cima;* neto paterno de *Domingos Simões, de Belazaima-a-Velha, freg. de S. Pedro, Águeda*, e de *Maria Ferreira, de S. João da Azenha, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia, moradores em Aguada de Cima*, e materno de *Manuel Jorge* e de *Catarina André*, também *de Aguada de Cima.*

1751 — Foram reprovadas estas diligências por se não haver provado a pureza de sangue de seu avô paterno.

Bernardino — m. 1, n.º 16

45 **Bernardino de Almeida Torres** — Doutor Graduado na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e Opositor às Cadeiras da mesma; natural de Coimbra, freg. da Sé; filho de *Manuel de Almeida, natural de Cevadinha, freg. de Vila Chã de Cambra, Vale de Cambra*, e de Francisca Rodrigues, natural de Coimbra, freg. da Sé, e aí moradores; neto paterno de *Manuel Torres, natural de Refóios, freg. de Vila Chã de Cambra*, e de *Maria de Almeida, a Muscosa, natural de Cevadinha*, e materno de Inácio de Oliveira, o Catimbão, natural da Quinta de Cuterres, freg. da Sé de Coimbra, e de Maria Rodrigues, a Salgadeira, natural de Bizorreiro,

freg. de Lavos, Figueira da Foz, moradores em Coimbra; ajustado para casar em 1746 com D. Antónia Josefa Joaquina, filha de José de Oliveira Correia e de Maria Josefa, da freg. de S. Cristóvão de Coimbra, neta paterna de Simão Fernandes, natural da freg. de Soutolinho, Chaves, e de Úrsula de Oliveira, natural da freg. do Salvador de Coimbra, moradores na de S. Cristóváo, e materna de Manuel Jorge, natural de Casomez, e de Maria da Cruz, natural de Coimbra, moradores na freg. de S.ta Justa da mesma cidade.

Carta de Familiar de 20 de Maio de 1734.

Bernardo — m. 6, n.º 99

46 **Bernardo Alves Cabral Arês** — natural de Lavarrabos, freg. de S. João do Campo, morador na do Ameal; filho natural do P.e António Cabral Arês, Prior da Igreja do Ameal, natural de Tamengos, e de *Teresa Maria*, solteira, natural *de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, que no baptismo tivera o nome de Joana, neto paterno de Pedro de Barros Sobrinho, Familiar do S.to Ofício e Capitão-mor de Tamengos, e de D. Helena Cabral Arês, natural de Lavarrabos, e materno de *João de Sousa*, natural de Fontelo, freg. de S. Miguel de Soutelo, e de *Ângela Machada da Silva*, natural da Lage, freg. de S. Julião, ambos a uma légua de Braga; ajustado para casar em 1764 com Josefa, natural do Outeiro do Cercal, freg. de Gesteira, filha de José Rodrigues, natural do Outeiro do Cercal, e de Maria Duarte, natural do Cercal, neta paterna de José Gonçalves, do Cercal, e de Maria Rodrigues, do Outeiro do Cercal, e materna de Manuel Rodrigues, do Cercal, e de Isabel Duarte, da Gesteira, ambos junto a Vila Nova de Anços.

Carta de Familiar de 23 de Julho de 1754.

Bernardo — m. 10, n.º 444

47 Dr. **Bernardo António dos Santos Carneiro** — Colegial do Colégio de S. Pedro, Lente de Teologia na Universidade de Coimbra, *Prior da Igreja de Aguada de Cima, Águeda;* natural de Coimbra; filho de António dos Santos Carneiro, natural da Várzea de Góis, e de Maria Teresa de Jesus, natural da freg. de Santiago de Coimbra; neto paterno de Simão Carneiro e de Maria Francisca, naturais e moradores na freg. da Várzea de Góis, e materno de Manuel Gonçalves, da freg. de Farinha

biblRIA

Podre, e de Maria Lourença, da freg. de S. Gens de Pala, Mortágua.

Provisão de Deputado da Inquisição de Coimbra de 30 de Outubro de 1772.

Bernardo — m. 13, n.º 476

48 Frei **Bernardo de Avintes** — Religioso da Província da Soledade; natural de Arnelas, freg. de Avintes, Vila Nova de Gaia, e morador no Convento do Fundão onde era mestre de Filosofia e Teologia; filho de *Manuel Pereira, natural de Ovar*, e de Maria da Rocha, natural de Arnelas, aí moradores; neto paterno de *João Pereira* e de *Isabel de Oliveira, naturais da vila de Ovar*, e materno de Jerónimo da Cunha e de Mariana de Barros e Rocha, naturais de Arnelas.

Provisão de Qualificador da Inquisição de Coimbra de 21 de Agosto de 1729.

Bernardo — m. 12, n.º 474

49 **Bernardo Caetano de Magalhães Coutinho** — natural da vila de Ferreira de Aves; filho de Jerónimo de Magalhães Coutinho, Familiar do S.º Ofício, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Capitão-mor da vila de Ferreira de Aves, natural de Penalva, e de *D. Maria Jerónima da Silveira, natural de Aveiro;* neto paterno de Francisco de Magalhães Coutinho, natural de Ferreira de Aves, e de D. Luísa Antónia, natural de Penalva, moradores em Ferreira de Aves, e materno de *Tomé Ribeiro Leitão* e de *Clara Ribeiro da Silva, moradores em Aveiro;* ajustado para casar em 1729 com D. Caetana Bernarda Osório, filha de Bernardo Osório, Capitão-mor da vila de Barcos, Lamego, e Familiar do S.º Ofício, e de D. Maria da Natividade, moradores em Barcos.

Carta de Familiar de 9 de Dezembro de 1727.

Bernardo — m. 5, n.º 88

50 P.e **Bernardo de Campos Borges** — *Prior Colado da Igreja de S. Tiago de Codel, termo da vila de Macieira de Cambra, Vale de Cambra;* natural de Folques, freg. de S. Pedro de Folques, termo de Arganil; filho de Domingos Luís, do Salgueiral, freg. da vila de Coja, e de Maria de Campos, natural da vila de Arganil, freg. de S. Gens; neto paterno de Domingos Luís, natural do Salgueiral, e de Maria Nunes, natural de Folques, e materno de

biblRIA

Miguel Marques e de Ana de Campos, naturais de Arganil.

Carta de Provisor de Comissário de 20 de Novembro de 1739.

Bernardo — m. 7, n.º 109

51 **Bernardo Cardoso da Cunha**—Juiz de Fora da vila de Arronches, e **Manuel Cardoso da Cunha** — *naturais da freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis;* filhos do Capitão *António Cardoso da Cunha,* Familiar do S.to Ofício, e de *Cristina Teixeira Rebelo, de Pinheiro da Bemposta;* netos paternos de *Manuel da Cunha de Faria* e de *Isabel Cardosa de Figueiroa, moradores na sua Quinta da Fonte Chã, da mesma freguesia,* e maternos de *Domingos Teixeira Rebelo* e de *Maria da Conceição, moradores na sua Quinta do Beco, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda;* sobrinhos maternos de *João Teixeira Rebelo,* Familiar do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 21 de Julho de 1722

Bernardo — m. 5, n.º 80

bibRIA

52 **Bernardo de Carvalho Bela** — oficial de carpinteiro; natural e morador no Sítio de N.ª Sr.ª da Nazaré, freg. de N.ª Sr.ª das Arcas da vila da Pederneira; filho de António Carvalho e de Damásia Ferreira Bela, também do sítio da Nazaré; neto paterno de Francisco Rodrigues, natural dos Casais do Bom Jesus, freg. da vila de S. Martinho, e de Maria Carvalhal, natural do Sítio da Nazaré e aí moradores, e materno de *João Ferreira, natural da Mealhada,* freg. de S. Vicente da Vacariça, Mealhada, e de Maria Bela, natural do Sítio da Nazaré e aí moradores.

Carta de Familiar de 4 de Dezembro de 1754.

Bernardo — m. 10, n.º 442

53 Dr. **Bernardo de Castro de Lemos** — Fidalgo da Casa Real, Opositor às Cadeiras de Cánones na Universidade de Coimbra; natural de Vila Nova da Cerveira, morador em Coimbra; filho de António Carlos de Castro, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Coronel de Cavalaria no Regimente de Alcântara, natural da freg. do Alecrim, e de *D. Joana Luísa de Meneses e Noronha, natural da vila de Trofa, freg. de S. Salvador, Águeda;* neto paterno de Sebastião de Castro e Caldas, do Conselho d'El-Rei, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro

da Ordem de Cristo e Comendador de S.ta Maria da Covilhã, e de D Antónia Tomásia Bárbara de Miranda, e materno de *Bernardo de Carvalho de Lemos, Senhor das vilas de Trofa e Alfarela*, Fidalgo da Casa Real, e de *D. Maria Madalena de Sousa e Meneses, moradores em Trofa*; sobrinho paterno do Dr. Fernando José de Castro, Deputado do S.to Ofício e Lente de Véspera de Leis, e materno de *Xavier Francisco de Sousa e Lemos*, Familiar do S.to Ofício.

Provisão de Deputado do S.to Ofício de Lisboa de Maio de 1742, havendo tomado posse a 31 do mesmo mês.

Bernardo — m. 8, n.º 415

54 **Bernardo Correia de Noronha** — natural e morador em Louredo da Ponte, freg. de S. Cristóvão de Nogueira, Paredes; filho de Nuno Correia de Noronha, natural de Sequeiro Longo, freg. de Sinfães, e de D. Maria da Mouta, do Amial, freg. de Ferreiros; neto paterno de João de Mesquita, de Sinfães, e de D. Maria de Noronha, de Cavatojo, freg. de S. Martinho, termo de Guimarães, e materno do P.e António da Mouta, do Amial, e de Maria de Sousa, da freg. de Campanhã, Porto; casado com D. Madalena, filha de Francisco Ribeiro de Andrade e de Antónia de Pinho Tavares, da Quinta do Rual, Sanfins, neta paterna de Gaspar Ribeiro, de Canavezes, e de Jerónima de Andrade, da Quinta de Ambrois, freg. de S. Martinho de Tandinhais (1), e materno de *Sebastião Tavares, natural de Vale de Cambra*, e de Trúbia de Abreu, da Quinta da Feira, freg. de S. Cristóvão de Nogueira, e moradores na Quinta do Rual.

Carta de Familiar de Fevereiro de 1683.

Bernardo — m. 1, n.º 20

55 **Bernardo Correia de S. José** — cereeiro; *natural de Famalicão, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia*, e morador na freg. de S.ta Cruz de Coimbra; filho de *Domingos Ferreira*, marchante, *natural de Paredes, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e de *Ana das Neves, natural de Famalicão* e *ai moradores*, neto paterno de *Manuel João* e de *Catarina Francisca, naturais e moradores em Paredes*, e materno de *João Gomes* e de *Maria Ferreira, moradores em Famalicão;* casado com Feliciana

(1) Não pudemos localizar este topónimo.

da Conceição, natural de Casal de Peras, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da vila de Ancião, filha de António Luís e de Maria Antunes, naturais e moradores no Casal das Peras, neta paterna de Manuel Luís e de Maria Dias, naturais e moradores em Albarrosa, freg. de Pousa Flores, Tomar, e materna de Manuel Freire e de Maria Antunes, naturais e moradores em Escampado, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Ancião.

Carta de Familiar de 16 de Novembro de 1723.

Bernardo — m. 5, n.º 83

56 **Bernardo da Costa Pimenta** — B.el em Leis pela Universidade de Coimbra; natural da vila de Redondo e morador em Vila Viçosa; filho de *António Nunes da Costa, natural da vila de Eixo, freg. de S.to Isidoro*, e de Isabel Nunes, natural de Redondo e aí moradores; neto paterno de *Manuel Domingues* e de *Maria da Costa, da vila de Eixo,* e materno de Manuel Rodrigues Fortes e de Francisca Dias, de Redondo; irmão de D. Maria Joaquina, mulher do Capitão Tomé Antunes Moreira, Familiar do S.to Ofício, moradores em Vila Viçosa.

Carta de Familiar de 30 de Outubro de 1772.

Bernardo — m. 13, n.º 477

bibRIA

57 **Bernardo Coutinho Cardoso** — B.el em Cánones; *natural e morador na vila de Sever do Vouga, freg. de S.ta Maria;* filho de *Bernardo Coutinho Cardoso* e de *Isabel Martins, naturais e moradores em Sever;* neto paterno de *Bernardo Coutinho Cardoso* e de *Maria Rebela*, moradores na Quinta do Sobral, freg. de S. Martinho de Lexegueiro (1), e materno do *Lic.e Frutuoso Martins* e de *Isabel André, moradores na Corredoura de Sever.*

Carta de Familiar de 6 de Julho de 1699.

Bernardo — m. 2, n.º 26

58 Lic.o **Bernardo Ferreira da Costa** — Protonotário Apostólico de Sua Santidade, Abade de S. Pedro de Ester; *natural da vila de Arouca;* filho de *João Gomes* e de *Maria Ferreira, naturais e moradores em S. Pedro de Arouca;* neto paterno de *João Fernandes* e de *Catarina Gomes*,

(1) Não pudemos localizar este topónimo.

da freg. de S. Pedro de Arouca, e materno de *Lucas Ferreira* e de *Bernarda dos Anjos*, também *de S. Pedro de Arouca;* irmão de *Manuel Gomes Ferreira*. Teve duas filhas naturais, uma, a servir no Porto, de nome Maria, filha de *Ana Soares, da vila de Burgo, Arouca;* filha de Manuel Tavares, o «Borracho», e de Bernarda Soares, natural de S.ta Marinha de Nespereira, e outra, também Maria, filha de *Luísa da Conceição, da freg. de S.ta Eulália, termo de Arouca*, filha de *João Fernandes*, carpinteiro, e de *Isabel de Pinho, da freg. de S.ta Eulália.*

Provisão de Comissário de 26 de Setembro de 1748.

Bernardo — m. 9, n.º 427

59 **Bernardo Ferreira de Vasconcelos** — B.el pela Universidade de Coimbra, Juiz de Fora em Pombal; *natural de Aveiro;* filho de *Manuel Arrais de Vasconcelos, natural de Oliveira do Bairro*, e de *Marina Ribeiro de Miranda, de Aveiro;* neto paterno de *Paulo Ferreira de Vasconcelos* e de *Antónia Ferreira, de Oliveira do Bairro*, e materno de *Custódio Gomes Carvão* e de *Isabel de Miranda de Paiva, de Aveiro;* ajustado para casar em 1718 com *D. Angélica Maria de Vasconcelos, natural da freg. de Fermelã, Estarreja*, filha de *Manuel de Pinho Valente, de Fermelã*, e de *Josefa Maria de Vasconcelos, de Oliveira do Bairro*, neta paterna de *Manuel de Pinho Valente, natural do Couto, freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e de *Conceição Brandoa, natural de Frossos, freg. de S. Paio, Albergaria-a-Velha*, e materna de *António de Miranda Cabral, natural de Aveiro*, e de *Maria Ferreira de Vasconcelos, natural de Oliveira do Bairro, e ai moradores.*

Carta de Familiar de 31 de Julho de 1714.

Bernardo — m. 4, n.º 70

60 **Bernardo Figueira** — *natural e morador na freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja;* filho de *Bento Figueira* e de *Maria Nogueira, de Salreu;* neto paterno ilegítimo do *P.e Mateus Figueira* e de *Domingas Fernandes Morgada, de Salreu*, e materno do *P.e Domingos Nogueira* e de *Isabel Francisca Barreto, de S. Miguel de Fermelã, Estarreja;* casado com *Maria Luís*, filha ilegítima de João de Melo de Sousa e de Maria Luís, moça solteira, de Fataunços, neta paterna de Francisco de Sousa de Melo, Capi-

BIBRIA

tão-mor de Vouzela, e de Micaela de Gouveia, de Fataunços, e materna de António Afonso e de Ana Luís, de Bandavizes, freg. de S. Carlos de Fataunços.

Carta de Familiar de 23 de Março de 1716.

Bernardo — m. 4, n.º 71

61 **Bernardo Francisco dos Santos** — Escrivão proprietário da Correição e Chancelaria de Coimbra e suas comarcas e aí morador; filho de Agostinho Francisco e de Ana Francisca, moradores na R. dos Sapateiros, freg. de S. João de S.ta Cruz de Coimbra; neto paterno de Manuel Francisco Ramos, natural de Carvalho, freg. de Ceira, e de Domingas João, natural de Algaça, freg. de S.ta Maria de Arrifana de Poiares, Poiares, e materno de António Simões, natural de Trouxemil, Coimbra, e de Isabel Francisca, natural de Sioga do Monte, freg. de Trouxemil; casado com Josefa Maria, filha de Domingos de Oliveira, mercador, e de Maria Francisca, moradores na freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, neta paterna de *Francisco Gonçalves* e de *Ana Francisca, naturais e moradores na vila de S. Lourenço do Bairro, Anadia,* e materna de António Francisco e de Helena Rodrigues, naturais e moradores no lugar de Tábuas, freg. de Miranda do Corvo, cunhada de Caetano Pais da Costa, Familiar do S.to Ofício, morador em Coimbra.

Carta de Familiar de 10 de Julho de 1731.

Bernardo — m. 6, n.º 94

62 **Bernardo Gomes de Araújo** — natural de Lisboa, freg. dos Mártires, e morador em Belém; filho de António da Costa e de Vitória da Silva, naturais de Lisboa, respectivamente das freg.as de S. Julião e dos Mártires, e moradores nesta última na Corredoira; neto paterno de *Baltasar da Costa, de Lobão, freg. de Santiago, Feira,* e de Domingas Quaresma, da freg. de S. Julião de Lisboa, e aí moradores, e materno de Bernardo Gomes, de Vaqueiros, freg. do Espírito Santo, termo de Santarém, e de Maria da Silva, da Carrasqueira, freg. de Santiago dos Velhos, termo de Lisboa, e moradores na freg. dos Mártires; casado com Maria de Barros, prima do habilitando, natural de Belém, filha de Domingos Gomes de Araújo, da freg. dos Mártires, e de Luísa de Barros, de Belém, neta paterna de Bernardo Gomes e de Maria da Silva, já atrás citados, e materna de Domingos de Barros

biblRIA

da Costa, da freg. de S. Pedro Gonçalves de Parada, conc.º de Coura, e de Maria Velosa, de Belém.

Carta de Familiar de 12 de Maio de 1694.

Bernardo — m. 2, n.º 30

63 **Bernardo Gomes Ferreira** — homem de negócio; natural de Lorvão, freg. de N.ª Sr.ª da Expectação, morador às Cruzes da Sé e com «lojas de fitas» junto da Igreja da Misericórdia; filho de André Gomes, natural de S. Mil, freg. de S. Roque, Paredes, e de Maria Ferreira, natural de Lorvão e aí moradores; neto paterno de *Nicolau Jorge, natural de Casaldelo, freg. de S. João da Madeira,* e de Maria Gomes, natural de S. Mil e aí moradores, e materno de Francisco Ferreira, natural de S. Miguel de Poiares, Poiares, e de Maria Ferreira, natural de Lorvão e aí moradores; ajustado para casar, em 1740, com Maria do Nascimento, natural de Dornes, freg. de N.ª Sr.ª do Pranto, filha de Simão Lopes, natural de S. Pedro de Bericeira, Prelazia de Tomar, e de Teresa Mendes, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Pranto, neta paterna de António Francisco, natural de Bericeira, e de Maria da Mota, natural da freg. de S.ta Maria dos Olivais, Prelazia de Tomar, e materna de Bento Mendes e de Luísa Mendes, naturais de N.ª Sr.ª do Pranto.

Carta de Familiar de 22 de Dezembro de 1738.

Bernardo — m. 7, n.º 105

biblRIA

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
2.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ACTUAL PRAÇA DO MARQUÊS DE POMBAL, EM AVEIRO

A Câmara Municipal de Aveiro, por iniciativa do seu presidente, Gustavo Ferreira Pinto Basto, pretendia abrir em 1905 uma avenida ou praça que ligasse o grande edifício em vias de conclusão e destinado ao Governo Civil de Aveiro e a outras repartições públicas, com a Rua Direita, actualmente denominada Rua dos Combatentes da Grande Guerra (de 1914 a 1918), segundo um projecto mandado elaborar pelo Ministério das Obras Públicas e já por este aprovado. Segundo este plano a dita avenida teria cento e oito metros de comprimento e quarenta metros de largura, quase o comprimento da fachada principal do referido edifício. Nestas circunstâncias, tal artéria cortaria a parte norte do edifício do antigo convento das Carmelitas, compreendendo a portaria do convento, a casa da roda, o coro de cima, um lado do claustro e um dos torreões ainda existentes no edifício. O corpo da igreja ficava intacto.

Surgiu então uma luta rude e apaixonada entre os que apoiavam o corte do edifício do convento para urbanização e progresso da cidade de Aveiro, e os que se opunham ao corte para se manter um edifício que diziam ser histórico e ter sido o paço dos duques de Aveiro.

Mobilizaram-se opiniões a favor e contra, discutiu-se o caso nos jornais, publicaram-se folhas soltas, e estudos históricos, fez-se uma representação e uma contra-representação ao Rei D. Carlos. A questão tomou um aspecto político violento.

Ocupava então as cadeiras do poder o partido progressista ou liberal de que era chefe José Luciano de Castro. Este também era o presidente do conselho de ministros.

A este partido opunha-se o partido regenerador. O presidente da Câmara militava no partido progressista e era homem de grande dinamismo. Foi rudemente atacado em virtude da obra que pretendia realizar, mas persistente e corajoso como era, conseguiu vencer.

Os oposicionistas ao projecto oficial fizeram uma representação ao Rei D. Carlos, datada de 15 de Março de 1905, na qual lhe pediam que interpusesse a sua autoridade soberana no sentido de evitar a mutilação do edifício do antigo convento das Carmelitas, que, segundo afirmavam, tinha sido o paço dos duques de Aveiro e era por tal motivo uma recordação histórica que se devia manter. Antecedia esta representação uma extensa monografia histórica do convento, e tudo foi publicado em um opúsculo com o título: *O edifício do Convento das Carmelitas — Necessidade de o conservar como recordação histórica da cidade de Aveiro.* 1905.

Pretendiam que a avenida ou praça a construir tivesse apenas a largura de vinte e nove metros e sessenta centímetros, a fim de não ser cortado o edifício do Convento.

É certo, porém, que a obra a realizar era de grande vulto e de muito interesse para a urbanização da cidade e por isso os seus defensores não toleravam a oposição que lhe faziam os que estes apelidavam de *inimigos do progresso e sectários ferrenhos do antigo regime.* Os partidários da obra também apresentaram, por isso, uma contra-representação ao Rei, datada de 17 de Março do mesmo ano, na qual protestavam enèrgicamente contra a petição dos oposicionistas e *pediam a graça de ser mantido sem alteração alguma o projecto elaborado pelas estações competentes.*

Contra a representação dos oposicionistas foi também publicada uma folha solta sem data e sem indicação de autor, mas sabe-se que foi distribuída em 12 de Abril de 1905, em que se justificava a abertura da avenida com quarenta metros de largura e se indicavam as utilizações que podiam ser dadas à parte do edifício que não fosse destruída, secularizando-se totalmente o convento, pois viviam nele seis senhoras recolhidas.

Para reforçarem a sua petição, os oposicionistas chamam então em seu auxílio o escritor e grande crítico de arte, Ramalho Ortigão, que lhes deu opinião favorável em 3 de Maio de 1905, que a seguir foi publicada em folha solta sob o título: — *Parecer acerca da projectada destruição do convento das Carmelitas de Aveiro.*

A argumentação de Ramalho Ortigão baseava-se na representação e monografia anexa que os oposicionistas tinham apresentado ao Rei.

E assim, afirmava em especial:

«*O edifício do convento das Carmelitas, primitivamente palácio da residência dos duques de Aveiro, sem ser uma obra monumental, é uma curiosa construção típica, bastante característica dos usos sociais e do sentimento artístico do século dezassete.*»

Devemos dizer que os oposicionistas e os defensores, alegando que o edifício do convento tinha sido o paço ou solar dos duques de Aveiro, incorriam em erro. Nunca este edifício teve esta finalidade.

Com efeito, o edifício do convento foi mandado construir no ano de 1616 por D. Brites de Lara e Meneses, viúva de D. Pedro de Médicis, para sua residência e nele fundar um convento de religiosas carmelitas descalças. Não o fundou, porém, porque não conseguiu as necessárias licenças. Por isso, no seu testamento de 13 de Março de 1647 doou ao seu parente D. Raimundo de Lencastre, quinto duque de Aveiro (1), o paço em que ela habitava, com a condição de nele fundar o referido convento dentro de três anos após a morte dela.

Faleceu D. Brites de Lara em 4 de Junho de 1648, e logo o duque D. Raimundo entrou na posse do paço. Porém, o rei D. João IV que faleceu em 6 de Novembro de 1656, nunca lhe deu licença para a fundação do convento, e sòmente a conseguiu da Rainha-regente, D. Luísa de Gusmão, por seu alvará de 21 de Julho de 1657.

D. Raimundo seguidamente doou o paço que herdara de D. Brites, à Ordem dos Carmelitas descalços, por escritura de 29 de Outubro de 1657, com várias cláusulas, sendo a principal a de ser ele o padroeiro do convento e depois dele os seus sucessores no ducado de Aveiro (2). Como sinal deste padroado mandou colocar sobre a porta de entrada do convento uma pedra com as suas armas que eram as nacionais atravessadas por um filete de bastardia.

Portanto, o edifício do convento das Carmelitas de Aveiro nunca foi o paço e residência dos duques de Aveiro, tendo estado apenas, e acidentalmente, na posse de um deles, D. Raimundo de Lencastre, durante nove anos.

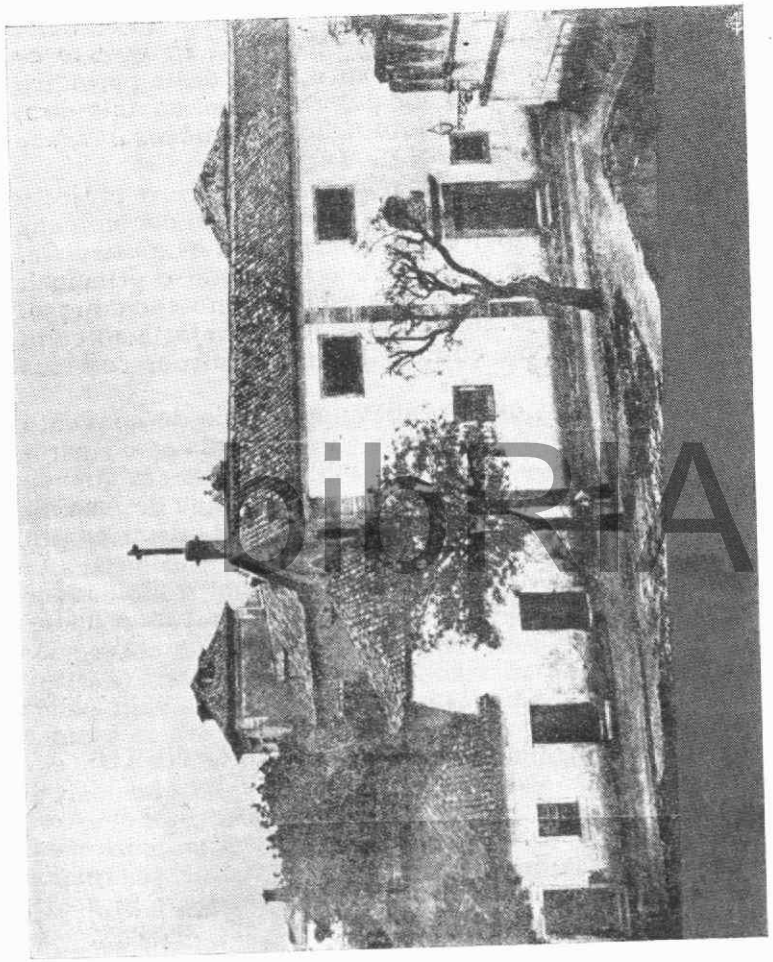
O verdadeiro paço destes duques era na vila de Azeitão, tendo também outro em Belém.

---

(1) Nasceu em Azeitão em Dezembro de 1630 e faleceu em Cádiz (Espanha) em 1666. Entrou na posse da Casa e Ducado de Aveiro em 1637.

(2) F. Ferreira Neves, *A fundação e extinção do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1957, vol. XXIII, págs. 241 a 257.

biblRIA



Aveiro — Convento das Carmelitas. No primeiro plano a igreja com a portaria de entrada para o convento e igreja. A parte à esquerda, voltada para o norte, foi eliminada em 1905.

Presentes ao Rei as razões das duas facções antagonistas, o ministro das Obras Públicas mandou a Aveiro uma comissão técnica para apreciar o estado e merecimento do edifício do convento. Foi esta de parecer que o edifício era de pouco merecimento e que devia ser cortado para a abertura da projectada avenida ou praça. Em face desta informação, o ministro autorizou em portaria o corte do edifício.

Imediatamente a direcção do jornal local *Progresso de Aveiro* publicou um suplemento ao n.º 243 deste periódico em que dava conhecimento da determinação do ministro, sendo o texto da comunicação intitulado—*Parabens à cidade de Aveiro e ao partido liberal português!*

A obra realizou-se imediatamente conforme o projecto e tal rua existe actualmente. A nova artéria foi denominada Praça Marquês de Pombal em homenagem a este estadista, que muitos benefícios prestou a Aveiro, sendo o principal, a elevação da sua categoria de vila a cidade, no ano de 1759.

A igreja do extinto convento continuou afecta ao culto religioso e no resto do edifício foram instalados serviços públicos.

A pedra de armas que encimava a portaria do convento foi colocada sobre a porta que ficou a dar entrada para a parte do edifício não destruída. Encontram-se picadas em virtude da sentença que condenou à morte o último duque de Aveiro, D. José Mascarenhas, como implicado no atentado contra a vida do rei D. José em 3 de Setembro de 1758.

Publicamos a seguir alguns dos documentos atrás mencionados, os quais são elementos interessantes para a história da urbanização da cidade de Aveiro.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

biblRIA

DOCUMENTOS

I

REPRESENTAÇÃO DIRIGIDA A SUA MAJESTADE EL-REI

Senhor!

Os abaixo assinados, cidadãos habitantes na cidade de Aveiro, vêm confiadamente perante Vossa Majestade pedir que no seu esclarecido zelo pelos interesses económicos e morais dos seus subditos haja por bem obstar à execução dum projecto que corre pelo Ministério das Obras Públicas e constituirá motivo de maior desgosto para os signatários, se por ventura for executado.

Para alargamento duma rua, que na maior extensão tem apenas 144 metros, pretende-se demolir o convento das Carmelitas, desta cidade, exactamente na parte que se encontra mais sólida e mais bem conservada, e mutilando o edifício de modo a deixar o restante sem ordem nem aplicação razoável.

Tem o convento um claustro magnífico, no melhor estado, prometendo larguíssima duração; e este claustro é circuitado de corredores e abóbadas em dois pavimentos sobrepostos. Basta apontar este facto para se saber de que espécie de construção se trata e que elevado capital se procura anular. Não será exagero calcular em sessenta contos de réis a parte do convento que se presta a um aproveitamento imediato, sem carecer para isso de reparações fundamentais.

Pelo lado económico, é uma loucura tocar no corpo principal do edifício, belo pela regularidade e valioso pela firmeza, que nas construções modernas só por alto preço se consegue. Poderá discutir-se o fim que deva ter; não poderá legitimar-se uma aniquilação pura e simples de valores susceptíveis de por diferentes modos, prestar serviço aos interesses públicos.

ILHARIA

Só o predomínio de interesses ainda maiores que os da conservação do edifício justificaria a sua demolição. Ora, tais interesses não existem. O que se pretende?

Alargar uma rua curtíssima da cidade, num dos bairros mais tranquilos, onde o movimento é frouxo e nunca será grande, porque os bairros populosos e de tráfego comercial estão por condições naturais obrigados a outra situação. E tudo isto agravado com a circunstância de não haver necessidade de demolir o convento para que fique espaçosa a rua projectada.

Prescinda-se, todavia, da riqueza material que uma administração capaz deve guardar e defender; suponha-se que se cuidava de conservar em meio da cidade uma ruína. Antes de a fazermos desaparecer, seria necessário averiguar a sua importância moral, pois que, nem só de pão vive o homem, e muito menos podem os povos viver sem tradições que os inspirem, elevando-lhes o espírito.

Antigo paço dos duques de Aveiro e por sua doação convertido em recolhimento de religiosas, o convento das Carmelitas, na simplicidade das suas pedras é para a cidade um testemunho precioso da sua grandeza e do lugar que esta povoação representou na história pátria.

De todos os vestígios dum passado nobre, pode dizer-se que nada nos resta: as devastações do fogo, como aconteceu no convento de S. Domingos e no paço episcopal, e a febre de reconstruir, trocando a solidez antiga pela casaria moderna, que mal se acabou logo cai em ruínas, varreram da cidade todos os sinais da prosperidade de outros séculos. Nem um retalho das muralhas nos resta!

Por uma simples casualidade vê-se ainda de pé o palácio dos duques de Aveiro. É esta última recordação que se pretende apagar.

Todo o comentário é ocioso. Considerados os factos nesta singeleza, o desacerto do empreendimento, económica e moralmente nocivo, é evidente. E a nós só nos cumpre protestando contra uma tão arrebatada obliteração do sentimento pátrio, pedir a Vossa Majestade que interponha a sua autoridade soberana para evitar aquilo que redundaria em ofensa ao amor com que a cidade de Aveiro quer respeitar as suas tradições e quanto lh'as pode lembrar.

Aveiro, 15 de Março de 1905.

biblRIA

II

Senhor!

A formosa pérola do Vouga, que tão distintos e valorosos filhos se orgulha e ufana de contar entre os mártires e mais denodados campeões das nossas modernas campanhas pela liberdade, sente-se ferida e humilhada, nos seus mais íntimos sentimentos de afecto e veneração por estes heróis, ao ver que a sua grande obra, que abriu uma das páginas mais brilhantes da história pátria desta cidade, está hoje passando pelo mais duro e lamentável ultrage às suas mais queridas tradições liberais.

Aveiro, Senhor, não é uma terra que se deixe permanecer adormecida nos cismadores sonhos de um passado mais ou menos glorioso. É uma cidade que deseja progredir, que aspira a engrandecer-se, e a acompanhar nas suas mais fulgurantes evoluções a admirável marcha civilizadora do progresso. Por isso a grande maioria dos seus habitantes, que a amam e adoram como mãe querida e amantíssima, não pode assistir indiferente e de braços cruzados ao lamentável passo que aqui está dando um — felizmente bem diminuto — pequeno e determinado número de seus filhos, na mais errada e deplorável orientação, e completamente sugestionados pelas retrógadas ideias de um passado longínquo, tentando opor-se e criar estorvos a um dos melhoramentos mais grandiosos e de mais largo alcance, que modernamente tem sido empreendidos nesta graciosa cidade de Portugal.

No intuito de dotar esta cidade com um certo número de melhoramentos, que só visam a engrandecê-la, de há muito reclamados pela opinião pública, e cujo adiamento lhe está imprimindo o cunho de uma cidade esquecida de si e do que deve ao seu bom nome, e aos seus foros e prerogativas, foi pelo governo de Vossa Magestade mandado estudar e pôr em execução o projecto da abertura de um largo ou praça pública, em frente do novo edifício destinado ao Governo Civil e mais repartições oficiais do distrito, compreendendo também a rectificação e alargamento das ruas que lhe devem dar acesso.

Justifica este projecto, que se impõe ao aplauso e louvores de todos, a necessidade de desembaraçar aquele grandioso edifício dos muros que o defrontam, e lhe estão tolhendo a majestosa perspectiva, ao mesmo tempo que lhe deixam apenas estreitas e tortuosas comunicações com as principais artérias do movimento da cidade.

biblRIA

Sucede, porém, que a realização desta obra, de um considerável alcance para o engrandecimento e aformoseamento da cidade, exige o corte de uma estreita parcela do velho convento de S. João Evangelista, hoje denominado das Carmelitas, cuja construção data do século XVII, sem merecimento nem importância alguma, quer arquitectónica, quer artística, como o próprio conselho de monumentos nacionais é o primeiro a reconhecer, e tendo apenas de notável o ter sido o solar dos duques de Aveiro, — um dos quais de bem triste memória, — que depois o converteram e adaptaram a um convento de religiosas hoje extintas segundo as leis do país.

Basta este facto para que inimigos do progresso, sectários ferrenhos do antigo regímen, que olham com horror para a marcha ovante da moderna civilização, se levantassem em grita contra tão valioso empreendimento, com o simulado e capcioso argumento de que ele vai reduzir a pó aquele monumento das antigas tradições desta cidade, e dirigindo a Vossa Majestade uma petição neste sentido.

Ora a verdade, Senhor, comprovada pelo testemunho insuspeito de homens competentíssimos, estranhos a esta terra e portanto às suas discussões intestinas, é que aquele velho edifício, de uma construção acanhada, trivial, incaracterística e vulgarissima, sem o menor merecimento arquitectónico ou artístico, não é, nem pode por forma alguma ser considerado como um monumento, e que o seu valor histórico mesmo se pode dizer muito problemático desde que está apenas ligado à memória dos antigos donatários e senhorios feudais desta terra, que na sua jurisdição de baraço e cutelo esmagavam com o seu poderio e onerosos encargos os pobres párias sujeitos à sua alçada, aos quais na sua triste vassalagem se chegava a negar a liberdade do corpo e até da própria consciência, não deixando o seu nome ligado ao mais insignificante melhoramento de utilidade ou benefício para esta terra ou para os seus habitantes, nem sequer facto algum que recomende à posteridade o respeito pela sua memória.

De toda aquela antiga construção, ùnicamente a capela se recomenda pela sua elegante e graciosa estrutura interna, embora pequena e já em adiantado estado de ruína; mas essa mesma nada tem a sofrer, e antes tem tudo a ganhar, com o projectado corte, pois que achando-se escondida às vistas do público e sem qualquer sinal exterior que a denuncie deve vir a ficar completamente intacta, e com um belo frontispício sobre a vasta praça, o que mais contribuirá para a tornar bem visível e portanto mais atraente ao culto divino.

Mas, quando mesmo se entenda que este templo, depois de restaurado e mais aformoseado ainda, não baste para perpetuar a singela tradição histórica que está ligada àquele con-

BIBRIA

vento, qual é a do duque de Aveiro, o regicida, lá fica ainda intacta a maior parte daquela grande mole, onde os inimigos do progresso poderão ir chorar lágrimas de sentida saudade por um passado iníquo, ao passo que, por um singular e caprichoso contraste de ideias associadas, os descendentes dos mártires da liberdade, ali encontrarão incentívo e estímulo para incutir e exaltar no espírito de seus filhos a memória do eminente estadista, que foi entre nós o percursor dessa liberdade, o Marquês de Pombal, a quem a pátria hoje se prepara para pagar uma dívida sagrada e imprescritível.

Não há, pois, razão alguma, Senhor, tanto de ordem moral como material, para que o pequeno corte a executar, em uma só das quatro faces do convento, seja motivo bastante, e suficientemente atendível, para que se ponha de parte, altere, ou modifique o projecto adoptado, o que o iria ferir na grandeza da sua concepção, e prejudicar-lhe gravemente a beleza estética da execução.

Nesta ordem de ideias, no exercício de um direito, e principalmente no cumprimento de um dever sagrado, que o patriotismo e a verdade lhes impõem, e que consideração alguma pode fazer declinar ou preterir, os abaixo assinados, vêm hoje mui respeitosamente apresentar a Vossa Majestade o seu enérgico e atencioso protesto contra a referida petição, rogando simultâneamente a graça de ser mantido sem alteração alguma o projecto elaborado e já aprovado pelas estações competentes, ainda mesmo que para isso se torne necessária a secularização efectiva e já decretada por lei daquele extinto convento.

Aveiro, 17 de Março de 1905.

III

LIBERAIS

A Câmara Municipal desta cidade empreende no momento presente um importantíssimo melhoramento, qual é o da abertura de uma vasta avenida, que, em toda a largura do novo edifício do Governo Civil, comunique o largo do Terreiro com a Rua Direita.

Resolveu também a Câmara traçar uma rua de alargamento da antiga do Loureiro e, visto que vai meter-se nessa obra, aproveitemos o ensejo para consignar o voto de que desejamos que esse melhoramento se faça com a largura

de 10 metros aproximadamente que tal é a distância entre o edifício da cadeia e o teatro.

Só com o favor do poder central se poderia aspirar à realização de tão útil e valioso cometimento. Esse favor é actual, pode afundar-se com a queda do governo.

Há apenas um momento, portanto. Convém agarrar a oportunidade com urgência, senão fugirá.

Mas a abertura da avenida vai de encontro ao topo norte do edifício do convento das Carmelitas e corta um torreão, o coro de cima, um lado do claustro, e a casa da roda.

O torreão não faz nenhuma falta; no coro de cima há apenas trechos de talha em volta de alguns altares; esse lado do claustro pode aproveitar-se e até completar-se o claustro, fechando-o de novo, desde que se transporte mais para dentro o lado oposto; e a casa da roda nada tem que a recomende a não serem os silhares de azulejo, que estão datados, mas que nada obriga a não adaptar a outro ponto, se isso merece consideração arqueológica, como não vamos longe de o supor, e aconselhar.

Tem-se erguido grande alarido em volta deste projectado corte.

De três espécies são os propugnadores da conservação deste pedaço do convento aludido.

Uns são os inimigos políticos dos iniciadores e promotores da obra. Outros, que não passam de meia dúzia, são os que amam velharias, e se interessam cordealmente pela conservação integral dos poucos documentos que restam assinados em pedra, do nobre passado desta cidade. Os terceiros constituem a mais numerosa e temerosa caterva, são os fanáticos, jesuítas, os retrógrados, os que de arqueologia não entendem nada, mas que se correspondem diàriamente, por telegrama, com Deus.

Daquela casa de oração não tem vindo, por enquanto, violência ou desregramento contra a população civil, mas, urge não esquecer que do extinto e desaparecido convento de Sá, que era muito mais solto de costumes, choveram repentinamente desgraças sobre famílias, das mais qualificadas desta terra, criando-se ali um ninho de corujas e abutres de garras afiadas e provocadoras.

Quem nos garante que, num futuro próximo, não possam reeditar-se provindas daquele mosteiro cenas semelhantes de superstição e de trevas?

Alerta liberais!

Não são meia dúzia de pedras sem valor que devem entorpecer um melhoramento real, efectivo, evidente, que todos os habitantes da cidade passam a gozar, quando ao revés disto, essas pedras, esse recanto, esse claustro e esse coro são ao presente regalias exclusivas de meia dúzia de senhoras,

biblRIA

que, pelo rigor da sua ordem, cobrem a cara com um véu muito denso e se defendem *dos perigos do mundo* com uma dupla grade de ferro, armada de bicos hostis.

Convém secularizar o convento. A cidade precisa de um tribunal judicial e prisões e necessita de um asilo para inválidos, em conformidade de um legado existente. Aí está naturalmente indicado o seu urgente destino.

O desejo que nos cumpre expressar é que nas obras a empreender para a instalação desse tribunal e dessas prisões ou do asilo indicado se poupem as celas e se restabeleça o claustro, fazendo-se uma quadra adjacente para a sala das audiências, se prevalecer o estabelecimento do tribunal.

Se vamos a deter-nos com os vestígios pobres de um passado que se intercala na história do país, teremos que consentir perpètuamente que quatro cercas de conventos pejem, em curvas tortuosíssimas, e numa extensão desproposidada, todo o centro da freguesia da Glória.

Puderam os duques de Aveiro transformar o seu palácio num mosteiro, e efectuar obras repetidas de ampliação e de modificação, e não pode a geração moderna, sem prejudicar a riquíssima capela, nem a grande maioria do convento, riscar e executar uma obra, que vale oito, ou vinte vezes o que se derriba, dando ao público o gozo imediato de uma grande artéria, que será positivamente a primeira desta malfadada terra?

Liberais, não vos deixeis aturdir pelos brados capciosos dalguns exploradores de sacristia, que vivem de iludir e da pretensão de entravar todo o progresso, e de velar toda a luz. Eles são os inimigos ocultos mas pertinazes da ciência e da civilização.

Secularize-se o convento das Carmelitas, é este o nosso anhelo, é este o nosso grito de alarme!

[12-IV-905]

IV

PARABENS À CIDADE DE AVEIRO E AO PARTIDO LIBERAL PORTUGUÊS!

Mais uma vez triunfou a grande causa do progresso e da liberdade, sobre os insidiosos manejos do elemento reaccionário.

Foi rude a luta, mas a vitória é brilhantíssima.

Por telegramas, e comunicações recebidas de Lisboa e do ilustre chefe do distrito, sabe-se já que o nobre ministro

das Obras Públicas, conformando-se com o parecer da comissão técnica que aqui veio inspeccionar e apreciar o estado e merecimento do edifício, acabou de assinar ontem a portaria que autoriza, e considera de reconhecida vantagem e utilidade pública, o corte no convento das Carmelitas, indispensável para a abertura da nova avenida segundo o projecto aprovado.

Está, portanto, assegurada a realização de um dos mais grandiosos e importantes melhoramentos com que actualmente pode ser dotada a cidade de Aveiro, e de um tão largo alcance que a nossa Augusta Rainha e excelsa Princesa a Senhora D. Amélia, ao ter dele inteiro conhecimento, houve por bem dar-lhe a sua aprovação e elogiá-lo até, louvando ao mesmo tempo o patriótico empenho com que esta bonita terra se esforça por progredir e engrandecer-se.

Bem haja, pois, o ilustre ministro das Obras Públicas que tão nobremente soube atender aos legítimos interesses desta cidade, e bem haja também o nobre presidente do conselho de ministros, glorioso filho deste concelho, que pelo seu entranhado afecto e sincera dedicação por esta terra tanto e tão poderosamente está contribuindo para o seu engrandecimento.

Bem hajam todos os que franca, sincera e dedicadamente trabalharam e se esforçaram pela vitória desta nossa grande causa.

dibRIA

UA/SD
Nº 917
Data 23. NOV. 1979
Cota

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO

A ANTIGA VILA DE EIXO

APONTAMENTOS PARA UMA MONOGRAFIA

PALAVRAS DE EXPLICAÇÃO

POUCO, pode dizer-se, se tem escrito acerca de Eixo. Do que conheço, há três trabalhos que quero desde já citar, porque os tive sempre presentes ao elaborar esta incompleta e imperfeita tentativa de monografia.

São estes:

bibRIA

— A *Dissertação Histórico-Jurídica em Defesa dos Povos do Extinto Almoxarifado de Eixo nas Causas de Foros e Rações que lhes move a Sereníssima Casa de Bragança,* do bacharel J. (José) C. (Correia) de Miranda. Porto, 1866.

— Uma série de artigos sob o título *Vila de Eixo,* publicados pelo Sr. Dr. Joaquim da Silveira, sob o pseudónimo Th. Ramires, no antigo jornal *Correio do Vouga* (Ano I. 1904, n.os 7 a 13 e 16 a 18).

— Uma *Memória,* inédita, do bacharel Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, que deverá ter sido escrita por volta de 1870, embora com alguns acrescentos posteriores.

Conheci esta *Memória,* porque ma facultou, obsequiosamente, a pessoa a quem a entregou e confiou, pouco antes de morrer, o grande escritor e pensador Jaime de Magalhães Lima, que a havia recebido, como oferta, da família do autor.

Pensava Jaime de Magalhães Lima aproveitá-la, como base, para um estudo sobre Eixo. Infelizmente, não o escreveu: creio mesmo que não deixou para ele quaisquer elementos ou subsídios.

Não sei quando aparecerá quem possa realizá-lo.

Eu queria, ao menos, poder contribuir para ele com algumas achegas, não só porque se trata da terra da minha naturalidade, mas ainda pelo que valem os estudos de história local que, como escreveu o Sr. Dr. FIDELINO DE FIGUEIREDO, «não sòmente integram o corpo das nossas notícias sobre a história pátria — que é em grande parte a síntese dos comportamentos locais — mas também definem e avigoram a consciência regional».

Nesta ordem de ideias elaborei, há cerca de doze anos, o presente trabalho que a Revista *Arquivo do Distrito de Aveiro* generosamente me dá oportunidade de ver agora publicado.

O lapso de tempo decorrido desculpará as imperfeições que mais do que nunca lhe reconheço, entre as quais está a sua própria desactualização.

Porto, Abril de 1960.

CARLOS VIDAL COELHO DE MAGALHÃES

bibRIA

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Localização, área e limites

Eixo que, através dos tempos, tem sido localizado, ora numa, ora noutra, de diversas províncias, nem sempre com evidente justificação geográfica (1), faz parte, actualmente, da Província da Beira Litoral.

Fica esta povoação situada na margem esquerda do curso inferior do Rio Vouga, cerca de 7 km., por estrada, para oriente da cidade de Aveiro, sede do concelho e capital do distrito a que pertence.

Poderá a área do seu território calcular-se em 8 km², tendo como limites: a sudeste, o lugar de Horta; a sudoeste, a Oliveirinha; a noroeste, Azurva e Azenha de Baixo; e a nordeste, Taboeira e a margem esquerda do Vouga.

É de notar a impossibilidade de precisar os limites na parte do campo, entre Eixo e Horta, não havendo qualquer demarcação oficial, como bem se compreende, visto o lugar de Horta ter pertencido sempre à freguesia de Eixo.

bibRIA

Topografia

Eixo pertence a uma região de baixa hipsometria, à qual bem quadra a designação geográfica de peneplanície.

A sua cota mínima é de 10 metros, acima do nível do mar, marcada na parte mais baixa, subindo, gradualmente, de altitude, na direcção geral de sudoeste, até à chamada *Serra de Eixo* (2), onde atinge a altura máxima de 48 metros:

---

(1) Eixo pertenceu já à Província da Estremadura, como se depreende, por exemplo, do censo populacional de 1527 (*Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 273), e às Beiras e ao Douro, como registam vários Dicionários histórico-geográficos.

(2) A designação *Serra de Eixo* é um contra-senso geográfico, não se filiando em qualquer realidade orográfica. Desconheço a sua antiguidade e a sua origem. Existe, no local, uma pequena capela, edificada nos meados do século passado, pelos herdeiros de José Marques João Velho, consagrada ao *Senhor da Serra*. Pode, suponho, duvidar-se se o Santo

pouco se eleva daí em diante e pela Oliveirinha fora, não indo além de 54 metros, já nesta freguesia, declinando, depois, o terreno, para a banda de Aveiro.

Desta sorte, assenta Eixo, na sua generalidade, e especialmente a parte central da povoação, sobre uma planura, suavemente inclinada de poente para o nascente, a qual, depois de sofrer um brusco e grande desnível que, ao norte, atinge, em alguns pontos, um abaixamento de seis a dez metros, assume uma quase horizontalidade, ao entrar no campo.

A quebrar esta feição geral de planície, há uma pequena acidentação, no extremo poente, que é aquela *Serra de Eixo*, a que me referi, e alguns vales, sendo dois deles, ainda hoje, essencialmente pantanosos: o da Canasieira até o lugar da Azenha de Baixo e o do Arrujo até à Granja. Dos não pantanosos, podem considerar-se, como principais, estes cinco: o vale da Granja, o vale da Alfândega, o vale do Suão, o vale dos Pinheiros e o vale de Azurva.

Roteiro

Evidentemente que não darei relação de todos os caminhos e veredas que fazem parte da rede de viação de Eixo: o meu propósito é simplesmente referir as principais ruas e um ou outro caminho, acompanhando a sua menção, quando possível, de alguma notícia histórica.

Atravessa a localidade, em todo o seu comprimento, a estrada nacional de Aveiro a Águeda (1). É um dos melhoramentos que deve à criação do Ministério das Obras Públicas, depois de implantado o sistema liberal. E grande melhoramento ele foi, tendo contribuído para a sua realização a influência política de José Estêvão Coelho de Magalhães.

Veio esta nova via pública substituir a antiga *Rua Direita*, assim chamada porque levava directamente à igreja, sendo, em grande parte, o mesmo, o traçado das duas, com esta principal divergência: a velha rua, a partir da Picota, seguia uma direcção diferente da actual, indo pela Balsa, e de aqui para o Arrujo, através da viela do Barrimau (Barromau), enquanto

---

deve o nome ao lugar, ou se este lho deve a ele. O que é certo é que o local é também chamado *Monte*, designação esta mais adequada às condições topográficas e, hoje, a geralmente usada. Chama-se-lhe, ainda, *Feira de Eixo*, devido a realizar-se aí, como este nome indica, uma feira (a Feira Nova) que tem lugar no dia 3 de cada mês.

(1) O projecto do lanço desta estrada, de Eixo à ponte da Rata, é de 4 de Setembro de 1862. A construção começou em 8 de Agosto de 1864, e terminou em 17 de Outubro de 1866 (*Revista de Obras Públicas e Minas*, tomo IV, n.º 45, Setembro de 1873).

que a nova segue, directamente, da Picota para o extremo da povoação, prolongando-se, depois, em direcção a Águeda.

Aquele rumo, que a antiga Rua Direita tomava, a partir da Picota, explica-nos o facto de a igreja ter a fachada principal voltada, não para o lado da povoação, mas para o lado do campo, pois contígua ao campo passava a velha rua.

Tem, hoje, oficialmente, a principal rua de Eixo, de que estou a falar, o nome de Sebastião de Carvalho Lima, a quem hei-de referir-me, ainda; mas pode dizer-se que ninguém a designa por este nome, mantendo-se e triunfando da designação oficial as velhas designações que o povo criou e, antes da sua abertura, já havia dado a diversos pontos da antiga rua por onde a nova veio a passar. Perduram, assim, indicando-os, do lado de Aveiro para o lado de Águeda, os seguintes nomes: *Alagoela,* o *Casal,* a *Picota,* já citada, o *Adro de Cima,* e a *Rua de S. Sebastião.*

É à Rua de Sebastião de Carvalho Lima, à qual também ouço chamar *Rua Direita,* o que não quer dizer que não seja angulosa como a sua predecessora, que vêm desembocar as demais ruas, entre outras, as seguintes: a do Barreiro, que da Alagoela segue para o *Monte;* a Rua Nova ou de Avelino Figueiredo (1), construída há uns quarenta anos, e que, vindo da estrada que liga Eixo à Oliveirinha, se projectava prolongar até à estação do caminho de ferro; a da Senhora da Graça, que conduz a esta estação; a do Adro de Baixo e a da Balsa, que levam ao campo, e a do Matoito.

Merece referência especial esta última, cuja designação oficial é Rua de José Estêvão, que lhe foi dada por aí terem vivido, em casa que, ainda actualmente, existe, os antepassados do grande tribuno: o avô paterno, Manuel Coelho de Magalhães, e o pai, o médico Luís Cipriano Coelho de Magalhães, dos quais, adiante, falarei.

Mas não é só por esta circunstância que me refiro, especialmente, à Rua do Matoito: faço-o, ainda, porque foi por ela que, em 1880, seguiu a estrada, acima referida, que liga Eixo a Aveiro, indo pela Oliveirinha, e constitui a principal via de acesso para a Feira Nova ou dos 3.

Como em todas as localidades, há em Eixo numerosos caminhos, não só dentro da povoação, como no campo: daqueles, merece menção a *Viela das Gatas* que estabelece ligação entre o Arrujo e aquela estrada; é exactamente por esta viela que seguem os que, vindo de S. João de Loure e

(1) Avelino Dias de Figueiredo, farmacêutico e proprietário, representou, durante alguns anos, como vereador, a freguesia de Eixo na Câmara Municipal de Aveiro, tendo tomado a iniciativa da abertura da rua que tem o seu nome, e ainda de outros melhoramentos.

de outros lugares, de além do Vouga, e ainda de Horta, Eirol e povoações vizinhas, se destinam às feiras dos 7 e dos 21, que se realizam na Oliveirinha, e à feira de Eixo.

E dos caminhos do campo, há um que não tem designação particular, pelo menos que eu conheça, ao qual não quero deixar de aludir, pela circunstância de, durante muito tempo, ter servido de comunicação entre Eixo e a povoação fronteira de S. João de Loure: era ele que levava à barca (1) destinada à travessia do rio, tendo enorme concorrência em dias de festa em S. João ou lugares próximos.

Mas, este caminho só é utilizado, hoje, pelos proprietários dos campos que com ele confinam: quem tem de passar de Eixo para o outro lado do Vouga aproveita a magnífica ponte, chamada de S. João de Loure, inaugurada em 1896 (2).

Geologia

Não há completa homogeneidade litológica no terreno compreendido na área de Eixo. Ainda que imperfeitamente, talvez possam estabelecer-se nele três zonas: a correspondente ao campo, formada essencialmente por terras de aluvião; a que corresponde ao centro da povoação, de natureza sílico-argilo-calcária, e a zona do monte, em que predominam os terrenos argilosos.

A composição destas três zonas é tipicamente sedimentar, embora de idade geológica diferente: a primeira é de formação visivelmente moderna, mas as outras remontam à Era secundária, ou, mais especificadamente, ao cretácio-senoniano, de fácies salobro, segundo a nomenclatura estratigráfica adoptada pelos organizadores da Carta Geológica de 1899 (3).

Pode dizer-se que em toda a povoação, especialmente na seca e no monte, aparece calhau rolado, cuja camada progressivamente rareia, ou, pelo menos, se torna mais

(1) Esta barca era pertença dos Condes de Anadia e da Câmara de Albergaria, tendo esta recebido a parte, que lhe pertencia, do Convento de Jesus de Aveiro, como informa MARQUES GOMES em *O Distrito de Aveiro*, págs. 71 e 72.

(2) Esta ponte deve-se à influência do desembargador Castro Matoso, morgado da Oliveirinha, a quem os povos e a Câmara de Albergaria-a-Velha manifestaram a sua gratidão, inscrevendo-lhe o nome numa lápide, onde confessam considerá-lo «o único promotor desta obra monumental».

(3) Esta divisão em três zonas também o povo a faz, falando em *campo*, *seca* (que corresponde à segunda zona do texto) e *monte*, e distinguindo-as, deste modo: o *campo* é o terreno que está sujeito às inundações do Vouga, sendo a *seca* constituída pelas terras de semeadura que essas inundações já não atingem; a designação de *monte* é reservada para o terreno, a mato, e em que, outrora, se via só o pinheiro, e hoje está a ser invadido pela plantação do eucalipto.

superficial e cascalhenta, à medida que nos aproximamos da Oliveirinha.

Esta camada pedregosa foi porventura arrastada de longe e de solos de outra natureza geológica pela deslocação de formações glaciares (1). Leva-me a aceitar esta hipótese, principalmente, o facto de haver identificado em Eixo e em povoações vizinhas, como Taipa e Azurva, alguns penedos erráticos.

Só em Eixo, encontrei seis, os quais, sem serem de grandes proporções, são, todavia, de difícil remoção, achando-se localizados na parte baixa da povoação, a pouca distância da linha férrea.

Alguns, designadamente os dois que estão situados no Largo do Pelourinho, devido ao embate do rodado dos carros, que os tem lascado, encontram-se já bastante reduzidos e «despersonalizados», sendo de admitir que todos eles hajam sofrido o desgaste do tempo.

Evidentemente, estes penedos não são de origem local: a sua essência granitóide é, de facto, incompatível com a natureza geológica da região, o que convence de que terão vindo de lugares distantes, facto este que só poderá explicar-se, partindo da hipótese das formações glaciares de que falei.

É interessante que até pessoas do povo, que nunca pensaram em glaciares, tem a intuição de que tais penedos não nasceram no lugar onde estão, custando a crer-lhes que mão de homem para ali os trouxesse.

bibRIA

Não conhecem a história do seu desterro e as vicissitudes por que passaram, na caminhada até nós; mas a própria ciência também não pôde ainda chegar a resultados definitivos quanto ao lugar da sua origem.

É claro que não vou embrenhar-me neste problema: registarei apenas a hipótese de que tenham vindo da Serra da Estrela, como sugerem estas palavras de CHOFFAT:

«Il paraît bien démontré que des dépôts glaciaires existent dans la Serra d'Estrella et dans la vallée du Mondégo, en amont de Coimbra.

C'est peut-être à la même époque qu'il faut attribuer le transport de grands blocs d'arkose dispersés entre Condeixa et Aveiro, jusqu'à une altitude de 100 mètres.» (2)

Sob o ponto de vista mineralógico, há a notar no subsolo de Eixo um veio metálico, quase ignorado na locali-

---

(1) Esta hipótese das formações glaciares já a pôs o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO nas *Origens da Ria de Aveiro*, págs. 22 e especialmente 41, 50 e 51.

(2) *Aperçu de la Géologie du Portugal*, pág. 42, in *Le Portugal au point de vue agricole*.

dade, e constituído predominantemente por ferro, parecendo apresentar, embora em percentagem mínima, metal nobre: ouro.

Este filão metalífero corre do Picoto, já fora do limite de Eixo, em direcção ao *Monte*, explicando-nos a sua passagem, próximo da Quinta de S. Francisco, a existência nela de uma mina de água férrea (1).

Além desta, outras minas há de boa água na mesma Quinta, tão boa que chegou a fazer-se a sua exploração, com o fim de a lançar no mercado: lembro-me de, há anos, tê-la visto à venda, em garrafões, na cidade de Aveiro, ignorando por que razão esta iniciativa não foi levada por diante.

Apesar de a Quinta de S. Francisco ficar afastada do centro da localidade, ainda muitas pessoas se abastecem da sua água, aproveitando-se da generosidade que os herdeiros do seu antigo proprietário, o Dr. Jaime de Magalhães Lima, querem ter, para honrar a memória do insigne escritor que nunca a regateou aos seus vizinhos, e, antes, alegremente, com eles a repartia.

Mas outras fontes há em Eixo, e, entre elas, a afamada *Fonte do Cortiço*, que fica junto da linha férrea do Vale do Vouga, já quase no extremo norte da povoação, perto de pinhais e do Ribeiro da Canasieira: segundo diz VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, «esta fonte, primitivamente, tinha a forma de um forno cuja abóbada era feita de xisto, mas arruinada, em parte, a abóbada, ficou a fonte reduzida a um pocinho da altura de um metro» que, em data relativamente recente, foi coberto, parecendo haver-se reconstruído, em mais pequenas proporções, a antiga cobertura.

Não deixarei de notar ainda a existência de certas minas, designadamente a do Vale dos Pinheiros, conhecida, também, pela mina do Dr. Joaquim Pedro, notável, especialmente, pela extensão da sua galeria que não deve andar longe de cem metros.

A pouca distância dela, talvez uns quatrocentos metros, fica uma outra, no sítio das Forcadelas, supondo algumas pessoas que há ligação entre as duas, o que não pude verificar, porque, a certa altura, acham-se obstruídas.

Falando em fontes, não pode esquecer-se a que é, geralmente, conhecida pelo nome de *Fonte de Eixo* ou só *Fonte*, que existe a pouca distância da igreja, em frente da sua fachada principal.

Na sua forma actual, esta fonte foi construída em 1868, mas, ao demolir-se a que existia no mesmo sítio, aparece-

(1) Ainda não há muitos anos, esta água era utilizada pelas raparigas anémicas, não sei se por conselho médico.

ram vestígios (diz o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO) de que era a quarta que aí se construía.

Procura ele demonstrar esta sua afirmação, analisando os materiais da fonte demolida que já teriam sido aproveitados nas duas primeiras construções: entre esses materiais, apareceram, nas paredes, pedras que haviam servido para poisar os cântaros, sendo algumas de granito, com cavidades de 11 centímetros, numa das faces, e outras, vermelhas (pedra de Eirol), desgastadas nas duas faces em profundidade sensìvelmente igual àquela.

O Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, na sua pormenorização, procura até classificar o estilo arquitectónico da fonte demolida, dizendo que «parecia mourisco» (1), consistindo «em quatro paredes com coruchéus que formavam a caixa da água (sem abóbada)»: nesta caixa, havia um portal onde ficava a bica, pela qual a água corria para o lavadoiro, «por baixo de um patim lageado de pedra de granito e cercado de muros da mesma pedra onde se poisavam os cântaros».

O projecto da fonte construída, em 1868 (2), foi elaborado pelo professor de desenho do Liceu de Aveiro, João da Maia Romão, cuja competência e bondade não esqueceram ainda de todo. Mas, se porventura se melhorou, sob o ponto de vista estético, piorou-se quanto a abundância de água, o que fez surgir a necessidade de explorar uma nova nascente que foi procurar-se ao Monte ou Serra de Eixo: iniciaram-se os trabalhos da exploração, há aproximadamente quarenta anos, mas foram interrompidos, para nunca mais continuarem até hoje, vendo-se ainda vestígios dessa exploração, quando da Feira Nova se desce para a rua do Forno.

biblRIA

O Vouga e as suas cheias; tendência do rio a mudar de leito

Com o rodar dos tempos, o leito do Vouga, no seu curso inferior, e o dos seus afluentes, tem-se alteado bastante, o que se verifica com o leito de outros rios, como o Mondego, cujo assoreamento é bem visível na submersão parcial do Convento de Santa Clara-a-Velha.

Deste alteamento fala-nos a tradição: reza que a actual

---

(1) Esta observação do Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO mantém-se, ainda, na tradição popular, pois já tenho ouvido dizer a uma ou outra pessoa, quando falam da fonte de Eixo, que é a «fonte dos Mouros». O mesmo dizem, referindo-se à fonte do Cortiço, o que mostra a tendência do povo para atribuir aos mouros tudo que tem ar de antigo.

(2) Esta fonte, de 1868 para cá, tem sofrido melhoramentos, como a construção de um novo lavadouro e a instalação de uma bomba.

Ponte da Rata está assente noutra mais antiga que o levantamento do leito dos rios cobriu.

Este relato da tradição parece estar confirmado històricamente: de facto, infere-se de um documento de 1355 a existência de uma ponte neste local que não pode ser identificada com a de hoje, embora seja de admitir a hipótese de esta ser uma reconstrução da primitiva.

«Dizem-me (escreve o sr. Dr. ALBERTO SOUTO) que sob a ponte da Rata, que liga Eirol a Almear — Almear, origem árabe? — do lado do Vouga, sobre o pântano onde passa o Águeda com as águas da Pateira de Fermentelos, está sepultada uma ponte que foi coberta com o levantamento do leito dos rios. Que ali existia uma ponte em 1355, vê-se claramente de uma transcrição que o sr. Dr. ROCHA MADAHIL faz da *História Genealógica da Casa Real*, de D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — era a ponte de Almeara» (1).

De tal modo o leito do rio tem subido que, hoje, correm as suas águas sensìvelmente ao nível das terras marginais do campo, invadindo-as, por vezes, no tempo das cheias, e causando graves prejuízos, em virtude de as deixar assoreadas.

Para obviar a este mal (2), desde o princípio do século passado, algumas obras de defesa se têm feito: como observa o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, construiu-se «um grande encanamento com estacas e sebes», o que não deu o resultado desejado.

Recentemente, têm-se realizado obras hidráulicas com o mesmo fim, nomeadamente um paredão que acompanha a margem esquerda do rio, num ou noutro ponto, achando-se, na parte restante, substituído por sebes construídas com estacas entrelaçadas com ramos de árvores, como salgueiro e amieiro.

Impotente tem sido, todavia, este trabalho de barragem; e a prova está em que, ainda há poucos anos (1940), num período de cheia grande, as águas do rio transpuseram estas defesas e abriram mesmo grotas ou rombos, causando grande dano em algumas terras marginais, em virtude da muita areia que arrastaram para elas, formando em alguns pontos camadas de meio metro de altura.

O campo de Eixo está, assim, na iminência de ficar completamente assoreado. As obras hidráulicas, como diques, são um simples paliativo: isto se vê, atendendo a que a causa do mal está no facto de o leito do rio ir progressivamente

---

(1) *Origens da Ria de Aveiro*, pág. 153.

(2) Contribuem, também, para facilitar a invasão das areias no campo, os rombos causados pelo arrancamento dos cepos marginais, que muita gente aproveita para lenha.

alteando, e, principalmente, na tendência deste para abandonar o seu álveo e derivar para o campo.

Esta tendência deve atribuir-se ao cotovelo ou curva que o Vouga faz, ao entrar na zona de Eixo, porquanto, vindo na direcção de S. E., N. W., o seu curso desvia-se e acentua-se para o Norte.

O Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO já falava desta mudança do leito do rio, quando escrevia: «Todos sabem que o Vouga tem a sua queda natural para o sítio chamado a Vagueira, seguindo pelo Poço do Grifo, Gramoal de Taboeira, e daqui para a Ponte do Estrepeiro, descrevendo uma linha quase recta, e correndo por um leito mais baixo; ao passo que pelo actual descreve uma grande curva que muito prejudica a navegação por ter de correr muito mais espaço, e porque nos meses de verão é já quase impossível pela demora e acumulação de areias, que dentro de poucos anos terão destruído completamente o rio».

Este vaticínio do Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO que não se realizou ainda, inteiramente, lembra-nos o que o sr. Dr. AMORIM GIRÃO diz acerca do futuro desaparecimento da Ria de Aveiro: «Os marítimos têm como certo o vaticínio de que, um dia, há-de vir, em que toda essa zona será um contínuo areal sem vegetação e sem vida, vaticínio de cuja possibilidade científica a ninguém é lícito duvidar: na mão do homem está apenas retardar esse fatal desenlace, com todo o seu cortejo de desastradas consequências» (1).

bibRIA

As valas

As valas são vulgares em toda a região de Aveiro, constituindo um meio de drenagem, irrigação e vedação dos terrenos. Eixo possui algumas, sendo principalmente dignas de referência as chamadas *valas reais*, também designadas por valas veias: mereceram estas, sempre, grande atenção dos antigos, como o prova o facto de ter havido autoridades encarregadas da sua abertura, limpeza e fiscalização: eram os chamados *juízes das valas*.

Esta providência, que tornava, em parte, possível, a cultivação dos terrenos pantanosos, dessecando-os, foi, infelizmente, abandonada em 1830, como refere o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, não tendo eu podido averiguar que outras providências análogas porventura foram posteriormente tomadas: o que me diz a observação é que as valas da minha terra têm estado ao abandono.

---

(1) *Bacia do Vouga*, pág. 68.

Das valas veias, existentes em Eixo, merece especial menção a que põe em comunicação as águas do Vale do Arrujo ou Ribeiro com o Poço do Grifo, seguindo, depois, para Taboeira.

Esta vala, que pela importância que tem, devia estar refundada, há muito, atravessa a estrada nacional, sob um pontão geralmente conhecido por o *Aqueduto:* é este formado por três vãos ou olhais, providos de comportas móveis de madeira que, na época das cheias, se cerram, abrindo-as a própria força das águas, quando se dá uma diferença de nível entre as do campo, pela baixa destas, e as do lado do Ribeiro, que, até aí, estavam detidas pelas comportas que a forte pressão daquelas não deixava abrir.

Vê-se, assim, que o *Aqueduto,* construído por ocasião da abertura da estrada, desempenha, especialmente, a função de neutralizar, pelo seu sistema de comportas, a forte corrente de jusante para montante, que se forma no tempo das cheias: impediu-se, deste modo, a invasão brusca e impetuosa das águas do campo para o lado do Arrujo, as quais, muitas vezes, surpreendiam os lavradores que viam prejudicada a colheita mais tardia dos milhos (1).

bibRIA

Clima

Não tenho elementos para caracterizar o clima de Eixo, que, duma maneira geral, será o da região do Baixo Vouga: região plana e aberta sobre o mar, há-de ressentir-se, necessàriamente, da influência deste, podendo, por isso, o seu clima considerar-se como de feição marítima.

Tem, certamente, particularidades, de que poderei notar uma ou outra, embora sem qualquer base científica: são apenas produto da minha observação que não pude ver confirmada por observatórios meteorológicos ou mesmo algum registo oficial, pois os poucos elementos desta natureza, de que tenho notícia, não são restritos à limitadíssima zona do Vouga de que me ocupo.

Referir-me-ei, especialmente, aos ventos desta região: sempre tenho ouvido os lavradores queixarem-se do vento norte ou das *nortadas*, de que, em parte, se defendem as terras do campo, que lhes estão mais expostas, por meio de cômoros.

---

(1) Dos trabalhos preparatórios da construção do *Aqueduto,* as dificuldades a vencer e as vantagens que dele resultaram, ocupa-se o engenheiro SILVÉRIO A. P. DA SILVA na *Revista de Obras Públicas e Minas,* tomo IV, n.º 45 (Setembro de 1873).

A utilidade destes é reconhecida por todos, tanto que, quando, no século passado, alguém alvitrou que deveriam arrancar-se, para um mais largo aproveitamento de terra, para cultura, tal alvitre por ninguém foi aceite.

Têm os cômoros outra função ainda: a de demarcarem e fecharem as propriedades, a que, por esta circunstância, se dá o nome de *chousas* (do verbo *claudo* — fechar), como, entre muitas outras, a *Chousa Larga* ou do Padre Marques, e a *Chousa do Curioso* ou *Chousa da Luzia*.

Também, desde muito pequeno, comecei a ouvir falar do vento *suão* que sopra, aproximadamente, do Sul, dando o nome ao vale por ele batido (Vale do Suão), e do vento *samoco* («que venta muito e chove pouco»), designação esta que o povo dá ao vento que sopra do lado do Buçaco.

Mas os ventos, aqui predominantes, são os que vêm do Norte e de Noroeste e tanto que todas as árvores de grande porte e bastante expostas a esses ventos têm inclinação pronunciada para Sudeste, o que bem se observa nos álamos que marginam o lanço de estrada que vai do Aqueduto até Horta.

bibRIA

CAPÍTULO II

IDEIA GERAL SOBRE AS ORIGENS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE EIXO

Nota pré-histórica

O sr. Prof. Dr. AMORIM GIRÃO, servindo-se, subsidiàriamente, dos dados fornecidos pela Arqueologia para o estabelecimento da linha provável da costa junto da foz do Vouga, no passado pré-histórico (que nessa época ficava muito mais para o interior), revela-nos a existência, nessa antiga zona costeira, de alguns monumentos megalíticos, o que vem provar que ela já era, então, povoada.

Desses monumentos enumera: «um situado a SE. de Aveiro, na *Agra da Pedra Moura*, onde são bem evidentes os vestígios que marcam o antigo litoral; outro, junto do sinal trigonométrico de *Mâmoa* (79 m.), não longe da *Pateira* de Fermentelos; outro, ou outros, junto da povoação de *Mâmoa* (Estarreja), como o nome indica e como tivemos ocasião de verificar» (1).

(1) *Bacia do Vouga*, pág. 58.

Tais monumentos neolíticos circundam Eixo, num raio de poucos quilómetros, ficando-lhe muito próximos, especialmente os dois primeiros (1).

Esta circunstância levou-me, naturalmente, à tentativa de averiguar se existiriam ainda alguns vestígios de que também foi povoado, no passado pré-histórico, o território onde, há muitos séculos já, existe aquela antiga vila.

Depressa perdi a esperança de assentar as minhas conclusões em qualquer achado arqueológico: logo, vi que teria de as basear, apenas, no toponomástico, elemento, aliás, já hoje considerado de grande segurança, figurando a filologia entre as melhores ciências auxiliares da Arqueologia pré-histórica (2).

E não faltam indícios toponímicos do povoamento, no passado pré-histórico, do território onde fica Eixo.

O toponomástico local revela, de facto, que alguns desses monumentos sepulcrais pré-históricos que, em Portugal, têm, entre outras, as designações populares de *antas* e *mâmoas* (3), existiram num ou noutro sítio: desapareceram, é certo, mas os seu nomes mantiveram-se e adquiriram sentido geográfico, tornando-se locativos.

É o caso do nome que têm duas terras de semeadura: a *Mama do Pégas* e a *Marrasa*, as quais ficam quase no extremo da povoação, a caminho da Oliveirinha.

Como é evidente, na primeira destas duas designações, a forma *mâmoa* encontra-se sincopada, aproximando-se do seu étimo latino *(mamma)*, e sendo, porventura, *Pégas*

BIBRIA

---

(1) O sr. Dr. Alberto Souto, nas suas explorações, no vale do Cértima, também tem encontrado, aí, vestígios de populações pré-históricas. Vide o seu estudo *A geologia do quaternário e o homem paleolítico do vale do Cértima*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. v, n.º 17, 1939, págs. 49-58.

(2) O valor da toponímia, como elemento de investigação pré-histórica, pôe-no em evidência Leite de Vasconcelos na memória que, em 1912, apresentou ao Congresso Internacional de Arqueologia, realizado em Roma, sob o título *Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les données de la toponymie*. (In *O Arqueólogo Português*, vol, xvii, 1912, págs. 255 e segs.).

Teófilo Braga, por sua vez, chega a dizer que «a toponímia tem, hoje, o valor de um irrefragável documento histórico» *(A Pátria Portuguesa*, pág. 214).

(3) Pelo termo *mâmoa* designou o povo, primeiramente, o monticulo de terra que cobria os monumentos sepulcrais chamados *dólmens*, mais conhecidos, entre nós, por aquelas designações de *antas* e *mâmoas* e ainda por *arcas* e *orcas*. A palavra *mâmoa* devia ter sido sugerida pela impressão de eminência mamilar que o monticulo dá, aceitando-se perfeitamente, que, por extensão, passasse, depois, a designar, não já só a cobertura do monumento, mas este mesmo. Que assim foi aceita-o, por exemplo, o Prof. Mendes Correia, como se vê no seu trabalho *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, págs. 187-188.

o nome de algum antigo proprietário do terreno (1); a segunda é, certamente, uma forma contracta de *mama rasa*, da qual resultou, em obediência à lei glotológica do menor esforço, como *mama rasa*, por sua vez, e por virtude da mesma lei, terá vindo de *mâmoa rasa*.

Esta última forma não é suposta: acha-se devidamente documentada. Nas *Inquirições na Terra do Vouga*, em 1282 (2), há referência a um lugar ou povoação com o nome de *Mâmoa Rasa* que, segundo estou convencido, se deve identificar com a actual *Mamarrosa*, explicando-se, talvez, a deturpação toponímica, por se haver perdido a consciência do seu étimo. E inclino-me para esta identificação pela coincidência de localização geográfica: a antiga *Mâmoa Rasa*, como a Mamarrosa, de hoje, ficava perto de Ancas e Mogofores.

É, portanto, verosímil tal identificação, e, sem dúvida, mais aceitável a etimologia que sugiro do que a proposta por PINHO LEAL, o qual, sem justificação, escreveu que Mamarrosa quer dizer *povoação das mâmoas* (3).

Etimologia de Eixo

Não está averiguada ainda, de maneira definitiva, a origem do topónimo Eixo. Não se passou, até agora, de hipóteses, algumas com certo carácter científico, outras de cunho popular.

Como é natural e tem vantagens, precederei a sua exposição e comentário da enumeração das formas arcaicas do topónimo.

Tenho notícia das seguintes variantes gráficas que vão indicadas por ordem cronológica:

Exso — 1050 (P. M. H., Dipl. et Chartae, doc. n.° 378);
Exu (Villa Exu) — 1081 (P. M. H., Dipl. et Chartae, doc. n.° 595);
Exo (Villa Exo) — 1095 (P. M. H., Dipl. et Chartae, doc. n.° 819);
Eyxo e *Eixo* — 1282 (*Inquirição na Terra do Vouga*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, n.° 34);
Exxio — 1328 (*O Rol das Cavalarias do Vouga*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, n.° 30).

(1) Hoje, além da forma *Mama do Pêgas* vai-se tornando usual a forma *Madepegas*.
(2) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, n.° 34, pág. 84, linha 18.
(3) *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V.

Esta última variante, que se nos depara depois da forma definitiva *Eixo*, é, à primeira vista, estranha: é anomalia que tem a sua explicação no facto de se tratar de uma latinização tabeliónica que ocorre em *O Rol das Cavalarias do Vouga*: impô-la a necessidade de harmonizar o topónimo com a forma que tinha de dar-se a este inventário oficial (1).

Passando ao estudo das etimologias, baseadas em critério científico, citarei, em primeiro lugar, a que propôs o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, a mais antiga, segundo o meu conhecimento.

Em sua opinião, o topónimo Eixo deriva de *eixido*, palavra que no *Elucidário* de Frei JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO aparece ainda sob as formas gráficas *exido*, *enxido*, *ixudo*, *ixudeo*, e sobre cujo significado VITERBO escreve:

«Com esta variedade, achamos escrita esta palavra, com que os nossos maiores quiseram significar uma fazendinha, cerrado, quintalzinho, hortejo, ou conchozo, que está contíguo, ou não longe, da vivenda, e para o qual há mui fácil entrada ou passagem: por ficarem ordinàriamente estes pequenos prédios à saída das casas, se disseram *eidos*, *exitos*, *exidos*, etc., do verbo *exeo*, sair.»

VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, baseado em VITERBO, conclui que «se daria a esta povoação (Eixo) o nome das vivendas dos seus primeiros povoadores».

Mais tarde, o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA filiou o topónimo Eixo num nome pessoal romano.

Sob o pseudónimo *Th. Ramires*, expõe e fundamenta, num antigo jornal local (2), do seguinte modo, a sua opinião:

«Segundo a teoria de JUBAINVILLE, teremos, aqui, porventura, apenas um nome pessoal romano *Ascius* ou *Iscius* cuja existência o mesmo autor documenta e que daria Eixo, como *fascis* deu *feixe* ou *piscis* deu *peixe* (*Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms des lieux*, págs. 351 e 359).»

Recentemente, o sr. Prof. JOSEPH M. PIEL filiou, também, o topónimo Eixo num nome pessoal, mas de origem germânica.

Escreve:

«O facto de existirem formas em *ici* prova que estamos em presença de um nome próprio e não do apelativo Eixo (de *Axis* cuja existência na toponímia mal se justificaria).

---

(1) Cf. o artigo *O Rol das «Cavalarias» do Vouga*, do sr. Dr. ROCHA MADAHIL, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, n.º 30, págs. 153 e segs.

(2) *Correio do Vouga*, ano I, n.º 9, de 1 de Abril de 1904. Observarei que este jornal deixou de existir, há muito, não tendo com ele qualquer relação o que, em Aveiro, se publica, actualmente, com o mesmo título.

biblRIA

«As formas antigas, que o onomástico traz, são: Exso — 1050, Exu — 1081, Vila Exo — 1095, Eyxom (Outeiro de) — 1258, Eixo, Eixa, Eixea do séc. XV.

«A última, Eixea, é particularmente elucidativa, por representar, sem dúvida, um nome em *ila* que pela terminação só pode ser germânico.

«Quanto à raiz, explico-a por *Asks* que já apontei no art. *Escarei*. Um nome *Ascila*, ou *Ascilu*, seria uma formação correcta, visto existir, de facto, um nome *Asco* e muitos outros nomes compostos com esta raiz. Cf. F. P. 492» (1).

Quanto à etimologia proposta pelo Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, parece-me deficiente, não só sob o ponto de vista histórico, como sob o ponto de vista filológico: além de Eixo nos aparecer já no séc. XI como *villa*, as primeiras formas gráficas, que deixei anteriormente registadas, parece não serem consentâneas com a evolução do étimo que propõe.

Confrontadas as etimologias apresentadas pelo Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA e pelo sr. Prof. PIEL, ressalta, imediatamente, como mais bem justificada, a daquele.

Efectivamente, ao passo que o antropónimo proposto, como étimo do nome Eixo, é fundamentado na hipótese do sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA, o do sr. Prof. PIEL é simplesmente suposto, como, aliás, ele próprio assinala com o asterisco convencional.

E o facto de os dois antropónimos (*Ascius* e *Ascilu*) terem grandes semelhanças, pelo menos, gráficas, é um argumento mais a favor da hipótese do sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA que, como já ficou dito, invoca um étimo, não suposto, mas real.

Valoriza-a, ainda, a forma latinizada *Exxio* que já registei: esta latinização do topónimo parece ser uma reminiscência da sua filiação.

Demais, aquele sufixo *ila* que o sr. Prof. PIEL quer ver num nome de que teria vindo a forma *Eixea*, a qual considera «particularmente elucidativa», enxerta-a ele numa forma gráfica que não pertence ao toponomástico, mas sim ao onomástico, não podendo, por isso, ter com Eixo senão uma relação indirecta.

Parece-me, assim, que deverá dar-se a primazia à hipótese do sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA, tendo como muito provável a derivação do topónimo Eixo de um nome de origem romana, como já notei, e donde teria vindo *Villa Exo*, expressão esta designativa do respectivo proprietário.

E afigura-se-me que esta hipótese pode encontrar, até,

(1) *Os Nomes Germânicos na Toponimia Portuguesa* (Separata do «Boletim de Filologia», tomos II e segs., págs. 84-85).

biblRIA

alguma justificação no facto de, em Portugal, existir, ou, pelo menos, ter existido, um lugar na freguesia de Dois Portos, concelho de Torres Vedras, com igual nome — Casal do Monte do Eixo (1), e, em Espanha, o toponomástico acusar a existência de nomes idênticos, com a grafia *Ejo* e *Eijo*. De quatro colhi notícia, dois, respectivamente, em cada uma das províncias da Corunha e de Lugo, na Galiza (2).

A par da evidente comunidade de origem etimológica, é possível, e até provável, que tenham tido, também, filiação histórica comum.

Provado este facto provada ficava a hipótese a que não tenho dúvida em aderir (3).

Fundação de Eixo
Os seus primeiros donatários

É problema, porventura insolúvel, o da fundação de Eixo. A hipótese de que este nome se filia em *Ascius*, à qual aderi no número anterior, poderia tentar-me a pôr uma outra: se Eixo virá do tempo dos romanos.

Nela pensei, ao ler *As Vilas do Norte de Portugal*, de ALBERTO SAMPAIO, mas faltam-me elementos, já não digo para chegar a qualquer conclusão, com segurança, mas, ao menos, para formular, com honestidade, a hipótese.

Demais, os que se referem às origens de Eixo limitam-se a dizer que se ignora a época da sua fundação, tendo como certo apenas que já existia antes da formação da Monarquia.

Até hoje, o mais antigo documento, que se tem citado, referente a Eixo, é de 1079 (4), que mostra pertencerem as suas terras, nesta data, a D. Flâmula e a sua prima D. Teresa

(1) *Dicionário Postal e Geográfico do Reino de Portugal*, de JOÃO BAPTISTA DA SILVA LOPES, tomo II (1893).

No *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, de AMÉRICO COSTA, vol. VI (1938), menciona-se outro lugar com o nome de Eixo na freguesia de Tamel, Santa Leocádia, concelho de Barcelos; mas trata-se de um equivoco, pois o verdadeiro nome desse lugar é *Lixo* segundo a informação que me deu o pároco da respectiva freguesia.

(2) *Dicionário Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, de PASCUAL MADOZ, tomo VII, págs. 454 e 449, Madrid (1850).

(3) Com o fim de esclarecer este problema, procurei corresponder-me com algumas instituições culturais espanholas, mas não recebi qualquer resposta em que pudesse basear uma opinião segura.

(4) Este documento é uma escritura feita por D. Flâmula, da família dos Sousas, pela qual ela doou ao Mosteiro de Pedroso, entre outros bens, a metade de Eixo que lhe pertencia. Refere-se a esta doação, citando da escritura o passo respectivo, por exemplo, a *Monarquia Lusitana*, 3.ª parte, liv. XI, cap. XVIII, folhas 235-236.

biblRIA

Fernandes, esposa do conde D. Mem Viegas de Sousa, da Casa do Marnel (1).

Mas anteriormente a 1079, já se fazia referência a Eixo, pelo menos, em um outro documento: o inventário de bens de Gonçalo Viegas e sua mulher D. Flâmula, de 1050 (2), que nunca vi apontado pelos que se têm ocupado daquela antiga vila.

De quando data o senhorio da poderosa família dos Sousas também é facto que suponho não averiguado: há quem avente a opinião «de que tivessem estas terras por mercê dos Reis de Leão» (3).

Mas, não é meu propósito fazer, nem mesmo num simples esquema, a história dos diversos donatários de Eixo. Acha-se esse estudo feito, pormenorizadamente, pelo grande jurisconsulto JOSÉ CORREIA DE MIRANDA (4) e por MARQUES GOMES (5): para o fim que tenho em vista, que é aludir ao célebre conflito entre os povos de Eixo e a Casa de Bragança, basta-me registar que do Senhorio dos Sousas passaram as suas terras para a Ordem de Malta e desta para os Condes de Barcelos e, consequentemente, para aquela Casa.

Eixo e a Casa de Bragança
O Almoxarifado

biblRIA

A Casa de Bragança não era o único donatário de Eixo, pois, ao mesmo tempo, outros senhorios tinham terras aí, como vários conventos, entre eles, o de Santo Tirso, o de Arouca, o de Santa Cruz de Coimbra e o de Jesus de Aveiro: aquela Casa era, no entanto, o donatário principal.

Tinha em Eixo a sede de um Almoxarifado, «espécie de repartição de fazenda e recebedoria», a que pertenciam, também, os concelhos de Ois da Ribeira, Paus e Vilarinho do Bairro.

Ficavam perto da Igreja actual dois celeiros em que se recebiam os foros e demais tributos, andando o rendimento anual do Almoxarifado à volta de 11.500$000 réis.

Dos edifícios destes dois celeiros, ainda hoje existe um,

---

(1) Eixo fica a 12 km. do Marnel onde teve os seus paços a nobre família dos Sousas, descendente de Leão. Dos senhores do Marnel trata-se, por exemplo, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 52, págs. 270 e segs.

(2) A este documento, me referi já.

(3) Esta opinião emitiu-a o Dr. JOSÉ CORREIA DE MIRANDA nas notas inéditas à *Memória* do Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO e que lhe estão apensas.

(4) *Dissertação Histórico-Jurídica em Defesa dos Povos do Extinto Almoxarifado de Eixo.*

(5) *O Distrito de Aveiro*, págs. 167-168.

cujo brasão foi, há pouco, retirado pelo actual proprietário do prédio: a este, há muito aproveitado para a realização de espectáculos públicos, toda a gente chama o *Celeiro*.

Aquele rendimento revela, só por si, como era importante a produção das terras de Eixo e dos outros lugares que contribuíam para o Almoxarifado.

Cunhal do edifício do *celeiro do concelho* ostentando ainda o brasão da Casa de Bragança

Note-se que a Casa de Bragança não exercia, neste, sòmente direitos de tributação: exercia, também, largos poderes jurisdicionais.

CORREIA DE MIRANDA acentua-o nestas palavras:

«A Sereníssima Casa exercia nas terras do Almoxarifado de Eixo todos os poderes jurisdicionais que tinham os donatários da mais alta jerarquia, nomeando as Justiças, Câmaras e outros funcionários, cujos diplomas se passavam por despacho da Junta (1) do Desembargo da mesma Sereníssima Casa.»

Êste domínio da Casa de Bragança nunca lhe foi contestado até 1833. No ano anterior, porém (decreto de 13 de Agosto), haviam sido revogados os forais e extintos, embora com certas excepções, os foros (2): daí resultou que ninguém mais se lembrou de pedir nem de pagar os tributos à Sereníssima Casa.

Manteve-se esta situação até 1851: neste ano o Adminis-

(1) *Dissertação Histórico-Jurídica*, pág. 9.

(2) O decreto de 13 de Agosto de 1832 deu lugar a muitas dúvidas, tendo sido tomadas pelos tribunais, em face dele, decisões divergentes; determinou isto a publicação da lei de 22 de Junho de 1846 que veio interpretá-lo e fixar o seu sentido.

Do valor daquele diploma dão-nos ideia estas palavras de ALEXANDRE HERCULANO:

«O decreto de 13 de Agosto de 1832 foi o facto capital, a consequência mais transcendente da única revolução social por que o nosso país tem passado desde o fim do século XV. Este decreto libertou a terra; lançou o machado à árvore podre das tradições quase feudais; acabou com a opressão da classe mais importante da família portuguesa — a dos agricultores». (*Opúsculos*, tomo V das Questões Públicas, pág. 169, da 1.ª ed.).

trador-Geral da Sereníssima Casa fez saber aos foreiros que tinham de pagar os foros vencidos e logo demandou, judicialmente, o bacharel Venâncio Dias de Carvalho e Figueiredo e seu sobrinho, também bacharel, Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, autor da *Memória* inédita que tenho citado.

Esta atitude da Casa de Bragança surpreendeu e sobressaltou os povos dos concelhos do Almoxarifado, tendo alguns dos seus representantes mais influentes vindo a Eixo oferecer ao Dr. Venâncio de Carvalho e Figueiredo o seu auxílio para a defesa nestas demandas, certamente porque assim defendiam uma causa em que tinham evidente interesse.

O Dr. Venâncio de Carvalho e Figueiredo, que era quem ia, como advogado, contestar o pedido da Casa de Bragança, não só não aceitou o oferecimento daquele auxílio, como até, segundo deixa perceber o sobrinho, na sua *Memória*, recusou «as propostas de composição ou talvez de completo perdão oferecido pelo Procurador da Sereníssima Casa».

Contestou as acções que, «todavia, não tiveram seguimento, durante o feliz Reinado de Sua Magestade El-Rei o Snr. D. Pedro v» (1).

Três anos depois da morte deste monarca, e quando já não vivia também o advogado Carvalho e Figueiredo, o Administrador da Casa de Bragança fez continuar as demandas.

É então que se passa um facto que reputo interessante e digno de registo: a reunião, na Ponte da Rata, de 300 proprietários de vários lugares do Almoxarifado, reunião esta que foi da iniciativa de Venâncio Dias de Figueiredo e mais três bacharéis, entre os quais o jurisconsulto José Correia de Miranda.

Estiveram presentes várias autoridades, entre elas, o Governador Civil do Distrito, tendo-se nomeado uma comissão central, da presidência daquele jurisconsulto, e comissões auxiliares, uma por cada freguesia, para tratarem da defesa comum nas demandas que estavam a correr e em outras que surgissem.

O advogado que, agora, toma o patrocínio das causas, por parte dos réus, como sucessor do Dr. Venâncio de Carvalho e Figueiredo, é José Correia de Miranda.

Da maneira como ele estudou, cuidadosamente, os problemas que se prendiam com a questão de que foi encarregado, mostra-o a *Dissertação* já citada, a qual, como escreveu o sr. Dr. Joaquim da Silveira «não é apenas um libelo de contestação às pretensões da Casa de Bragança; ela constitui uma verdadeira história social do território do Almoxarifado

(1) *Dissertação Histórico-Jurídica*, pág. 10.

de Eixo e um rico subsídio para a história da civilização portuguesa» (1).

Não posso acompanhar o Dr. Miranda na minuciosa e documentada demonstração de que à Casa de Bragança não aproveitava qualquer das excepções que os citados diplomas de 1832 e 1846 previam.

Fazendo uma análise detida do foral concedido por D. Manuel, em 1516, ao concelho de Eixo, e estudando, profundamente, aqueles diplomas, chega à conclusão de que as terras do Almoxarifado não podiam considerar-se como bens patrimoniais da Casa de Bragança, mas como bens da Coroa, de quem ela os havia recebido na qualidade de donatária (2): deste modo, afastou a excepção que a Sereníssima Casa mais particularmente entendia aproveitar-lhe.

Quando o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO escreveu a sua *Memória*, haviam decorrido 20 anos, após a instauração das acções de que tenho estado a falar.

Como ele diz, «se os foreiros tivessem de vir a pagar as antigas rendas, teriam de abandonar a cultura das suas terras», porque seria avultadíssima a soma que essas rendas então representariam.

O que o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO não chega a dizer é qual o resultado das demandas. Esclarece-o, porém, o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA: em aditamento aos seus artigos no *Correio do Vouga* (Ano 1, n.° 18, de Novembro de 1904), afirma que «foi dada sentença a favor da coroa».

ICIDRIA

O antigo concelho de Eixo

O problema das origens de qualquer instituição é, sempre, de solução difícil: essa dificuldade se me depara, ao tentar falar do antigo concelho de Eixo.

Inteiramente se ignora de quando data. O sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA (TH. RAMIRES), ocupando-se deste problema

---

(1) *Um benemérito*, artigo publicado no *Correio do Vouga*, Eixo, ano 1, n.° 3, de 1 de Janeiro de 1904.

(2) Esta natureza de bens da Coroa parece estar provada, não só pelos documentos que o Dr. MIRANDA invoca, mas ainda por outros, como tem de depreender-se do que escreve PINHO LEAL: «Pertenceram, pois, (diz ele) as rendas desta terra (Eixo), e outras muitas destes sítios, aos antigos Condes da Casa do Marnel que quiseram fazer delas suas, a ponto de ameaçarem os caseiros de lhes arrancarem os olhos, se os não reconhecessem; mas é certo que no ano de 1325 o rei D. Dinis mandou proceder a inquirições, por que se mostrou serem reguengas estas terras, cujas rendas ou tributos pertenceram, depois, aos Condes de Barcelos e à Casa de Bragança, como donatários da Coroa, como se prova, além de outros documentos existentes na Torre do Tombo, pelos citados na erudita *Dissertação Histórico-Jurídica*, composta pelo bacharel José Correia de Miranda» *(Portugal Antigo e Moderno*, vol. III).

entende que o concelho de Eixo devia existir já na dinastia afonsina, naturalmente mesmo no século XII ou XIII (1).

Baseia a sua conclusão no foral manuelino de 1516 (2). Há, de facto, neste documento, vários passos que, evidentemente, mostram que, não só aquele concelho, como o de Requeixo, existiam antes daquela data.

Esses passos já o célebre jurisconsulto JOSÉ CORREIA DE MIRANDA os havia posto em evidência, na sua *Dissertação*, embora com outro propósito: não obstante acharem-se, assim, divulgados, não deixarei de os registar, pelo valor documental que têm para prova da antiguidade do concelho de Eixo.

Logo no início do foral, se declara que ele é «dado aos concelhos de Eixo e Requeixo», declaração esta que só se justifica pressupondo a existência deles.

E isto confirmam-no, claramente, os passos que vou transcrever:

A certa altura, diz-se:

«E a pena de arma é do alcaide do concelho e levará della somente cemto e quarenta rs. *segundo está em costume* de levar...».

As palavras «está em costume» só podem significar que o concelho já existia, à data de 1516. Mas, quando porventura alguem quisesse ainda levantar alguma dúvida, os dois seguintes passos resolviam-na, irrecusàvelmente:

«... a dita *luinosa* se levava *muito havia no dito concelho de Eixo* ... no de Requeixo *se não soía* de levar...».

«Mostra-se que na dita terra (Eixo) foi em outro tempo tirada inquirição por *mingoa de foral antigo* que aí não havia...».

As transcrições, que ficam feitas, mostram-nos, todavia, apenas, mas isso iniludìvelmente, que o concelho de Eixo não foi criado em 1516: já existia. Desde quando?

O sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA, como já notei, quer vê-lo nascer na dinastia afonsina, talvez no século XII ou XIII.

Levam-no a esta conjectura o facto de os primeiros reis da dinastia de Avis «não curarem da criação de novos municípios» e a circunstância de existirem muitos concelhos, sem qualquer sanção régia, e cuja regulamentação era de exclusivo carácter consuetudinário, como ensina GAMA BARROS.

---

(1) *Correio do Vouga*, ano I, n.º 11, de 1 de Maio de 1904.

(2) Ignora-se onde está arquivado o original deste foral, se é que não desapareceu. CORREIA DE MIRANDA inclui-o nos *Documentos para Prova das Doutrinas Expendidas na sua Dissertação*, mas não diz se o transcreveu do original ou da cópia existente no *Livro de Forais novos da Extremadura*, fol. 220, col. 1.ª, do Arquivo da Torre do Tombo, como informa PINHO LEAL.

«Nos séculos XII e XIII (escreve o autor da *História da Administração Pública em Portugal)* é que verdadeiramente se opera o movimento que constitui em concelhos uma grande parte do país; e o impulso dessa organização transmite-se ao século seguinte, pelo meado do qual ela se pode já dizer extensiva a todo o território, impondo-se por si mesma, como um facto sancionado pelo uso e costume. Já observamos noutro lugar (t. I, pág. 43) que a existência legal de um concelho não dependia restritamente de estar autorizada por carta de foral; o uso imemorial bastava para se lhe reconhecer a legitimidade» (1).

Ter-se-á dado, assim, com o concelho de Eixo, o que se deu com muitos outros: nasce e desenvolve-se, espontânea e naturalmente, como uma necessidade da vida popular, sem qualquer intervenção oficial.

Estaremos em face de um daqueles concelhos rurais de cuja organização e origem o eminente Prof. e medievalista sr. Dr. TORQUATO DE SOUSA SOARES trata nos seus *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas* (págs. 51 e segs.).

Não tenho, pois, dúvida em inclinar-me para a opinião de que Eixo, desde a primeira dinastia, tinha a sua organização municipal: e não são só as razões, até aqui invocadas, que me levam a perfilhá-la; decide-me a aceitá-la o facto de na *Inquirição na Terra do Vouga*, de 1282 (2), se fazer já, incidentalmente, referência ao «juyz d'Eyxo».

O que poderia discutir-se é se este concelho viveu sempre, até 1516, sem diploma foralengo, como o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA parece dar a entender (3), ou se antes daquela data a sua existência já tinha sido reconhecida e sancionada, oficialmente.

O Dr. CORREIA DE MIRANDA aceita esta segunda hipótese, porquanto conclui do preâmbulo do foral manuelino que «as terras de Eixo e Requeixo tinham foral ou forais anteriores a este...»; ou, pelo menos, títulos equivalentes a forais, e que, como tais, eram havidos e nomeados, de que provinham as rendas, e direitos reais, de que reza o foral novo» (4).

Reconstituir a primitiva composição do concelho de Eixo e as alterações que foi sofrendo, era problema incompatível com os limites deste trabalho, mesmo que fosse fácil (e poderei, talvez, dizer possível) tratá-lo.

Conjecturalmente, aceita-se que, no seu início, se redu-

---

(1) Tomo II, pág. 110, cit. pelo sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA no n.º 11 do *Correio do Vouga*.

(2) In *Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 34, pág. 85.

(3) *Correio do Vouga*, ano I, n.º 11, de 1 de Maio de 1904.

(4) *Dissertação*, pág. 45.

zisse àquela localidade, que, sucessiva e lentamente, iria anexando as povoações vizinhas.

O que é certo é que se ignora (ou, pelo menos, eu ignoro-o) quais seriam essas povoações, antes da data da concessão do foral manuelino: pois, por este, que é de 2 de Junho de 1516, fica-se a saber que Requeixo deixou de constituir um concelho, pela sua encorporação no de Eixo.

Mas, de outras povoações que fossem integradas neste, antes dos fins do séc. XVII, não tenho eu qualquer conhecimento.

Os mais antigos documentos a este respeito de que colhi notícia, e um dos quais remonta àquele século (1), dão-no como constituído por todos os lugares da freguesia de Eixo, com excepção da Azenha de Baixo, que pertencia ao concelho de Esgueira; toda a freguesia de Requeixo, excepto as povoações de Taipa e Nariz que faziam parte daquele mesmo concelho de Esgueira; a povoação de Carcavelos, que ficava na freguesia de Eirol; e ainda metade da povoação de Salgueiro, pertencente à freguesia de Vagos.

Por esta enumeração, logo se vê como o concelho de Eixo tinha, então, uma composição anómala, «constituindo-o freguesias incompletas e enclaves e retalhos de outras», como, aliás, se dava com a composição de muitos outros.

Quanto à sua organização interna e funcionalismo, é bem de ver que o seu estudo oferece a mesma dificuldade que tem o da reconstituição das povoações que, na sucessão dos tempos, o formaram. E essa dificuldade resulta exactamente da falta ou do meu desconhecimento de uma documentação completa, pelo menos até o estabelecimento do sistema constitucional.

Limitar-me-ei, por isso, relativamente ao regime antigo, a transcrever o que se encontra no já citado *Prontuário* de 1689:

«A Villa de Eyxo he da Serenissima Caza de Bragança, tem dous juizes ordinarios do crime civel e orfaõns e sizas tres vereadores e hum procurador que se fazem por elleyção em que preside o ouvidor de Barcellos e se confirmão por S. Magde.; tem mais um tabeliam e outro escrivam dos orfaõns camara e almotassaria que ambos são providos pela dita caza; o mesmo ouvidor da Villa de Barcellos entra n'esta

(1) Estes documentos são: o *Prontuário das Terras de Portugal*, de 1689, Ms. do Torre do Tombo, folha 349, n.º 2; a *História Eclesiástica de Coimbra*, Ms. da Biblioteca Nacional, A.-4-14, t. II, folha 67; e a informação do prior Correia da Costa, existente no grande *Dicionário Geográfico de Portugal*, Ms. da Torre do Tombo, documentos estes que o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA cita e transcreve no *Correio do Vouga*, ano I, n.os 11 e 12.

por appellaçam e a elle vão as appellaçoens e aggravos; o alcayde desta villa he data (sic) da mesma caza...».

Estabelecido o sistema constitucional em 1834, como refere VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, na sua *Memória*, ficou Eixo e seu termo formando um concelho livre de Barcelos e pertencente ao distrito de Aveiro, com um juiz de fora, como autoridade judicial; com um provedor, que, depois, se chamou administrador, como autoridade administrativa; com os seus escrivães, e uma câmara municipal de eleição popular.

A autoridade judicial, em breve, passou para o Juízo do Distrito de Aveiro, mas, pela criação dos juízes ordinários, foi-lhe ela restituída, ficando o concelho de Eixo a constituir um julgado com um juiz ordinário, dois escrivães (também tabeliães) e dois oficiais de diligências.

Havia no julgado dois juízes de paz, passando, mais tarde, a haver um só, como, hoje, ainda existe. Criam-se, também, além de outras autoridades e instituições, a junta de paróquia e o regedor da freguesia, com os respectivos escrivães.

Evidentemente que no concelho de Eixo havia autoridades militares: mas limitar-me-ei a dizer que, antes de 1834, existia uma capitania-mor de ordenanças.

Da organização desta e dos corpos em que se dividia não posso ocupar-me: nem mesmo, apesar de a julgar interessante, me referirei à maneira como era feito o recrutamento dos mancebos, que, implantado o regime liberal, foi profundamente alterado, como alterada foi a organização do país em todos os seus aspectos.

Quando não houvesse outra justificação para a brevidade destas referências, havia a de se tornar necessário encerrar este número do trabalho, de certa extensão já.

Não devo, porém, fazê lo, sem aludir aos Paços do Concelho, onde funcionavam a Câmara e o Tribunal: ficavam no local onde hoje está o edifício das escolas, achando-se também instalada neles a cadeia, da qual há algumas dezenas de anos, ainda restavam vestígios, como as grades, das quais se lembram várias pessoas com quem tenho falado: e tanto que ao Largo, onde fica aquele edifício, se chamou, e chama ainda, embora com pouca frequência já, *Largo da Cadeia*.

Seria igualmente reparável que não fizesse alguma referência a duas das insígnias ou símbolos municipais: o Pelourinho (1) e a Forca.

(1) Descreve o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, na sua *Memória*, o Pelourinho, como «um pedestal de dois degraus de pedra ançã em forma circular como uma coluna onde se afixavam os editais da Câmara e Juizo de Fora», e informa que ele foi demolido quando se fez a estrada de Aveiro a Águeda.

bibRIA

Levantava-se aquele em frente dos Paços do Concelho, explicando-se, deste modo, que àquele Largo, o qual, actualmente, tem o nome oficial de Calisto Dias Saldanha (como homenagem à sua benemerência) se chame, além de Largo da Cadeia, como disse, também Largo do Pelourinho, denominação esta que tende a predominar.

Quanto à Forca, tê-la-ia tido Eixo, «ou antes, (escreve o Dr. VENANCIO DE FIGUEIREDO) um simulacro dela, mais para terror que para matar gente».

São deste antiquário as seguintes palavras: «No sítio da Serra de Eixo, ao Norte da Capela, que os herdeiros de José Marques João Velho acabam de edificar, ainda hoje se vêem duas grandes pedras toscas em forma de mós de moínho com buracos no centro, onde, dizem, se cravavam os mastros da forca que não há memória de ter servido. Ainda hoje se chama a este sítio: *o sítio da Forca*, e às propriedades vizinhas: *as forcadelas*», designação esta que ainda se mantém.

PINHO LEAL supõe, também, que em Eixo tenha havido um patíbulo apenas «ad terrorem». Por sua vez, o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA escreve: «A forca era, na verdade, uma *insígnia municipal*. Mas, não obstante a tradição, se existe, parece-nos que o nome do local, talvez o único a dar-lhe origem, não deriva da existência de um patíbulo, mas apenas de uma encruzilhada de caminhos. No português arcaico, *forca* e *forcado (via furcata)* significam um cruzamento de caminhos ou ponto onde uma estrada ou caminho se bifurca».

biblRIA

Não obstante haver, no local, um cruzamento de caminhos, parece-me mais natural que a tradição se prenda com a existência da forca do que tenha a origem que o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA lhe atribui.

Prolongou-se o concelho de Eixo até o fim de 1853: extinguiu-o o decreto de 31 de Dezembro deste ano, passando parte das freguesias que o constituiam (Eixo, Requeixo e Eirol) para o concelho de Aveiro, e as outras (Fermentelos e Nariz) para o de Oliveira do Bairro.

A freguesia de Eixo

Como ensina ALBERTO SAMPAIO, os agregados paroquiais, em Portugal, têm uma antiquíssima existência.

«Desde longínqua data (escreve ele no seu estudo *As Vilas do Norte de Portugal)* existiam essas igrejas paroquiais, como hoje dizemos; a maior parte devia provir dos tempos visigótico-romanos... A prègação cristã, se não se aproveitava dos templozinhos pagãos, cristianizando-os, por força

os havia de substituir logo — quantas vezes no mesmo local e com os mesmos materiais! por humildes edifícios, posterior e sucessivamente ampliados na estrutura e dotação (1).

Em parte, creio eu, por sugestão destas palavras, o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA, se entende que a freguesia de Eixo não ascende aos tempos visigóticos, considera-a, em todo o caso, averiguadamente, como anterior à fundação da Monarquia.

É certo que baseia esta conclusão num documento de 1095, o testamento de Zoleiman Gundisalbiz (2): este, porém, não parece autorizar que se assente em que existia já, nesta data, aquela freguesia; nele simplesmente se fala numa deixa ou doação a favor do lugar de Santo Isidoro.

O que é provável é que existisse um mosteiro em Eixo, o mosteiro de Santo Isidoro, podendo-lhe até serem alusivas as seguintes expressões que se lêem no referido testamento: *«loco Sancto»* e *«fratrum et monacorum qui ibidem habitantes fuerint... et non sedeant licitus vindere nec donare ad nullum seculare hominem...»*.

De facto, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, onde está publicado o aludido documento, aparece ele sumariado do seguinte modo: «Monasterio S. Isidori, in villa de Eixo sito...».

Bem sei que não falta quem ponha em dúvida a existência, em Eixo, de um mosteiro. Entre os que assim pensam, está PINHO LEAL que aceita apenas que aí houvesse uma simples *igreja monasterial* (3), como se vê do seguinte passo do *Portugal Antigo e Moderno:*

«Alguém, fundado nas ditas palavras da escritura (4) tem pretendido que houvera aqui (em Eixo) um convento, mas não há memória nem vestígios de tal; suponho que confundem o convento com a igreja monasterial que esta seria.»

A afirmação de PINHO LEAL de que não há memória de tal mosteiro é menos exacta.

A propósito da Igreja anterior à actual, escreve o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, a certa altura da sua *Memória:*

«Esta Igreja estava colocada com a porta principal no sítio onde hoje é a porta travessa (entre Norte e Poente); ou era virada para o Poente, sendo de crer que todo o quarteirão de casas e quintais hoje circuitados pelas ruas do Adro de Cima e de Baixo até à Picota fosse o adro ou rocio desta

(1) *As Vilas do Norte de Portugal*, in *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, pág. 176.

(2) Doc. 819, P. M. H., *Diplomata et Chartae*.

(3) Chamavam-se igrejas monasteriais as igrejas que eram padroados de qualquer convento (PINHO LEAL).

(4) Quer referir-se ao testamento de que falo no texto.

biblRIA

Igreja; *ainda que há quem diga* que este espaço de terra era um olival e que em frente da dita Igreja *ficava o Hospicio ou Mosteiro de Santo Isidoro...*»

Em 1110 um sobrinho de Zoleiman Gundisalbiz acrescentou ao testamento deste uma nova doação, falando já em

Fachada principal da igreja de Santo Isidoro em Eixo

igreja (illa ecclesia), não me repugnando, todavia, admitir que então nesta vivessem alguns monges.

Convenço-me de que os aludidos documentos não autorizarão a dar como provada a existência da freguesia, embora, também, a não contrariem, expressamente.

A primeira referência que se lhe faz, de maneira clara e concreta, é dos fins do século XIII (1282): colhi-a na *Inquirição na Terra do Vouga*, onde, incidentalmente, se cita a «freyghisia dEyxo».

É lícito, talvez, filiar a freguesia no mosteiro (1), sendo, assim, a data da sua fundação posterior à que o sr. Dr. JOAQUIM DA SILVEIRA lhe fixou.

Estou, no entanto, no campo apenas das hipóteses, pois tenho como impossível a fixação de uma data exacta, pelo menos em face dos documentos que conheço.

Igualmente impossível me parece reconstituir a linha evolutiva da sua composição.

O primeiro documento que me elucida sobre esta é a informação prestada pelo pároco João Correia da Costa, á qual já tive ocasião de me referir.

Segundo essa informação, estava «a Parochia no meyo desta villa, á qual pertenssem os lugares seguintes, Ortta, Picoto, Granjas de baixo, Granjas de cima, Oliveyrinha, Mouta, Marco, Costa, Madrugas, Sam Bento, Covadinha, e Povoa meieiros desta Freguezia e de Requeixo».

Posteriormente, foram-lhe anexados os lugares de Quintans (a meias com Ilhavo) e Salgueiro (a meias com Souza).

Em 1849, foi a freguesia de Eixo desmembrada, em virtude de pelo decreto de 2 de Maio a Oliveirinha passar a constituir uma freguesia (a freguesia de Santo António da Oliveirinha), ficando a de Eixo reduzida apenas à vila e aos lugares de Horta e Azenha de Baixo: em 1927, foi-lhe anexado, administrativamente, o lugar de Azurva que, para fins eclesiásticos, continuou a pertencer a Esgueira, de harmonia com a vontade manifestada pelos seus habitantes, os quais, como a alguns ouvi dizer, não podiam aceitar a ideia de não serem sepultados no cemitério onde estão os seus antepassados: por este motivo, de ordem sentimental e religiosa, Azurva não desejava a anexação a Eixo, como sempre tenho ouvido dizer.

Razões de ordem religiosa foram também as que determinaram a separação da Oliveirinha.

Conta-o o Dr. VENANCIO DE FIGUEIREDO, deste modo:

«Não foi esta a primeira vez (refere-se à separação efectuada em 1849) que os povos da Oliveirinha pretenderam separar-se da freguesia de Eixo, pois já no ano de 1774 o padre Manuel António de Oliveira, por despacho que obteve sem que o povo e o Reitor soubessem, pôs um Sacrário na capela da Oliveirinha; mas o povo levantou-se e foram 24 pessoas com o Reitor João Correia da Costa a Coimbra, donde vieram com o Dr. Promotor à dita capela tirar o mesmo Sacrário, no dia 4 de Fevereiro do mesmo ano.

(1) Esta filiação até tem, talvez, a sugeri-la, se não a comprová-la, o facto de a Igreja ter como padroeiro o Santo Isidoro, que já era o patrono do Mosteiro.

«É isto um facto muito sabido e assim o encontramos contado num Livro particular de Assentos a fls. 113 v.:

«Sem entrarmos nas razões que os povos da Oliveirinha então tiveram para desejarem esta separação, devemos dizer, em abono da verdade, que, ùltimamente, conseguiram o seu fim por um desleixo e talvez avareza incrível dos últimos párocos de Eixo.

«Os povos da Oliveirinha e outras terras mais distantes tinham direito de exigir que se lhes concedesse um cemitério e administrassem os sacramentos na sua capela.

«Se os párocos de Eixo lhes tivessem feito esta concessão, talvez que estes povos não fizessem tanta força para a criação da freguesia que é sempre um encargo pesadíssimo para os povos.»

É interessante que o facto relatado pelo Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO quase coincide com a criação do Bispado de Aveiro: foi este criado pelo Breve de Clemente XIV *Militantis Ecclesiae Gubernacula*, de 12 de Abril de 1774, e, por isso, pouco depois de a delegação de Eixo, acompanhada do Reitor Correia da Costa, ter ido pedir a intervenção do Bispo de Coimbra, para pôr termo ao que Eixo, certamente, considerava um acto de indisciplina da parte da Oliveirinha.

Como é sabido, o Bispado de Aveiro, a que ficou a pertencer Eixo, teve uma duração curta: ao fim de 107 anos, era extinto pela Bula *Gravissimum* de Leão XIII, de 30 de Setembro de 1881, para, decorridos 57 anos, ser restabelecido, graças aos esforços do seu Arcebispo-Bispo, sr. D. João Evangelista de Lima Vidal.

Tratando da paróquia de Eixo, estava indicado falar da sua Igreja Matriz e das Capelas, não só públicas, como particulares. Mas, não poderei fazer-lhes senão uma ligeira alusão, o que não significa desinteresse, pois até iria aí encontrar mais uma prova da antiguidade de Eixo, mas apenas a necessidade de aproveitar o tempo para tocar em outros aspectos da vida desta localidade.

Igrejas, construíram-se, pelo menos, três: duas (a actual que data dos princípios do séc. XVIII e a anterior a ela), no mesmo local, no centro da povoação, e uma outra, chamada já naquele século, *Igreja Velha*, onde hoje está a Capela da Senhora da Graça.

Além desta capela, existe, na sede da freguesia, uma outra — a Capela de S. Sebastião, tendo, também, os lugares de Horta e Azurva, cada um deles, a sua.

Quanto a capelas particulares, chegou a haver, em Eixo, quatro, senão mais: uma que fica no Monte, em propriedade da família Janvelho (João Velho), a que já tive oportunidade de me referir, e três, respectivamente, na Casa da Lavoura,

bibRIA

na casa que foi da família Abreu e na Quinta de S. Francisco. Destas três, só a última se conserva.

Tradições Históricas

Concluirei este capítulo, em que procurei dar, em breve escorço (breve e fragmentário), ideia da evolução histórica de Eixo, aludindo a um facto dominante da nossa história dos fins do século XIV, ao qual esta localidade se acha ligada.

Quero referir-me ao casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles.

Quando o rei vem de Lisboa, com a futura rainha e a sua comitiva, em direcção ao Porto, para a realização do seu consórcio, em Leça do Balio, passa em Eixo, onde parece ter-se demorado alguns dias: ter-se-ia instalado na Casa dos Paços do Estado de cuja existência o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO conservou a tradição.

Para este antiquário, essa tradição era mesmo uma verdade histórica, pois di-lo nestes termos: «tanto existiu este Paço ou Palacete que o prédio da Sereníssima Casa de Bragança, junto aos celeiros, ainda hoje se chama a Vessada do Paço».

Mas, se se pode pôr em dúvida que os reis chegaram a ter casa em Eixo, o que tem de considerar-se històricamente comprovado é que D. Fernando esteve nesta localidade, onde, como diz HERCULANO, «fizera um como manifesto da resolução que tomara de receber D. Leonor como mulher».

E que foi aqui que mandou passar a carta de arrhas das terras, que lhe doava, não pode haver, também, dúvidas nenhumas.

Regista o facto Frei MANUEL DOS SANTOS, na *Monarquia Lusitana* (1), fazendo mesmo a transcrição integral da carta «dada em Eixo aos 5 de Janeiro, era de Cesar 1410 e do Nascimento de Nosso Salvador 1372».

No que Frei MANUEL DOS SANTOS se equivocou foi em localizar em Eixo a atitude que o D. Dinis teve de desobedecer ao Rei, seu irmão, quando este lhe ordenou que beijasse a mão da rainha.

Este incidente, que HERCULANO reconstituíu na narrativa *«Arrhas por Foro de Espanha»*, deu-se no Porto, nos paços episcopais, no próprio dia do casamento, depois da celebração deste em Leça do Balio.

O que poderá ainda perguntar-se é quais seriam as razões que influíram no espírito de D. Fernando para escolher Eixo para aí celebrar os seus esponsais com D. Leonor.

(1) *Monarquia Lusitana*, parte VIII, págs. 147-150.

É de admitir que não tenham sido estranhas a essa resolução as suas relações com D. João Afonso, Conde de Barcelos, em cujo domínio, então, estavam as terras de Eixo.

Que essas relações eram de muita consideração do rei pelo seu vassalo, vê-se da carta de doação que lhe fez, aos vinte e dois dias de Setembro da era de 1407 anos.

No preâmbulo dessa carta lêem-se estas palavras bem reveladoras daquela consideração:

«D. Fernando pella graça de deus Rey de portugal e do algarve: a quantos esta carta virem fazemos saber que esguardando como dom Johão affonso conde de Barcelos, nosso vassalo e nosso fiel conselheiro. E a nosso padre e a nos e a nossa caza de portugal fez muitos e mui grandes serviços e obras de mui grandes merecimentos porque somos mui theudos a lho conhecer com muitas graças e merces grandes.» (1)

Há nesta localidade uma tradição tão persistente, relativa à passagem, por aqui, de uma certa D. Urraca, que custa a acreditar que seja um puro produto da imaginação popular, sem qualquer fundamento e verdade histórica.

Porque disto me convenci, não hesitei em incluir, sob a rubrica *Tradições Históricas*, que dei a este número, um breve relato dessa tradição.

O Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO regista-a, a propósito de se encontrarem em Eixo, embora em número reduzidíssimo, sítios isentos do pagamento de foros, que escaparam, como ele diz, ao «dilúvio universal».

Entre esses sítios privilegiados, contava-se o Arrujo cuja isenção a tradição referida explicava.

Recolheu-a o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO e expô-la do seguinte modo:

«...uma senhora chamada D. Urraca (que dizem ser Rainha), passando por esta terra e sítio do Arrujo, aqui deu à luz um filho, e por isso isentou os seus moradores de certos encargos territoriais, e que por isso se chamou ao sítio do Arrujo «Casal de D. Urraca», como ainda hoje muitos lhe chamam.

«Não sabemos até que ponto isto é verdade. O foral de 2 de Junho de 1516 diz: «e defendemos ao Snrio (Senhorio) dos ditos drtos. (direitos) que mais a (luctuosa) nam leve a nhuns (nenhuns) moradores da dita terra de Requeixo, *nem isso mesmo os moradores da povoa do arrujo.*»

O Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO termina o seu relato

(1) Livro 1.º da Chancel. de El-Rei D. Fernando, f. 46, na Torre do Tombo. Acha-se transcrita esta carta de doação pelo Dr. CORREIA DE MIRANDA na sua *Dissertação*, págs. 175-177.

dizendo que não sabe se este passo do foral se relaciona com a dita tradição.

Parece, assim, ligar a esta menos importância do que eu lhe atribuo. E atribuo-lha, porventura sugestionado pela insistência com que, ainda hoje, ela é referida.

Recentemente, tendo estado no sítio do Arrujo, alguém apontou-me até uma casa, que foi reconstruída em 1942, e onde tinha havido uma arcaria de pedra que dataria da época em que ali esteve a D. Urraca.

«Olhe—disse-me—ali é que esteve a rainha D. Urraca.» (1)

CAPÍTULO III

EIXO SOB O PONTO DE VISTA ECONÓMICO

Agricultura

Nesta altura do meu trabalho, não poderei já senão fazer referência breve às culturas predominantes, começando por acentuar que os processos agrícolas ainda hoje usados, são, pode dizer-se, os primitivos: a máquina é quase inteiramente desconhecida.

Já o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, embora não falasse em máquinas agrícolas, o que não é de estranhar, notava vários defeitos na maneira de cultivar as terras pelos lavradores nestes sítios.

Parece que muitos desses defeitos se mantém ainda. Assim, as sementeiras do milho e do feijão, que são, hoje, as principais que se fazem, não só no campo, como na seca, são feitas a lanço, vendo-se, aqui e além, por entre essas sementeiras, os aboborais, e até uma ou outra horta de melancias e *feijão de atrepar*.

Outrora, também se cultivava, no campo, trigo, centeio, cevada e aveia, culturas próprias das terras altas: vê-se isso, mesmo, do foral de 1516, tendo o facto a sua explicação na circunstância de o rio ser, nesse tempo, mais profundo, como mostrei na *Introdução Histórico-Geográfica*, e, consequentemente, as terras marginais mais secas.

O rendimento que, então, o campo dava, seria uma das razões por que a Casa de Bragança impôs foros pesados aos povos de Eixo, e mais terras do Almoxarifado, cuja receita

(1) A tradição é mais completa ainda, pois chega-se até a dizer que esta D. Urraca era a mulher de D. Afonso II, o que está de harmonia com a verdade histórica, porquanto a filha de D. Afonso VIII de Castela, casada com aquele monarca, chamava-se, de facto, D. Urraca.

era, aproximadamente, de 11.500$000 réis, como disse, quando tratei do conflito entre aquela Casa e os seus foreiros.

Aquelas culturas de trigo e outros cereais, fazem-se, hoje, e em pequena escala, apenas nas terras de seca.

Nota-se em Eixo, como em outras localidades, a tendência para plantar vinha em terrenos que dariam bom pão: até o campo ostenta lá, num ponto ou noutro, a sua latada (1).

E necessidade nenhuma havia de fazer tal invasão, pois, em Eixo, há magníficos terrenos para vinho: são aqueles em que predomina a argila, ou sejam, os de barro ou *serraipeiros*, como, por aqui, se diz: ficam para o lado do Monte, especialmente, e, entre eles, estão os das Forcadelas, Sanguinheira e Camarnais. Horta, pela natureza do solo e pela sua exposição, é também uma das boas regiões vinícolas destes sítios.

Uma referência especial merece a cultura do arroz.

No ano de 1849, fez-se um pequeno ensaio desta cultura, no sítio do Picoto, no vale do Arrujo. Progrediu ela de tal modo que, dentro de poucos anos, não havia (diz o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO) seis lavradores na vila que não tivessem o seu arrozal, maior ou menor.

Decorrido algum tempo, foi proibida, parece que por motivos de salubridade pública. O resultado teria sido contraproducente, pois os terrenos dos arrozais voltaram ao seu primitivo estado pantanoso.

Não sei quando tornou a ser permitida a cultura do arroz: o que é certo é que está a fazer-se e até se tem intensificado, nos últimos tempos.

Ùltimamente, também, e, aliás, como sucede numa grande parte do país, está aqui a reservar-se grande extensão de terreno para a cultura de batata que, se a minha observação é exacta, alguns estão a preferir à do milho.

Parece ter tido, em outros tempos, uma certa importância, a cultura do linho que, hoje, pode dizer-se, está quase inteiramente abandonada: procurando informar-me, há uns três ou quatro anos, a este respeito, só encontrei uma ou duas pessoas que me disseram estar na disposição de semear uma pequena quantidade dele.

Há, em Eixo, uma outra cultura, a que não posso deixar de referir-me: é a cultura da chicória.

Foi iniciada há meio século, pelo falecido Coronel Fernando Rego, não sabendo eu se teria sido ele quem a introduziu no Continente: o que sei é que alcançou um grande

(1) Não deixarei de notar que se têm publicado, nos últimos tempos, entre nos, leis sobre o plantio da vinha, regulando-o e restringindo-o, até, para evitar abusos, como o que noto no texto.

incremento, constituindo, durante bastantes anos, uma das principais fontes da riqueza desta localidade. Hoje, está decadente.

Não quero deixar de aludir à pecuária, indústria estreitamente relacionada com a agricultura, e que, no passado, teve uma grande importância em Eixo.

A criação do gado cavalar, especialmente, pode dizer-se que era notável: explica o facto a circunstância de serem, então, muito abundantes, aqui, os pastos.

Actualmente, e há muitos anos já, a criação de gado cavalar acabou, sendo raros os proprietários que têm cavalgadura, e esses mesmo apenas para seu uso pessoal.

Razões de ordem geral determinaram o facto, não tendo, certamente, deixado de contribuir, também, para ele, a diminuição das pastagens: hoje ainda aqui existe um ou outro gramoal mas todos de pequena extensão. Perto, na povoação de Taboeira, é que se conserva um gramoal de grande superfície, mas, mesmo aí, já não abunda o gado cavalar.

Em Eixo, cria-se, agora, principalmente, o gado vacum, estando até, de certo modo, a predominar as vacas leiteiras (1), que são fonte de receita, e importante, para muita gente.

O que tenho notado é que as vacas de leite, quando os donos têm vida de lavoura, são aproveitadas para o trabalho, o que, evidentemente, tem grandes inconvenientes quanto à produção e qualidade do leite.

biblRIA

Indústrias

Começarei por falar da indústria das caldeiras pela extraordinária importância que teve no passado.

O primeiro problema, que se me deparou sobre esta indústria, foi o da sua origem: para o resolver, nada encontrei, além de uma observação feita por JAIME DE MAGALHÃES LIMA no seu estudo *Os Povos do Baixo Vouga*. Uma observação, ou talvez melhor uma hipótese: tem ele a impressão de que teria sido o seu quarto avô, porventura de nacionalidade estrangeira, quem iniciou, em Eixo, aquela indústria «que se propagou e prosperou de tal modo que os filhos e os netos continuaram a exercê-la até o meado do século XIX»(2).

Outras famílias de caldeireiros houve nesta localidade: a indústria de artefactos de cobre, atingiu, aqui, tal desen-

(1) Hoje, deverá haver, em Eixo, aproximadamente, 250 vacas de leite.

(2) *Os Povos do Baixo Vouga. A sua missão étnica na vida nacional e problemas correlativos*, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. I, pág. 289.

volvimento, que, como informa o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, chegou, pode dizer-se, a constituir um monopólio desta terra (1).

Nos meados, porém, do século passado, já havia começado a decair, e neste momento, está quase extinta: funciona uma oficina, com um técnico, encarregando-se o seu proprietário, exclusivamente, da parte comercial.

Esta decadência deve-se, por um lado, à concorrência das fábricas, que se fundaram em várias localidades do país, e, por outro, ao aparecimento e vulgarização das obras de folha de Flandres.

Uma outra indústria local, de grande antiguidade, mas, hoje inteiramente desaparecida, é a de cerâmica.

A sua antiguidade prova-a um documento de 1555, que o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO transcreve na sua *Memória*: o testamento com que faleceu Jorge da Silva, morador que foi no lugar da Granja de Cima, e escudeiro da Princesa Santa Joana, o qual confessa ter ficado a dever «a quantia de 1540 reis a João Forneiro, de Eixo, de serviços e de *um milheiro de telha* que ele lhe vendeu».

Era a telha de Eixo considerada das melhores do nosso país, pela finura do barro, ligeiramente marnoso, de que era feita, tendo chegado a ser fornecida para o edifício da Relação do Porto.

Há poucos anos, ainda estavam em laboração uns dois ou três fornos que fabricavam, além de telha, tijolo: agora, já não há nenhum, e, a atestar a sua antiga existência, ficou apenas a designação do local que toda a gente conhece e certamente conhecerá, por largo tempo, pelo Forno.

Compreende-se, perfeitamente, a ruína desta indústria, pela concorrência que, a certa altura, começaram a fazer-lhe as fábricas da telha chamada «Marselha».

É também antiga, em Eixo, a indústria de panificação de trigo que, há um século, progrediu e aperfeiçoou-se muito: era, então, exercida, e foi-o durante muito tempo, principalmente, por mulheres, cozendo umas, todos os dias, e outras, apenas para as feiras ou em dias de festa nos lugares vizinhos. Ainda agora, se recorda o pão de pataco da Maria Rata, o da Felicidade e o da Maria Léria. Hoje, há, na sede

(1) Resultou daqui dizer-se, em toda a parte, que Eixo era «a terra dos caldeireiros», designação esta que, ainda hoje, se manterá, o que me leva a esclarecer, como aliás já fez, com um certo mau humor, o Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO, que havia em Eixo muita gente que exercia outras profissões, «nunca passando as lojas de caldeiras de 6 ou 8, ocupando, cada uma, um ou dois artistas, e, quando muito três criados», que eram encarregados das vendas. Para mais (acrescenta VENÂNCIO DE FIGUEIREDO) «a indústria não pode ser considerada vil e tanto que os donos destas lojas sempre ocuparam os primeiros empregos da terra».

da freguesia, duas padarias, e uma, no lugar de Horta: todas deverão ter grande cozedura, pois o consumo de pão de trigo tem-se generalizado.

Durante a guerra, de 1914 a 1918, para suprir a falta de pão de trigo, abriu-se, aqui, uma padaria de pão de milho que abastece uma grande parte da população.

A indústria local mais recente é a de lacticínios que teve uma vida efémera.

Há umas duas dezenas de anos, começou, aqui, a fabricar-se manteiga, por sinal de magnífica qualidade. Chegaram a estar em laboração três ou quatro pequenas fábricas, o que contribuiu para a existência, nesta localidade, do grande número de vacas leiteiras, a que já me referi.

A recente legislação sobre a indústria de lacticínios, que teve em vista fazer a sua concentração, determinou o encerramento daquelas pequenas fábricas.

Hoje, faz-se, aqui, apenas a recolha do leite destinado a abastecer a *Fábrica de Lacticínios Nestlé*, de Avanca.

Além das indústrias, a que acabo de me referir, outras têm sido exploradas ou são-no ainda. Entre elas, figuram: a da torrefacção da chicória, a cuja cultura fiz, anteriormente, referência; a de ferreiro que, em outros tempos, teve muita importância; a de serragem de madeiras; a de moagem; e a de distilação de aguardente de que actualmente há duas fábricas.

biblRIA

Meios de comunicação
Comércio

Eixo é servido pela estrada nacional de Aveiro a Águeda e pelo caminho de ferro do Vale do Vouga, além de camionetas.

Tem, portanto, facilidades de comunicação com aquela: em todo o caso, as suas relações comerciais com ela são poucas. O que Eixo vende, e não é muito, leva-o ao mercado local (praça) que se efectua todas as quintas-feiras e domingos, à feira da Oliveirinha (1), que se realiza, nos dias 7 e 21 de cada mês, e à sua feira (2) que, não obstante

(1) Segundo a *Informação* do Reitor Correia da Costa, a que já me tenho referido e que é de 1758, Eixo tinha «feira no lugar da Oliveirinha, em o dia 21 de todos os meses, franca para os do termo tão sòmente».

(2) Em 1833, a Câmara da Vila de Eixo propôs que a feira da Oliveirinha se mudasse para a Serra de Eixo ou Monte: subiu esta proposta ao Conselho do Distrito, mas a maioria deste votou contra. Então o bacharel Venâncio Dias de Carvalho e Figueiredo, que era um dos conselheiros, apresentou uma emenda à proposta da Câmara, para que se criasse a actual Feira do Monte, o que foi aprovado, começando esta no dia 3 de Outubro de 1855.

ter sido fundada, há perto de um século, ainda se chama Feira Nova, chamando-se-lhe, também, Feira do Monte ou dos Três, porque é neste dia que, mensalmente, se realiza.

Há, em Águeda e Albergaria-a-Velha, aos domingos, praças muito importantes: Eixo não concorre lá, ao contrário do que faz a Oliveirinha que contribui muito para abastecer, aqueles povos, de hortaliças.

Que eu saiba, apenas um lavrador de Eixo, falecido há poucos anos, mandava a sua carroça, todos os domingos, a Albergaria.

O pouco que fica dito, mostra que Eixo, sob o ponto de vista comercial, longe de progredir, tem decaído muito: esta decadência avulta, lembrando-nos do antigo comércio das caldeiras e do gado cavalar que levava a gente desta localidade às mais importantes feiras do país.

Esta decadência, de resto, manifesta-se, não só sob o ponto de vista mercantil, mas também sob o ponto de vista industrial e até agrícola.

CAPÍTULO IV

EIXO SOB O PONTO DE VISTA SOCIAL

bibRIA

População

Ainda que eu quisesse tentar a organização de um gráfico da população de Eixo, de 1527 (data do nosso primeiro censo populacional) até hoje, não teria possibilidade de o fazer: talvez fosse possível realizá-lo relativamente à freguesia, mas eu vou ocupar-me, restritamente, da populacão daquela localidade.

Por outro lado, a organização daquele gráfico exigiria indagações demoradas, cuja tentativa só um trabalho de demografia local justificava.

Quanto à população da antiga vila de Eixo, restringindo-a ao corpo desta, encontra-se na *Povoação da Extremadura no século XVI* (1), o seguinte: «A vila dEyxo tem 46 vizinhos no corpo da vila cõ hũ clerigo e 4 viuvas», ou sejam 189 habitantes, fazendo a conta a 4 habitantes por cada vizinho ou fogo.

A *Corografia Portuguesa* (2), do Padre ANTÓNIO CAR-

(1) In *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, ano de 1908, pág. 273.
(2) Tomo II, ano de 1708, pág. 148.

VALHO DA COSTA, dos princípios do século XVIII, regista 480 vizinhos para a vila de Eixo, ou sejam 1920 habitantes, mas este número deve referir-se, não à povoação de Eixo em si, mas a toda a freguesia de que esta era sede.

E tenho já, por falta de elementos, de referir-me aos dois censos mais recentes em que aparece especificada a população da localidade de Eixo: o de 1911 e o de 1940.

Pelo primeiro, Eixo tinha 422 fogos, com 1494 habitantes; pelo segundo, 408 fogos, com 1595 habitantes (1).

Emigração

Antigamente, o destino da emigração de Eixo era o Brasil: algumas das melhores fortunas, que houve, aqui, no século passado, lá foram angariadas.

Nos últimos anos, um ou outro emigrante, levado, talvez, pela velha tradição, demanda ainda as terras da América do Sul, mas geralmente regressa mais pobre do que partiu: é esta, pelo menos, a minha impressão, por alguns casos que conheço. Claro que, como em tudo, há excepções, mas não serão muitas.

O emigrante de Eixo já lança, também, os seus olhos e as suas aspirações para a nossa África, lá estando, neste momento, muitos, certamente não arrependidos do seu passo. A América do Norte igualmente tem solicitado a atenção de alguns, e parece-me que com certo proveito.

Mas, como sucede numa grande parte do país, o que seduz a população nova de Eixo, de ambos os sexos, é Lisboa: Eixo dá uma grande contribuição para o urbanismo, indiscutìvelmente com prejuízo da sua vida local, designadamente no aspecto agrícola.

É este um problema que merece estudo, mas não o comporta, de modo nenhum, uma tentativa de monografia: a sua solução dependerá de muitos factores, entre os quais terá lugar de relevo a criação da *escola rural.*

Profissões

Não há nesta localidade, como geralmente sucede nos meios rurais, diferenciação de profissões: o pequeno agri-

(1) Por curiosidade, registarei que, por este último censo (1940), toda a freguesia de Eixo tinha 642 fogos e 2.075 habitantes, assim distribuídos: Eixo — 498 fogos e 1575 habitantes, sendo 704 do sexo masculino; Azurva — 84 fogos e 271 habitantes, sendo 131 do sexo masculino; e Horta — 60 fogos e 229 habitantes, sendo 112 do sexo masculino.

cultor ou mesmo o trabalhador do campo, ao sábado, à noite (1), abre a sua oficina de barbeiro, para servir a clientela.

Isto é um exemplo, entre muitos outros, que poderia apresentar, para mostrar aquela falta de diferenciação profissional.

Pode dizer-se que a profissão dominante é a de trabalhador rural: mas, porque o trabalho dos campos é pesado e mal remunerado, só lhe não fogem os que não podem.

Como já acentuei no número anterior, é Lisboa, onde a colónia de Eixo foi sempre numerosa, que absorve a maior parte dos que vão tentar fortuna fora da sua terra natal.

Casa de habitação

Não pude fazer o estudo da habitação desta localidade, que me obrigaria à recolha de pormenores incompatível com a escassez do tempo.

Depois de algumas leituras, como a que fiz do livro *Rasto de Sonhos. — Arte e Alentos de Pousadas da minha Terra*, de JAIME DE MAGALHÃES LIMA, entendi que, honestamente, não podia passar de uma ligeira nota, o que, aliás, esta dentro do critério a que geralmente me tenho subordinado.

biblRIA

Um relance de olhos pela povoação mostra que há dois tipos de casa: a casa baixa e a casa sobradada: aquela, mais antiga; esta, vindo do século XVIII.

Não conheço o interior da casa baixa. Das casas altas, tenho visitado, uma ou outra, mas nunca detidamente. Conservo esta impressão: constam de rés-do-chão e de sobrado ou primeiro andar.

O rés-do-chão, em geral, é destinado para adega e celeiro e até, por vezes, para abegoarias. O sobrado, além da cozinha, dispensa e quartos, tem uma sala espaçosa que, parece, seria destinada para reuniões e bailes.

A casa alta ou sobradada, além da porta de entrada, tem a portaria, que é o carral, abrindo para o alpendre e pátio. Este, geralmente, está coberto de mato, para estrume. No pátio fica o poço e, quase sempre, os currais. A seguir ao pátio, há o aido ou a horta.

---

(1) Até há pouco, os barbeiros em Eixo aproveitavam, principalmente, o domingo, para servirem os seus clientes. E era natural que o fizessem, pois, nos campos, o trabalho, especialmente no verão, prolonga-se até muito tarde. O habitante da aldeia, o dia que tem livre é o domingo. Não vejo, por isso, a razão por que foi proibida a abertura das barbearias, nos meios rurais, aos domingos.

Escolas

O ensino primário é ministrado aos dois sexos no mesmo edifício (que, como já notei, anteriormente, fica no local dos antigos Paços do Concelho), mas em salas inteiramente independentes.

Tem sofrido aquele edifício, ùltimamente, por iniciativa da Junta de Freguesia, grandes reparações, que muito o vão melhorando, sob o ponto de vista higiénico e pedagógico.

O que é pena é que muitos pais não reconheçam ainda e não sintam, verdadeiramente, as vantagens de mandar os filhos à escola, como denunciaria o exame e o confronto do número de analfabetos, acusado pelos últimos censos.

Não quero dizer que a instrução em Eixo não tenha melhorado, como nos obriga, logo. a concluir a consulta do censo do ano de 1890, em que o número de analfabetos era impressionante: parece-me em todo o caso, que teria melhorado mais, se várias circunstâncias, até de ordem económica, além da ignorância e incúria dos pais, não impedissem muitas crianças de se matricularem na escola ou, pelos menos, a frequentarem o tempo necessário.

bibRIA

Assistência e Educação

Existe em Eixo uma associação assim designada, de carácter cultural e beneficiente.

Foi fundada, há quarenta para cinquenta anos, tendo pensado o seu iniciador, como se vê pelo respectivo estatuto, na criação de um pequeno hospital e de cursos nocturnos para adultos e na realização de palestras, principalmente sobre assuntos agrícolas.

Está-se longe de ver efectuado este programa. Até agora, a Assistência e Educação tem-se limitado a dar remédios a doentes pobres e vestuário e livros às crianças das escolas cujos pais não podem fazê lo.

Felizmente, alguns benfeitores, além do Estado, têm-se lembrado desta instituição: dentre esses benfeitores, é de justiça registar o nome do comerciante Calisto Saldanha que, em vida, lhe fez alguns donativos, deixando-lhe, em testamento, um legado de 50 contos.

Associação Recreativa Eixense

É esta uma outra instituição local, fundada, há perto de 25 anos, com fins especialmente de cultura artística.

Até hoje, organizou apenas uma filarmónica cuja necessidade se fazia sentir, pois a gente de Eixo teve sempre grande paixão pela música.

A primeira filarmónica que houve aqui (a *Harmonia do Vouga),* da iniciativa do farmacêutico António Simões da Silva, que morreu quase centenário, chegou a ser afamada, como orquestra de igreja, mas há muito que tinha acabado.

Homens ilustres

O Reitor MANUEL ANTUNES VARELA, na sua informação paroquial, de 26 de Maio de 1721, diz: «Nesta freg.ª não há memoria de Varão algũ Insigne q̃ della Seja nal.» (1).

Não tenho elementos para contrariar esta informação: parece-me, todavia, estranho que, tendo Eixo alcançado tão grande importância, no passado, e devendo tê-la ainda, nos princípios do século XVIII, não houvesse dado ao país um homem cujo nome merecesse ser recordado.

Ainda dentro deste século XVIII, e depois até aos nossos dias, sei eu que alguns eixenses têm afirmado o seu valor, como professores, altos dignitários da Igreja, magistrados, escritores, médicos, ou como homens de acção.

Naquele século, e no começo do imediato, tivemos aqui professores notáveis de latim, como o Dr. JOAQUIM FERNANDES DE PAIVA LIMA e CALISTO LUÍS DE ABREU, que não o ensinou só em Eixo, mas também em Ilhavo e Aveiro.

Merece este uma referência especial pelas relações de amizade que teve com o poeta arcádico Francisco Joaquim Bingre, cuja obra coleccionou em 10 volumes, manuscritos, ainda, há 50 anos, na posse de um seu descendente, que os ofereceu a Teófilo Braga.

Dos varões, naturais de Eixo, que no século passado, ou ainda nos começos do actual, prestigiaram a sua terra, registarei o nome dos seguintes, lamentando não poder dar a lista de todos, o que alongaria demasiadamente este número (2):

— D. Frei SEBASTIÃO DA ANUNCIAÇÃO GOMES DE LEMOS, que foi Bispo de Angola e Comissário Geral da Bula da Santa Cruzada.

— JOSÉ JORGE FERREIRA. Bacharel formado em Direito e Doutor em Filosofia. Vi referido no semanário de Aveiro, *O Democrata,* que chegou a ensinar na Universidade de Coimbra, mas não pude averiguar se esta informação é exacta.

— Conselheiro LUÍS CIPRIANO COELHO DE MAGALHÃES. Foi

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. V, n.º 18, pág. 140.

(2) O Dr. VENÂNCIO DE FIGUEIREDO VIEIRA aponta muitos nomes de pessoas com títulos literários, desde 1780 a 1873: mas, geralmente, limita-se a registar o nome, sem qualquer outra indicação biográfica.

deputado às cortes. Exerceu clínica em Eixo e Aveiro, onde casou. Um dos seus filhos foi o grande orador parlamentar José Estêvão Coelho de Magalhães.

— VENÂNCIO DIAS DE CARVALHO E FIGUEIREDO, que já citei, quando me referi ao conflito entre a casa de Braganca e os povos de Eixo. Bacharel formado em Direito, exerceu várias funções, entre elas a de Governador Civil de Aveiro, e, antes de formado, foi professor de latim em Ovar e Estarreja.

— VENÂNCIO DIAS DE FIGUEIREDO VIEIRA, bacharel formado em Direito e autor da *Memória* que, por várias vezes, tenho citado. Informam-me de que se dedicou ao ensino particular, fora de Eixo, tendo, depois, fixado aqui residência definitivamente. Tinha competência particular em questões de arboricultura, constando-me que chegou a publicar uma brochura sobre enxertia.

— SEBASTIÃO DE CARVALHO LIMA, pai dos Drs. Sebastião e Jaime de Magalhães Lima. Fez a sua educação literária, estudando a Lógica e o Latim, com o mestre régio Dr. Joaquim Fernandes, acima citado. Interrompeu os estudos e embarcou para o Brasil, onde, em duas dezenas de anos, alcançou fortuna avultada. Regressando à pátria, percorreu, em viagem de recreio, parte da Europa. Fixou, depois, residência em Aveiro, onde tomou a iniciativa da fundação da *Caixa Económica*. É um admirável exemplo de tenacidade, como posso avaliar pelo que dele tenho ouvido dizer. Vinha, com frequência, a Eixo, onde tinha a casa que herdara dos pais — a Casa da Lavoura — e a Quinta que adquiriu por compra — a Quinta de S. Francisco, como lhe chamou o filho Jaime.

— ÂNGELO COELHO DE MAGALHÃES VIDAL. Diplomado com o curso de Belas-Artes, da Escola de Lisboa. Dedicou-se ao ensino oficial, tendo sido professor dos Liceus de Castelo Branco, Braga e Rodrigues de Freitas (1), e das Escolas Industriais de Vila Real e do Infante D. Henrique. Tinha grandes qualidades de artista, chegando a Família Real, que o subsidiou, enquanto estudante, a querer mandá-lo à Itália completar a sua educação artística. Deixou, além de vários livros para o ensino do desenho, cujos originais se acham arquivados em minha casa, muitos outros trabalhos: figuram, entre eles, numerosos retratos, a carvão, alguns dos quais existem em Eixo, como o do João Matuta, tipo curiosíssimo, que exerceu o ofício de sapateiro e a função de sacristão, e que o Sr. Dom João Evangelista de Lima Vidal recons-

(1) Este liceu chama-se, actualmente, Liceu de D. Manuel II, designação que já havia tido, nos últimos anos da Monarquia.

tituiu, de maneira interessante, no seu livro *Lições da Natureza e dos Homens*. Não conheci o prof. Angelo Vidal, meu avô materno, que, infelizmente, morreu, 5 anos antes de eu nascer: mas sei da veneração que há pela sua memória na minha família e entre os que foram seus discípulos.

— Há dois nomes, ainda, que não quero deixar de registar: MANUEL COELHO DE MAGALHÃES e JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

Não nasceram em Eixo, mas tem o seu nome vinculado a esta terra.

O primeiro veio da Vila da Feira para aqui, para exercer o cargo de escrivão do Almoxarifado. Em Eixo, constituiu família. Foi pai de Luís Cipriano Coelho de Magalhães e avô de José Estêvão.

Jaime de Magalhães Lima nasceu em Aveiro, mas passou grande parte da sua vida em Eixo, no ermitério da Quinta de S. Francisco. Formou-se, muito novo, em Direito, após o que, percorreu grande parte da Europa e do Norte da África. Foi, então, que visitou Tolstoï, acerca de cujas ideias filosóficas publicou, depois, um trabalho. Foi Deputado e Presidente da Câmara Municipal daquela cidade. Mas, é como escritor e pensador que o seu nome há-de perdurar. Conheci-o, ainda, e assisti à grandiosa homenagem que, em 17 de Junho de 1934, dois anos antes da sua morte, lhe foi prestada pelas populações de Aveiro e Eixo, à qual se associaram as Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, e outras instituições culturais do país, e algumas das mais representativas figuras das letras portuguesas.

biblRIA

CAPÍTULO V

FESTAS E COSTUMES

Seria este um assunto curioso de que deveria ocupar-me, até com largueza, se estivesse a escrever uma monografia exaustiva, e não a registar sòmente algumas notas ou achegas para um trabalho dessa natureza.

E na *Memória* de VENÂNCIO DE FIGUEIREDO achavam-se elementos interessantes para este capítulo, como os referentes às *cavalhadas, fogaças* e *carneiro*, de que dará alguma ideia a seguinte transcrição:

«...Estes divertimentos têm lugar na festividade de Nossa Senhora das Neves...

«As cavalhadas ou encamisadas são o primeiro divertimento da festa.

«Às nove para as dez horas da noite, começam a juntar-se cavaleiros, uns vestidos de militares, outros de damas, ... ao pé do Adro de Cima da Igreja: ora a toque de tambor, bombo, pífaro, ou de charanga, havendo também algumas vezes música a grande instrumental que se toca neste sítio do Adro.

«Formados aos pares, e indo o tesoureiro da festa também a cavalo na frente com o guião da Confraria levantado ... dão duas voltas em roda do Adro e cruzeiro novo e, depois, correm todas as ruas da vila, parando em casa de cada um dos festeiros que lhes dá o competente beberete.

«No dia seguinte ..., de tarde, são as entusiásticas fogaças ...

«... Antes de 1834, em seguida à carreira das fogaças, seguia-se outro divertimento bastante bárbaro, a que chamavam a *corrida do carneiro*, e tinha lugar na rua do Adro em frente dos Celeiros da Casa de Bragança.

«Prendendo-se um carneiro pelos pés a uma corda, era esta segura numa das pontas à grade do Celeiro, e, na outra, à oliveira do Nascente do Adro da Igreja.

«O carneiro ficava com a cabeça pendente em altura tal que fosse preciso saltar para se lhe chegar com a espada.

«Homens com lenços atados na cabeça e armados de grandes espadeirões, e dando cada um sua carreira, alternadamente davam espadadas na cabeça do carneiro, que era entregue àquele que primeiro a cortava!

«Semelhante espectáculo bárbaro acabou, como devia, no ano de 1833».

Os outros dois divertimentos é que ainda agora se realizam: a encamisada, já raramente, mas as fogaças, sempre que se efectua a festividade da Senhora das Neves e até por ocasião da festa da Senhora da Graça.

O que as fogaças (1) lá não têm, hoje, é o entusiasmo e o encanto de outros tempos: faltam cavaleiros e as tricanas que, outrora, em procissão, e vestidas com os seus melhores trajes, conduziam os prémios em taboleiros belamente ornamentados.

Dos costumes, que não podem dizer-se antigos, registarei apenas um: «o maio» — ornamentação feita de várias flores e figuras alegóricas que, no primeiro de Maio, as raparigas colocam num ou noutro ponto da localidade.

---

(1) Dá-se o nome de fogaças, não só às corridas, como aos prémios que constam de bolos doces de farinha de trigo, com enfeites, representando, em geral, passarinhos.

BIBLIOGRAFIA

J. C. de Miranda, *Dissertação Histórico-Jurídica em defesa dos povos do extinto Almoxarifado de Eixo nas causas de foros e rações que lhes move a Serenissima Casa de Bragança.* Porto, 1866.

Alberto Sampaio, *As Vilas do Norte de Portugal,* in «Estudos Históricos e Económicos», vol. I, 1923.

Dr. Alberto Souto, *Origens da Ria de Aveiro,* (Subsídios para o Estudo do Problema). Aveiro, 1923.

Alexandre Herculano, *Questões Públicas,* t. V, 1.ª ed., 1901, in« Opúsculos», t. VIII.

Lendas e Narrativas, 16.ª ed., t I.

Amorim Girão, *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico.* Coimbra, 1922.

Jaime de Magalhães Lima, *Os Povos do Baixo Vouga. A sua Missão Étnica na Vida Nacional e Problemas Correlativos,* in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. II. Porto, 1926.

Prof. Doutor Joseph M. Piel, *Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa,* 1937.

Leite de Vasconcelos, *Le Peuplement du Portugal aux Temps Préhistoriques d'après les Données de la Toponymie,* in «O Arqueólogo Portuguê», vol, XVII, 1912.

Frei Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana,* parte VIII, 1728.

Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro. Notícia Geográfica, Estatística, Corográfica, Heráldica, Arqueológica, Histórica e Biográfica da Cidade de Aveiro e de todas as Vilas e Freguesias do seu Distrito.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.

Mendes Correia, *Os Povos Primitivos da Lusitânia.* Porto, 1924.

Eng.º Mendes da Costa, *Física do Mar.* Lisboa, 1940.

Paul Choffat, *Aperçu de la Géologie du Portugal,* in «Le Portugal au Point de Vue Agricole». Lisboa, 1900.

Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares, *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas.* Lisboa, 1931.

* * *

Américo da Costa, *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular,* vol. VI, 1938.

Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa,* t. II, 1708.

João Baptista da Silva Lopes, *Dicionário Postal e Geográfico do Reino de Portugal,* t. II, 1893.

biblRIA

Frei JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário*, 2.ª ed.
PASCUAL MADOZ, *Dicionário Geográfico-Estadistico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, t. VII. Madrid, 1850.
PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. III, 1874.

* * *

Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et Chartae.
Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282, in «Arquivo do Distrito de Aveiro», vol. IX, n.º 34, 1943.
O Rol das «Cavalarias» do Vouga, in «Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. VIII, n.º 30, 1942.
Foral do Concelho de Eixo de 1516, publicado na «Dissertação Histórico-Jurídica», de J. C. DE MIRANDA.
Povoação da Estremadura no séc. XVI, in «*Arquivo Histórico Português*», vol. VI, 1908.
Informações Paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721 (St.º Isidoro da Vila de Eixo), in «*Arquivo do Distrito de Aveiro*», vol. V, n.º 18, 1939.
Informação Paroquial de 1758 (existente no «*Dicionário Geográfico de Portugal*», Ms. da Torre do Tombo), publicada no *Correio do Vouga*, Ano I, n.º 7, de 1 de Março de 1904.

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 229)

64 **Bernardo Gonçalves da Silva** — homem de negócio e antigo capitão de sumacas; natural da freg. de S. Paulo de Lisboa e morador na Baía, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição; filho de *Mateus Gonçalves, natural da freg. da Murtosa,* e de Maria Miguéis, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo; neto paterno de *Domingos Gonçalves* e de *Natália Gonçalvos, naturais e moradores na freg. da Murtosa,* e materno de *António Miguéis, natural da Cavada, freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja,* e de *Bárbara da Conceição, natural de Aveiro,* e estes filhos de *Pedro Pires* e de *Maria Miguéis, da Cavada,* e de *Domingos Fernandes* e de *Antónia Jorge, de Aveiro.*

Carta de Familiar de 17 de Abril de 1731.

Bernardo — m. 6, n.º 93

65 **Bernardo João** — homem do Meirinho da Inquisição de Coimbra (1); viúvo de Maria Gomes, filha de Francisco Pires e de Domingas Gomes (1); ajustado para casar em 1660 com *Antónia Henriques,* filha de *António Rodrigues* e de *Maria Francisca,* neta paterna de *Bartolomeu Rodrigues* e de *Antónia Henriques,* e materna de *Francisco Manuel* e de *Antónia Gaspar, todos naturais de Segadães, Águeda;* de novo ajustado para casar em 1663 com Luísa Mota, viúva de Domingos Dias, oleiro em

(1) Da sua genealogia nada consta no processo.

biblRIA

Coimbra, filha de Francisco Fernandes, oleiro, e de Catarina Rodrigues, neta paterna de António Fernandes Cadima, igualmente oleiro, e de Catarina Rodrigues, e materna de Gaspar Dias, ferrador, de alcunha o «Fidalgo», e de Catarina Pacheca, todos de Coimbra.

1663.

Bernardo — m. 1, n.º 7

66 **Bernardo de Lima Pereira** — natural e morador em Coimbra; filho de Bernardo Pereira de Sampaio, Cónego Prebendado da Sé de Coimbra, e de Isabel Vieira de Abreu de Lima, de Coimbra; neto paterno de Belchior do Amaral e de D. Maria da Fonseca Osório, moradores em Frechas, termo da vila de Trancoso, e materno de Francisco Vieira de Madureira e de Joana de Abreu de Lima, da freg. da Sé de Coimbra; casado em primeiras núpcias com *Maria da Cunha de Faria,* de quem ficou uma filha, filha de *João Dias da Silva* e de *Ana da Cunha, moradores em Avanca, freg. de S.ta Marinha, Estarreja,* neta paterna de *António Dias* e de *Joana Dias, de Avanca,* e materna do Capitão *Manuel da Cunha* e de *Isabel Dias de Pinho, de S. Martinho de Salreu, Estarreja;* casado segunda vez com Isabel de Seixas, filha de António de Seixas e de Maria Simões de Carvalho, moradores na Quinta das Canas, junto a Coimbra, freg. da Sé, neta paterna de Tomé João e de Filipa Jorge, de Carvalhais de Baixo, freg. de Açafarge, termo de Coimbra, e materna de Domingos Fernandes de Carvalho, o «Semiliano», natural da Rua da Moeda em Coimbra, e de Isabel Simões, natural de Alverge, termo da cidade, moradores na Quinta das Canas; viúvo, ajustado para casar em 1710 com Luísa Ribeira, viúva de Manuel Barrenho, filha de Luís Pires e de Isabel Rodrigues, de Alfarelos, neta paterna de João Rodrigues Vaz e de Madalena Lais, de Alfarelos, e materna de Manuel Simões e de Maria Rodrigues, do Picoto, freg. de Sernache, termo de Coimbra.

Carta de Familiar de 10 de Janeiro de 1701.

Bernardo — m. 3, n.º 51

67 **Bernardo José Pinto de Miranda Vasconcelos Montenegro** — fidalgo da Casa Real; *natural da Quinta da Boa Vista, freg. do Solnado, Castelo de Paiva;* filho de *Martinho José Pinto da Silva Miranda* e de *D. Maria Isabel Pereira de Castro Meneses Sotomaior, moradores na mesma quinta;* neto paterno de Gonçalo Vaz Pinto e

biblRIA

materno de Bento Pereira da Silva e Menezes, Alcaide-mor de Caminha; irmão de *D. Luísa Angélica Teles e Menezes Sotomaior*, casada com José Cardoso de Carvalho e Fonseca, Familiar do S.to Ofício; ajustado para casar em 1751 com *D. Antónia Matilde Ribeiro Pereira de Bulhões, natural do Sobrado* e assistente no Convento de S. Bento do Porto, filha de *Caetano Manuel Pereira de Bulhões, natural da Quinta da Serrada, freg. do Sobrado,* e de *D. Maria Euzébia de Magalhães e Menezes, natural do lugar de Bustelo, freg. de S. Roque, Feira,* neta paterna de *António Ribeiro Soares de Bulhões, natural da Quinta da Serrada,* e de *D. Luísa Maria Coutinho de Carvalho*, natural da freg. de S.ta Cruz do Douro, Conc.° de Baião, e materna de *Manuel de Magalhães e Menezes, natural da Quinta do Covo,* e de *Maria da Rocha, natural de Bustelo,* ambos *da freg. de S. Roque.*

Carta de Familiar de 17 de Agosto de 1750.

Bernardo — m. 9, n.° 431

68 **Bernardo Luís da Silva Fragoso Laboura** — *natural da freg. de S.ta Marinha de Avanca, Estarreja,* morador em Lisboa no Pátio do Saldanha no sítio da Junqueira em casa do Benef.do Luís António, oficial da Secretaria do Estado; filho de *Domingos Dias Laboura* e de *Vicência da Silva,* também *naturais da freg. de S.ta Marinha de Avanca;* neto paterno de *João Dias Laboura* e de *Maria André,* do *Casal da Lavoira,* e materno de *Gabriel João* e de *Madalena João, de Arada,* todos *da freg. de S.ta Marinha de Avanca;* viúvo de Jerónimo Teresa da Conceição Soares, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de Damásio Soares, natural da freg. de S. João Baptista do lugar de Promões, termo do Cadaval, e de Antónia Maria, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, neta paterna de Manuel Soares e de Catarina de Sena, de Promões, e materna de António Ribeiro, do Casal de Ferreiros, freg. de S.ta Margarida, termo de Leiria, e de Maria Monteiro, da Lourinhã, freg. de N.a Sr.a da Anunciação.

Carta de Familiar de 14 de Abril de 1780.

Bernardo — m. 14, n.° 494

69 P.e **Bernardo Malafaia Mascarenhas** — B.el formado em Teologia e Prior de S.ta Brízida de Marmelar, termo de Beja; filho de *Domingos Malafaia Mascarenhas, Capitão mor da vila de Arouca,* e de *Maria Teixeira Tavares;* neto

paterno de *Diogo Malafaia Mascarenhas, morador na Quinta da Várzea, freg. de S. Salvador da Várzea, Arouca,* e materno de *Francisco Tavares de Pinho,* Familiar do S.to Ofício, e de *Maria Vieira Teixeira, moradores na freg. de Rossas, Arouca.*

Provisão de Comissário em 14 de Setembro de 1697.

Bernardo — m. 2, n.º 42

70 Frei **Bernardo de N.ª Sr.ª Brandão** — da Sagrada Ordem dos Prègadores e lente de Véspora de Teologia no Real Colégio de S. Tomás de Coimbra, *natural de Ovar;* filho de *Manuel Tomás da Silva* e de *Bernarda Pinto Pereira, naturais da freg. de S. Cristóvão de Ovar;* neto paterno de *André da Silva* e de *Maria Francisca,* também *de Ovar,* e materno de *Domingos Gomes Brandão, de S. Martinho de Fajões, Oliveira de Azeméis,* e de *Ana Pinto Pereira, de S. Cristóvão de Ovar;* irmão do P.e Mestre *Frei João de S. Tomás,* Definidor da Província de S.to António de Portugal e Qualificador do S.to Ofício.

Provisão de Qualificador de 19 de Novembro de 1762.

Bernardo — m. 13, n.º 490

bibRIA

71 P.e **Bernardo Pessoa de Andrade** — *da Vila Nova de Monsarros, freg. de S. Miguel, Anadia;* filho do Capitão *Cosme Dias de Campos* e de *Mariana de Andrade, de Monsarros;* neto paterno de *Bernardo Francisco* e de *Isabel Dias, de Monsarros,* e materno de Francisco de Paiva, de Fornos, freg. de Santiago de Freixomil, e de *Ana de Andrade, de Vasconho, freg. de S. Miguel de Anadia.*

Carta de Familiar de 23 de Outubro de 1722.

Bernardo — m. 5, n.º 80

72 **Bernardo Rodrigues** — natural de Alqueidão, termo da vila de Pias, e morador em Lisboa na R. da Ferraria de S. Julião; filho de Manuel Ribeiro, natural da Venda da Serra, freg. de N.ª Sr.ª da Graça de Águas Belas, e de Maria Duarte, natural de Alqueidão; neto paterno de Gaspar Afonso, natural da Venda da Serra, e de Isabel Fialho, natural de Alqueidão, e materno de Domingos Duarte e de Antónia Rodrigues, naturais de Alqueidão; sobrinho materno de Antónia Inácia, viúva de José dos Santos, guarda dos cárceres secretos da Inquisição de Lisboa; casado com Madalena Maria, natural da freg. de S.ta Justa de Lisboa, filha de Domingos Marques,

ferreiro, natural de Alqueidão, e de Antónia da Silva, natural da freg. do Socorro de Lisboa, moradores na R. da Ferraria, neta paterna de Luís Marques e de Maria Simoa, naturais de Alqueidão, e materna de *António Ferreira, natural de Aveiro* e *baptisado na freg. de S. Miguel,* e de Antónia Vieira, natural de Lisboa, freg. do Socorro, prima do P.e Frei Inocêncio do Rosário, Prior do Convento de S. Domingos de Montemor, e viúva de João Marques, seu primo, natural de Alqueidão, filho de Manuel Antunes, natural de Ave Casta, freg. de N.a Sr.a das Areias, termo da vila de Pias, e de Maria Simoa, natural de Alqueidão, neto paterno de Luís Antunes e de Domingas Fernandes, naturais de Ave Casta, e materno de Luís Marques e de Maria Simoa, naturais de Alqueidão.

Carta de Familiar de 9 de Março de 1739.

Bernardo — m. 4, n.º 107

73 **Bernardo Rodrigues** — natural de Moimis, freg. de S. Pedro de Paus, S. Martinho de Mouros, Resende, e morador em Arneiros; filho de António Rodrigues e de Maria Dias; neto paterno de Simão Fernandes e de Filipa Rodrigues, e materno de Domingos Luís e de Catarina Gonçalves, todos de Moimis; casado com Ângela Pinheira, de Arneiros, filha de João Pinheiro e de Domingas Ribeira, neta paterna de *João Rodrigues, da freg. de S.ta Marinha de Tropeço, Arouca,* e de Ângela Pinheira, de Arneiros, e materna de António Luís e de Isabel Ribeira, também de Arneiros; tendo enviuvado, ajustou para casar-se em 1705 com Maria Clara, de Quintãs, filha de Manuel Rodrigues e de Maria Fernandes, de Quintãs, neta paterna de António Rodrigues e de Joana Fernandes, de Origo, Paus, e materna de António Fernandes e de Maria Fernandes, também de Quintãs, freg. de S. Pedro de Paus.

Carta de Familiar de Outubro de 1694.

Bernardo — m. 2, n.º 34

74 **Bernardo Toscano de Figueiredo** — *natural e morador em Vacariça, freg. de S. Vicente da Vacariça, Mealhada;* filho ilegítimo de *Bento Toscano* e de *D. Joana de Figueiredo, naturais e moradores em Vacariça;* neto paterno de *Baltasar Cardoso,* natural da freg. de Eiras, Coimbra, e de *D. Antónia Toscana,* natural de Rebolim, freg. da Ribeira de Frades, Isento de S.ta Cruz, Coimbra, *moradores em Vacariça,* e materno de *Jacinto*

bibRIA

Gomes Botelho, natural da Vacariça, e de *Susana Manuel da Costa,* natural da vila de Avô; ajustado para casar em 1736 com Antónia Maria de Abreu e Lima, natural da cidade de Braga, moradora em Óvoa, filha de Manuel Pereira e de Isabel Maria de Abreu e Lima, naturais e moradores em Braga, neta paterna de Manuel Ferreira e de Maria Pereira, naturais e moradores na Quinta do Fojacal, freg. de S. Vítor de Braga, e materna de Gaspar Filipe de Azevedo, natural de Barcelinhos, e de Úrsula Ferreira de Abreu e Lima, natural de Braga e aí moradores.

Carta de Familiar de 22 de Julho de 1727.

Bernardo — m. 5, n.º 87

75 P.e **Bernardo de Torres da Silva** — *Prior da Igreja de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha;* natural de Torres Novas, filho de Valentim de Torres e de Isabel Cordeiro da Silva; irmão inteiro do Dr. Francisco Cordeiro da Silva, Corregedor de Setúbal, e tio de António Pedro Machado, Familiar do S.to Ofício.

Provisão de Comissário de 21 de Fevereiro de 1697.

Bernardo — m. 2, n.º 40

bibRIA

76 P.e **Bibiano Pinto da Silva** — notário apostólico; *natural e morador em Oliveira de Azeméis;* filho de *Domingos Pinto* e de *Jerónima de Pinho,* também *de Oliveira de Azeméis;* neto paterno de *Francisco António* e de *Antónia Pinta, de S. Pedro de Canedo, Feira,* e materno de *Francisco Dias* e de *Jerónima de Pinho, de Oliveira de Azeméis.*

Provisão de Escrivão de 12 de Junho de 1660.

Bibiano — m. 1, n.º 1

77 P.e **Boaventura de Aguiar e Carvalho** — Prior da Colegiada de S. Silvestre da Lousã; *natural da freg. de Ovar;* filho de *João Carvalho de Aguiar* e de *Isabel Fernandes, naturais de Ovar;* neto paterno de *André Francisco de Aguiar* e de *Isabel Carvalha,* e materno de *Manuel Fernandes* e de *Isabel Fernandes de Alpoens, todos de Ovar.*

Provisão de Comissário de 11 de Abril de 1752.

Boaventura — m. 1, n.º 3

78 P.e Frei **Boaventura de S. José** — no século **Brás Soares**; franciscano do Convento da cidade da Baía, Mestre de Teologia; natural da freg. da Rua do Paço, na Igreja dos Pretos, abaixo dos Sapateiros, Baía e nela morador; filho de *João Soares Jorge de Albergaria, natural de Macieira de Cambra, Vale de Cambra,* e de Maria da Cruz, natural da freg. da Sé da Baía; irmão inteiro de D. Francisca Maria Soares de Albergaria, casada com Luís Ferreira de Lacerda, Sargento-mor na vila de S.to Amaro da Purificação da Baía, Professo na Ordem de Cristo e Familiar do S.to Ofício

Provisão de Qualificador de 20 de Fevereiro de 1781.

Boaventura — m. 1, n.º 12

79 **Brás de Almeida Pereira Pacheco** — natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, extra-muros do Porto, e morador nesta cidade; filho de *António de Almeida Pereira, natural da freg. de S. Miguel do Souto, Feira,* e de Antónia Pereira Pacheco, natural da freg. da Sé do Porto, moradores na R. de S.to Eloi, freg. de N.a Sr.a da Vitória da mesma cidade; neto paterno de *Rodrigo de Almeida Pereira, natural de Ovar,* e de *Maria Moreira da Costa, natural de S. Miguel do Souto,* e materno de Manuel Pacheco Pereira, escrivão do Crime e Corte da Relação do Porto, natural da freg. da Sé e morador na freg. de N.a Sr.a da Vitória da mesma cidade na R. do Belmonte, e de Maria Godinho, natural e moradora na freg. de N.a Sr.a da Campanhã, casada com Brás António, ausente, quando do nascimento da mãe do habilitando; sobrinho materno de D. Mariana Pacheco, filha legítima de Manuel Pacheco Pereira, casada com o Des.cr Bento de Afonseca, Familiar do S.to Ofício; um sobrinho do seu avô materno, Gaspar Pacheco, arcediago da Sé do Porto, era Comissário do S.to Ofício.

Carta de Familiar de 8 de Maio de 1708.

Brás — m. 3, n.º 38

80 P.e **Brás Ferreira de S. José** — B.el em Cánones pela Universidade de Coimbra; *natural de Forcade, freg. de S.ta Eulália de Aguada de Cima, Águeda, e aí morador;* filho do Capitão *João de Oliveira Ferreira, natural de Forcade,* e de *Maria Antónia, da freg. de S. Martinho de Aguada de Baixo;* neto paterno de *João de Oliveira, de Forcade,* e de *Francisco Ferreira, de Aguada de Baixo, moradores em Forcade,* e materno de *Marcos Dias, natural de Aguada de*

Baixo, e de *Maria Antónia, natural do Couto de Barrô, freg. de S.to André, Águeda, moradores em Aguada de Baixo.*

Provisão de Notário de 12 de Novembro de 1746.

Brás — m. 4, n.º 53

81 **Brás Pinheiro da Rocha** — proprietário, homem nobre e honrado; *natural e morador na vila de Aguieira, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda;* filho de *Manuel Pinheiro da Rocha, natural de Travassô, Águeda*, e de *Antónia Pinheira, de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, moradores em Aguieira;* neto paterno de *Manuel António da Rocha*, e de *Maria Pinheira, de Travassô*, e materno de *João Pinheiro* e de *Maria de Almeida, de Arrancada;* sobrinho do *P.e José Pinheiro* e parente, por parte do pai, de *Agostinho Coelho*, Familiar do S.to Ofício, *da Aguieira*, de *Manuel Pinheiro*, de *Barril de Águeda*, Familiar, e do *Prior de Alquerubim, Albergaria-a-Velha, Frutuoso Tavares da Silva;* ajustado para casar em 1723 com *Catarina Tavares, de Travassô*, filha do Capitão *Belchior Tavares* e de *Catarina Francisca, de Travassô.*

Provisão de Familiar posterior a 1 de Novembro de 1712, mas não indicada no Processo.

bibRIA

Brás — m. 3, n.º 40

82 **Brás Teixeira de Paula** — Intendente do Correio-Mor de Coimbra, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira de Guimarães, e morador em Coimbra; filho natural do *P.e Manuel Teixeira Preto*, Sacristão-mor da Insigne e Real Colegiada de N.ª Sr.ª da Oliveira, *natural de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e de Maria Gomes Vilela, moça solteira, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira de Guimarães; neto paterno de Francisco Martins e de Catarina Teixeira, da freg. de Ancede; casado com Maria Josefa do Sacramento e Silva, natural de S. Martinho, Couto de Tavarede, Figueira da Foz, filha de Manuel de Carvalho e de Ana Maria da Silva, de S. Martinho.

Carta de Familiar de 24 de Março de 1760.

Brás — m. 5, n.º 63

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

Abreu (Comba Teresa de) — Aveiro — 32
Abreu (José Antunes de) — Aveiro — 32
Afonso (Maria) — Aveiro — 14
Aguiar (André Francisco) — Ovar — 77
Aguiar (João Carvalho de) — Ovar — 77
Albergaria (João Soares Jorge de) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 78
Almeida (Antónia de) — Esgueira, Aveiro — 25
Almeida (Lic.º P.º Bento de), Prior da Igreja de S. Paio dos Arcos, Anadia — 17
Almeida (Bento José de), Doutor em Leis e Opositor da Universidade de Coimbra — Arcos (S. Paio), Anadia — 25
Almeida (P.º Bento de Sousa de), Dom Prior da Colegiada de Barcelos — 43
Almeida (Lic.º José Gomes de), Familiar do S.to Ofício — Arcos (S. Paio), Anadia — 25
Almeida (Manuel de) — Vila Chã de Cambra, Vale de Cambra — 45
Almeida (Maria de) — Aveiro — 36; Valongo, Agueda — 81
Almeida (Maria de), "a Muscosa" — Vila Chã de Cambra, Vale de Cambra — 45
Alpoens (Isabel Fernandes de) — Ovar — 77
Álvares (Bento da Silva), oficial da Correição em Lisboa — 40
Álvares (Lopo) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 10
Álvares (Sebastião) — Aveiro — 35
Alves (António) — César, Oliv. de Azeméis — 9
Alves (Gaspar) — Canedo, Feira — 3
Alvo (Manuel) — Lourêdo, Feira — 8
Amaral (Roque Tavares do) — Castelões, Vale de Cambra — 1
Andrade (Ana de) — Anadia — 71
Andrade (P.º Bernardo Pessoa de) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 71
Andrade (Manuel Ribeiro de) — Aveiro — 15
Andrade (Maria de) — Aveiro — 15
Andrade (Mariana de) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 71
André (Catarina) — Aguada de Cima, Agueda — 44
André (Isabel) — Sever do Vouga — 57
André (Leonor) — Aveiro — 13
André (Luís) — Avelãs de Caminho, Anadia — 11; Barró, Agueda — 11
André (Manuel) — Vale, Feira — 29
André (Maria) — Aguada de Cima, Agueda — 24 e 44; Avanca, Estarreja — 68; Aveiro — 13
Anjos (Bernarda dos) — Arouca — 58
Antónia (Isabel) — Canedo, Feira — 3
Antónia (Maria) — Aguada de Baixo, Agueda — 80; Barró, Agueda — 80; Canedo, Feira — 8; Mosteiró, Feira — 9; Paços de Brandão, Feira — 5

bibRIA

António (Francisco) — Canedo, Feira — 76
António (Manuel) — Aveiro — 23
Araújo (Bento Aranha de), mercador no Porto — 20
Araújo (P.e Bento Rangel de), Reitor da Igreja de S.ta Maria de Sardoura, Castelo de Paiva — 39
Araújo (Bernardo Gomes de) — 62
Arês (Bernardo Alves Cabral) — 46
Avelar (Pedro de) — Aveiro — 36
Avintes (Frei Bernardo de), religioso da Prov. da Soledade, Mestre de Filosofia e Teologia no Conv. de Fundão — 48

Barbosa (Maria) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Barredo (D. Mécia de) — Urrô, Arouca — 28
Barreto (Gaspar Correia), Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo — Feira — 21
Barreto (Isabel Francisca) — Fermelã, Estarreja — 60
Barreto (D. Vicência Maria de Oliveira) — Mogofores, Anadia — 33
Barros (Barnabé Nogueira de), homem de negócio na Baia — Vilar de Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
Barros (Madalena de) — Nogueira da Regedoura, Feira — 6; Vilar do Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
Barros (Maria de) — Nogueira da Regedoura, Feira — 6
Baxela (Tomé Fernandes) — Aveiro — 13
Bela (Maria) — Avelãs de Caminho, Anadia — 36
Belo (Bernardo de Carvalho), oficial de carpinteiro na Nazaré — 52
Borges (P.e Bernardo de Campos), Prior colado da Igreja de S. Tiago de Codel, termo de Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 50
Botelho (Jacinto Gomes) — Vacariça, Mealhada — 74
Botelho (Dr. João), Familiar do S.to Ofício — Vacariça, Mealhada — 26
Brandão (Frei Bernardo de N. Sr.a), da Sagrada Ordem dos Prègadores e Lente de Véspora de Teologia no Real Colégio de S. Tomás de Coimbra — Ovar — 70
Brandão (Domingos Gomes) — Fajões, Oliv. de Azeméis — 70; Ovar — 70
Brandoa (Conceição) — Frossos, Albergaria-a-Velha — 59; Salreu, Estarreja — 59
Bulhões (D. Antónia Amatilde Ribeiro Pereira de) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Bulhões (António Ribeiro Soares de) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Bulhões (Caetano Manuel Pereira de) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67

Cabral (António de Miranda) — Aveiro — 59; Oliv. do Bairro — 59
Cabral (Bento de Almeida) — Eixo, Aveiro — 18
Cabral (Bento José Leite) — Urrô, Arouca, — 28
Cabral (Diogo Leite) — Urrô, Arouca — 28
Campos (Cosme Dias de), Capitão — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 71
Caravela (Manuel Gonçalves) — Esmoriz, Ovar — 13
Cardoso (Baltasar) — Vacariça, Mealhada — 74
Cardoso (Bernardo Coutinho), B.el em Cânones — Sever do Vouga — 57
Cardoso (Bernardo Coutinho) — Sever do Vouga — 57
Carneiro (Dr. Bernardo António dos Santos), Colegial do Col. de S. Pedro, Lente de Teologia na Univ. de Coimbra e Prior da Igreja de Aguada de Cima, Águeda — 47
Carneiro (Manuel Francisco) — S. Felix da Marinha, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 30
Carvalha (Isabel) — Ovar — 77
Carvalho (Bartolomeu) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Carvalho (P.e Boaventura de Aguiar e), Prior da Colegiada de S. Silvestre da Lousã — Ovar — 77
Carvalho (Feliciana Martins de) — Bairros, Castelo de Paiva — 42
Carvalho (D. Luísa Maria Coutinho de) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Carvalho (Manuel) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Carvalho (D. Mónica de) — Águeda — 25

bibRIA

Carvão (Custódio Gomes)—Aveiro — 59
Castanheira (Bento Gomes), B.el formado em Coimbra — 24
Clara (Teresa) — Aveiro — 22
Coelho (Agostinho), Familiar do S.to Ofício — Valongo, Águeda — 81
Coelho (António) — Lourosa, Feira — 20
Coelho (Isabel) — Mozelos, Feira — 2
Coelho (Maria) — Nogueira da Regedoura, Feira — 2; S. João de Ver, Feira — 2
Conceição (Bárbara da) — Aveiro — 64
Conceição (Luísa da) — termo de Arouca — 58
Conceição (Maria da) — Valongo, Águeda — 51
Costa (António Nunes da) — Eixo, Aveiro — 56
Costa (Baltasar da) — Lobão, Feira — 62
Costa (Baptista Pereira da), homem de negócio no Rio das Mortes, Minas Gerais — Mozelos, Feira — 5
Costa (B.el Bernardo Ferreira da), Protonotário Apostólico de S. Santidade e Abade de S. Pedro de Ester — Arouca — 58
Costa (João Travaços da) — Verdemilho, Aveiro — 36
Costa (Maria da) — Eixo, Aveiro — 56
Costa (Maria Moreira da) — S. Miguel do Souto, Feira — 79
Costa (Susana Manuel da) — Vacariça, Mealhada — 74
Coutinho (Bernardo Caetano de Magalhães) — 49
Couto (Bartolomeu Moreira do), advogado na Relação do Porto — 12
Couto (Isabel do) — Aveiro — 35; Verdemilho, Aveiro — 35
Crasto (António Fernandes de) — Verdemilho, Aveiro — 35
Crasto (Pantaleão de) — Vilar do Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
Crasto (Roque de), Capitão — Verdemilho, Aveiro — 35
Cunha (Ana da) — Avanca, Estarreja — 66; Salreu, Estarreja — 66
Cunha (António Cardoso da), Capitão, Familiar do S.to Ofício — Pinheiro de Bemposta, Oliv. de Azeméis — 51
Cunha (Baptista da Costa Aureliano Pereira da) — 4
Cunha (Bernardo Cardoso da), Juiz de Fora de Arronches — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 51
Cunha (Manuel da), Capitão—Salreu, Estarreja — 66
Cunha (Manuel Cardoso da) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis, — 51

Delgado (António) — Aveiro — 18
Dias (Antónia) — Aveiro — 10
Dias (António) — Avanca, Estarreja — 66
Dias (Bastião) — Aveiro — 37
Dias (Francisco) — Oliv. de Azeméis — 76
Dias (Lic.o Inácio) — Esgueira, Aveiro — 25
Dias (Isabel)—Vila Nova de Monsarros, Anadia — 71
Dias (Joana) — Avanca, Estarreja — 66
Dias (João) — Aveiro — 10
Dias (Marcos) — Aguada de Baixo, Águeda — 80
Dias (Maria) — Aveiro — 10; Esgueira, Aveiro — 37
Domingues (Manuel) — Eixo, Aveiro — 56; S. Félix da Marinha, Feira (actualmente de V. N. de Baia) — 30

Eça (Maria Pereira de) — Aveiro — 36
Espírito Santo (Catarina) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30

Faria (Manuel da Cunha de) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 51
Faria (Maria da Cunha de) — Avanca, Estarreja — 66
Fernandes (André) — Esgueira, Aveiro — 37; Souto, Feira — 13
Fernandes (Antónia) — Aveiro — 37
Fernandes (António) — Cortegaça, Ovar — 40
Fernandes (Catarina) — S. João de Ver, Feira — 29
Fernandes (Domingos) — Aveiro — 64; S. João de Ver, Feira — 2
Fernandes (Isabel) — Ovar — 77; Paços de Brandão, Feira — 2; Souto, Feira — 13
Fernandes (João) — Arouca — 58

biblRIA

Fernandes (João), carpinteiro — termo de Arouca — 58
Fernandes (Lucrécia) — César, Oliv. de Azeméis — 9; Milheirós de Poiares, Feira — 9
Fernandes (Manuel) — Ovar — 77; Paços de Brandão, Feira — 2; S. João de Ver, Feira — 2
Fernandes (Maria) — Aguada de Baixo, Águeda — 31; Aveiro — 37; César, Oliv. de Azeméis — 9; Luso, Mealhada — 41; Mosteiró, Feira — 9; Mozelos, Feira — 2; S. João de Ver, Feira — 2; Vacariça, Mealhada — 41
Fernandes (Mateus) — Esgueira, Aveiro — 37
Fernandes (Pedro) — Escariz, Arouca — 38
Fernandes (Simão), carpinteiro — Luso, Mealhada — 41
Ferreira (Antónia) — Oliveira do Bairro — 59
Ferreira (António) — Aveiro — 72
Ferreira (Bernardo Gomes), homem de negócio com loja de fitas junto da Igreja da Misericórdia de Lisboa — 63
Ferreira (Domingos), marchante — Arcos, Anadia — 55; S. Lourenço do Bairro, Anadia — 55
Ferreira (Francisca) — Aguada de Baixo, Águeda — 80; Aguada de Cima, Águeda — 80
Ferreira (Francisco Alvares) — Sargento-mor da vila de Ovar — 19
Ferreira (João) — Vacariça, Mealhada — 52
Ferreira (João), alfaiate — Aguada de Baixo, Águeda — 31
Ferreira (João de Oliveira), Capitão — Aguada de Cima, Águeda — 80
Ferreira (Lucas) — Arouca — 58
Ferreira (Manuel) — Aguada de Cima, Águeda — 44
Ferreira (Manuel Gomes) — Arouca — 58
Ferreira (Maria) — Aguada de Cima, Águeda — 44; Arcos, Anadia — 55; Arouca — 58; Aveiro — 35; Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27; Sangalhos, Anadia — 44
Ferreira (Maria de Santiago) — Aveiro — 35
Figueira (Bento) — Salreu, Estarreja — 60
Figueira (Bernardo) — Salreu, Estarreja — 60
Figueira (Francisco Lopes) — Aveiro — 35
Figueira (João Lopes) — Aveiro — 35
Figueira (P.e Mateus) — Salreu, Estarreja — 60
Figueiredo (Agostinho Coelho de) — Esgueira, Aveiro — 36
Figueiredo (Bernardo Toscano de) Vacariça, Mealhada — 74
Figueiredo (Brites Godinha de) — Aveiro — 36; Esgueira, Aveiro — 36
Figueiredo (D. Joana de) — Vacariça, Mealhada — 74
Figueiroa (Isabel Cardosa de) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 51
Fonseca (Tomásia da) — Aveiro — 36
Fragoso (Domingos João) — Mogofores, Anadia — 25
França (D. Isabel da) — Aradas, Aveiro — 12
Francisca (Ana) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 61
Francisca (Antónia) — Feira — 20
Francisca (Catarina) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 55; Travassô, Águeda — 81
Francisca (Cecília) — Mozelos, Feira — 5
Francisca (Isabel) — Aveiro — 18; Louredo, Feira — 38; S. Félix da Marinha, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 30
Francisca (Maria) — Ovar — 70; Segadães, Águeda — 65
Francisco (António) — Mozelos, Feira — 5
Francisco (Bernardo) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27; Vila Nova de Monsarros, Anadia — 71
Francisco (José) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Francisco (Pedro) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 33,

Gaspar (António) — Segadães, Águeda — 65
Gomes (André) — Mosteiró, Feira — 9
Gomes (Bartolomeu) — Mosteiró, Feira — 9
Gomes (Bento Nogueira), homem de negócio em Vila Rica de Ouro Preto — Louredo, Feira — 38
Gomes (Catarina) — Arouca — 58
Gomes (Cipriano) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 27; Santiago

biblRIA

de Riba de Ul, Oliv. de Azeméis — 27
Gomes (Damásia) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Gomes (Isabel) — Mosteiró, Feira — 9
Gomes (João) — Arcos, Anadia — 55; Arouca — 58
Gomes (Manuel) — S. João da Madeira — 27
Gomes (Maria) — Aveiro — 36; Carregosa, Oliv. de Azeméis — 38; Escariz, Arouca — 38; Verdemilho, Aveiro — 36
Gomes (Miguel) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Gomes (Teresa) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Gonçalves (Diogo) — Águeda — 14
Gonçalves (Domingos) — Murtosa — 64
Gonçalves (Francisco) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 61
Gonçalves (Isabel) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Gonçalves (Margarida) — Paços de Brandão, Feira — 2
Gonçalves (Maria) — Vilar do Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
Gonçalves (Mateus) — Murtosa — 64
Gonçalves (Natália) — Murtosa — 64
Guimarães (Bento Ferreira), mercador em Aveiro — 22
Guimarães (Bento Francisco Pereira), homem de negócio em Azambuja — 23

Henriques (Antónia) — Segadães, Águeda — 65

Jesus (Brásia Maria de) — Aguada de Baixo, Águeda — 31
João (Bernardo), homem do Meirinho da Inquisição de Coimbra — 65
João (Gabriel) — Avanca, Estarreja — 68
João (Inácio) — Aveiro — 22
João (Isabel) — Aveiro — 35; Mozelos, Feira — 2; Oleiros, Feira — 2; Oliv. do Bairro — 35
João (Madalena) — Avanca, Estarreja — 68
João (Manuel) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 55
João (Manuel), "o Manco" — Ventosa do Bairro, Mealhada — 4
João (Maria) — Aveiro — 41; Avelãs de Caminho, Anadia — 11
Jorge (Antónia) — Aveiro — 64
Jorge (Diogo) — Aguada de Baixo, Águeda — 31
Jorge (Francisco) — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Jorge (Isabel) — Lamas, Feira — 5; Mozelos, Feira — 5
Jorge (Manuel) — Aguada de Cima, Águeda — 44
Jorge (Margarida) — Verdemilho, Aveiro — 35
Jorge (Nicolau) — Casaldelo, S. João da Madeira — 63
Josefa (Maria) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27

Laboura (Bernardo Luís da Silva Fragoso) — Avanca, Estarreja — 68
Laboura (Domingos Dias) — Avanca, Estarreja — 68
Laboura (João Dias) — Avanca, Estarreja — 68
Leitão (Tomé Ribeiro) — Aveiro — 49
Leite (Bento José Gomes), negociante — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Leite (Briolanja) — Castelãos, Vale de Cambra — [illegible]
Leite (Manuel Gomes) — Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27; S. João da Madeira — 27
Lemos (Bernardo de Carvalho de), Senhor das Vilas de Trofa e Alfarela, Fidalgo da Casa Real — Trofa, Águeda — 53
Lemos (Dr. Bernardo de Castro), Fidalgo da Casa Real, Opositor às cadeiras de Cánones da Univ. de Coimbra — 53
Lemos (Xavier Francisco de Sousa e), Familiar do S.to Ofício — Trofa, Águeda — 53
Lopes (António), carpinteiro — Aveiro — 10; Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 10
Lopes (Bartolomeu), mercador em Coimbra — 11
Lopes (P.e Bartolomeu), sacerdote de missa — Aveiro — 10
Luís (Maria) — Salreu, Estarreja — 60

Machado (P.e Belchior), Abade de S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga — 16
Machado (P.e Bento), B.el formado em Cánones e Abade colado de

bibRIA

S. Martinho de Pessegueiro, Sever do Vouga — 34
Manuel (Águeda) — Louredo, Feira — 8
Manuel (Francisco) — Segadães, Águeda — 65
Manuel (Gonçalo) — Louredo, Feira — 8; Sandim, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 8
Manuel (João) — Vilar do Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 6
Maria (Ana) — Arcos (S. Paio), Anadia — 25; Cucujães, Oliv. de Azeméis — 27
Maria (Teresa) — Salreu, Estarreja — 46
Maris (Isabel de) — Verdemilho, Aveiro — 35
Maris (Miguel Pinheiro de) — Avelãs de Cima, Anadia — 36
Martins (Lic.º Frutuoso) — Sever do Vouga — 57
Martins (Isabel) — Sever do Vouga — 57
Mascarenhas (F.º Bernardo Malafaia), B.el em Teologia e Prior de S.ta Brízida de Mamelar, Beja — 69
Mascarenhas (Diogo Malafaia) — Várzea, Arouca — 69
Mascarenhas (Domingos Malafaia), Capitão-mor de Arouca — 69
Mascarenhas (D. Teresa Feliciana da Silveira) — Aveiro — 36
Matos (D. Joana Jacinta de) — Ovar — 28; Urrô, Arouca — 28
Matos (D. Maria de) — Ovar — 28
Melo (Ayres de Sá e) — Anadia — 43
Melo (Bento Luís Correia de), Fidalgo da Casa Real, Cav. da Ordem de Cristo — 33
Melo (D. Isabel de) — Anadia — 43
Meneses (Manuel de Magalhães e), Bustelo, Feira — 67
Meneses (D. Maria Eusébia de Magalhães e), Bustelo, Feira — 67; Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e) — Trofa, Águeda — 53
Miguéis (António) — Salreu, Estarreja — 64
Miguéis (Isabel) — Aveiro — 35
Miguéis (Maria) — Salreu, Estarreja — 64
Miranda (Maria Ribeiro de) — Aveiro — 59
Miranda (Martinho José Pinto da Silva) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Montenegro (Bernardo José Pinto de Miranda Vasconcelos), Fidalgo da Casa Real — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Morais (Brízida de) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 4
Morais (Clara de) — Ventosa do Bairro, Mealhada — 4
Morena (Maria dos Santos) — Aveiro — 22
Morgada (Domingas Fernandes) — Salreu, Estarreja — 60
Mota (Antónia da) — Louredo, Feira — 8
Mota (Pedro da) — Canedo, Feira — 8

Neves (Ana das) — Arcos (S. Paio), Anadia, — 55
Neves (Giralda das) — Aveiro — 13
Neves (Maria das) — Aveiro — 13
Neves (Sebastiana das) — Aveiro — 37
Nogueira (António) — Louredo, Feira — 38
Nogueira (Bento), mercador em Aveiro — 37
Nogueira (P.e Domingos) — Fermelã, Estarreja — 60
Nogueira (Domingos) — Nogueira da Regedoura, Feira — 6
Nogueira (Jerónimo) — Louredo, Feira — 38
Nogueira (Maria) — Salreu, Estarreja — 60
Noronha (Bernardo Correia de) — 54
Noronha (D. Joana Luísa de Meneses e) — Trofa, Águeda — 53

Oliveira (Bartolomeu de), mercador — Aveiro — 13
Oliveira (Bento José de), Capitão na Com.ª da Baía — 29
Oliveira (Isabel de) — Ovar — 48
Oliveira (João de) — Aguada de Cima, Águeda — 80
Oliveira (Manuel de) — Aveiro — 13
Oliveira (Simão Luís de) — Avelãs do Caminho, Anadia — 11

Pacheco (Brás de Almeida Pereira), morador no Porto — 79
Paiva (Isabel de Miranda de) — Aveiro — 59
Paiva (Maria de Resende e) — Esgueira, Aveiro — 36

biblRIA

Paula (Brás Teixeira), Intendente do Correio-mor de Coimbra — 82
Pereira (Ana Pinto) — Ovar — 70
Pereira (António de Almeida) — S. Miguel do Souto, Feira — 79
Pereira (Bernardo de Lima) — 66
Pereira (Bernardo Pinto) — Ovar — 70
Pereira (João) — Ovar — 48; Paços de Brandão, Feira — 5
Pereira (Manuel) — Mozelos, Feira — 5; Ovar — 48; Paços de Brandão, Feira — 5
Pereira (Rodrigo de Almeida) — Ovar — 79
Pimenta (Bernardo da Costa), B.el em Leis pela Univ. de Coimbra — 56
Pimentel (Bento Correia), escrivão da Câmara Arcebispal de Braga e Sargento-mor da mesma cidade — 21
Pinheira (Antónia) — Valongo, Águeda — 81
Pinheira (Madalena) — Aguada de Baixo, Águeda — 31
Pinheira (Maria) — Travassô, Águeda — 81
Pinheiro (Bento de Maris), escrivão da Câmara de Ílhavo, Aveiro — 35
Pinheiro (Bento de Maris), homem nobre e abastado — Aveiro — 36
Pinheiro (João) — Valongo, Águeda — 81
Pinheiro (P.e José) — Valongo, Águeda — 81
Pinheiro (Luís) — Verdemilho, Aveiro — 35
Pinheiro (Manuel), Familiar de S.to Ofício — Águeda — 81
Pinheiro (Miguel de Maris) — Aveiro — 36; Avelãs de Cima, Anadia — 36
Pinho (António Francisco de) — Vale, Feira — 29
Pinho (Francisco Tavares de), Familiar do S.to Ofício — Rossas, Arouca — 69
Pinho (Guomar de) — Águeda — 14
Pinho (Isabel de) — Águeda — 14; termo de Arouca — 58
Pinho (Isabel Dias de) — Salreu, Estarreja — 66
Pinho (Jerónima de) — Oliv. de Azeméis — 76
Pinho (Maria Francisca de) — Fajões, Oliv. de Azeméis — 29; Vale, Feira — 29
Pinho (Teresa Gomes de) — Escariz, Arouca — 38; Louredo, Feira — 38
Pinta (Antónia) — Canedo, Feira — 76
Pinto (Domingos) — Oliv. de Azeméis — 76
Pires (Isabel) — Pinheiro da Bemposta, Oliv. de Azeméis — 10
Pires (Pedro) — Salreu, Estarreja — 64
Preto (P.e Manuel Teixeira), Sacristão-mor da Insigne e Real Colegiada de N.a Sr.a da Oliveira de Guimarães — Salreu, Estarreja — 82

Rangel (Bernardino Ferreira), proprietário — Aguada de Cima, Águeda — 44
Rebela (Cristina Teixeira) — Pinheiro da Bem-posta, Oliv. de Azemeis — 51; Valongo, Águeda — 51
Rebela (Maria) — Sever do Vouga — 57
Rebelo (Domingos Teixeira) — Valongo, Águeda — 51
Rebelo (João Teixeira), Familiar de S.to Ofício — Valongo, Águeda — 51
Reis (Bento José dos), homem de negócio no Porto — Sardoura, Castelo de Paiva — 30
Ribeiro (António) — Aveiro — 15
Rocha (Brás Pinheiro da), proprietário, homem nobre — Valongo, Águeda — 81
Rocha (Manuel António da) — Travassô, Águeda — 81
Rocha (Manuel Pinheiro da) — Travassô, Águeda — 81; Valongo, Águeda — 81
Rocha (Maria) — Bustelo, Feira — 67
Rodrigues (André) — Mosteiró, Feira — 9
Rodrigues (Antónia) — Mogofores, Anadia — 33
Rodrigues (António) — Segadães, Águeda — 65
Rodrigues (Bartolomeu) — Segadães, Águeda — 65
Rodrigues (Bernardo) — 73
Rodrigues (Bernardo), morador em Lisboa — 72
Rodrigues (Francisca) — Mogofores, Anadia — 33
Rodrigues (Isabel) — Mogofores, Anadia — 25

biblA

Rodrigues (João) — Aveiro — 13; Tropeço, Arouca — 73
Rodrigues (Maria) — Aveiro — 13; Esmoriz, Ovar — 13
Rodrigues (Simão) — Mozelos, Feira — 2
Rosário (Baltasar Pereira do) — Paços de Brandão, Feira — 2
Rosário (Máxima Maria do) — Aveiro — 22

Sá (Ana de) — Fornos, Castelo de Paiva — 42; Real, Castelo de Paiva — 42
Sá (António de) — Sardoura (S. Martinho), Castelo de Paiva — 42
Sá (D. Violante Engrácia de) — Anadia — 43
Sampaio (Bento António), B.el formado em Leis — 19
Santos (Bento José dos), mestre ferrador em Lisboa — 31
Santos (Bernardo Francisco dos), escrivão proprietário da Correição e Chancelaria de Coimbra e suas Comarcas — 61
Santos (Dionísio dos) — Aveiro — 22
Santos (João Dias dos) — Aveiro — 22
S. José (Bernardo Correia de), cereeiro — Arcos (S. Paio), Anadia — 55
S. José (P.e Frei Boaventura de), no século Brás Soares, franciscano do Conv. da Cidade da Baía, Mestre de Teologia — 78
S. José (P.e Brás Ferreira de), B.el em Cânones pela Univ. de Coimbra — Aguada de Cima, Águeda — 80
S. Tomás (Frei João de), Padre-Mestre Definidor da Prov. de S.to António de Portugal e Qualificador do S.to Ofício — Ovar — 70
Silva (André da) — Ovar — 70
Silva (Baltasar da), ourives de ouro no Porto — 3
Silva (Bartolomeu Álvares da) — Louredo, Feira — 8
Silva (Bento José Dias da) — Vilar do Paraíso, Feira (actualmente de V. N. de Gaia) — 26
Silva (Bernardo Gonçalves da), homem de negócio na Baía e antigo capitão de sumacas — 64
Silva (P.e Bernardo de Torres da), Prior de Igreja de S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha — 75
Silva (P.e Bibiano Pinto da), Notário Apostólico — Oliv. de Azeméis — 76
Silva (Catarina da) — Eixo, Aveiro — 18
Silva (Clara Ribeiro da) — Aveiro — 49
Silva (Doutor Domingos Dias da), Juiz de Fora dos Órfãos do Porto, Familiar do S.to Ofício — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 26
Silva (D. Esperança da) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 26
Silva (Francisco Carneiro da), Capitão — Aradas, Aveiro — 12
Silva (Frutuoso Tavares da), Prior de Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 81
Silva (Isabel da) — Eixo, Aveiro — 18
Silva (João Dias da) — Avanca, Estarreja — 66
Silva (José da Fonseca e) — Moita, Anadia — 25
Silva (Manuel Tomás da) — Ovar — 70
Silva (Sebastião da) — Eixo, Aveiro — 18
Silva (Vicência da) — Avanca, Estarreja — 68
Silveira (D. Maria Jerónima da) — Aveiro — 49
Simões (Domingos) — Aguada de Cima, Águeda — 44; Belazaima, Águeda — 44
Simões (Helena) — Aguada de Baixo, Águeda — 31
Soares (Ana) — Aveiro — 15; Burgo, Arouca — 58
Soares (Brás), em religião **P.e Frei Boaventura de S. José**, franciscano do Conv. da cidade da Baía, Mestre de Teologia — 78
Sotomaior (Barnabé Topete) — Comendador da vila de Aveiro na Ordem de S. Bento de Avis — 7
Sotomaior (D. Luísa Angélica Teles e Meneses) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Sotomaior (D. Maria Isabel Pereira de Castro Meneses) — Sobrado, Castelo de Paiva — 67
Sousa (Andresa de) — Aveiro — 22
Sousa (Bento de), serralheiro em Coimbra — 41
Sousa (P.e Bento de), Abade da Paróquia de S. João Baptista de Miomães, Aregos-Real, Castelo de Paiva — 42
Sousa (Francisco de), serralheiro Aveiro — 41

bibRIA

Sousa (Manuel de) — Aveiro — 41; Real, Castelo de Paiva — 42

Tavares (António) — Urrô, Arouca — 28

Tavares (Baltasar do Amaral), Mestre em Artes, B.el em Cánones — 1

Tavares (Belchior), Capitão — Travassô, Águeda — 81

Tavares (Catarina), — Travassô, Águeda — 81

Tavares (Duarte) — Castelãos, Vale de Cambra — 1

Tavares (Manuel da Rocha) — Feira — 28; Ovar — 28

Tavares (Maria Teixeira) — Arouca — 69

Tavares (Sebastião) — Vale de Cambra — 54

Teixeira (Maria Vieira) — Rossas, Arouca — 69

Tenreiro (João) — Eixo, Aveiro — 18

Teresa (Custódia) — S. João da Madeira — 27

Teresa (Mariana) — Aveiro — 32

Tomé (Pedro) — Aguada de Baixo, Águeda — 31

Torres (Bernardo de Almeida), Doutor graduado na Fac. de Medicina de Coimbra e Opositor às Cadeiras da mesma — 45

Torres (Manuel) — Vila Chã de Cambra, Vale de Cambra — 45

Toscana (D. Antónia) — Vacariça, Mealhada — 74

Toscano (Bento) — Vacariça, Mealhada — 74

Travaços (D. Joana) — Aveiro — 36; Verdemilho, Aveiro — 36

Urbano (P.e Bartolomeu) — Aveiro — 14

Urbano (Bartolomeu Francisco) — Aveiro — 14

Urbano (Francisco Enes) — Aveiro — 14

Valente (Manuel de Pinho) — Fermelã, Estarreja — 59; Salreu, Estarreja — 59

Vasconcelos (D. Angélica Maria de) — Fermelã, Estarreja — 59

Vasconcelos (António de Arzila de) — Lamas do Vouga, Águeda — 25

Vasconcelos (Belchior Correia de), escrivão em Aveiro — 15

Vasconcelos (D. Bernarda Joaquina de) — Moita, Anadia — 25

Vasconcelos (Bernardo Ferreira de), B.el pela Univ. de Coimbra, Juiz de Fora em Pombal — Aveiro — 59

Vasconcelos (D. Josefa Maria de) — Fermelã, Estarreja — 59; Oliveira do Bairro — 59

Vasconcelos (D. Luísa Maria Vicência de) — Moita, Anadia — 25

Vasconcelos (Manuel Arrais de) — Aveiro — 59; Oliveira do Bairro — 59

Vasconcelos (Lic.o Manuel Mendes de Barbuda e) — Verdemilho, Aveiro — 36

Vasconcelos (Maria Ferreira de) — Oliv. do Bairro — 59

Vasconcelos (D. Merciana de) — Verdemilho, Aveiro — 36

Vasconcelos (Paulo Ferreira de) — Oliv. do Bairro — 59

Vieira (Isabel) — Eixo, Aveiro — 18

Vilaça (Bento José), negociante no Porto — 32

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

Aguada de Baixo — Antónia (Maria) — 80; Dias (Marco) — 80; Fernandes (Maria) — 31; Ferreira (Francisca) — 80; Ferreira (João), alfaiate — 31; Jesus (Brásia Maria de) — 31; Jorge (Diogo) — 31; Pinheiro (Madalena) — 31; Simões (Helena) — 31; Tomé (Pedro) — 31.

Aguada de Cima — André (Catarina) — 44; André (Maria) — 24 e 44; **Carneiro (Dr. Bernardo António dos Santos),** Colegial do Col. de S. Pedro, Lente de Teologia na Un. de Coimbra e Prior da Igreja de — 47; Ferreira (Francisca) — 80; Ferreira (João de Oliveira), Capitão — 80; Ferreira (Manuel) — 44; Ferreira (Maria) — 44; Jorge (Manuel) — 44; Oliveira (João de) — 80; **Rangel (Bernardino Ferreira),** proprietário — 44; **S. José (P.e Brás Ferreira de),** B.el em Cánones pela Un. de Coimbra — 80; Simões (Domingos) — 44,

bibRIA

Agueda — Carvalho (D. Mónica de) — 25; Gonçalves (Dogo) — 14; Pinheiro (Manuel), Familiar de S.to Ofício — 81; Pinho (Guiomar de) — 14; Pinho (Isabel de) — 14.
Barrô — André (Luís) — 11; Antónia (Maria) — 80.
Belazaima — Simões (Domingos) — 44.
Lamas do Vouga — Vasconcelos (António de Arzila de) — 25.
Segadães — Francisca (Maria) — 65; Gaspar (António) — 65; Henriques (Antónia) — 65; Manuel (Francisco) — 65; Rodrigues (António) — 65; Rodrigues (Bartolomeu) — 65.
Travassô — Francisca (Catarina) — 81; Pinheira (Maria) — 81; Rocha (Manuel António da) — 81; Rocha (Manuel Pinheiro da) — 81; Tavares (Belchior), Capitão — 81; Tavares (Catarina) — 81.
Trofa — Lemos (Bernardo de Carvalho de), Senhor das vilas de___ e Alfarelos, Fidalgo da Casa Real — 53; Lemos (Xavier Francisco de Sousa e), Familiar do S.to Ofício — 53; Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e) — 53; Noronha (D. Joana Luísa de Meneses e) — 53.
Valongo — Almeida (Maria de) — 81; Coelho (Agostinho), Familiar do S.to Ofício — 81; Conceição (Maria da) — 51; Pinheira (Antónia) — 81; Pinheiro (João) — 81; Pinheiro (P.e José) — 81; Rebela (Cristina Teixeira) — 51; Rebelo (Domingos Teixeira) — 51; Rebelo (João Teixeira), Familiar do S.to Ofício — 51; **Rocha (Brás Pinheiro da)**, proprietário e homem nobre — 81; Rocha (Manuel Pinheiro da) — 81.

ALBERGARIA-A-VELHA

Alquerubim — Silva (Frutuoso Tavares da), Prior de___ — 8.
Branca — **Silva (P.e Bernardo de Torres da)**, Prior da Igreja de S. Vicente da___ — 76.
Frossos — Brandoa (Conceição) — 59.

ANADIA

Anadia — Andrade (Ana de) — 71; Melo (Ayres de Sá e) — 43; Melo (D. Isabel de) — 43; Sá (D. Violante Engrácia de) — 43.
Arcos (S. Paio) — **Almeida (Lic.o P.e Bento de)**, Prior da Igreja de___ — 17; **Almeida (Bento José de)**, Doutor em Leis e Opositor da Univ. de Coimbra — 25; Almeida (Lic.o José Gomes de) — 25; Ferreira (Domingos), marchante — 55; Ferreira (Maria) — 55; Gomes (João) — 55; Maria (Ana) — 25; Neves (Ana das) — 55; **S. José (Bernardo Correia de)**, cereeiro — 55.
Avelãs de Caminho — André (Luís) — 11; João (Maria) — 11; Oliveira (Simão Luís de) — 11.
Avelãs de Cima — Bela (Maria) — 36; Maris (Miguel Pinheiro de) — 36; Pinheiro (Miguel de Maris) — 36.
Mogofores — Barreto (D. Vicência Maria de Oliveira) — 33; Fragoso (Domingos João) — 25; Rodrigues (Antónia) — 33; Rodrigues Francisca) — 33; Rodrigues (Isabel) — 25.
Moita — Silva (José da Fonseca e) — 25; Vasconcelos (D. Bernarda Joaquina de) — 25; Vasconcelos (D. Luísa Maria Vicência de) — 25.
Sangalhos — Ferreira (Maria) — 44.
S. Lourenço do Bairro — Ferreira (Domingos), marchante — 55; Francisca (Ana) — 61; Francisca (Catarina) — 55; Francisco (Pedro) — 33; Gonçalves (Francisco) — 61; João (Manuel) — 55.
Vila Nova de Monsarros — **Andrade (P.e Bernardo Pessoa de)** — 71; Andrade (Mariana de) — 71; Campos (Cosme dias de), Capitão — 71; Dias (Isabel) — 71; Francisco (Bernardo) — 71; Silva (Doutor Domingos Dias da), Juiz de Fora dos Orfãos do Porto, Familiar do S.to Ofício — 26; Silva (D. Esperança da) — 26.

AROUCA

Arouca — Anjos (Bernarda dos) — 58; **Costa (B.el Bernardo Ferreira da)**, Protonotário Apostólico de S. Santidade e Abade de S. Pedro de Ester — 58; Fernandes (João) — 58; Ferreira (Lucas) — 58; Ferreira (Manuel Gomes) — 58; Ferreira (Maria) — 58; Gomes (Catarina) — 58; Gomes (João) — 58; Mascarenhas (Domingos Malafaia), Capitão-mor

BIBRIA

de___ — 69; Tavares (Maria Teixeira) — 69.

Arouca (termo de) — Conceição (Luísa) — 58; Fernandes (João), carpinteiro — 58; Pinho (Isabel) de) — 58.

Burgo — Soares (Ana) — 58.

Escariz — Fernandes (Pedro) — 38; Gomes (Maria) — 38; Pinho (Teresa Gomes de) — 38.

Rossas — Pinho (Francisco Tavares de), Familiar do S.to Ofício — 69; Teixeira (Maria Vieira) — 69.

Tropeço — Rodrigues (João) — 73.

Urrô — Barredo (D. Mécia de) — 28; **Cabral (Bento José Leite)** — 28; Cabral (Diogo Leite) — 28; Matos (D. Joana Jacinta de) — 28; Tavares (António) — 28.

Várzea — Mascarenhas (Diogo Malafaia) — 69.

AVEIRO

Aradas — França (D. Isabel da) — 12; Silva (Francisco Carneiro da), Capitão — 12.

Aveiro — Abreu (Comba Teresa de) — 32; Abreu (José Antunes de) — 32; Afonso (Maria) — 14; Almeida (Maria de) — 36; Alvares (Sebastião) — 35; Andrade (Manuel Ribeiro de) — 15; Andrade (Maria de) — 15; André (Leonor) — 13; André (Maria) — 13; António (Manuel) — 23; Avelar (Pedro de) — 36; Baxela (Tomé Fernandes) — 13; Cabral (António de Miranda) — 59; Carvão (Custódio Gomes) — 59; Clara (Teresa) — 22; Conceição (Bárbara de) — 64; Couto (Isabel do) — 35; Delgado (António) — 18; Dias (Antónia) — 20; Dias (Bastião) — 37; Dias (João) — 10; Dias (Maria) — 10; Eça (Maria Ferreira de) — 36; Fernandes (Antónia) — 37; Fernandes (Domingos) — 64; Ferandes (Maria) — 37; Ferreira (António) — 72; Ferreira (Maria) — 35; Ferreira (Maria de Santiago) — 35; Figueira (Francisco Lopes) — 35; Figueira (João Lopes) — 35; Figueiredo (Brites Godinho de) — 36; Fonseca (Tomásia da) — 36; Francisca (Isabel) — 18; Gomes (Maria) — 36; **Guimarães (Bento Ferreira)**, mercador em___ — 22; João (Inácio) — 22; João (Isabel) — 35; (Maria) — 41; Jorge (Antónia) — 64; Leitão (Tomé Ribeiro) — 49; Lopes (António), carpinteiro — 10; **Lopes (P.e Bartolomeu)**, sacerdotee de missa — 10; Mascarenhas (D. Teresa Feliciana da Silveira) — 36; Miranda (Maria Ribeiro de) — 59; Morena (Maria dos Santos) — 22; Miguéis (Isabel) — 35; Neves (Giralda das) — 13; Neves (Maria das) — 13; Neves (Sebastiana das) — 37; **Nogueira (Bento)**, mercador em___ — 37; **Oliveira (Bartolomeu de)**, mercador — 13; Oliveira (Manuel de) — 13; Paiva (Isabel de Miranda de) — 59; **Pinheiro (Bento de Maris)**, escrivão da Câmara de Ilhavo — 35; **Pinheiro (Bento de Maris)**, homem nobre e abastado — 36; Pinheiro (Miguel de Maris) — 36; Teresa (Mariana) — 32; Ribeiro (António) — 15; Rodrigues (João) — 13; Rodrigues (Maria) — 13; Rosário (Máxima Maria do) — 22; Santos (Dionísio dos) — 22; Santos (João Dias dos) — 22; Silva (Clara Ribeiro da) — 49; Silveira (D. Maria Jerónima da) — 49; Soares (Ana) — 15; **Sotomaior (Barnabé Topete)**, Comendador da vila de___ na Ordem de S. Bento de Avis — 7; Sousa (Andreza dos) — 22; Sousa (Francisco de), serralheiro — 41; Sousa (Manuel de) — 41; Travaços (D. Joana) — 36; **Urbano (P.e Bartolomeu)** — 14; Urbano (Bartolomeu Francisco) — 14; Urbano (Francisco Enes) — 14; **Vasconcelos (Belchior Correia de)**, escrivão em___ — 15; **Vasconcelos (Bernardo Ferreira de)**, B.el pela Univ. de Coimbra, Juiz de Fora em Pombal — 59; Vascconcelos (Manuel Arrais de) — 59.

Eixo — **Cabral (Bento de Almeida)** — 18; Costa (António Nunes da) — 56; Costa (Maria da) — 56; Domingues (Manuel) — 56; Silva (Catarina da) — 18; Silva (Isabel da) — 18; Silva (Sebastião da) — 18; Tenreiro (João) — 18; Vieira (Isabel) — 18.

Esgueira — Almeida (Antónia de) — 25; Dias (Lic.o Inácio) — 25; Dias (Maria) — 37; Fernandes (André) — 37; Fernandes (Mateus) — 37; Figueiredo (Agostinho Coelho de) — 36; Figueiredo

Biblioteca Nacional de Portugal

(Brites Godinha de) — 36; Paiva (Maria de Resende e) — 36.

Verdemilho — Costa (João Travaços da) — 36; Couto (Isabel do) — 35; Crasto (António Fernandes de) — 35; Crasto (Roque de), Capitão — 35; Gomes (Maria) — 36; Jorge (Margarida) — 35; Maris (Isabel de) — 35; Pinheiro (Luís) — 35; Travaços (D. Joana) — 36; Vasconcelos (Lic.º Manuel Mendes de Barbuda e) — 36; Vasconcelos (D. Merciana) — 36.

CASTELO DE PAIVA

Bairros — Carvalho (Feliciana Martins de) — 42.

Fornos — Sá (Ana de) — 42.

Real — Sá (Ana de) — 42; **Sousa (P.e Bento de)**, Abade da Paróquia de S. João Baptista de Miomães, Aregos — 42; Sousa (Manuel de) — 42.

Sardoura — **Araújo (P.e Bento Rangel de)**, Reitor da Igreja de S.ta Maria de — 39; Barbosa (Maria) — 30; Carvalho (Bartolomeu) — 30; Carvalho (Manuel) — 30; Espírito Santo (Catarina do) — 30; Gonçalves (Isabel) — 30; Jorge (Francisco) — 30; **Reis (Bento José dos)**, homem de negócio no Porto — 30; Sá (António de) — 42.

Sobrado — Bulhões (D. Antónia Amatilde Ribeiro Pereira de) — 67; Bulhões (António Ribeiro Soares de) — 67; Bulhões (Caetano Manuel Pereira de) — 67; Carvalho (D. Luísa Maria Coutinho de) — 67; Meneses (D. Maria Euzébia de Magalhães e) — 67; Miranda (Martinho José Pinto da Silva) — 67; **Montenegro (Bernardo José Pinto de Miranda Vasconcelos)**, Fidalgo da Casa Real — 67; Sotomaior (D. Luísa Angélica Teles e Meneses) — 67; Sotomaior (D. Maria Isabel Pereira de Castro Meneses) — 67.

ESTARREJA

Avanca — André (Maria) — 68; Cunha (Ana da) — 66; Dias (António) — 66; Dias (Joana) — 66; Faria (Maria da Cunha de) — 66; João (Gabriel) — 68; João (Madalena) — 68; **Laboura (Bernardo Luís da Silva Fragoso)** — 68; Laboura (Domingos Dias) — 68; Laboura (João Dias) — 68; Silva (João Dias da) — 66; Silva (Vicência da) — 68.

Fermelã — Barreto (Isabel Francisca) — 60; Nogueira (P.e Domingos) — 60; Valente (Manuel de Pinho) — 59; Vasconcelos (D. Angélica Maria de) — 59; Vasconlos (D. Josefa Maria de) — 59.

Salreu — Brandoa (Conceição) — 59; Cunha (Ana da) — 66; Cunha (Manuel da), Capitão — 66; Figueira (Bento) — 60; **Figueira (Bernardo)** — 60; Figueira (P.e Mateus) — 60; Luís (Maria) — 60; Maria (Teresa) — 46; Miguéis (António) — 64; Miguéis (Maria) — 64; Morgada (Domingos Fernandes) — 60; Nogueira (Maria) — 60; Pinho (Isabel Dias de) — 66; Pires (Pedro) — 64; Preto (P.e Manuel Teixeira), Sacristão-mor da Insigne e Real Colegiada de N.a Sr.a da Oliveira de Guimarães — 82; Valente (Manuel de Pinho) — 59.

FEIRA

Bustelo — Meneses (Manuel de Magalhães e) — 67; Meneses (D. Maria Eusébia de Magalhães e) — 67; Rocha (Maria da) — 67.

Canedo — Alves (Gaspar) — 3; Antónia (Isabel) — 3; Antónia (Maria) — 8; António (Francisco) — 76; Mota (Pedro da) — 8; Pinta (Antónia) — 76.

Feira — Barreto (Gaspar Correia), Cavaleiro Professor da Ordem de Cristo — 21; Francisca (Antónia) — 20; Tavares (Manuel da Rocha) — 28.

Lamas — Jorge (Isabel) — 5.

Lobão — Costa (Baltasar da) — 62.

Louredo — Alvo (Manuel) — 8; Francisca (Isabel) — 38; **Gomes (Bento Nogueira)**, homem de negócio em Vila Rica do Ouro Preto — 38; Manuel (Águeda) — 8; Manuel (Gonçalo) — 8; Mota (Antónia da) — 8; Nogueira (António) — 38; Nogueira (Jerónimo) — 38; Pinho (Teresa Gomes de) — 38; **Silva (Bartolomeu Alvares da)** — 8.

Lourosa — Coelho (António) — 20.

Milheirós de Poiares — Fernandes (Lucrécia) — 9.

Mosteiró — Antónia (Maria) — 9; Fernandes (Maria) — 9; Gomes (André) — 9; **Gomes (Bartolo-**

BIBRIA

meu) — 9; Gomes (Isabel) — 9; Rodrigues (André) — 9.

Mozelos — Coelho (Isabel) — 2; **Costa (Baptista Pereira da)**, homem de negócio no Rio das Mortes, Minas Gerais — 5; Fernandes (Maria) — 2; Francisca (Cecília) — 5; Francisco (António) — 5; João (Isabel) — 2; Jorge (Isabel) — 5; Pereira (Manuel) — 5; Rodrigues (Simão) — 2.

Nogueira da Regedoura — Barros (Madalena de) — 6; Barros (Maria de) — 6; Coelho (Maria) — 2; Nogueira (Domingos) — 6.

Oleiros — João (Isabel) — 2.

Paços de Brandão — Antónia (Maria) — 5; Fernandes (Isabel) — 2; Fernandes (Manuel) — 2; Gonçalves (Margarida) — 2; Pereira (João) — 5; Pereira (Manuel) — 5; **Rosário (Baltasar Pereira)** — 2.

Sandim (actualmente de V. N. de Gaia) — Manuel (Gonçalo) — 8.

S. Félix da Marinha (actualmente de V. N. de Gaia) — Carneiro (Manuel Francisco) — 30; Domingues (Manuel) — 30; Francisca (Isabel) — 30.

S. João de Ver — Coelho (Maria) — 2; Fernandes (Catarina) — 29; Fernandes (Domingos) — 2; Fernandes (Manuel) — 2; Fernandes (Maria) — 2.

S. Miguel do Souto — Costa (Maria Moreira da) — 79.

Souto — Fernandes (André) — 13; Fernandes (Isabel) — 13; Pereira (António de Almeida) — 79.

Vale — André (Manuel) — 29; Pinho (António Francisco de) — 29; Pinho (Maria Francisca de) — 29.

Vilar do Paraíso (actualmente de V. N. de Gaia) — Barros (Barnabé Nogueira de), homem de negócio na Baía — 6; Barros (Madalena de) — 6; Crasto (Pantaleão de) — 6; Gonçalves (Maria) — 6; Manuel (João) — 6; **Silva (Bento José Dias da)** — 26.

ÍLHAVO

Ílhavo — **Pinheiro (Bento de Maris)**, escrivão da Câmara de — 35.

MEALHADA

Luso — Fernandes (Maria) — 41; Fernandes (Simão), carpinteiro — 41.

Vacariça — Botelho (Jacinto Gomes) — 74; Botelho (Dr. João), Familiar do S.to Ofício — 26; Cardoso (Baltasar) — 74; Costa (Susana Manuel da) — 74; Fernandes (Maria) — 41; Ferreira (João) — 52; **Figueiredo (Bernardo Toscano de)** — 74; Figueiredo (D. Joana de) — 74; Toscana (D. Antónia) — 74; Toscano (Bento) — 74.

Ventosa do Bairro — João (Manuel), «o Mano» — 4; Morais (Brízida de) — 4; Morais (Clara de) — 4.

MURTOSA

Murtosa — Gonçalves (Domingos) — 64; Gonçalves (Mateus) — 64; Gonçalves (Natália) — 64.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Carregosa — Gomes (Maria) — 38.

César — Alves (António) — 9; Fernandes (Lucrécia) — 9; Fernandes (Maria) — 9.

Cucujães — Ferreira (Maria) — 27; Francisco (Bernardo) — 27; Francisco (José) — 27; Gomes (Cipriano) — 27; Gomes (Damásia) — 27; Gomes (Miguel) — 27; Gomes (Teresa) — 27; Josefa (Maria) — 27; **Leite (Bento José Gomes)**, negociante — 27; Leite (Manuel Gomes) — 27; Maria (Ana) — 27.

Fajões — Brandão (Domingos Gomes) — 70; Pinho (Maria Francisca de) — 27.

Oliveira de Azeméis — Dias (Francisco) — 76; Pinho (Jerónima de) — 76; Pinto (Domingos) — 76; **Silva (P.e Bibiano Pinto da)**, Notário Apostólico — 76.

Pinheiro da Bemposta — Álvares (Lopo) — 10; Cunha (António Cardoso da), Capitão, Familiar do S.to Ofício — 51; **Cunha (Bernardo Cardoso da)**, Juiz de Fora de Arronches — 51; **Cunha (Manuel Cardoso da)** — 51; Faria (Manuel da Cunha de) — 51; Figueiroa (Isabel Cardosa de) — 51; Lopes (António), carpinteiro — 10; Rebela (Cristina Teixeira) — 51.

Santiago de Riba de Ul — Gomes (Cipriano) — 27.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Oliveira do Bairro — Cabral (Antó-

LIBRIA

nio de Miranda) — 59; Ferreira (Antónia) — 59; João (Isabel) — 35; Vasconcelos (D. Josefa Maria de) — 59; Vasconcelos (Manuel Arrais de) — 59; Vasconcelos (Maria Ferreira de) — 59; Vasconcelos (Paulo Ferreira de) — 59.

OVAR

Cortegaça — Fernandes (António) — 40.

Esmoriz — Caravela (Manuel Gonçalves) — 13; Rodrigues (Maria) — 13.

Ovar — Aguiar (André Francisco de) — 77; Aguiar (João Carvalho de) — 77; Alpoens (Isabel Fernandes de) — 77; **Brandão (Frei Bernardo de N.ª Sr.ª)**, da Sagrada Ordem dos Prègadores e Lente de Véspera de Teologia no Real Colégio de S. Tomás de Coimbra — 70; Brandão (Domingos Gomes) — 70; Carvalha (Isabel) — 77; **Carvalho (P.e Boaventura de Aguiar e)**, Prior da Colegiada de S. Silvestre da Lousã — 77; Fernandes (Isabel) — 77; Fernandes (Manuel) — 77; Ferreira (Francisco Alvares) Sargento-mor da vila de — 19; Francisca (Maria) — 70; Matos (D. Joana Jacinta de) — 28; Matos (D. Maria de) — 28; Oliveira (Isabel de) — 48; Pereira (Ana Pinto) — 70; Pereira (Bernardo Pinto) — 70; Pereira (João) — 48; Pereira (Manuel) — 48; Pereira (Rodrigo de Almeida) — 79; S. Tomás (Frei João de), P.e Mestre Definidor da Prov. de S.to António de Portugal e Qualificador do S.to Ofício — 70; Silva (André da) — 70; Silva (Manuel Tomás da) — 70; Tavares (Manuel da Rocha) — 28.

S. JOÃO DA MADEIRA

Casaldelo — Jorge (Nicolau) — 63.

S. João da Madeira — Leite (Manuel Gomes) — 27; Teresa (Custódia) — 27.

SEVER DO VOUGA

Pessegueiro — **Machado (P.e Belchior)**, Abade de — 16; Machado (P.e Bento), B.el formado em Cánones e Abade colado de S. Martinho de — 34.

Sever do Vouga — André (Isabel) — 57; **Cardoso (Bernardo Coutinho)**, B.el em Cánones — 57; Cardoso (Bernardo Coutinho) — 57; Martins (Lic.o Frutuoso) — 57; Martins (Isabel) — 57; Rebela (Maria) — 57.

VALE DE CAMBRA

Castelões — Amaral (Roque Tavares do) — 1; Leite (Briolanja) — 1; Tavares (Duarte) — 1.

Macieira de Cambra — Albergaria (João Soares Jorge de) — 78; **Borges (P.e Bernardo de Campos)**, Prior Colado da Igreja de S. Tiago de Codel — 50.

Vale de Cambra — Tavares (Sebastião) — 54.

Vila Chã — Almeida (Manuel de) — 45; Almeida (Maria de), «a Muscosa» — 45; Torres (Manuel) — 45.

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA
2.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

BIBRA

UM PARECER DE RAMALHO ORTIGÃO ACERCA DA ABERTURA DA PRAÇA DO MARQUÊS DE POMBAL, EM AVEIRO

JÁ publicámos aqui alguns documentos para a história da actual Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro.

O projecto da construção desta Praça deu origem a uma grave questão em 1905, em virtude de ser destruída uma parte do extinto convento das Carmelitas. Os oposicionistas ao corte do edifício recorreram então ao grande escritor e crítico de arte Ramalho Ortigão para lhes dar o seu parecer sobre a obra projectada.

Este deu-lhes o seu parecer, com data de 3 de Maio de 1905, favorável à manutenção integral do edifício, mas não obteve êxito.

Ramalho Ortigão fez anteceder o seu parecer de notáveis considerações em defesa dos antigos monumentos e relíquias históricas. Estas considerações formam um trabalho que seria leviandade deixar perder, não só pelo próprio valor, mas ainda porque foram escritas no intuito de defender um monumento de Aveiro.

Aqui vamos arquivar o trabalho total, transcrevendo-o de uma folha solta em que foi publicado em 1905.

PARECER ACERCA DA PROJECTADA DESTRUIÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS DE AVEIRO

O ponto de arte pública sobre que fui incumbido de redigir o presente parecer, pode resumidamente formular-se nos seguintes termos:

Convém ou não convém à estética de uma cidade e ao

seu enriquecimento artístico e material, pois que toda a obra de arte é um valor económico, sacrificar ao alargamento de uma rua ou à abertura de uma avenida, alguns dos seus palácios históricos, dos seus velhos castelos ou dos seus antigos conventos?

Posta em princípio esta pergunta genérica, uma corporação a que se acha confiada a guarda e a protecção dos monumentos nacionais, não pode evidentemente, uma vez que se trate de substituir o relevo de uma arquitectura pelo vazio de um chão, deixar de responder pela mais formal denegação.

Nos grandes centros de população um progressivo incremento, a necessidade imperiosa de imolar às exigências da higiene e da urbanização um, ou mais de um antigo edifício de alguma importância histórica ou artística, é simplesmente um desastre, sempre lamentável, ainda que todavia sempre limitado e restringido, pelo valor do monumento ameaçado.

É claro que nenhuma argumentação de conveniência higiénica ou de utilidade urbana determinaria jamais que, sob qualquer pretexto, se fizesse desaparecer Notre-Dame ou a Sainte Chapelle em Paris, Westminster em Londres, o palácio da Justiça em Bruxelas, ou o Vaticano em Roma. Demonstração consoladora de que, independentemente de qualquer intervenção da arqueologia, da crítica, ou da lei, perante a simples consciência pública dos países civilizados, os altos interesses da arte predominam absolutamente sobre todos os demais interesses da civilização.

Para todo o homem bom, ainda que inculto, o desaparecimento de um monumento que ele conheceu de pequeno, e de pequeno inconscientemente, irracionalmente se habituou a amar, é como que uma amputação dolorida e saudosa do seu próprio ser.

Parece que um misterioso instinto de conservação e de aperfeiçoamento moral da espécie sugere a cada homem que — como se lê na Sagrada Escritura — as obras realizadas pelos antepassados são o engrandecimento da nossa glória e a perpetuação do nosso nome.

Nas cidades provinciais onde não existem, como nos grandes centros, as necessidades de expansão em novos bairros, a demolição de um monumento já não é sòmente um desastre, é também um erro. A missão das pequenas cidades difere inteiramente, perante as leis do equilíbrio social e do equilíbrio económico, da missão das grandes capitais. Estas são focos de atracção, tendo por função reunir na sede dos poderes deliberativos todo o numeroso e variado pessoal que pelo seu conjunto de energias determina a participação de cada povo no colectivo movimento internacional a que se chama progresso.

A vida das capitais, pelo seu intuito de comunicabilidade, de perpetução, e de concorrência, tende a cosmopolitizar a multidão, a observar, a desgastar, desnacionalizar o indivíduo. São as províncias que, por sua contribuição de sangue, sucessivamente inoculam na população das capitais a fecunda seiva étnica, que nelas sucessivamente se abastarda e se dessora, as vilas e as pequenas cidades provinciais são os preciosos repositórios de todas as vivas forças da raça. Elas são em Portugal as reclusas guardadoras da casa portuguesa, da integridade do seu lar, do respeito dos seus penates, da interpretação autêntica dos seus arcanos. Representar o passado é a sua missão, o seu destino, a sua força, o seu proveito e o seu encanto.

É nas cidades da província que a tradição vive, e é por elas que a tradição se perpetua nos usos e nos costumes regionais, na graciosa e íntima sinuosidade das suas ruazinhas tortuosas e estreitas, carinhosamente enlaçadas, no desafogo dos seus adros, dos seus rossios e dos seus terreiros, na alegria dos seus campanários, nos seus métodos de edificação e de cultura, na divisão interior dos apartamentos da casa, no sistema das portas e das adufas, no mobiliário, nos utensílios domésticos, nas alfaias agrícolas, nas danças, nas cantigas, nas histórias à lareira, nos anexins correntes, no vocabulário, na sintaxe, na fonética da língua.

Desconhece a etnografia do povo português, o seu carácter nativo, as suas hereditariedades, os seus atavismos, a sua sensibilidade estética, a sua aptidão artística, o seu poder creativo, quem não conhecer os íntimos aspectos da sua vida provincial.

É nos rascantes e sadios contactos do nacionalismo da província que os artistas se desenxovalham, se reslustram e se desinfectam das contaminações da rotina avariada pelos pedantes e pelos charlatães académicos, embebendo-se de originalidade nas fontes da inspiração popular, como triunfante sapateiro de Wagner em concurso com a estafada e exangue condição dos mestres cantores.

É nas romarias, nos arraiais, nas feiras beiroas, minhotas e alentejanas que os mesmos escritores aprendem como se pode de novo falar e escrever, sonora, cantante, colorida, iluminante e rija, a mesma língua que os literatos, esmoendo-se em si mesmos, desfibram, dessoram e agelatinam ao cabo de dois ou três anos de safado giro profissional.

Destas sumárias e vulgares considerações me parece deduzir-se que o primeiro dos deveres administrativos numa cidade provincial deveria ser o de manter e afervorar quanto possível o culto de todas as tradições locais e o carinhoso respeito de todos os seus vestígios. Para este fim, nunca desfigurar os antigos aspectos gerais do passado, manter os

DORIA

primitivos nomes das velhas ruas, facilitar o estudo e a catalogação de todos os monumentos escritos nos cartórios públicos, criar o museu etnográfico e o museu industrial da região, auxiliar a compilação do folclore, criar sociedades orfeónicas para desenvolvimento e cultura da música popular, repôr em voga os antigos jogos tradicionais de dextreza e atletismo, promover exposições e concursos periódicos de indústrias populares e de indústrias caseiras, criar entre os homens mais cultos e mais honrados, associações protectoras da arte local, e, sobretudo, impedir não só que se destrua, mas que se deteriore, que se desacate, que se oblitere, que se deshonre por meio de superfetações absurdas ou de restaurações ineptas qualquer edifício público da sua circunscrição. Sucede, porém, com aflitiva frequência, que os altos poderes distritais e municipais, parece que em Portugal ignoram todas estas coisas, elementares em países de superior importância política ou geográfica, como a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia.

É à conservação dos seus antigos monumentos arquitectónicos, e quando digo *monumentos* não é sòmente a castelos, a palácios ou catedrais que me refiro, mas a simples e modestas casas burguezas do século quatorze e do século quinze — que algumas cidades, como Nuremberg, Rouen, Gand e Anvers, devem o prestigioso encanto que as torna objecto das constantes romagens de todos os *touristes*. O que são Colónia, Chartres, Amiens, Strasburgo, Toledo, Burgos, e Santiago de Compostela, senão os nomes de outros tantos lugares que as suas maravilhosas catedrais tornaram imortalmente célebres?

Em Bruges há um antigo hospital com cinco séculos de idade, onde Memling esteve doente e onde, convalescente, ele pintou para delícia das irmãs benignas que o trataram, o famoso relicário de Santa Ursula. Não é ùnicamente essa incomparável jóia da mais preciosa pintura do século quinze que ainda se conserva no hospital de S. João de Bruges. A botica, com os seus velhos boiões e seus arcaicos almofarizes, é ainda hoje a do tempo de Memling.

Irmãs benignas, com o mesmo hábito azul e branco da fundação da comunidade, continuam servindo a enfermaria e a farmácia. E no silêncio claustral desses modestos muros caiados de branco, o ténue rumor, quase etéreo como um vôo, de uma benigna que perpassa, leve, pálida, diligente e comovida, basta, na cidade de Bruges, cognominada a *Morta*, para deixar para sempre no ouvido de todo o peregrino que uma vez ali esteve, um filtro de inefável e imortal melodia, que lhe gotejou na alma e que a mais estridente orquestra da civilização viva jamais conseguirá deslocar ou dissolver.

DIGITAL

Na administração da província portuguesa, o desdem deshumano pela poesia do passado, o monstruoso desacato da tradição pátria, têm-se recentemente agravado por um estranho delírio contagioso e epidémico. É a mania das grandezas, manifestada na dimensão das vias públicas. É a vessania oposta à ágorafobia. Os alienistas dirão se lhe posso chamar ágoramania. É este achaque impulsivo que estamos vendo arrastar as mais estreitas povoações para o desequilibrado apetite das mais largas ruas.

Deste andaço tem resultado em vários sítios a demolição de preciosos monumentos arquitectónicos, condenados a ceder o seu lugar a hiperbólicas avenidas descomunais, inteiramente inúteis para as necessidades da higiene e da viação pública, sem outro préstimo que não seja fabricar lama ou fabricar poeira, desabrigar o transeunte do rigor de todas as intempéries, destruir insensatamente a ponderação harmónica dos mais graciosos e característicos conjuntos de afável povoamento, e estabelecer, enfim, pretexto para arvorar a uma esquina, numa placa de louça azul e branca, o nome ostentoso de *Avenida*, por via de regra conjugado com o de algum grande personagem exótico, que nunca lá passou, que nunca ninguém daquelas redondezas viu e que apenas mui vagamente é conhecido dos povos pela singular bizarria de superiormente haver mandado aplicar à sua avenida dele, o dinheiro dos outros.

Assim vimos ainda ùltimamente desaparecer o interessante conventozinho do Paraízo, em Évora, e em Beja o sumptuoso paço dos Infantes, e o incomparável convento da Conceição, um dos mais ricos e dos mais aristocráticos de Portugal. À concomitante restauração da igreja da Conceição, interiormente desfeita, refeita, completamente estragada, e hoje em abandono, cabe o privilégio de ser o mais espantoso de quantos desacatos se têm perpetrado, e como tal lhe cabe o lugar de notável curiosidade nos roteiros de arte.

Na casa de Vítor Hugo, em Paris, na casa de Goethe, em Francfort, reuniram-se cuidadosamente todos os objectos que podiam documentar a existência doméstica desses dois escritores. Pôs-se em cada uma dessas casas um guarda à porta, uma bilheteira e um torniquete; e cada uma delas é ao mesmo tempo um curioso objecto de estudo e uma inesgotável fonte de permanentes lucros pecuniários.

O convento da Conceição de Beja, resguardado durante séculos de toda a contaminação exterior, recheado, — no seu mobiliário, no seu cartório, na sua colecção de arte, nas suas celas, uma delas a da *Religiosa Portuguesa*, no seu refeitório, nas suas cozinhas, nas maquinetas dos seus santuários, no seu coro, no seu claustro, na sua cerca, — das memórias

biblRIA

mais íntimas das senhoras da primeira nobreza de Portugal, que em gerações sucessivas o habitaram por espaço de quatrocentos anos, seria o mais inapreciável dos museus históricos, infinitamente mais interessante que o de todas as casas particulares em exposição no mundo.

Sòmente, ao expirar da última monja não ocorreu uma cousa tão simples, como seria entregar esse valiosíssimo documento sociológico à curiosidade do mundo. Não lembrou secularizá-lo pelo simples adicionamento de uma bilheteira.

Pareceu mais sábio, mais económico, mais elucidativo, mais documental, mais civilizador e mais humano deitar ao monturo do bric-à-brac o recheio da comunidade e arrazar o edifício.

Na superfície do solo ainda ontem ocupada pelos conventos da Conceição e do Paraízo, para atracção de viajantes, para documento de historiadores, para estudo de críticos, para contemplação de filósofos, para admiração de estrangeiros, e para proveito, riqueza e brasão das cidades de Évora e Beja, — em vez de dois monumentos há hoje duas ruas.

E sob a ameaça de uma análoga catástrofe que neste momento se encontra a linda cidade de Aveiro, de tão especial encanto, pela graça dos seus contornos, pela variedade das suas culturas, pelo trabalho das suas indústrias, pelos originais aspectos da Ria, pelos pitorescos bracejamentos do Vouga por entre searas, envolvendo-a e coroando-a como de um virente e luminoso diadema de água e de verdura.

Eis aqui o facto:

Pela direcção das obras públicas do distrito fez-se o projecto de uma avenida, destinada a prolongar o largo do Terreiro, onde se está concluindo a construção de uma casa espaçosa e incaracteristica, destinada a sede de repartições públicas.

Segundo o aludido projecto, a nova avenida teria cento e oito metros de extensão, por quarenta de largura e iria desembocar, pelo extremo oposto ao Terreiro, na rua Direita da cidade, a qual, por singular contraste de contiguidade não chega a ter quatro metros de largura. A principal fachada do novo edificio constitui a face ocidental do Terreiro, que mede quarenta e dois metros por trinta e seis e quarenta centímetros. À parte oriental o edificio do convento das Carmelitas, com entrada por uma das quatro ruas que no largo desembocam, avança de alguns metros paralelamente ao edificio novo. Em continuação do convento e na mesma linha da sua fachada sul-norte, face ocidental do largo, há três prédios de pequenas casas térreas. Demolindo estas casas e cerceando ao convento uma parte da sua cerca, poderia abrir-se a avenida que se projecta, com uma largura de vinte e nove metros e sessenta centímetros. Ora vinte e nove metros e sessenta centímetros de largura, comunicando com um largo servido por mais três artérias e desembocando numa rua interior da cidade, que tem apenas de largura três metros e oitenta centímetros, creio ser uma largura de via antes excessiva do que insuficiente.

O projecto, porém, não se contenta com este desafogo que deixaria em pé e intacto o edifício do convento, daria um bom e sólido cunhal de

casa nobre ao Terreiro e à futura avenida. O projecto parece afagar a insuperável ambição conquistadora dos grandes espaços vazios, e para o fim de dar à sua avenida a descomedida ensancha de quarenta metros prefixos, em vez da razoável largura de vinte e nove metros e sessenta centímetros, resolve extrair do convento uma talhada monstruosa cortando-lhe transversalmente o vestíbulo da portaria e suprimindo-lhe metade do claustro, formado por quatro galerias de arcos semi-circulares de cantaria com a sua fontezinha ao centro.

Na planta que junto a esta notícia, se designa a linha do corte a que me refiro. Fotografias que acompanham a referida planta, representam um dos aspecto- do claustro e uma das fachadas do convento. Esses testemunhos gráficos me dispensam de mais explanações descritivas. Realizada a obra que se projecta, à nova avenida, em vez de fazer face a fachada de um edifício, faria vergonha uma empena ou um tapume encobrindo aos olhos da população a mais bárbara das ruínas. E eis aqui como em nossos dias se pretende melhorar e enriquecer uma cidade!

O edifício do convento das Carmelitas, primitivamente palácio da residência dos duques de Aveiro, sem ser uma obra monumental, é uma curiosa construção típica, bastante característica dos usos sociais e do sentimento artístico do século dezassete. A igreja inteiramente forrada de bela talha dourada, com alizares de azulejos desenhados a azul e branco com alto sentimento decorativo, é um lindíssimo espécimen do mais genuíno estilo da época. Uma monografia recentemente publicada em Aveiro e anexa à representação dirigida a Sua Majestade em favor da conservação do monumento, descreve-o com minudência e fidelidade.

Quase não ouso encarar a hipótese de que, concorrendo num largo de Aveiro dois edifícios contrapostos, seja absolutamente indispensável condenar um para desafrontar o outro. Tendo, porém, de admitir esse absurdo, a minha humilde opinião individual é que seria preferível arrazar o edifício construído agora, a mutilar o que no século dezassete mandou ali levantar a muito nobre senhora Dona Brites de Lara e Meneses, filha do quinto marquês e primeiro duque de Vila Real, viúva de Pedro de Médicis, filho do grão-duque toscano Cosme de Médicis. A honra da minha profissão de homem de letras obriga-me a sustentar que, em comparação de uma casa que tem história, as que a não têm, não prestam. Lisboa, três de Maio de mil nove centos e cinco.

Ramalho Ortigão

FRANCISCO FERREIRA NEVES

BIBLIOTECA

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Açoreana, vol. v, n.º 4. Angra do Heroísmo, Açores, 1960.

Anais da Academia Portuguesa da História, II série, vol. 10.º Lisboa, 1960.

Arquivo do Alto Minho, vol. IX, tomo I e II. Viana do Castelo.

Arquivo de Beja, vol. XVI. Beja, 1959.

Boletim da Academia Portuguesa da História, vol. 23.º Lisboa, 1960.

Boletim do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, vol. II, n.ºs 4-5. Angra do Heroísmo, Açores, 1960.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 7. Matosinhos, 1960.

Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, n.ºs 53-54. Lisboa, 1960.

Boletim Cultural do Museu de Angola, n.º 1. Luanda, Angola, 1960.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 16.º Angra do Heroísmo, 1958.

Das Artes e da História da Madeira, n.º 30. Funchal, Madeira, 1960.

Insulana. Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XIV, 2.º semestre, 1958, e vol. XV, 1.º semestre, 1959. Ponta Delgada, Açores.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 163 a 171. Lisboa, 1960.

O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural. Vol. VII, n.º 1. Santo Tirso, 1960.

Ora & Labora. Mosteiro de Singeverga. Ano VII, n.ºs 1 a 5. Negrelos, 1959.

O Tripeiro, V série, ano XV, n.ºs 9 a 12. Porto, 1960.

Revista da Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa. C — Ciências Naturais, vol. VII, fasc. 2.º Lisboa, 1959.

Revista de Guimarães. Sociedade Martins Sarmento. Vol. LXIX, n.ºs 3-4, e vol. LXX, n.ºs 1-2. 1960.

. . .

MÁRIO MILHEIROS, *A Família Tribal.* Imprensa Nacional de Angola. Luanda, 1960.

RAUL CONDE, *Por Águeda — Divagações etnográficas.* Águeda, 1960.

1.º Centenário do nascimento do coronel Francisco Afonso Chaves. Separata do vol. XIV da revista *Insulana,* de Ponta Delgada. 1958.

biblRIA

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

Págs.

CERQUEIRA (Eduardo)
— *Para a história do porto de Aveiro — Uma carta do engenheiro von Hafe para Homem Cristo* 159
COELHO DE MAGALHÃES (Carlos Vidal)
— *A antiga vila de Eixo — Apontamentos para uma monografia* 243
CUNHA SERRA (Pedro)
— *Topónimos do distrito de Aveiro* 190
FERREIRA NEVES (Francisco)
— *Documentos para a história da actual Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro* 230
— *Os Estatutos da Irmandade da Senhora da Graça, de Aveiro* 83
— *Um parecer de Ramalho Ortigão acerca da abertura da Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro* 313
PIRES DE LIMA (Jorge Hugo)
— *O distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício* 130, 204 . . . . . e 291
RAMALHO ORTIGÃO
— *Parecer acerca da projectada destruição do convento das Carmelitas de Aveiro* 313
RESENDE (João Vieira)
— *Um contrato de aforamento em 1759* 120
ROCHA MADAHIL (António Gomes da)
— *No XXV aniversário do «Arquivo do Distrito de Aveiro»* . 3
— *Nota bibliográfica complementar (ao perfil de dois ilhavenses — Os Irmãos Anjas) do Dr. João Jardim de Vilhena* . . 118
— *Notas à edição quinhentista do poema* **Antimória** 9
SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)
— *Um regulamento de polícia rural* 126
TAVARES (José)
— *Alguns aspectos e episódios da época das lutas liberais no distrito de Aveiro* 163
— *Crítica humorística a factos e acontecimentos de Aveiro* . . 154
— *Tradução do poema* **Antimoria** *e dalguns epigramas de Aires Barbosa* 9
VILHENA (João Jardim de)
— *Apontamentos para o perfil de dois ilhavenses* 110

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— *Bibliografia* 321

FIM DO VOLUME XXVI

bibRIA

ERRATA

		onde se lê	*deve ler-se*
Pág. 43	linha 4	a acaso	o acaso
» 49	» 14	Apossa-se	Apressa-se
» 69	» 12	realmante	realmente
» 75	» 22	fácial	fácil
» 75	» 33	E	É

bibRIA
UA/SD
N.º 957
Data 25. NOV. 1979
Cota

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

bibRIA

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

A. G. DA ROCHA MADAHIL, FRANCISCO FERREIRA NEVES e JOSÉ PEREIRA TAVARES, *No XXV aniversário do «Arquivo do Distrito de Aveiro»*.

A. G. DA ROCHA MADAHIL e JOSÉ PEREIRA TAVARES, *Texto e tradução do poema* **Antimoria** *e dalguns epigramas de Aires Barbosa*.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60$00
NÚMERO AVULSO . . . . 20$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

MÁRMORES

DE

Sousa Baptista, L.da

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

E

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

LISBOA

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármores polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cosinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

BIBRIA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA — RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR — RUA DAS OLARIAS

AVEIRO TELEF. 22061

bibRIA

Testa & Amadores

Comissões, consignações.
Cereais, ferragens e mercearia.
Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

ARLA AGÊNCIA DE REPRESENTAÇÕES, L.DA

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 100

TELEFONE 22890 AVEIRO

AGENTES AUTORIZADOS DE

«General Electric»

Frigoríficos, fogões, rádios e televisores, máquinas de lavar, etc.

«Soc Comercial Luso-Americana»

Máquinas de escrever «Royal»
» » calcular «Facit»
» » somar «Regna»
Duplicadores e arquivos «Roneo»

Machado, Pereira, L.da

Frigoríficos «Bauknecht»
Fogões eléctricos e gás «Leão»
Esquentadores «Crucis»

Casa Capucho

Motores fora de bordo «Johnson»

Leopold Shiroi

Antenas televisão «Antiferences»
Inter-comunicadores «Centrum»

Valentim de Carvalho, L.da

Discos da «Columbia», «Deca», «Capital», «His Master's Voice», etc.

Sub-Agentes da «Cidla»

Fogões «Portugal», «Oeiras», «Presmalte», «Junker», «Far»
Esquentadores «Castelo» e «Junker»

T. V. E RÁDIOS DA AFAMADA MARCA

SCHAUB-LORENZ

PREÇOS ESPECIAIS — FACILIDADES DE PAGAMENTO

bibRIA

Ourivesaria VINÍCIO

Jóias

Ouro

Pratas

Relógios

Consertos

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 31-A
(Junto à passagem das camionetas para Ílhavo, Águeda e Caramulo)
TELEFONE 22119 AVEIRO

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários
e brinquedos
para crianças

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 29
TELEFONE 23747 AVEIRO

bibRIA

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

Colorimetria fotoeléctrica

Espectrofotometria

Electroforese

Colpocitologia

Metabolismo basal

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro, L.da

PRAÇA LUÍS CIPRIANO, 10

AVEIRO — Telefs. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU
PESCA DO ATUM
PESCA DO ARRASTO COSTEIRO
PESCA DA SARDINHA

Instalações de Secagem e Conservação de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.
Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau, Tipo Medicinal

biblRIA

FROTA:

5 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU
2 NAVIOS DA PESCA DO BACALHAU À LINHA
2 ATUNEIROS
2 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA
5 TRAINEIRAS

A sua fábrica de conservas, em Agadir — Marrocos, a

SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES DE PÊCHE AVEIRO-MAROC

Rue Apert

●

produz os seguintes produtos:

Sardinha — Cavala — Atum (White Meat), em azeite puro de oliveira e óleo de amendoim, nas seguintes marcas registadas:

«LIBERATOR» — «DELMONACO» — «LIMÃO» — «AVEIRO»

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.DA

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

TELEFONE 22405

25 Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

bibRIA

Empresa Cerâmica Vouga, L.da

AVEIRO Telefones 23011 23012

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha, Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejolos. Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

Máquinas agrícolas - - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.da

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho* / *Pascoal Novo* / *Mira* }

LUGRES { *Rainha Santa Isabel* / *D. Dinis* }

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telefs. { *Seca — 22243* / *Escritório — 23452* / *Filial em Matozinhos — 519* }

Filial em MATOZINHOS — **Seca na GAFANHA**

bibRIA

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS *de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável* «Hermes», *para polissagem de carrosseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Prefiram a nossa excelente qualidade* «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS *de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial* «Transparente», *para pintura e decorações.*

ESMERIL *em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046 / 22047 }

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000$00 ◆ Capital emitido: Esc. 10.000.000$00

Transferências e cobranças — Saques sobre o país. — Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL *Telefones* { 22731 / 23131

Rua de Coimbra

AVEIRO

bibRIA

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefs. PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

bibRIA

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

bibRIA

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

bibRIA

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 102

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1960

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Os Estatutos da Irmandade da Senhora da Graça, de Aveiro.*

JOÃO JARDIM DE VILHENA, *Apontamentos para o perfil de dois ilhavenses.*

P.e JOÃO VIEIRA RESENDE, *Um contrato de aforamento em 1759.*

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR, *Um regulamento de polícia rural.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

JOSÉ TAVARES, *Crítica humorística a factos e acontecimentos de Aveiro.*

EDUARDO CERQUEIRA, *Para a história do porto de Aveiro. — Uma carta do engenheiro Von Hafe para Homem Cristo.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60$00
NÚMERO AVULSO . . . . 20$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.DA

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

◆

TELEFONE 22405

25 Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

bibRIA

Empresa Cerâmica Vouga, L.da

AVEIRO Telefones { 23011 / 23012

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha, Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejolos. Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

Máquinas agrícolas e industriais

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.da

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho* / *Pascoal Novo* / *Mira* }

LUGRES { *Rainha Santa Isabel* / *D. Dinis* }

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telefs. { *Seca — 22243* / *Escritório — 23452* / *Filial em Matosinhos — 519* }

Filial em MATOZINHOS **Seca na GAFANHA**

bibRIA

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS *de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável* «**Hermes**», *para polissagem de carrosseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Prefiram a nossa excelente qualidade* «**Luzostela**».

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS *de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial* «**Transparente**», *para pintura e decorações.*

ESMERIL *em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefs. { 22046 / 22047 }

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000$00 ◆ Capital emitido: Esc. 10.000.000$00

Transferências e cobranças — Saques sobre o país. — Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL *Telefones* { 22731 / 23131

Rua de Coimbra

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefs. PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

bibRIA

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

bibRIA

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

ARLA AGÊNCIA DE REPRESENTAÇÕES, L.DA

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 100

TELEFONE 22890 AVEIRO

AGENTES AUTORIZADOS DE

«General Electric»

Frigoríficos, fogões, rádios e televisores, máquinas de lavar, etc.

«Soc Comercial Luso-Americana»

Máquinas de escrever «Royal»
» » calcular «Facit»
» » somar «Regna»
Duplicadores e arquivos «Roneo»

Machado, Pereira, L.da

Frigoríficos «Bauknecht»
Fogões eléctricos e gás «Leão»
Esquentadores «Crucis»

Casa Capucho

Motores fora de bordo «Johnson»

Leopold Shiroi

Antenas televisão «Antiferences»
Inter-comunicadores «Centrum»

Valentim de Carvalho, L.da

Discos da «Columbia», «Deca», «Capital», «His Master's Voice», etc.

Sub-Agentes da «Cidla»

Fogões «Portugal», «Oeiras», «Presmalte», «Junker», «Far»
Esquentadores «Castelo» e «Junker»

T. V. E RÁDIOS DA AFAMADA MARCA

SCHAUB-LORENZ

PREÇOS ESPECIAIS — FACILIDADES DE PAGAMENTO

bibRIA

Ourivesaria VINÍCIO

Jóias

Ouro

Pratas

Relógios

Consertos

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 31-A
(Junto à passagem das camionetas para Ílhavo, Águeda e Caramulo)
TELEFONE 22119 AVEIRO

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários
e brinquedos
para crianças

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 29
TELEFONE 23747 AVEIRO

bibRIA

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

Colorimetria fotoeléctrica

Espectrofotometria

Electroforese

Colpocitologia

Metabolismo basal

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

bibRIA

Empresa de Pesca de Aveiro, L.da

PRAÇA LUÍS CIPRIANO, 10

AVEIRO — Telefs. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU
PESCA DO ATUM
PESCA DO ARRASTO COSTEIRO
PESCA DA SARDINHA

Instalações de Secagem e Conservação de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.
Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau, Tipo Medicinal

FROTA:

5 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU
3 NAVIOS DA PESCA DO BACALHAU À LINHA
2 ATUNEIROS
2 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA
5 TRAINEIRAS

bibRIA

A sua fábrica de conservas, em Agadir — Marrocos, a

SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES DE PÊCHE AVEIRO-MAROC

Rue Apert

•

produz os seguintes produtos:

Sardinha — Cavala — Atum (White Meat), em azeite puro de oliveira e óleo de amendoim, nas seguintes marcas registadas:

«LIBERATOR» — «DELMONACO» — «LIMÃO» — «AVEIRO»

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA — RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR — RUA DAS OLARIAS

AVEIRO TELEF. 22061

bibRIA

Testa & Amadores

Comissões, consignações.
Cereais, ferragens e mercearia.
Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

MÁRMORES

DE

Sousa Baptista, L.da

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

E

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

LISBOA

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármores polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cosinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

biblRIA

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

bibRIA

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA
Rua Garrett, 100
LISBOA
Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

bibRIA

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 103

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1960

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES
PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES
ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES
ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ TAVARES, *Alguns aspectos e episódios da época das lutas liberais no distrito de Aveiro.*

PEDRO CUNHA SERRA, *Topónimos do distrito de Aveiro.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Documentos para a história da actual Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60$00
NÚMERO AVULSO . . . . 20$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA — RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR — RUA DAS OLARIAS

AVEIRO TELEF. 22061

bibRIA

Testa & Amadores

Comissões, consignações.
Cereais, ferragens e mercearia.
Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

MÁRMORES

DE

Sousa Baptista, L.da

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

E

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

LISBOA

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármores polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cosinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

biblRIA

Café Trianon

DE

FERREIRA, GONÇALVES & FERREIRA, L.DA

ESMERADO SERVIÇO DE CAFÉ E CHÁ

CERVEJA A COPO E DELICIOSOS APERITIVOS

◆

TELEFONE 22405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

bibRIA

Empresa Cerâmica Vouga, L.da

AVEIRO — Telefones { 23011 / 23012

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha, Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejolos. Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

Máquinas agrícolas - - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.da

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho* / *Pascoal Novo* / *Mira* }

LUGRES { *Rainha Santa Isabel* / *D. Dinis* }

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telefs. { *Seca — 22243* / *Escritório — 23452* / *Filial em Matozinhos — 519* }

Filial em MATOZINHOS **Seca na GAFANHA**

bibRIA

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS *de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electro-korundum — Papel e garnet — Lixa impermeável* «Hermes», *para polissagem de carrosseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Prefiram a nossa excelente qualidade* «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS *de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial* «Transparente», *para pintura e decorações.*

ESMERIL *em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs.—AVEIRO—Telefs. { 22046 / 22047 }

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 10.000.000$00 ◆ Capital emitido: Esc. 10.000.000$00

Transferências e cobranças — Saques sobre o país. — Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL *Telefones* { 22731 / 23131

Rua de Coimbra

AVEIRO

bibRIA

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade, carrosserias
Oficina de pintura, estação de serviço, peças e acessórios
Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefs. PPC { 22031 / 22032

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆

Fábrica de moagem de cereais e descasque de arroz

bibRIA

◆

Preparação de farinhas para alimentação de gado, marca *Beimar*

◆

Telefone PPC 23441 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

ARLA AGÊNCIA DE REPRESENTAÇÕES, L.DA

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 100

TELEFONE 22890 — AVEIRO

AGENTES AUTORIZADOS DE

«General Electric»

Frigoríficos, fogões, rádios e televisores, máquinas de lavar, etc.

«Soc Comercial Luso-Americana»

Máquinas de escrever «Royal»
» » calcular «Facit»
» » somar «Regna»
Duplicadores e arquivos «Roneo»

Machado, Pereira, L da

Frigoríficos «Bauknecht»
Fogões eléctricos e gás «Leão»
Esquentadores «Crucis»

Casa Capucho

Motores fora de bordo «Johnson»

Leopold Shiroi

Antenas televisão «Antiference»
Inter-comunicadores «Centrum»

Valentim de Carvalho, L da

Discos da «Columbia», «Deca», «Capital», «His Master's Voice», etc.

Sub-Agentes da «Cidla»

Fogões «Portugal», «Oeiras», «Presmalte», «Junker», «Far»
Esquentadores «Castelo» e «Junker»

T. V. E RÁDIOS DA AFAMADA MARCA

SCHAUB-LORENZ

PREÇOS ESPECIAIS — FACILIDADES DE PAGAMENTO

hibRIA

Ourivesaria VINÍCIO

Jóias

Ouro

Pratas

Relógios

Consertos

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 31-A

(Junto à passagem das camionetas para Ílhavo, Águeda e Caramulo)

TELEFONE 22119 AVEIRO

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários

e brinquedos

para crianças

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 29

TELEFONE 23747 AVEIRO

bibRIA

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

Colorimetria fotoeléctrica

Espectrofotometria

Electroforese

Colpocitologia

Metabolismo basal

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

bibRIA

Empresa de Pesca de Aveiro, L.da

PRAÇA LUÍS CIPRIANO, 10

AVEIRO — Telefs. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU
PESCA DO ATUM
PESCA DO ARRASTO COSTEIRO
PESCA DA SARDINHA

Instalações de Secagem e Conservação de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.
Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau, Tipo Medicinal

FROTA:

5 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU
2 NAVIOS DA PESCA DO BACALHAU À LINHA
2 ATUNEIROS
2 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA
5 TRAINEIRAS

A sua fábrica de conservas, em Agadir — Marrocos, a

SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES DE PÊCHE AVEIRO-MAROC

Rue Apert

●

produz os seguintes produtos:

Sardinha — Cavala — Atum (White Meat), em azeite puro de oliveira e óleo de amendoim, nas seguintes marcas registadas:

«LIBERATOR» — «DELMONACO» — «LIMÃO» — «AVEIRO»

bibRIA

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

biblRIA

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA
Rua Garrett, 100
LISBOA
Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»
LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS — BAIXO VOUGA — PAISAGEM SURPREENDENTE E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS — PATINAGEM — ENCANTO E DISTRACÇÃO

bibRIA

Museu

PINTURA — ESCULTURA — ARTE SACRA — TÚMULO DA PRINCESA SANTA JOANA

(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA — AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 104

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1960

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ANTIGO PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

CARLOS VIDAL CORLHO DE MAGALHÃES, *A antiga vila de Eixo — Apontamentos para uma monografia*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Um parecer de Ramalho Ortigão acerca da abertura da Praça do Marquês de Pombal, em Aveiro.*

Bibliografia.

Índice alfabético dos autores do vol. XXVI.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 60$00

NÚMERO AVULSO . . . . 20$00

Cada número tem normalmente 64 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

Comp. e impresso na TIP. DA COIMBRA EDITORA — Arnado — COIMBRA

ARLA AGÊNCIA DE REPRESENTAÇÕES, L.DA

AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 100

TELEFONE 22890 — AVEIRO

AGENTES AUTORIZADOS DE

«General Electric»

Frigoríficos, fogões, rádios e televisores, máquinas de lavar, etc.

«Soc Comercial Luso-Americana»

Máquinas de escrever «Royal»
» » calcular «Facit»
» » somar «Regna»
Duplicadores e arquivos «Roneo»

Machado, Pereira, L da

Frigoríficos «Bauknecht»
Fogões eléctricos e gás «Leão»
Esquentadores «Crucis»

Casa Capucho

Motores fora de bordo «Johnson»

Leopold Shiroi

Antenas televisão «Antiferences»
Inter-comunicadores «Centrum»

Valentim de Carvalho, L.da

Discos da «Columbia», «Deca», «Capital», «His Master's Voice», etc.

Sub-Agentes da «Cidla»

Fogões «Portugal», «Oeiras», «Presmalte», «Junker», «Far»
Esquentadores «Castelo» e «Junker»

T. V. E RÁDIOS DA AFAMADA MARCA

SCHAUB-LORENZ

PREÇOS ESPECIAIS — FACILIDADES DE PAGAMENTO

bibRIA

Ourivesaria VINICIO

Jóias

Ouro

Pratas

Relógios

Consertos

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 31-A
(Junto à passagem das camionetas para Ílhavo, Águeda e Caramulo)
TELEFONE 22119 AVEIRO

bibRIA

Casa BAMBI

TUDO PARA OS VOSSOS FILHOS

Especializada em vestuários
e brinquedos
para crianças

RUA DO CONSELHEIRO LUÍS DE MAGALHÃES, 29
TELEFONE 23747 AVEIRO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

Colorimetria fotoeléctrica

Espectrofotometria

Electroforese

Colpocitologia

Metabolismo basal

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.to

TELEF. 23965

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro, L.da

PRAÇA LUÍS CIPRIANO, 10

AVEIRO — Telefs. 23111/2/3

End. telegráfico: SALGUEIROS

PESCA DO BACALHAU
PESCA DO ATUM
PESCA DO ARRASTO COSTEIRO
PESCA DA SARDINHA

Instalações de Secagem e Conservação de Bacalhau na Gafanha, Aveiro.
Produtores de Óleos de Fígado de Bacalhau, Tipo Medicinal

FROTA:

5 ARRASTÕES DA PESCA DO BACALHAU
2 NAVIOS DA PESCA DO BACALHAU À LINHA
2 ATUNEIROS
2 ARRASTÕES DA PESCA COSTEIRA
5 TRAINEIRAS

bibRIA

A sua fábrica de conservas, em Agadir — Marrocos, a

SOCIÉTÉ CHERIFIENNE DES ENTREPRISES DE PÊCHE AVEIRO-MAROC

Rue Apert

●

produz os seguintes produtos:

Sardinha — Cavala — Atum (White Meat), em azeite puro de oliveira e óleo de amendoim, nas seguintes marcas registadas:

«LIBERATOR» — «DELMONACO» — «LIMÃO» — «AVEIRO»

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA — RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR — RUA DAS OLARIAS

AVEIRO TELEF. 22061

bibRIA

Testa & Amadores

Comissões, consignações.
Cereais, ferragens e mercearia.
Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

MÁRMORES

DE

Sousa Baptista, L.da

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

E

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

LISBOA

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármores polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cosinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

bibRIA